



UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

ARTUR MONTEIRO BENTO

**MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE
IMIGRANTES CABOVERDIANOS NO RIO DE JANEIRO (1950-1973)**

**RIO DE JANEIRO
2009**



UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

ARTUR MONTEIRO BENTO

**MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE
IMIGRANTES CABOVERDIANOS NO RIO DE JANEIRO (1950-1973)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Icléia Thiesen

RIO DE JANEIRO

2009

Artur Monteiro Bento

Possui Doutorado e Mestrado em Memória Social pela UNIRIO, com Especialização em Docência Superior pela UCAM, e formação de Psicólogo pela UGF. Tem experiência no ensino de crianças e adolescentes e no atendimento psicológico. Publicou Um novo olhar sobre a educação pré-escolar: a criança de 0 a 6 anos; A psicopedagogia do lúdico para crianças de 3 a 12 anos; Memória híbrida, identidade e diferença: uma visão múltipla da comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro. Na área dos Estudos Culturais, propôs Memória Híbrida, buscando compreender a historicidade das identidades mestiças, bem como as identidades móveis, flexíveis e híbridas que vem surgindo no contexto da globalização. Além disso, tem interesse na Antropologia Caboverdiana, com ênfase nos temas, crioulo, relações sociais, migração, memória, identidade e estado-nação.

Ficha Catalográfica

BENTO, Artur Monteiro.
Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973) /Artur Monteiro Bento. Rio de Janeiro: A. M. Bento, 2009.
191 p.: tab. fot. mapas

Orientador: Icléia Thiesen, DSc.
Tese (doutorado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Bibliografia: p. 187-201.

1. Rio de Janeiro (Estado) – Imigração e emigração. 2. Caboverdianos no Rio de Janeiro. 3. Caboverdianos – Rio de Janeiro (Estado) – História. I. Thiesen Icléia. Prof. Orient. II. Título

CDD – 325.8153

TERMO DE APROVAÇÃO

ARTUR MONTEIRO BENTO

MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES
CABOVERDIANOS NO RIO DE JANEIRO (1950-1973)

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela banca examinadora:



Profa. Dra. Icléia Thiesen.
Programa de Pós-Graduação em Memória Social, PPGMS, UNIRIO, Orientadora.



Profa. Dra. Giralda Seyferth.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. PPGAS, UFRJ - Museu Nacional.



Profa. Dra. Anita Correia Lima.
Programa de Pós-Graduação em História, PPGH, UNIRIO.



Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, PPGSA, UFRJ.



Profa. Dra. Regina Maria Marteleto.
Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, ICICT, FIOCRUZ.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2009

DEDICATÓRIA

A concretização desta pesquisa de doutorado.
Dedico à Profa. Dra. Icléia Thiesen que me deu permanente apoio em nível pessoal e profissional durante a realização desta etapa universitária, cujo conhecimento me propiciou uma análise a partir da observação participante e, ao mesmo tempo isento, independente do pesquisador e de seu objeto de pesquisa. Cito ainda, o fato de facilitar a minha ida a eventos científicos nacionais, o que me propiciou experiências ricas e transformadoras no campo de assuntos sobre migração, nação, fronteiras e diversidades culturais. Essas experiências na verdade me trouxeram a ventura de compreender a reconstrução da memória e identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, visando uma maior clareza e concisão do entendimento da sociedade caboverdiana no século XXI.

AGRADECIMENTOS

As análises contidas nesta pesquisa foram desenvolvidas durante seis anos de estudos sobre a reconstrução da memória e da identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, do Mestrado ao Doutorado, cuja metodologia foi revista e integrada nas análises da História Oral. Várias instituições brasileiras contribuíram para que este trabalho pudesse se concretizar, entre elas, agradeço a financiadora Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), espaço da minha residência intelectual desde 2003.

Além disso, tenho plena consciência de que as análises aqui apresentadas foram discutidas e aperfeiçoadas na Qualificação do Projeto Tese, em 2006; no meu grupo de pesquisa em Memória e Espaço na UNIRIO; nos seminários em Antropologia do Pensamento Social do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional-UFRJ) e, em Cultura da viagem, turismo, fronteiras e identidades na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, reconheço que algumas idéias aqui expostas se originaram de trabalhos dos professores Giralda Seyferth, Anita Correia Lima, Marco Aurélio Santana, Icléia Thiesen, Rosane Prado, cujas sugestões me permitiram reavaliar a metodologia e os instrumentos de trabalho. De modo especial, agradeço meus orientadores de mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, Profa. Dra. Josaida de Oliveira Gondar e Prof. Dr. Miguel Angel de Barrenechea. Devo agradecimentos à coordenadora Profa. Dra. Lúcia Maria Alves Ferreira, pelo apoio concedido; à coordenadora Profa. Dra. Evelyn G. Dill Orrico, que a sucedeu, e, a Profa. Dra. Vera Dodebei, pela continuidade do apoio.

Aos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, pela valiosa experiência durante as entrevistas e observação de campo. Agradeço ainda, meus familiares que intervieram positivamente na minha trajetória acadêmica: meus pais Quintino Malaquias Bento e Auta Ana Monteiro; meus irmãos John Bento, Manuel Bento, Chia Bento, Manuela Bento, Ir. Irene Bento, Carlos Bento e Olívia Bento (in memorian); à memória de meus avós maternos e paternos: João Bandeira e Nica Monteiro; Malaquias Bento e Paula Mota; meus tios (as), primos (as) e sobrinhos (as).

EPÍGRAFE

Pouco conhecimento faz que as criaturas se sintam orgulhosas.
Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as
espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o
céu, enquanto que as cheias a baixam para a terra, sua mãe.
(Leonardo da Vinci)

RESUMO

Esta pesquisa analisa a reconstrução da memória e da identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973), tendo em atenção os acontecimentos que marcaram a trajetória de vida desses sujeitos, desde a vinda para o Rio de Janeiro, até o dia-a-dia nessa Região Metropolitana, permeada pela vivência de alguns hábitos e costumes de origem, reelaborados de acordo com a sociedade brasileira. Ao refletir sobre identidade caboverdiana e analisar as experiências de vida desses imigrantes, verificamos que a vida cotidiana está alicerçada em algumas referências de origem, na mistura com referências do país de acolhida, através das quais elaboram estratégias de identificações coletivas que passam de geração para geração, mesmo que a maioria não tenha retornado às ilhas para ver familiares e amigos, uma vez que, os que assim o fizeram realizaram em média duas a três visitas, num período compreendido entre 35 a 50 anos. Na busca dessa reconstrução, utilizamos as noções de memória, espaço, identidade e nação, como instâncias de reflexão das relações sociais envolvidas em um campo de experiências multifacetadas, no qual as identidades são refeitas. Para o alcance dos objetivos desse estudo, utilizamos a metodologia de História Oral, privilegiando os relatos orais de alguns imigrantes, além da revisão bibliográfica sobre a questão migratória nos países de migração e a observação participante, visando mapear e analisar as estratégias reelaboradas pelos imigrantes e seus descendentes pela divulgação da memória, de modo a garantir a apropriação de espaços e a afirmação das respectivas identidades. De modo geral, foi através de observações de campo, tomadas de anotações, fotos e entrevistas com 29 imigrantes, realizadas com 18 da primeira geração e 11 da segunda geração que os resultados foram obtidos. Todo esse material, sujeito a uma análise sociológica, antropológica e historiográfica acaba revelando que os processos identitários são mutáveis, e que suas reconstruções se dão dentro de relações sociais, históricas, políticas e culturais específicas. Os resultados evidenciam crenças, disputas, silêncios e esquecimentos que nos direcionam para um quadro de identidades múltiplas, presentes também no discurso das elites sobre a caboverdianidade no século XXI.

Palavras-chave: Caboverdianos no Rio de Janeiro, Migração, Memória, Identidade, História Oral, Cultura.

ABSTRACT

This research analyzes the memory reconstruction and of the immigrant caboverdianos identity in Rio de Janeiro (1950-1973), produced in the migration caboverdiana context and brazilian, considering itself the present demands and the memory framings that give its sense history. When reflecting about identity caboverdiana and to analyze life experiences of these immigrant, we verify that everyday life is refers origin references, in the mixture with welcome country references, through which ones elaborate strategies of collective identifications that pass of generation for generation, even though most does not have returned to the islands to see family and friends, once, the ones that thus did it accomplished on an average two to three visits, in a period comprehended between 35 to 50 years. In the search of this reconstruction, we use the memory notions, space, identity and nation, like reflection instances of the social relations involved in experiences multiple fields, in which the identities are remade. For the reach of goals of this study, we use the methodology of Oral History, privileging the oral reports of some immigrant, besides the bibliographical revision about the migrant matter in migration countries and participating observation, aiming describe and to analyze the strategies reconstruction by the immigrants and your descending by the memory divulging, so as to guarantee the spaces appropriation and the respective identities affirmation. In general, it was through field observations, taken of annotations, photos and opened interviews with 29 immigrants, accomplished with 18 of the first generation and 11 of the second generation that the results were obtained. All that material, subject to a sociological, anthropological and historiographical analysis finishes revealing that the processes identities are changeable, and that her reconstructions give inside social, historical, political and specific cultural relations. The results point beliefs, disputes, silences and forgetfulness that address us for multiple identities, present also in the elites speech about for caboverdianidade in the XXI th century.

Words-key: Caboverdianos in Rio de Janeiro, Migration, Memory, Space, Identity, Oral History, Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.1 Memória, espaço, identidade e migração	18
1.2 Narrativas orais e a história oral	23
1.3 Tipologia e dimensão dos fluxos migratórios	37
1.4 O Brasil como terra de acolhida e a dimensão da política assimilacionista	46
2. CABO VERDE NO SISTEMA DA EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	58
2.1. Situação geográfica, colonização e povoamento	58
2.2 Organização social, mestiçagem e convivência social	63
2.2.1. A manifestação da cultura no espaço	67
2.3 Os fundamentos da economia caboverdiana	78
2.4. O fenômeno migratório em Cabo Verde - lutas e desafios	83
3. MIGRAÇÃO CABOVERDIANA NO RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA, TRABALHO E IDENTIDADE ..	92
3.1 A decisão de emigrar: dimensão social, histórica e cultural	92
3.2 A viagem, o percurso, a chegada	99
3.3 O Rio de Janeiro como espaço de ancoragem de laços culturais	106
3.4 O trabalho como fator de integração no Rio de Janeiro	119
4. INSTITUIÇÃO, REDES SOCIAIS E IDENTIDADE	128
4.1 A Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro	128
4.2 As redes de sociabilidades e a reconstrução de identidades	139
5. IMIGRANTES CABOVERDIANOS, NOVAS MEMÓRIAS, OUTRAS IDENTIDADES?	148
5.1 A análise de pesquisadores sobre a identidade caboverdiana na diáspora.....	148
5.2. A dialética da construção da caboverdianidade na memória de imigrantes	156
5.3 Intelectuais, poder, identidade e o dilema Europa, África ou Atlântico?	172
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos um conjunto de análises fundamentais no âmbito da temática “Memória, Espaço e Identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)”, destacando a reconstrução da memória e identidade desse grupo social, tendo em atenção os acontecimentos que marcaram a trajetória de vida desses sujeitos, desde a vinda para o Rio de Janeiro, até o dia-a-dia nessa Região Metropolitana, permeada pela vivência de alguns hábitos e costumes de origem, reelaborados de acordo com a sociedade brasileira. Afinal de contas, se a cultura de origem não é vivenciada em toda a sua dimensão, pelo menos alguns elementos básicos se reproduzem no novo espaço, ancorados em uma memória de adaptação “a terra onde os filhos nasceram”. Dito isso, acionamos o deslocamento desse grupo social no cenário da migração caboverdiana ao longo do século XX, tendo em conta os fatores estruturais relacionados à seca, à fome, às mortandades, à pobreza e ao desemprego, fatores esses que estiveram na origem da decisão de partir para outras paragens. Embora na década de 50, Cabo Verde tenha superado as mortes pela falta de chuva, devido à agilidade na importação de produtos básicos, facilitada, em parte, pela tentativa de reconquistar o espaço social, perdido para o movimento nacionalista em África, essa conjuntura permaneceu na escolha do Rio de Janeiro, onde fosse possível superar a condição de desemprego, considerando-se as potencialidades desses jovens imigrantes.

Tendo consciência disso, realizamos um levantamento sobre as identidades que os imigrantes reconstroem nos espaços de permanência, abrangendo alguns trabalhos de pesquisadores caboverdiano, brasileiro e argentino, cujas pesquisas tratam das identidades assumidas pelos caboverdianos em Portugal, França, EUA, Itália, Argentina, Brasil e Moçambique. Esses estudos apontam que esses indivíduos expressam identidades múltiplas, de acordo com as trajetórias políticas que foram acionadas na terra de origem ao longo do processo histórico. Neste ponto, tais pesquisas nos forneceram pistas para analisarmos a dialética da construção da caboverdianidade na memória de nossos entrevistados, tendo em conta os discursos das elites na construção da identidade caboverdiana.

Um dos aspectos centrais expressos nesta pesquisa foi verificar através da documentação primária que os caboverdianos entraram no Rio de Janeiro como portugueses do ultramar, isto é, como indivíduos que gravitam em torno de Portugal, um centro distante que exerce sobre as ilhas um domínio político, econômico, social, cultural e religioso, diferenciando-se das populações das demais colônias portuguesas na África. Ficando evidente o papel da identidade portuguesa atribuída aos caboverdianos como segundo colonizador,

atuando como uma espécie de mediador da metrópole na região. Nesta direção, analisamos a reconstrução da memória e da identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973), tendo em atenção os acontecimentos que marcaram a trajetória de vida desses sujeitos, desde a vinda para o Rio de Janeiro, até o dia-a-dia nessa Região Metropolitana, permeada pela vivência de alguns hábitos e costumes de origem, reelaborados de acordo com a sociedade brasileira.. Assim, trabalhar com essa temática implica investigar os depoimentos orais para alcançar os seguintes objetivos específicos: identificar as principais transformações sociais e culturais, para a melhor compreensão do processo de reconstrução identitária, a partir de uma perspectiva da desterritorialização; analisar as oscilações identitárias, acionadas no espaço de permanência e suas contribuições para uma perspectiva futura; discutir alguns aspectos das características identitárias através das quais reelaboram o trabalho de memória preservação, esquecimento, reconstrução e silenciamento.

Por tudo isso, algumas questões nos levam a refletir sobre o aspecto singular ou não da memória e da identidade, questões testadas durante a pesquisa, pois, ao que parece, trata-se de uma estratégia que visa manter viva a cultura caboverdiana no Rio de Janeiro. Na verdade, nada garante a permanência de um elemento cultural, seja ele de natureza material ou simbólica, se o compromisso de reconstrução não for assumido a cada geração. Com isso, elaboramos algumas perguntas: Quais identidades os imigrantes e seus filhos reconstroem no Rio de Janeiro? Quais as motivações atuais para a reconstrução da memória e identidade? O distanciamento da terra de origem, tendo em conta que a maioria retornou uma ou duas vezes, num período compreendido entre 30 a 50 anos, poderá colocar em perigo as redes sociais, que desse modo tenderão ao desaparecimento, principalmente, na segunda geração? Ou, ao contrário, esse distanciamento significa a expansão da nação, tendo em conta a memória oficial de que os caboverdianos quando deixam o país não perdem a caboverdianidade, mas reconstroem a nação de dentro e de fora? O que significa ser imigrante caboverdiano no Rio de Janeiro?

Assim, antes de esboçarmos o conteúdo de cada capítulo, localizando onde essas questões serão desenvolvidas, apresentaremos algumas hipóteses que foram reformuladas durante o decorrer da pesquisa, qual sejam:

1. Os imigrantes caboverdianos reconstróem a memória e a identidade, a partir das vivências do período vivido tanto em Cabo Verde como no Rio de Janeiro, que se expressam nos momentos da tomada de consciência dos poucos recursos disponíveis nas ilhas, associada as facilidades de inserção de jovens trabalhadores à sociedade carioca. Neste caso, esta

hipótese nos ajuda a compreender as estratégias para manter viva a cultura de origem no cenário brasileiro, marcada pelo multiculturalismo.

2. Os produtos culturais aparecem nas narrativas orais registradas, e constituem uma forma de reconhecimento da identidade coletiva. Esta hipótese nos permite refletir sobre a continuidade ou não da cultura caboverdiana no Rio de Janeiro, tendo em conta a incorporação de algumas características pela população nativa, que convivem com esses imigrantes.

3. Os imigrantes caboverdianos vivem um intenso processo de reconstrução identitária. Porém, tal processo vem alterando a identificação de origem, que se expressa na instauração de um caboverdiano abasileirado ou totalmente brasileiro. Através desta hipótese estudamos as alterações no conjunto das crenças, dos valores, dos rituais, dos costumes, dos hábitos, e do enfraquecimento dos laços culturais na segunda geração.

Esclarecemos que a escolha do tema dessa tese envolve três motivos fundamentais: em primeiro lugar, nosso interesse pela *segunda geração*¹ de imigrantes que integram o grupo da *primeira geração*², ou seja, de caboverdianos que entraram no Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Enquanto a primeira geração de imigrantes mantém uma razoável ligação com o país de origem, a segunda geração começa a distanciar-se da cultura de origem, o que pode repercutir na diluição da cultura caboverdiana no Rio de Janeiro, espaço marcado pela intensa abertura ao multiculturalismo. Em segundo lugar, o próprio governo de Cabo Verde, representado pelo *Instituto das Comunidades*³ passou a se interessar por questões de identidades, tendo como meta o estudo dos modos de vida de imigrantes e seus descendentes. Para dar visibilidade à política migratória, o governo atribuiu pela primeira vez, em 2003, o prêmio *Olhares de Descendências* a pesquisadores com trabalhos na área social sobre as gerações saídas da descendência caboverdiana na diáspora.

O terceiro motivo deve-se às nossas vivências como caboverdiano, proveniente de uma família migrante, tendo seu pai Quintino Bento exercido função de capataz, chefiando

¹ Brasileiros natos, filhos de caboverdiano/caboverdiana e, caboverdiano (a)/brasileira (o), nascidos no Brasil.

² Referimos a caboverdianos de nacionalidade portuguesa que entraram no Brasil até 1973, antes da independência de Cabo Verde em 05 de julho de 1975. Estes imigrantes chegaram ao Brasil com um projeto imigratório (trabalhar, fixar residência, retornar), mesmo que tenham permanecido definitivamente no território brasileiro. Neste grupo, encontramos também os caboverdianos trazidos pelos pais ainda crianças e/ou adolescentes. Nesta categoria, não são incluídos os Estudantes-Convênio de Graduação, vagas oferecidas a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia, conforme o PEC-G (2000).

³ Trata-se de órgão de Estado criado pela resolução nº. 64 do Conselho de Ministros destinado a atender necessidades de caboverdianos no exterior. Este órgão visa promover o bem-estar dos cidadãos caboverdianos no exterior de Cabo Verde, tanto no que diz respeito a sua inserção nos países de acolhimento, como no que concerne a sua relação com o país de origem. O Instituto está vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, com sede na Praia, capital do país, Avenida Amílcar Cabral 50. www.ic.cv

trabalhadores braçais nas lavouras de café e cacau de Angola e São Tomé; seu bisavô materno José Pereira emigrado para os EUA; sua mãe Autinha, que não conseguiu convencer João Bandeira, pai dela, a vender uma pequena propriedade, visando embarcá-la para Dakar e, de lá, com certeza, tomava rumo à Europa, além de amigos que vimos partir para o exterior de Cabo Verde. Assim, o corte de relações permanentes com pessoas significativas devido às viagens, sempre nos provocou certa nostalgia e, ao mesmo tempo, a vontade de um dia poder nos deslocar nos espaços geográfico e social.

Neste sentido, a estrutura das nossas representações começa na infância, estabelecida pelas narrativas familiares. Conforme Quintino, ao regressar das roças africanas para Cabo Verde, planejou viajar para a Holanda, projeto interrompido com o nascimento dos filhos, mas não suficiente para apagar a memória da migração. Assim, depois de alguns anos procurou partir para a Grécia na expectativa de que aquele país seria nossa futura residência, projeto não concretizado porque perdeu a viagem, tendo resultado na morte do projeto migratório.

Sob a ótica das vivências através do tempo e do espaço, de 1988 a 1992, vivemos na Congregação dos Irmãos Capuchinhos da Vice-Província de Cabo Verde, constituída em sua maioria por frades italianos. Essa experiência de vida nos proporcionou contatos ricos, necessários ao convívio com as diferenças, além de suscitar indagações sobre os motivos que levam pessoas, provenientes da Europa a se estabelecerem numa terra árida e seca como a caboverdiana, tendo em conta a saída constante desse povo. O mais intrigante é que a maioria dos frades tinha em média 50 a 80 anos, tendo em conta que haviam chegado às ilhas na faixa de 20 a 30 anos, enquanto outros foram sepultados nos cemitérios locais. Além desses italianos, sempre nos deparamos com missionários portugueses e indianos, além de milhares de turistas europeus que visitam o arquipélago, a ponto de alguns se tornarem imigrantes.

Recordamos também que no dia 13 de agosto de 1996, viajamos à Portugal com o objetivo de seguir à França, a fim de participar de um Encontro Internacional de Jovens para Cristo, por intermédio da Comunidade Emanuel, grupo carismático católico português com representação em Cabo Verde. Em Lisboa, ficamos hospedados na casa de um casal português pertencente à referida comunidade. No dia 14 de agosto, seguimos de ônibus para Lyon, norte da França, na companhia de um grupo constituído por 70 portugueses e alguns caboverdianos, onde permanecemos durante uma semana. O evento religioso nos colocou em contato com uma média equivalente a 80 mil jovens de quase todas as nacionalidades, uma experiência inédita, onde tivemos a oportunidade de fazer algumas amizades que esvaneceram depois de vários anos de correspondência através de cartas. Da França, seguimos para a Bélgica em

companhia de uma família francesa que nos levou de carona até Namur, fronteira com a Bélgica, a fim de encontrar com a tia Carminha, mulher na faixa de 60 anos, casada com um belga desde os 20. Neste país conhecemos vários pontos turísticos, além de bares caboverdianos frequentados também por estrangeiros e belgas, o que nos levou a perceber a cultura como algo bastante relativo. De retorno à Cabo Verde, dia 10 de setembro de 1996, após um telefonema da irmã Auxilia, alertando da necessidade de iniciar o curso superior no Brasil, com data de partida para o dia 26 de fevereiro de 1997, dia que desembarcamos no Rio de Janeiro. Tudo indica que poderíamos estar vivendo na Bélgica em busca de melhores condições de vida, assim como dezenas de outros caboverdianos que ali vivem. Ficou claro também que nos deparamos com a temática migratória na infância, representada nas conversas familiares sobre os problemas estruturais do país, tendo em conta nossas experiências de deslocamento no espaço, desde a entrada nos Capuchinhos, a ida a Portugal, França, Bélgica, e, posteriormente, ao Brasil.

Foi assim que a gestação deste trabalho teve início nas férias de 2001, em Cabo Verde, através dos contatos que fizemos com uma família residente na ilha de São Vicente, que nos deu um endereço e uma *encomenda*⁴, para entregar a um casal caboverdiano, morador na cidade de Nova Iguaçu, desde 1970. De regresso, procuramos o casal em sua residência que nos recebeu de braços abertos e nos convidou a passar o resto do dia com eles. No dia seguinte, um dos filhos do casal nos acompanhou à casa de outros caboverdianos que moram nos arredores. Em todas as casas tivemos tratamento familiar, ofereceram-nos um lanche, e convidaram-nos a conhecer as dependências da casa. Na despedida, alguns nos deram um *presente*⁵, e nos pediram para voltar. Percebemos que a maioria construiu suas casas umas próximas às outras, e mantiveram unidos através da vivência de alguns hábitos culturais, e das festas de confraternizações nas dependências familiares ou na Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro, em Mesquita.

A seleção do tema dessa tese deve-se ao fato dos imigrantes serem pouco conhecidos e estudados, tanto no Brasil como em Cabo Verde. Considerando o início da pesquisa em 2003, ano em que iniciamos nossa investigação sobre a “*imigração caboverdiana no Rio de*

⁴ Tratava-se de uma carta, uma lata de atum de Cabo Verde e uma bolsa com camoca, farinha de milho torrada. Essa encomenda nos foi entregue pela Dona Joana Évora, mulher na faixa etária entre 90 a 100 anos, para entregar ao filho Augusto Nascimento, morador do bairro Grajaú em Nova Iguaçu. Vale ressaltar o valor simbólico da encomenda como um “sinal de amor” para os caboverdianos. Com relação a camoca, trata-se de um alimento feito a base de milho, que contribui para a estimulação das funções cerebrais.

⁵ Recebemos uma bolsa de leite, uma fruta, uma bolsa de Nescau, que nos foi oferecido.

Janeiro”⁶, não encontramos nenhuma investigação que foca a questão da memória social desse grupo. Nesta direção, cremos que nossa pesquisa é pioneira, abrindo a possibilidade de que esses imigrantes possam ser estudados por pesquisadores interessados nas problemáticas da memória, espaço e identidade, sendo também importante para a divulgação da cultura caboverdiana. Nesse viés, recebemos mensagens por e-mail que conferem, em parte, a originalidade da nossa investigação, a saber: uma mensagem de Júlio Santos, Diretor do Instituto das Comunidades, em 25 de novembro de 2003, relata o seguinte: “Caro Sr. Dr. Artur Bento, no que refere a pesquisa feita sobre a imigração caboverdiana no Brasil, não temos conhecimento de nenhuma. Mas se caso você tiver e puder nos indicar agradeceríamos”. É importante registrar que em 27 de novembro de 2003, a Sra. Elisa Cohen nos remeteu uma mensagem com o seguinte teor: “eu desconheço qualquer pesquisa ou publicação a este respeito”. Em 28 de setembro de 2006, recebemos uma mensagem do Sr. José Augusto do Rosário, Presidente da Associação Brasileira de Caboverdianos em Santo André, relatando que ainda não existe nenhum trabalho acadêmico sobre o tema em estudo. Citamos ainda, o relato de 29 de setembro de 2006, da Senhora Lutchá, Secretária Geral da Associação Brasileira de Caboverdianos, dizendo que existem coletas de dados em São Paulo, mas sem vínculos acadêmicos. Além disso, fizemos uma busca em alguns sites de pesquisas brasileiras e não encontramos nenhum trabalho sobre os imigrantes no Rio de Janeiro. Dentre os sites destacamos o Portal de pesquisa da CAPES; Cultura Brasil; Releituras; IBICT, que aparecem na bibliografia usada nesta pesquisa.

Buscamos dividir a tese em cinco (5) capítulos, além da introdução. O 1º capítulo trata do quadro teórico/metodológico que fundamenta a investigação, a partir do conceito de memória, seguido de uma articulação com os conceitos de espaço, identidade e migração, além de apresentar os fundamentos do uso da História Oral como instrumento de captação das narrativas orais desses imigrantes. O 2º limita-se a apresentar os problemas de Cabo Verde, tendo em conta os fatores geográficos, climáticos, econômicos, sociais e políticos, entendendo que o processo migratório guarda estreita relação com as redes sociais, advindas desse processo. O 3º capítulo procura analisar os motivos da viagem, atrelados à política imigratória brasileira e caboverdiana, pontuando alguns fatores atrativos do Rio de Janeiro. No capítulo 4, o foco principal é a Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro.

⁶ BENTO, Artur Monteiro. A comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro: memória híbrida, identidade e diferença (dissertação). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. Publicada como Memória híbrida, identidade e diferença: uma visão múltipla da comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2007.

Portanto, buscamos compreender a institucionalização da memória, suas formas de sociabilidade e as particularidades do grupo. O capítulo 5 constitui o elemento central deste estudo. Nele, expomos uma análise da dialética da construção da nação caboverdiana nos períodos colonial e pós-colonial, apresentando alguns valores que foram apropriados e reavaliados pelos caboverdianos em geral, servindo-lhes como paradigmas identitárias.

1. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A tarefa deste capítulo consiste na apresentação das concepções de memória, espaço, identidade e migração, que norteiam a investigação, a partir da linha de pesquisa Memória e Espaço, na qual este estudo se inscreve. Dessa forma, trata-se de um trabalho que articula a discussão conceitual com as narrativas orais, visando conhecer e analisar a experiência de caboverdianos localizados no Rio de Janeiro. Será introduzida a discussão teórica que se baseia nos estudos de Halbwachs, Pollak, Rousso, Thompson, Queiroz, Bertaux, Houaiss, Seyferth, Sayad entre outros.

1.1. MEMÓRIA, ESPAÇO, IDENTIDADE E MIGRAÇÃO

A concepção de memória como construção social é um referencial importante, à medida que buscamos compreender a história de vida de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, tendo em conta a experiência adquirida após o deslocamento. Desse modo, tanto o processo de saída quanto o de chegada/integração no Rio de Janeiro deve ser objeto de reflexão, a fim de melhor elucidar as identificações projetadas no espaço. É certo que esta memória se constrói na confluência das referências – caboverdiana, africana, portuguesa e brasileira – ou na mistura desses elementos. É neste jogo de identidades que os imigrantes reconstróem a memória local. Nesta direção, propomos o caráter coletivo da memória desenvolvido por Halbwachs (1990), que apresenta traços impregnados de referências, permitindo a coesão, a coerência e a manutenção das relações entre passado, presente e futuro. Para o autor, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas, pois, um indivíduo ao evocar seu passado, tem frequentemente a necessidade de se remeter às lembranças dos outros.

Em busca das trajetórias de vida de imigrantes caboverdianos utilizamos o conceito de memória individual, visando à captação das identificações coletivas, acionadas no âmbito das vivências e das lembranças do passado. Pois, por mais que as lembranças pareçam ser consequência de uma ação individual, somente existem como parte de estruturas sociais, ou seja, sempre precisamos da memória dos outros para recordar das nossas. Assim, as lembranças individuais são produtos de uma articulação com as lembranças do grupo a que o indivíduo pertence. Halbwachs em seus estudos demonstra que as lembranças individuais situam-se nos *quadros sociais* das experiências coletivas, realçando que as lembranças

individuais permanecem como dados coletivos, à medida que “um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta aos pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (Halbwachs, 1990:26).

Com relação aos *quadros sociais* de memória, o autor explica que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de referência, tais como: a família, a classe social, a escola, a igreja, o trabalho, enfim, todos os grupos peculiares a esse indivíduo. Sendo assim, o passado é constantemente reconstruído e nossas lembranças estão associadas à maneira de pensar de tantos outros. Neste contexto, o imigrante reconstrói a memória e identidade através da vivência dos laços culturais, que se mantenham vivos nas confraternizações comunitárias, nos almoços familiares, nas conversas cotidianas, e na evocação das lembranças do passado. Portanto, se a cultura caboverdiana se mantém viva é porque existe uma relação estreita entre a memória e a identidade. Assim, estudar a memória do grupo, ainda que, através dos depoimentos orais individuais, é conhecer as trajetórias e as identificações coletivas. Por outras palavras, ainda que existam memórias que se mesclam, divididas e múltiplas, a vida dos imigrantes se organiza em torno de uma memória comum. Nesta perspectiva, o imigrante compartilha de dois tipos de memória que se interpenetram: a memória individual e a memória coletiva. Assim, quando os marcos culturais são evocados a partir de experiências atuais, eles estarão situados no presente enquanto categoria relacional, que ganha sentido em função da vivência de alguns elementos culturais.

Uma outra análise de Halbwachs a ser levada em consideração é aquela que alude ao fato de que *jámais saímos do espaço*, e que para lembrar-se não é necessário se transportar em pensamento para fora do espaço. Pois, pelo contrário, é somente a imagem do espaço que, em razão da sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente. As imagens espaciais desempenham um papel fundamental na memória coletiva, pois os objetos materiais daquele espaço nos oferecem uma imagem fixa. Sendo assim, é difícil descrever qualquer grupo, afastando toda a imagem espacial, à medida que as imagens do espaço desempenham um papel importante na construção da memória coletiva. Neste sentido, a lembrança retoma aquilo que foi vivenciado inicialmente, porque tanto o indivíduo como o grupo evoluíram. O tempo e o espaço são categorias fundamentais para a recordação do passado, tendo em conta que o tempo da memória está associado às experiências de vida, e, conseqüentemente, a construção da identidade que se dá a partir do vivido em cada manifestação cultural. Portanto, cremos que a partir do espaço temos acesso aos valores, aos rituais de enterro, aos hábitos, aos costumes, às danças e à culinária que

ocupam um lugar importante na memória social dos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, que vivenciada anualmente ou esporadicamente, fazem que eles recordem e repitam, com imagens e idéias do presente, as experiências de vida do passado.

Com ênfase na articulação da memória e da identidade, Pollak assinala que a memória é construtora de uma identidade, e age como um elemento de coesão social de uma determinada organização, como, por exemplo, uma festa, uma dança, uma culinária etc. Assim, a memória é “um fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na sua reconstrução de si” (Pollak, 1992:204). De fato, a identidade está atrelada a uma memória que permanece viva na experiência de si mesmo, tanto no uso de um indivíduo como de um grupo. A utilização desse conceito à temática migratória, é porque acreditamos que a reconstrução da memória e identidade através dos produtos culturais, está vinculada à sociedade de origem. Pois, quando os imigrantes caboverdianos identificam-se como brasileiros, assumem uma identidade social, fenômeno comum naquele que se distancia de sua origem. No entanto, estão se referindo ao Rio de Janeiro como espaço, onde é possível a reconstrução dos produtos culturais, a partir de referências brasileiras.

Com relação aos acontecimentos, Pollak os divide em duas categorias: os acontecimentos vividos pessoalmente, produtos de experiências individuais; e os acontecimentos vividos por tabela, provenientes de experiências do grupo a que pertence, mas não vividos diretamente. Entretanto, assumem um papel fundamental na memória do indivíduo devido a sua relevância – é a memória herdada –. Outro elemento constitutivo da memória figura as pessoas e os personagens de *quem se ouviu falar*, mas adquiriram fundamental importância, a ponto de se transformarem em praticamente conhecidas. Como terceiro elemento aparecem os locais que podem evocar experiências individual e social. Para ele, existem elementos estáveis na maioria das memórias, à medida que a memória solidifica certos acontecimentos que resistem a mudanças, passando a ter uma grande influência na vida da pessoa. De Pollak, incorporamos o conceito de *seleção da memória*, no qual as narrativas orais são aquelas que interessam ao indivíduo e/ou ao grupo. Daí o confronto entre a memória individual e a memória social, quando fica claro que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos que opõem grupos diversos – *a memória em disputa* –. Preocupado com o caráter seletivo da memória, o autor analisa o processo de negociação da memória, através da qual precisa concordar com as lembranças do grupo para que seja assimilada como uma memória individual. Fica evidente que a memória e a identidade podem indicar processos contraditórios, limitações e disputas, visto que “são valores disputados em conflitos

sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollak, 1992: 205). Entretanto, quando a memória e a identidade forem construídas de forma coerente e lógica, tanto os questionamentos, quanto os problemas colocados por grupos externos não chegam a provocar a necessidade de se proceder reelaborações nos níveis identitários. Nesta perspectiva, importa-nos analisar o grau de variabilidade de *coesão e dispersão* da memória e da identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, a partir das articulações dos espaços de origem e de permanência. Desta forma, a identidade passa a figurar como algo não fechado em si mesmo, mas como condição dentro de um sistema de relações sociais, construído histórica e socialmente de maneira flexível. Sendo a identidade um acúmulo de experiências de vida que se quer representar, diferenciando-se de outros grupos.

Com relação aos silêncios da memória, o conceito de *memória subterrânea* de Pollak – os que ficam silenciados por muito tempo e que vêm a tona em momentos de crise ou de possibilidades de extravazamento – servirão de base para a análise de tais situações quando forem evocadas nas narrativas orais. Contudo, precisamos ter em consideração que a memória é produto da relação entre o indivíduo e grupo, com base nas relações do passado, presente e futuro. Sendo assim, quando o passado é evocado, a partir da condição de temporalidade presente, ele está situado num determinado contexto, marcado pelas experiências e idéias que o indivíduo acredita. Nesta linha de pensamento, Pollak introduz o conceito de *enquadramento da memória*, tarefa exercida, segundo ele, pelos historiadores que têm a função de selecionar os acontecimentos e as interpretações do passado que se quer salvar, tendo em conta a demarcação das fronteiras identitárias. Nessa direção, Rousso (1988) evidencia que o trabalho de enquadramento da memória depende de profissionais responsáveis pelo controle da imagem, da oposição entre o subjetivo e o objetivo, bem como da escolha de testemunhas autorizadas (os guardiões). Porém, a imagem formada de si mesma não pode mudar de direção radicalmente sob o risco de tensões, cisões ou desaparecimento, à medida que o que está em jogo na memória é o significado da identidade social.

Complementando a sua discussão teórica, analisar o trabalho de enquadramento da memória é perceber como as memórias sociais são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Para tal, a memória não deve ser encarada como uma lembrança do passado, mas um processo de lembrar e esquecer, o poder de selecionar acontecimentos, a partir daquilo que parece relevante para o grupo ou para si mesmo. Assim, ao nos referirmos aos imigrantes caboverdianos, a grande discussão se dá em torno da identidade nacional mestiça, que em alguns momentos históricos promove o esquecimento de algumas referências e, em

outros, ressalta as mesmas referências. Esses dados podem criar uma nova identidade capaz de influenciar os discursos oficiais, a partir da visão da identidade que se quer fazer valer como a referência coletiva.

Ainda com relação ao quadro teórico-metodológico, trazemos uma outra abordagem da memória condizente com a prática migratória, a *desterritorialização*. Para Canclini (1984) a desterritorialização refere-se a dois processos: a perda da relação natural da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas dos produtos iniciais, juntamente com a produção de novas. Desse aporte teórico, a territorialização significa a apropriação do novo espaço pelos imigrantes, através da reelaboração de algumas características culturais do país de origem, destacando a culinária, as danças e os rituais de enterro. Sendo a territorialização o resultado do intercâmbio cultural de experiências individuais e coletivas, e não uma simples assimilação da cultura brasileira. Portanto, a reconstrução da memória e identidade não significa um retorno ao passado, mas a um novo modo de se identificar como caboverdiano, visto que quando a memória se territorializa, ela passa a emanar o *vivido*, significando um lugar de múltiplas possibilidades. Considerando esses fatos, o território ganha uma nova identidade que se expressa no conjunto de práticas culturais, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico e sujeito às transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade carioca. Assim, quando falamos em memória e identidade, estamos nos referindo a um produto novo, isto é, a essa diferenciação que realiza um grupo inserido em uma sociedade, adaptando-se a ela, mas preservando alguns produtos culturais de origem.

Como vemos, estamos em presença de um fato social, o – *fazer memória* – condição necessária à reconstrução dos produtos coletivos, desenvolvidos no espaço das relações sociais e, conseqüentemente, marcados por eventos significativos. No caso de imigrantes caboverdianos, o espaço ocupado por esses indivíduos é formado por vários grupos provenientes de diversos lugares, tendo cada grupo uma diversidade de registros que compõe as memórias locais. Nesta direção, reportamo-nos ao conceito de lugar antropológico de Augé que se refere ao mesmo da seguinte forma: “o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima” (Augé, 2001: 51). Este autor analisa a dimensão material temporal desses espaços, afirmando a possibilidade pós-moderna de “não-lugar”, dizendo que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (Augé, 2001: 53).

A utilização deste conceito nesta pesquisa é porque o local-espço apresenta características de um lugar antropológico, isto é, ele afigura em vários aspectos como identitário, relacional e histórico. Desse modo, as narrativas de imigrantes parecem emergir dos locais de convívio familiar, da associação e das festas, devendo as experiências de vida e a prática cultural assumir dinâmica própria. No ato de narrar histórias de vida, de lidar com o tempo como algo descontínuo, o grupo reconstrói memórias, que, certamente, sofrem flutuações em função do momento em que são articuladas, em que estão sendo narradas. Desse modo, ao articularmos as noções de memória, espaço e identidade, estamos produzindo conhecimento sobre imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, de acordo com dinâmicas sociais.

1.2. NARRATIVAS ORAIS E A HISTÓRIA ORAL

A fim de buscar os devidos procedimentos metodológicos, a pesquisa exigirá um trabalho com a oralidade, visando analisar a reconstrução da memória e identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, a partir dos relatos e percepções de seus próprios protagonistas. Diante disso, este estudo se pauta, basicamente, na metodologia da História Oral, abordada no sentido proposto por Amado e Ferreira (1996) como uma ponte entre teoria e prática, ordenando os procedimentos e suscitando questões que serão respondidas com o apoio da teoria vigente acerca do objeto de estudo escolhido: “a interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embassando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais” (Amado e Ferreira, 1996: 17).

Assim, a opção pela História Oral implica não só em citar os relatos dos imigrantes caboverdianos, mas também em levantar questões que não seriam possíveis de serem percebidas nas entrevistas em geral, à medida que a história oral está preocupada com questões de cunho mais específicos. Tais relatos expressam produtos culturais, valores, crenças e possíveis mitificações em torno do objeto de estudo, servindo como portas de entrada à compreensão da reconstrução da memória e identidade desse grupo na perspectiva do lugar-espço pesquisado. Nesta direção, Queiroz aponta que a história oral é um conceito amplo que engloba uma quantidade de relatos, “a respeito de fatos não registrados por outros tipos de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meios de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos

indivíduos de uma mesma coletividade” (Queiroz, 1988:19). Para ela, este método busca uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um determinado período de tempo, deixando claro que é a forma mais antiga de se coletar narrativas orais, sendo relevante em pesquisas que abordem os grupos, cujas culturas se encontram em fase de extinção, ou marginalizada socialmente, à medida que a “quase inexistência de documentos escritos, assim como de outras formas de conservação de informações, determinou o desenvolvimento de técnicas que permitissem o armazenamento de dados do passado” (Queiroz, 1988:30).

Conforme Queiroz, para as Ciências Sociais, o importante não é armazenar documentos, nem tentar reconstituir culturas antigas, ou épocas, mas atingir um problema de estrutura social por meio de técnicas específicas de coletas de dados. Pois, trata-se de um instrumento que ajuda o pesquisador a perceber valores, hábitos, costumes, tradições e possíveis mitos que circunscrevem um determinado grupo. Daí a importância de se fazer uma ponte entre a teoria e a prática, lembrando que a história oral formula questões, mas não oferece soluções e explicações definitivas. Estas devem ser procuradas na teoria da história, onde agrupa conceitos que nos remetem a questões metodológicas geradas durante a pesquisa. Assim, as narrativas orais devem ser analisadas em toda a sua dimensão à luz de teorias, tendo em conta as dificuldades, os bloqueios, os silêncios e/ou esquecimentos.

Neste ponto, Thompson (1998) alerta para que o pesquisador atende aos possíveis problemas que podem ocorrer durante o processo de entrevistas, entre o entrevistador e seus informantes. Ressalta que uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Assim sendo, o êxito na atividade de entrevistador depende tanto de cuidados pessoais quase tanto como do conhecimento histórico especializado. Seguindo este pensamento, Santana (2000) completa que “a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado é um dos pontos mais ricos na experiência com a história oral. Esta relação, em um contexto de geração de documentos, tem dado sua importante colaboração ao relativizar posturas mais rígidas sobre a separação entre sujeito e objeto no campo da pesquisa” (Santana, 2000: 35).

Além disso, cabe aqui enfatizar a história oral como uma forma de dar voz aos sujeitos desta pesquisa. Estes argumentos podem ser explicados por Meihy (1996) quando afirma que:

“A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nessa medida, ela não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem. (...). A história oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais vistos pelas pessoas que herdaram os

dilemas e as benesses da vida no presente. Sua versão do processo, porém, deve ser um legado de domínio público” (Meihy, 2002:15-20).

Por sua vez, a história oral nos remete a uma análise específica da memória cujos procedimentos deverão ser dotados de cuidados minuciosos, principalmente em relação aos atores sociais desta pesquisa. Neste sentido, Meihy explica que no trabalho de história oral, o oralista deve se comportar mais como mediador do que propriamente como o autor convencional de seus projetos. Assim, é importante que o pesquisador possa conduzir seu trabalho tendo em vista que não é uma espécie de porta-voz do grupo social a ser estudado, mas que sua função é, sobretudo, ficar calado e escutar.

Bourdieu (1996) considera que, quem se propõe a fazer história oral, não deve pressupor que a vida constitui um todo organizado com começo, meio e fim, pois falar de história de vida implica refundar o contexto das vivências, levando em consideração que tal contexto sofre transformações diversas. A par disso, a história oral pode produzir um documento novo, algo que nunca havia sido registrado, desde que deixemos o entrevistado narrar a sua trajetória de vida, de modo a revelar o conjunto de relações e forças que circunscreve o lugar-espço, pois as experiências de vida indicam o cotidiano, o tipo de relacionamento entre os indivíduos, bem como os produtos culturais compartilhados pelo grupo. Nesta linha de pensamento, Thompson (2002) evoca que a história oral é uma interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escrita das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências, devendo as narrativas serem compreendidas como processos que expressam significados simbólicos.

Estas reflexões nos ajudam a compreender a imigração caboverdiana no Rio de Janeiro como algo dinâmico, móvel e flexível. Por isso, selecionamos as narrativas de acordo com os objetivos da pesquisa, destacando alguns dados relevantes para a análise da reconstrução da memória e identidade desse grupo. É neste sentido que trabalhamos com a observação participante que traz à pesquisa um arcabouço teórico importante, para além de ser mais um instrumento para investigar as relações entre memória, espaço, identidade e nação, procurando observar, acompanhar e participar das atividades comunitárias promovidas pelo grupo. Neste sentido, seguimos algumas diretrizes sobre observação participante, principalmente aquelas que fazem parte do universo teórico de Copans, Berteaux, Demo e Geertz sobre a experiência etnográfica.

Diante das demandas metodológicas que sugerem esta pesquisa, optamos por desenvolver um trabalho de observação participante, à medida que o trabalho de campo reside na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma

socialização controlada, significando também um processo de controle dos nossos preconceitos. Segundo Copans (1999), a observação participante é o registro das narrativas orais e das experiências individuais de campo, pois é uma observação auditiva e visual que visa compreender as dinâmicas social e cultural. Esta observação é desenvolvida no seio de um grupo, a partir das suas relações institucionais, interindividuais ou coletivas, permitindo o pesquisador reconhecer seu espaço e o de seus entrevistados. Ressaltamos que esta observação resulta de uma série de escutas, de diálogos e de trocas sociais. Para ele, a foto é um complemento ou um prolongamento dos processos de observação, pois o diálogo, os comentários, as crenças, os dados descritivos, muitas vezes atravessam as imagens. Assim, tanto as anotações quanto as fotos enriquecem e alargam o campo de observação. Neste sentido, Bertaux (2001) nos adverte que em uma entrevista aberta às questões são colocadas como um campo de possibilidades, direcionadas para a história de vida, a escolha das trajetórias, os modos de funcionamento, os contextos de ações dos sujeitos envolvidos. Para o autor, na história de vida, a pessoa conta um episódio da sua trajetória, exprimindo conteúdos de uma parte das suas experiências que passam por percepções, reflexões e memória. Assim, o processo de registro da memória se realiza através de observação, entrevista, foto, entre outras, nas quais se buscam reconstituir a memória e a identidade dos grupos.

Demo (1984) afirma que a observação participante privilegia a relação social, buscando nesta uma via de descoberta e de manipulação da realidade, contribuindo, assim, para a descrição do lugar, uma vez que tal observação está inscrita no espaço e no tempo. Porém, a questão que se coloca é como a observação participante se atrela à cultura, à medida que o imigrante, ao narrar histórias de vida, se coloca em espaços vividos, materializados em lugares circunscritos geograficamente. Neste contexto, os produtos culturais devem ser descritos de forma densa, como nos propõe Geertz (1987). Este autor aponta que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos. A questão de Geertz é mostrar como podemos desvendar a realidade social através de uma análise minuciosa dos dados que nos são apresentados. Daí, a importância de compreendermos como uma culinária, uma dança, um ritual, uma festa comemorativa, uma idéia estabelece relações entre os vários elementos culturais de um determinado grupo social. Para Geertz fazer etnografia é como ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamento modelado. É nesta visão que a etnografia não é somente a descrição e análise de cada significado cultural, mas representa um esforço intelectual que demanda

aprimoramento da percepção, da sensibilidade e da compreensão dos significados culturais. Nesta direção, a etnografia é a peça chave na elucidação das formas culturais sujeitas às interpretações de primeira mão (entrevistado) ou de segunda mão (pesquisador).

Com relação aos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, podemos apontar que a etnografia aproxima-se tanto da história oral como da observação participante. Assim, a narração das trajetórias de vida nos fornece registro que muitas vezes não se encontram documentados. A repetição dos motivos, a reconstrução da memória e identidade explicitada nas falas, o fluxo das emoções, as redes de sociabilidades e o sentimento de permanência no lugar-espço representam a territorialização dos produtos culturais. Desse modo, ao dizer de suas vidas, ao narrar determinados fatos, os entrevistados evocam as relações no espaço, onde se desenrola o conjunto de relações sociais, históricas e simbólicas. As narrativas não constituem a única fonte de história, porém nos dão pistas das representações que os imigrantes têm das suas experiências de vida ao longo dos tempos.

As idas ao campo foram facilitadas por vínculos criados anteriormente entre o pesquisador e alguns imigrantes caboverdianos. O que propiciou esta relação foi a minha participação nalgumas festas de confraternizações promovidas pela Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro. Desse modo, todas as festas eram realizadas pela Associação, facilitando assim o entrossamento entre pesquisador e os imigrantes filiados à Associação. O fato de vivenciar aspectos do cotidiano desses imigrantes, o aprendizado de ouvir as histórias de vida contadas por seus atores sociais, somados à possibilidade de conhecer de perto as estruturas culturais, foram fundamentais para que o interesse sobre a memória e identidade se tornasse um ponto bastante importante tanto para minha formação pessoal e acadêmica.

Durante os anos de 2003 a 2009, utilizamos entrevistas exploratórias realizadas em quinze idas a campo, juntamente com o apoio de bibliografia levantada durante todo este período e do diário de campo, importante recurso para registrar aquilo que não foi possível de fazer nas entrevistas gravadas, servindo de guia para sistematizar alguns episódios e assuntos relevantes. No total foram computadas vinte e nove (29) entrevistas, sendo dezoito (18) do grupo de imigrantes da 1ª geração e onze (11) do grupo da segunda geração. A escolha desses imigrantes se deve às explicações muito presentes nas falas sobre a reconstrução da memória e da identidade, e também pelo papel na fundação da Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ). As entrevistas cobrem os imigrantes residentes nas cidades de Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, onde esses indivíduos se encontram nas suas atividades diárias, ou nos locais previamente combinados com eles. Além disso, estivemos abertos à indicação de líderes da ACERJ. Outro aspecto é a facilidade em

chegarmos aos imigrantes, pois se encontram próximos uns dos outros. Com relação à transcrição, as narrativas foram mantidas o mais próximo possível das falas originais, com o intuito de preservar a riqueza e as estratégias do trabalho da memória manifestado nas narrativas orais. Assim, as entrevistas com esses indivíduos contêm relatos sobre as experiências de vida. Cada um deles segue um roteiro aberto e as entrevistas foram realizadas individualmente, de preferência no seu local de residência ou em lugar indicado pelo narrador.

O mapeamento das entrevistas (tabela 01) teve como objetivo auxiliar na construção do perfil da rede de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro. Acrescenta-se a isso que as diferentes trajetórias de vida servirão para a análise da memória coletiva, bem como das formas de organização e reprodução que o grupo constitui.

TABELA 01 - MAPA GERAL DE IMIGRANTES CABOVERDIANOS ENTREVISTADOS NO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO DE 2003-2008.

No	Nome	Geração	Idade	Ocupação	País		Imigração		Transporte (Navio)	Tipo de Visto	Entrevista
					Nas.	Nac.	Local	Data			
01	Aida de Oliveira	1ª	68 Anos	Lar	Cabo Verde	Portugal	Rio	19.07.60 (47 anos)	Vera Cruz	Permanente	2007
02	Ana de Oliveira	1ª	71 Anos	Lar	CV	Port.	Rio	19.07.60 (50 anos)	Vera Cruz	Permanente	2007
03	André Mota	2ª	12 Anos	Estudante	Brasil	BR	—	—	—	—	2003*
04	Andréia Mota	2ª	14 Anos	Estudante	BR	BR	—	—	—	—	2003*
05	Antónia Josefa	1ª	74 Anos	Lar	CV	Port.	Rio	19.07.60 (47 anos)	Vera Cruz	Permanente	2003 2006
06	Antônio Melo	2ª	30 anos	Comércio	BR	BR	—	—	—	—	2007*
07	Armanda Neves	1ª	68 anos	Lar	CV	Port.	Rio	25.10.60 (47 anos)	Vera Cruz	Permanente	2004*
08	Augusto Nascimento	1ª	66 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	25.10.60 (47 anos)	Vera Cruz	Naturalizado	2003*
09	Carlos Ramos	2ª	18 anos	Estudante	BR	BR	—	—	—	—	2006
10	César Pinto	2ª	35 Anos	Juiz	BR	BR	—	—	—	—	2007*
11	Domingos Brito	1ª	81 Anos	Mecânico	CV	Port.	Rio	22.11.60	Vera Cruz	Permanente	2004*
12	Eliza Lopes	2ª	35 Anos	Secretária	BR	BR	—	—	—	—	2004
13	Francisca Sousa	1ª	67 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	21.01.67	Vera Cruz	Naturalizada	2003*
14	Franklin da Silva	2ª	18 Anos	Estudante	BR	BR	—	—	—	—	2007
15	Hermínia Clara	1ª	70 Anos	Lar	CV	Port.	Rio	18.01.61	Vera Cruz	Permanente	2007*
16	Ilda dos Santos	1ª	60 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	18.01.50 (57 anos)	Vera Cruz	Naturalizada	2003*

CONT. DA TABELA 01

No	Nome	Geração	Idade	Ocupação	País		Imigração		Transporte (Navio)	Tipo de Visto	Entrevista
					Nas.	Nac.	Local	Data			
17	João Rodrigues	1ª	78 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	28.02.58	Vera Cruz	Naturalizado	2003
18	Joana Nascimento	2ª	30 Anos	Comércio	BR	BR	—	—	—	—	2003*
19	José Eugênio	1ª	46 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	07.02.72	Vera Cruz	Naturalizado	2003*
20	José Monteiro	1ª	79 Anos	Pedreiro	CV	Port.	Rio	03.01.50 (57 anos)	Vera Cruz	Naturalizado	2003*
21	José de Oliveira	1ª	74 Anos	Contra Mestre	CV	Port.	Rio	03.01.50 (57 anos)	Vera Cruz	Naturalizado	2007
22	José Apolinário	1ª	70 Anos	Mestre de Obra	CV	Por.	Rio	25.10.60 (47 anos)	Vera Cruz	Permanente	2007*
23	Manuel Gote	1ª	76 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	19.09.56 (51 anos)	Vera Cruz	Permanente	2007
24	Maria Mota	1ª	42 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	05.03.69 (38 anos)	Vera Cruz	Permanente	2007*
25	Maysa Silva	2ª	35 Anos	Psicóloga	BR	BR	—	—	—	—	2003*
26	Neusa de Oliveira	2ª	42 Anos	Professora	BR	BR	—	—	—	—	2007
27	Otávio Ramos	1ª	74 Anos	Comércio	CV	Port.	Rio	19.07.60 (47 anos)	Vera Cruz	Permanente	2003 2007
28	Otávia Ramos	2ª	43 Anos	Lar	BR	BR	—	—	—	—	2006
29	Pedro dos Santos	1ª	50 anos	Professor	CV	Port.	Rio	1970	Avião (Lisboa)	Naturalizado	2008

* Entrevistas anotadas no caderno da pesquisa. As entrevistas datadas de 2003 a 2004 foram feitas com vistas à dissertação de Mestrado, e aprofundadas no Doutorado (2005 a 2008) durante a pesquisa de campo.

Fonte: Artur Bento.

A tabela 01 apresenta um perfil desses imigrantes, tendo em conta a geração, a idade, o país de nascimento e nacionalidade, a data e o local de imigração, o transporte utilizado e o tempo de permanência no Rio de Janeiro. Trata-se de um perfil aproximado, à medida que existem caboverdianos não documentados, assim como sua localização domiciliar não identificada, opinião compartilhada também pela Associação Caboverdiana. Pois, os imigrantes se estabeleceram no Brasil como cidadãos portugueses e, ao se espalharem nesta metrópole urbana, a maioria não se inscreveu no Consulado Caboverdiano após a independência nacional, em 1975, tendo guardado a documentação portuguesa. Este dado pode ser confirmado pelas informações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2007), afirmando que até o Censo de 80 não existem dados estatísticos referentes à imigração caboverdiana. Com relação à África, a partir de 1990 aparece Moçambique e Angola, mas não figura Cabo Verde no grupo dos africanos. O IBGE da mesma forma que não levanta dados de cada país africano, também não tem dados das colônias portuguesas, pois são todos

portugueses. Esses mesmos dados foram checados ao longo da pesquisa de campo através da verificação do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), ou na Carteira de Identidade Brasileira para os que se naturalizaram, dizendo-se portugueses de Cabo Verde.

Lembramos que os relatos orais possibilitam a construção de um quadro mais amplo dentro do qual se situa o fenômeno da migração caboverdiana. Tal quadro, com certeza, nos fornece informações de variáveis socioeconômicas que configuram o deslocamento e, posteriormente, a fixação permanente no Rio de Janeiro. Os elementos presentes nas narrativas permitem relacionar a estrutura social que embasa as políticas migratórias dos governos e os discursos dos sujeitos entrevistados. Trata-se de um discurso daquilo que é vivido através das experiências como sujeitos ativos e dinâmicos. Portanto, a coleta de dados pela história oral constitui uma forma de pesquisar até que ponto a memória e a identidade contribuem para a reconstrução da cultura de origem.

E, finalmente, visando uma maior compreensão dos entrevistados, construímos um perfil de cada um, organizado conforme o Quadro Geral de Entrevistados:

01.Aida de Oliveira: 69 anos, aposentada, casou no Rio de Janeiro com Manuel Gote, 77 anos (entrevista 23) e, deste casamento teve três filhos. Aida chegou no Rio em 1960, portando carta de chamada e retornou a Cabo Verde em 1999. No início da imigração, trabalhou como empregada doméstica em São Paulo, mas retornou ao Rio para se casar e juntar-se à família. Morou em Santa Teresa, bairro do Rio de Janeiro, durante 30 anos, mas devido à violência, alugou a casa e a loja por recomendação dos filhos, e se mudou para o Lins, onde comprou um apartamento há nove anos. Com relação à identidade considera-se mais brasileira que caboverdiana, visto que foi no Brasil que construiu a família. Além disso, tem mais tempo de Brasil do que de Cabo Verde, mas é sócia da Associação.

02. Ana de Oliveira: 72 anos, casada com um brasileiro no Rio de Janeiro, e deste casamento teve três filhos. Ana chegou no Rio em 1960, portando carta de chamada e, nunca retornou a Cabo Verde. Conforme seu relato, seu pai emigrou para a Argentina, e a deixou na companhia dos avós que morreram depois da sua partida do Brasil. Trabalhou como “Babá” durante alguns anos, mas ao se casar passou a cuidar do lar. Ela se considera brasileira e perdeu a maioria dos hábitos de origem. Com relação à emigração, Ana pretendia usar o Brasil como trampolim para se juntar ao pai na Argentina, pois na época era mais fácil entrar com carta de chamada no Brasil do que na Argentina; mas, casou assim que se apaixonou. Após a fixação no Rio, foi a Argentina visitar o pai que já tinha vindo ao Brasil duas vezes.

03. André Mota: 13 anos, estudante, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, morador na cidade de Nova Iguaçu, desde que nasceu. André aprecia a cultura caboverdiana, mas acha estranho a forma como os estudantes caboverdianos dançam as músicas de origem, à medida que os imigrantes caboverdianos da 1ª geração não dançam “apertados”. Ele se considera brasileiro. Raramente frequenta as festas de confraternizações na Associação, mas procura se informar sobre as notícias de Cabo Verde através da Internet.

04. Andréia Mota: 15 anos, estudante, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, moradora na cidade de Nova Iguaçu, desde que nasceu. Andréia gosta da cachupa caboverdiana, mas sem caldo. Ela se considera brasileira e acha estranha a maneira como os estudantes caboverdianos dançam as músicas de origem, à medida que os imigrantes da 1ª geração não dançam tão “apertados”.

05. Antónia Josefa: 74 anos, aposentada, casou no Rio de Janeiro com Otávio Ramos, 74 anos (entrevista 27) e, deste casamento teve três filhos. Ela chegou no Rio em 1960, portando uma carta de chamada, tendo retornado a Cabo Verde nos anos de 1980 e 1997. No início da imigração, Antónia trabalhou como “Babá”, atividade que exerceu até as vésperas do casamento. Moradora na cidade de Nilópolis, desde que chegou no Rio de Janeiro em 1960. Conhecida como tia Maninha, é uma das fundadoras da Associação, porém, atualmente, não frequenta este espaço devido à doença. Ela se considera brasileira, devido à família que construiu no Brasil, bem como os 48 anos de permanência. Atualmente, vive isolada dos caboverdianos, mas rodeada de alguns brasileiros da região. Tia Maninha destruiu as lembranças que trouxe de Cabo Verde, mas as guarda na memória.

06. Antonio Melo: 30 anos, 2º grau completo, solteiro, 2ª geração de imigrantes caboverdianos. Considera-se brasileiro, mas não renega suas origens culturais. Cuida dos negócios dos pais, vendendo numa loja localizada nas dependências da casa em Nova Iguaçu. Antonio, raramente frequenta a Associação, mas gosta de visitar os caboverdianos que moram próximo à cidade. Pensa visitar a família do pai que vive em Cabo Verde, pois a maioria dos familiares do lado materno vive no Rio. Aprecia a cachupa, mas não com aquele *montão de caldo*.

07. Armanda Neves: 69 anos, casou no Rio de Janeiro com Domingos Brito, 81 anos (entrevista 11), e deste casamento teve três filhos. Armanda chegou no Rio em 1960, portando carta de chamada, tendo retornado a Cabo Verde em 1995, mas considera a última viagem. Inicialmente, trabalhou numa loja no Centro da cidade do Rio de Janeiro, mas abandonou o emprego porque tinha medo de andar de trem. Moradora na cidade de Nova Iguaçu, desde que chegou no Brasil. Ela é uma das fundadoras da Associação; mas, atualmente, quase não

freqüenta as festas devido à idade avançada e a doença. Fuma cachimbo, assim como as mulheres antigas de Cabo Verde, uma prática que vem caindo em desuso. Ela faz comida de Cabo Verde para ela e o marido, pois os filhos deixaram de comer comidas típicas, cariocas.

08. Augusto Nascimento: 66 anos, comerciante, casou no Rio de Janeiro com Ilda dos Santos, 60 anos (entrevista 16), e deste casamento teve dois filhos. Convertido à Igreja Evangélica, atualmente não freqüenta a Associação, sendo comum viajar a Cabo Verde quando os pais ficam muito doentes, tendo em conta que a mãe se encontra acima dos 90 anos. Morador na cidade de Nova Iguaçu desde que chegou no Rio de Janeiro. Augusto se considera um caboverdiano bem adaptado ao Brasil e à Igreja.

09. Carlos Ramos: 19 anos, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, estudante, morador na cidade de Nilópolis, desde que nasceu. Passou as férias em Cabo Verde quando tinha 10 anos, tendo retornado com sotaque da língua caboverdiana, mas foi persuadido pela família a retomar o uso corrente da língua portuguesa do Brasil de modo a evitar problemas com a aprendizagem. Da cultura caboverdiana, prefere as músicas, as festas e cachupa, comida típica a base de milho. Apesar dos laços com Cabo Verde, ele se considera brasileiro. Não pensa em viver em Cabo Verde, pois as ilhas não têm as oportunidades de trabalho como o Brasil, pois, se tivesse os pais não teriam saído do arquipélago.

10. César Augusto: 35 anos, 2ª geração de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, casado com uma brasileira. César se considera brasileiro e caboverdiano, foi presidente da Associação Caboverdiana e, sempre procurou manter vivo o espírito de solidariedade, mesmo tendo algumas dificuldades em reunir os imigrantes para os programas associativos. Em 2006, numa palestra na Universidade Santa Úrsula sobre a independência de Cabo Verde, falou sobre a necessidade de promover uma maior articulação entre os imigrantes e os estudantes caboverdianos como forma de despertar a cultura no meio dos imigrantes, uma vez que a maioria perdeu os contatos com suas raízes culturais.

11. Domingos Brito: 81 anos, aposentado como mecânico, profissão adquirida no Brasil; casou no Rio de Janeiro com Armanda Neves, 69 anos (entrevista 07), e deste casamento teve três filhos. Domingos chegou no Rio de Janeiro em 1960 e regressou a Cabo Verde em 1995. Mas, não pensa retornar à terra natal devido à idade avançada e a doença. Em seu relato, ele se considera caboverdiano, e reprova o comportamento daqueles que se encontram divididos em sua identidade, embora, ele mesmo, goste de participar das conversas com brasileiros. Morador na cidade de Nova Iguaçu, desde que chegou no Brasil, se considera um dos fundadores da Associação, tendo capinado e construído paredes.

12. Eliza Lopes: 37 anos, curso superior, funcionária administrativa da Universidade Gama Filho, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, moradora na cidade do Rio de Janeiro. casada com um moçambicano. Eliza se considera brasileira, mas adora a cultura caboverdiana, desde as festas até a cachupa. Assim como outros descendentes, ela acha estranho o modo *agarradinho* como os estudantes caboverdianos dançam, o que passa a imagem de um certo erotismo, comportamento não observado entre os imigrantes caboverdianos.

13. Francisca Sousa: 68 anos, comerciante, viúva de um caboverdiano no Rio de Janeiro, mãe de três filhos. Francisca chegou no Rio de Janeiro em 1967, portando carta de chamada para se juntar ao marido, e não pensa retornar a Cabo Verde. Moradora na cidade de Nova Iguaçu, desde o início da imigração no Brasil. Para ela, Cabo Verde morreu, com a morte da maioria dos familiares. Sendo assim, não gosta de falar das ilhas de Cabo Verde, dizendo que esqueceu as lembranças da terra de origem. Entretanto, ensinou aos filhos alguns hábitos e costumes, principalmente as comidas, pois ao mesmo tempo em que fazia comida de Cabo Verde, aprendia o sistema culinário brasileiro. Ela se diz brasileira e, raramente, frequenta a Associação, mas nunca deixou de incentivar os filhos na cultura caboverdiana. Desde que chegou no Rio de Janeiro se preocupou em dar uma vida melhor à família, tendo formado uma psicóloga na UGF.

14. Franklin da Silva: 18 anos, 2ª geração, mas produto do cruzamento de um imigrante caboverdiano com uma brasileira; solteiro, 2º grau completo, morador na cidade de Mesquita desde que nasceu. Franklin se considera brasileiro, mas gosta de estar nas festas caboverdianas, sendo comum convidar algum amigo brasileiro que mora próximo a sua residência. Pensa cursar uma faculdade e entrar para a Marinha a fim de garantir certa estabilidade financeira. Franklin é um jovem que pensa em crescer na sociedade brasileira através do aproveitamento das oportunidades.

15. Hermínia Clara: 71 anos, casou no Rio de Janeiro com José Apolinário, 70 anos (entrevista 22), e deste casamento teve dois filhos; moradora na cidade de Nilópolis desde que chegou no Brasil. Hermínia chegou no Rio em 1961, portando carta de chamada, tendo retornado quatro vezes a Cabo Verde. Ela se considera caboverdiana, adaptada ao Brasil, tendo em conta que gosta cozinhar comidas típicas e viajar para Cabo Verde com a finalidade de descansar. Embora, raramente falte o encontro promovido pela Associação Caboverdiana, não gosta de falar sobre suas experiências de vida, dizendo ter esquecido.

16. Ilda dos Santos: 60 anos, comerciante, casou no Rio de Janeiro com um caboverdiano no Rio de Janeiro e deste casamento teve dois filhos; moradora na cidade de Nova Iguaçu. Ilda se converteu a Igreja Evangélica devido ao marido, como forma de dar prosseguimento à unidade da família constituída no Brasil. Gosta de estar nas festas promovidas pela Associação, além de procura se informar sobre Cabo Verde. Trata-se de uma pessoa muito cuidadosa, respeita a religião de cada um, e, nunca entra em atrito com os imigrantes nas festas. Para ela, a Associação é um lugar de encontro, de convivência e de harmonia dos patrícios. Devido a evangelização, vive rodeada de brasileiros e procura convidar alguns para as festas caboverdianas.

17. João Rodrigues: 79 anos, comerciante, casou com uma caboverdiana no Rio de Janeiro até seu falecimento em 2007, e deste casamento teve três filhos. João chegou no Rio em 1958, portando carta de chamada, e retornou a Cabo Verde duas vezes; morou na cidade de Nova Iguaçu. Para ele, colônia caboverdiana não fez nada para melhorar a vida dos caboverdianos no Rio de Janeiro, tendo sido acolhido por amigos quando da sua chegada. O imigrante saiu de Cabo Verde muito decepcionado devido à seca e às pragas de gafanhotos que impedia o desenvolvimento da plantação. Antes de fixar residência no Rio de Janeiro, viajou para Angola, mas não se adaptou aos trabalhos da roça, tendo retornado a Cabo Verde.

18. Joana Nascimento: 30 anos, curso Técnico de Enfermagem, 2ª geração de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, moradora na cidade de Nova Iguaçu. Joana, raramente, frequenta a Associação caboverdiana, vivendo quase isolada dos caboverdianos e rodeada de brasileiros, se identificando como brasileira que gosta de comidas típicas, como a cachupa. É comum, tomar conta da loja, mas passou a enfrentar algumas dificuldades financeiras após o pai, convertido a Igreja Evangélica, ter proibido a venda de bebidas alcoólicas.

19. José Eugênio: 50 anos, morador na cidade de Nova Iguaçu, comerciante, casado com uma caboverdiana até seu falecimento em 2004, e do casamento teve dois filhos. José chegou no Rio de Janeiro em 1972 com 15 anos de idade e nunca retornou a Cabo Verde. Mesmo sem projeto de retorno, conectou o computador na Internet para estar em sintonia com o País, tendo em conta que uma boa parte dos familiares vivem nas ilhas.

20. José Monteiro: 79 anos, comerciante, casado com uma brasileira no Rio de Janeiro, e deste casamento teve três filhos. José chegou no Brasil em 1950, tendo regressado ao país de origem em 1997, considerando esta sua última viagem devido à idade e à doença. Morador na cidade de Nova Iguaçu desde o início da imigração. No início, morou com amigos, depois sozinho, até quando se casou. José se considera brasileiro, mas por ser

homem, não pode transmitir a culinária cachupa à descendência, mas sempre os incentivou a participar das festas, onde fosse possível vivenciar a cultura de origem. O imigrante não gosta de gravar entrevista, mas pôde ser anotada no caderno de pesquisa.

21. José de Oliveira: 74 anos, aposentado, casou com uma caboverdiana no Rio de Janeiro, e deste casamento teve três filhos. José chegou no Brasil em 1955, tendo regressado a Cabo Verde em 1997. Trabalhou como Porteiro de onde se naturalizou. Foi Militar, mas não pôde seguir a carreira devido à redução do efetivo não qualificado. No entanto, entrou na Construção Naval, onde prestou serviços gerais como batedor de chapas até se aposentar como Contramestre. O depoente mandou trazer a irmã e a mãe, sendo que a última morreu com 102 anos, em Niterói. Considera-se um dos Fundadores da Associação, tendo permanecido como Presidente por 20 anos. José pertence a várias Instituições, desde a Maçonaria, a Associação Caboverdiana até a Associação Luso-Brasileira.

22. José Apolinário: 70 anos, casou no Rio de Janeiro com Hermínia Clara, 71 anos (entrevista 15), e deste casamento teve dois filhos. José chegou no Rio em 1960, na expectativa de retornar a Cabo Verde, assim que conseguisse acumular algum dinheiro, mas nunca regressou à terra natal. Ele se considera caboverdiano. No Rio de Janeiro trabalhou como ajudante de Pedreiro até se tornar Mestre de Obras. Morador na cidade de Nilópolis, desde que chegou no Brasil. Conforme seu depoimento, demorou para se adaptar porque não tinha uma profissão, o que dificultou a sua integração no mercado de trabalho. Ele é um dos fundadores da Associação e foi Diretor do Patrimônio até 2004; não guarda lembranças de Cabo Verde, mas gosta de escutar CDs com músicas caboverdianas trazidas de Cabo Verde pela esposa durante suas férias.

23. Manuel Gote: 77 anos, aposentado, morador na cidade do Rio de Janeiro, casou no Rio de Janeiro com Ainda de Oliveira, 69 anos (entrevista 01), e deste casamento teve dois filhos. Manuel chegou no Rio em 1956, portando carta de chamada, e nunca retornou a Cabo Verde, embora pense visitar a terra de nascimento. Morou em Santa Teresa durante 30 anos, onde montou seu estabelecimento de venda, mas atualmente mora no Lins por recomendação dos filhos devido à onda de violência. Trabalhou numa firma americana, depois passou para a construção naval, até o fim do contrato, quando recebeu a indenização. Ele se identifica como brasileiro caboverdiano e também como português, pois saiu de Cabo Verde como cidadão português. Considera-se um dos fundadores da Associação.

24. Maria Mota: 43 anos, negociante, moradora na cidade de Nova Iguaçu, viúva de um caboverdiano no Rio de Janeiro, e deste casamento teve dois filhos. Maria chegou no Rio em 1969, portando carta de chamada para se juntar à mãe, e nunca retornou a Cabo Verde.

Entretanto, mantém forte vínculo com a terra de nascimento, mesmo se dizendo brasileira. A depoente, às vezes, frequenta a Associação, mas ligou o computador a Internet visando estar em sintonia com a situação das ilhas. Não pensa retornar ao país de origem, pois a maioria dos familiares vive no Brasil. Além disso, não guarda recordações do passado porque chegou aqui com quatro anos de idade.

25. Maysa Silva: Psicóloga, moradora na cidade de Nova Iguaçu, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, divorciada de um estudante caboverdiano, e daquele casamento teve uma filha. Raramente frequenta a Associação e diz que esta Instituição poderia ter um papel mais ativo entre os imigrantes, através do desenvolvimento de programas sociais e não somente para festas ocasionais. Ela adora as comidas típicas como a cachupa, o fungim e o pastel-de-milho, à medida que a mãe sempre fez questão de fazer comidas de Cabo Verde, além das comidas brasileiras. Antigamente, vivia entre os imigrantes, mas depois se afastou para se dedicar aos estudos e ao trabalho.

26. Neusa de Oliveira: 43 anos, moradora na cidade de Nova Iguaçu, 2ª geração de uma imigrante com um brasileiro, solteira, professora e atual presidente da Associação Caboverdiana. Embora não conheça muito da cultura de Cabo Verde, procura estimular nos imigrantes e seus filhos, o restabelecimento dos laços com Cabo Verde, através da promoção de festas, comemorações e passeios. Mesmo sendo filha de brasileiro, se considera brasileira e caboverdiana. Um dos objetivos da sua administração é trabalhar junto à prefeitura de Mesquita para que os imigrantes tenham maior visibilidade na sociedade de Mesquita por ser um dos grupos de imigrantes mais antigos na Baixada Fluminense. Sendo assim, é objetivo transformar a Associação num espaço comunitário, onde todos tenham acesso às atividades culturais.

27. Otávio Ramos: 74 anos, aposentado, morador na cidade de Nilópolis, casou no Rio de Janeiro com Antônia Josefa, 74 anos (entrevista 05) e, deste casamento teve três filhos. Otávio chegou no Brasil em 1960, tendo regressado a Cabo Verde em 1997. Mas, no momento, não pensa em retornar devido à doença e a idade avançada. Trabalhou como vendedor de uma loja, foi segurança de prédio; montou seu negócio, mas foi a falência devido à falta de experiência e, finalmente trabalhou como camelô na venda de cigarros. Assim, como a esposa, não guarda lembranças de Cabo Verde e diz que leva tudo no coração. Tem o hábito de escutar CD que trouxe da terra de origem em 1997, mas se diz dividido entre ser caboverdiano e ser brasileiro, pois acha na obrigação de amar a terra onde os filhos nasceram.

28. Otávia Ramos: 43 anos, moradora na cidade de Nilópolis, 2ª geração de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, separada de um brasileiro e mãe de um filho. Otávia gosta da cachupa, comida típica; escuta músicas caboverdianas, mas se considera mais brasileira que caboverdiana. As lembranças que guarda de Cabo Verde são aquelas que foram passadas pelos pais através das suas narrativas, como os problemas do País, as festas de romaria e os bailes da época. Além disso, se considera bem adaptada ao Rio de Janeiro, e pensa um dia conhecer a terra de origem dos pais.

29. Pedro dos Santos: 50 anos, morador na cidade do Rio de Janeiro, casou no Rio de Janeiro com uma caboverdiana. Chegou no Rio de Janeiro na década de 1970, ainda adolescente para se juntar à família que se encontrava no Rio. Professor de matemática no colégio militar, foi presidente da Associação Caboverdiana e, atualmente é Cônsul Honorário da República de Cabo Verde no Brasil. Pedro se considera caboverdiano bem adaptado ao Brasil e, sempre fez questão de declarar sua nacionalidade, mesmo tendo adquirido a cidadania brasileira. O entrevistado procura analisar a questão da identidade caboverdiana, tendo em atenção que Cabo Verde deve procurar todas as formas de integração em novos espaços políticos e econômicos visando o desenvolvimento das ilhas caboverdianas e a inserção dos imigrantes no exterior do País.

1.3 TIPOLOGIA E DIMENSÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

A questão migratória vem gerando várias pesquisas que buscam registrar trajetórias de vida de imigrantes, tendo em conta que o deslocamento no espaço produz alterações na cultura de origem. Isso implica uma análise mais detalhada das causas que motivam os indivíduos a saírem do seu espaço, deixando família, amigos e propriedades em busca de melhores condições de vida.

Partindo do pressuposto que a migração é um fenômeno complexo, Houaiss (1975) diz que este termo refere-se a deslocamentos de contingentes humanos de uma região para outra em caráter permanente ou temporário, motivados por razões de ordem política, econômica, social e/ou religiosa. A migração encerra dois conceitos (imigração e emigração), conforme seja considerado do ponto de vista do país de origem ou do ponto de vista do país de destino. De qualquer forma, a emigração se refere ao movimento de saída de grupos humanos de uma determinada região, visando estabelecer-se em outra, em caráter permanente ou temporário. Enquanto a imigração evoca o deslocamento de indivíduos provenientes de outras fronteiras

políticas que entram em uma determinada região com o objetivo de permanecer definitivamente ou por tempo relativamente longo. Para o autor, é comum o país de imigração ser comparativamente mais novo, apresentando maior equilíbrio entre a população e os recursos naturais existentes. Embora alguns fatores de caráter sociocultural assumam grande importância no deslocamento de pessoas de um país para outro, tais fatores podem estar atrelados a motivações oferecidas pelo país receptor.

A migração é também aplicada ao deslocamento da população dentro das mesmas fronteiras (migração interna ou intranacionais). Esse movimento contribuiu no processo de formação das grandes cidades, assim como nas formas de dependência da zona rural em relação ao espaço urbano. Nesse caso, Ribeiro (1995) afirma que, no Brasil, a industrialização nas décadas de 60 e 70 foi tomada por uma intensa onda de migração interna, como a de nordestinos em direção às grandes metrópoles brasileiras tais como: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta época verificou-se um intenso êxodo rural, a ponto do Brasil se tornar um território predominantemente urbano num espaço de 30 anos. Para o autor, na década de 70, os fluxos migratórios se direcionaram para a Amazônia, fruto da política de ocupação do território nacional, imposta pelos militares, com o objetivo de *integrar para não entregar*.

Carreira (1983) dedicou-se à historiografia caboverdiana, tendo evidenciado que as mobilizações no espaço podem assumir o aspecto lento ou corrente, consoante as condições de transporte que o país dispõe. Para ele, a emigração é a saída dos habitantes de um país para o exterior, diferenciando-se da imigração que corresponde à entrada de emigrantes no país de destino, objetivando a permanência ou a demora no exercício das suas faculdades produtivas. Outro posicionamento importante na análise da migração caboverdiana é de Silva (1917), que classifica este deslocamento em: espontâneo – parte da iniciativa do indivíduo –; favorecido – desencadeado sob a proteção e influência do Estado –; contrariado – embaraços postos pelo Estado através de Leis –. Nesta direção, Costa (1911) diz que se trata de três sistemas de intervenção do Estado: a) autoritário, vinculado a proibição ou a imposição; b) protecionista, destinado a projetos de povoamento e colonização das possessões ultramarinas; c) regulamentada, mas a vigia com multas e prisões.

Conforme Silva (1971) a emigração pode ser ainda considerada legalizada quando se processa de acordo com as normas em vigor e, clandestina quando se dá sem a autorização do serviço público. Este tipo de emigração pode estar atrelado a vários fatores, a saber: rigorosa formalidade que gravita em torno de um atendimento lento e dispendioso; para fugir a prestação do serviço militar, como é o caso de muitos caboverdianos com medo de servir nas possessões portuguesas na África. Atualmente, considera-se emigração clandestina quando o

indivíduo desloca-se com passaporte de turista, a fim de passar umas férias, passando a residir no exterior, fugindo da abordagem policial.

Cremos que a emigração regulamentada se explica pelas posições desenvolvidas pela política migratória, de acordo com o contexto histórico. Porém, independente do movimento migratório, o migrante deve estar munido de passaporte ou de carteira de identidade, possuir guia de embarque, carta de chamada, contrato de trabalho com firma reconhecida, certificado de vacinação e garantia de estada no país de acolhimento. Mas, na falta de garantia é comum ser recebido por uma pessoa responsável pela sua integração no país de acolhimento, com é o caso de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro. Na realidade, a análise do processo migratório proporciona a compreensão de dois aspectos não excludentes: a emigração, em que o indivíduo deixa seu território em busca de oportunidades de trabalho e moradia numa outra fronteira política, concretizada na imigração. Porém, a imigração corresponde também ao retorno à terra de origem, funcionando como férias, previamente determinadas. Neste sentido, a migração pode funcionar como temporária quando o imigrante pretende se estabelecer por um período de tempo limitado, a fim de dar prosseguimento aos estudos, exercer uma pesquisa ou prestar serviços a empresas através de um contrato de trabalho. Mas, o imigrante temporário pode assumir status de imigrante definitivo, quando fixa residência, facilitada pela legalização matrimonial com nativo do país de acolhimento ou, através do nascimento de um filho no território da imigração, independente da origem do cônjuge.

Notemos que o deslocamento no espaço é impulsionado pelo contexto social, político e econômico dos países de partida (emigração) e de acolhimento (imigração). Nisso resulta que todo migrante é (emigrante e imigrante) com relação ao próprio país, ou seja, quando se desloca da terra de origem se torna emigrante e, quando entra passa a imigrante. Sayad em suas reflexões observa que “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante nasce nesse dia para a sociedade que assim o designa (Sayad, 1998:16). Porém, como designa o autor “o imigrante antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante” (1998: 18). Daí, a importância em conhecer a história pregressa das pessoas que emigram.

Com relação aos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, verificamos causas econômicas e sociais, além das psicológicas, motivadas pelo desejo de se incorporar à família que se encontrava no Brasil. Considerando este processo bidimensional, reconhecemos que a partir da análise do indivíduo ou do grupo, podemos desvendar os motivos da saída. Portanto, a emigração/imigração implica na relação com o outro, bem como nas múltiplas possibilidades de reconstrução dos laços culturais.

No tocante à dimensão do processo migratório, WESS (2004) elaborou um documento em nível mundial, indicando que 175 milhões de indivíduos vivem fora do país de nascimento, conforme a tabela 02.

TABELA 02 – IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM MILHÕES

Países/Continente	Milhões de imigrantes de outros países que vivem nesses
Ásia	43,8
EUA e Canadá	40,8
Europa Ocidental	32,8
Ex-União Soviética	29,5
África	16,3
América Latina	5,9
Oceania	5,8

Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados de WESS (2004).

Conforme WESS (2002), os EUA incorporam 20% do total de 35 milhões de imigrantes, seguidos pela Rússia (13 milhões), Alemanha (7,3 milhões), Ucrânia (6,9 milhões, França e Índia (6,3 milhões cada). Os dados apresentados por WESS evidenciam que 75% do total de imigrantes residem em 28 países, sendo que em 1960 estavam em 22 países. Além disso, 63% dos imigrantes (110 milhões) moram em países desenvolvidos, sendo que, a porcentagem de emigrantes passou de 3,4% para 8,7% da população. Os levantamentos dos anos 60, 70 e 80 mostram que metade dos imigrantes vivia em países em desenvolvimento, porém, atualmente verifica-se uma brusca inversão de saldos migratórios, ou a existência simultânea de uma forte emigração/ imigração, como é o caso dos EUA, o principal pólo de atração do mundo, passou a sair anualmente 200 mil cidadãos. Quanto ao gênero, existe uma substancial igualdade da participação feminina e masculina nas migrações internacionais. Em 1960, as mulheres eram em média 46,7% dos emigrantes, passando a 48,6% em 2004. Porém, esse informe não é universal nem homogêneo, à medida que em alguns países a emigração varia com o tempo de acordo com as situações históricas.

Para uma melhor compreensão da dimensão dos fluxos migratórios, passamos à análise de algumas abordagens teóricas consideradas fundamentais nos estudos contemporâneos. Richmond (1988) ao analisar os clássicos como Marx, Durkheim, Weber e Malthus, afirma que até o final do século XIX a migração foi analisada de forma secundária nas Ciências Sociais, embora algumas pesquisas apontem os impactos dos deslocamentos populacionais nos processos sociais. Admitindo a relação causa e efeito, a migração é

explicada enquanto consequência dos processos do capitalismo – industrialização e urbanização – envolvendo o declínio das tradições e, conseqüentemente, a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas. No entanto, a partir do século XX os estudos migratórios passam a ser colocados como um problema social por neoclássicos como Chiswick (capital humano); Sjaastad (custo e benefício); Donald, Speare, Goldstein, Frey, Pryor (expulsão-atração), dada a crescente mobilização internacional.

Na perspectiva neoclássica, a migração é impulsionada pelo *diferencial de renda*, ou seja, pela busca de melhores taxas salariais, à medida que o emigrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória, a partir das possibilidades de melhores oportunidades, traduzidas em ganhos mais altos. Assim, as regiões desenvolvidas funcionam como pólo de atração, devido a maior concentração de capital, enquanto as regiões subdesenvolvidas são marcadas pela carência de trabalho, ou por uma concentração relativa de trabalho. Ehrenberg e Smith (2000) questionam a análise já referida, considerando que a migração envolve custos monetários e psicológicos que podem não ser cobertos pelo *diferencial de renda* entre as regiões de origem e de destino. Harris e Todaro (1970) ampliam a explicação, evocando que a decisão de migrar é produto do *diferencial de renda esperado*, devendo incorporar ao rendimento da região mais desenvolvida a possibilidade de se conseguir um emprego desejado. Nesta posição, Chiswick (1978) introduz a idéia de *seletividade*, mostrando que o migrante tende a ser mais hábil, ambicioso e empreendedor do que os indivíduos portadores das mesmas capacidades de produção, mas que escolhem permanecer nas regiões de origem.

Esta discussão se justifica pelo desempenho dos imigrantes na região de destino, a partir dos seguintes critérios: sucessos empreendidos, aumento do nível de escolaridade, experiência de trabalho, domínio da língua, tempo de serviço e outros elementos do capital humano. Esta visão consiste em comparar a renda de imigrantes com a renda da população nativa e daqueles que escolheram permanecer na terra de origem. Chiswick parte do princípio que após a chegada, o imigrante passa a investir em treinamentos pessoais e beneficiando da assimilação de experiências de trabalho, devido ao grau elevado de incentivo em acumular bens, mesmo que, inicialmente, seus rendimentos sejam inferiores a dos nativos. Mas, com o passar dos anos, a maioria adquire um alto nível de elevação econômica e social em comparação com os nativos com a mesma escolaridade, bem como em relação àqueles que ficaram na terra de origem.

Isso faz imaginar que até o século XX, a teoria migratória se fundamentava na variável econômica, como fator determinante do migrar. Considerando a relação entre migração e desenvolvimento econômico, as causas dos fenômenos migratórios se explicam nas chamadas

push and pull theory, ou melhor, na teoria dos fatores de *repulsão e atração* que identificam a origem dos movimentos migratórios pela desigualdade econômica existente entre as nações. Esta visão neoclássica aplicada aos estudos migratórios leva em conta os fatores econômicos que interferem na decisão de emigrar para outros locais. Os fatores repulsivos, geralmente de natureza econômica, abarcam a falta de acesso à propriedade, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e fomes e, por fim, o aumento populacional. Enquanto os chamados fatores de atração se traduzem em melhores alternativas aos migrantes e colocam as vantagens da vida urbana sobre a rural, manifestam-se, sobretudo, naquelas situações em que a procura de mão-de-obra por parte dos países desenvolvidos tende a exercer uma atração sobre a força de trabalho dos países de emigração. Neste contexto, Houaiss (1975) afirma que as migrações têm-se verificado das áreas mais populosas para as de menor pressão demográfica. As regiões possuidoras de um número demasiado alto de habitantes, em comparação com os recursos existentes, se caracterizam como áreas de *expulsão* de contingentes demográficos. Por outro lado, as áreas de menor pressão demográfica e possuidoras de maiores recursos denominam-se áreas de *atração*. Porém, é “necessário salientar que o conceito de pressão demográfica não deve ser confundido com o de densidade (número de habitantes por unidade de área). Muitas vezes, áreas densamente povoadas são focos de atração de migrantes” (Houaiss, 1975:7620).

De qualquer modo, cremos que a atitude de imigrantes em relação à sociedade de instalação varia em função do elemento que levou à partida (*push*) ou que os atraiu (*pull*). De fato, a migração é um fenômeno basicamente *push*. Podemos afirmar que são muito mais determinantes os fatores de repulsão dos países de emigração que os fatores de atração dos países de acolhimento. Assim, o que motiva o indivíduo a optar pela emigração, não são tanto as influências dos países de acolhimento, mas os fatores de repulsão que se resumem na impossibilidade de encontrar um trabalho adequado devido à fragilidade das políticas e aos modelos de desenvolvimento adotados em muitos países emigratórios. Convém ressaltar que o modelo *push and pull theory* tende a contemplar os motivos que levam o indivíduo a emigrar, motivos esses, baseados numa escolha racional do emigrante, usado num contexto restrito de decisão individual, ignorando que os atos individuais são acontecimentos sociais enquadrados em circunstâncias históricas específicas que condicionam as decisões, mas não as determinam. Além disso, a decisão de emigrar depende também da família ou de uma rede de relações sociais. Dessa forma, os fatores que determinam as áreas de *expulsão* ou de *atração* podem ser expressos em termos geográficos (terremotos, erupções vulcânicas etc), socioculturais (perseguições religiosas, políticas, raciais etc), econômicos (inexistência ou

esgotamento de recursos naturais disponíveis, falta de mercado de trabalho, busca de melhores condições de vida etc).

Assim, a repulsão se materializa à medida que existe uma capacidade de atração da parte de uma outra área. Daí que a repulsão não pode ser dissociada das transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais em curso nos países de acolhimento. O certo é que a atração-repulsão não são fatores excludentes, ou seja, uma não elimina a outra, antes se atrelam para produzir a migração. A migração não acontece em função exclusiva das oportunidades, mas também através das redes sociais estabelecidas ao longo do processo histórico. A compreensão que nós expressamos é a de que a falta de alternativas no país de origem não determina, por si só, o projeto migratório, mas é necessário ter consciência das oportunidades no país de acolhimento, como por exemplo, um mercado capacitado para absorver uma mão-de-obra excedente, a garantia de emprego, a confirmação das conexões migratórias.

Nesta linha de pensamento Portes (1981) questiona a ênfase dada pelos neoclássicos, por não considerar que a economia se orienta socialmente, o que significa dizer que a busca por ganhos materiais também deve ser relacionada às expectativas individuais em interação com o grupo. No contexto de mudanças dos fluxos migratórios, o autor propõe princípios como a influência centro-periferia; o desequilíbrio estrutural; modos de incorporação; grupos intermediários e os entraves étnicos, como formas de questionar os pressupostos neoclássicos, baseados nos fatores econômicos. Nesta direção, Sassen (1988) demonstra que embora a pobreza, o desemprego e a superpopulação estejam na base da mobilidade humana, é necessário identificar os processos que transformam essas condições, criando uma situação que leva à migração. Tais processos estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transnacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentro de outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. Pois, diante da internacionalização da produção e da reorganização de economia global, o investimento estrangeiro é uma das variáveis para entendermos os fluxos das migrações contemporâneas.

Essa nova visão traz à tona a emigração nos países com alta taxa de desenvolvimento, bem como de haver desemprego nos países de destino, como nos EUA e na União Européia, devido à internacionalização da produção e das trocas comerciais. É a partir desse quadro que Sassen analisa a *ruptura da estrutura tradicional de trabalho*, atrelada à internacionalização da produção que, por sua vez, tem como fundamento o investimento estrangeiro nas novas

regiões que vêm adotando a implantação da economia global de exportação, abrindo as portas para a migração.

Uma outra teoria migratória analisa as *redes migratórias*, tendo em conta as múltiplas relações que os migrantes estabelecem com as sociedades de origem e destino, evidenciando que as categorias que restringem os aspectos econômicos necessitam ser problematizadas, tendo em conta as redes de sociabilidades e o papel que a família e os amigos desempenham no fornecimento de informações e auxílios na dinâmica migratória. Nesta visão, Massey (1990) pontua que as redes migratórias constituem um conjunto de vínculos sociais que ligam os emigrantes a pontos específicos nas sociedades de acolhimento. Isto quer significar que os vínculos unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares, proporcionando o estreitamento das relações interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. Para Tilly (1990), as redes migram, criam novas categorias, embora as categorias permaneçam. As unidades efetivas da migração não são nem individuais e nem domiciliares, mas sim, um conjunto de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho, que incorporem o país de acolhimento nas alternativas de mobilidade.

Esta reflexão nos sugere que o migrante não pode ser concebido somente como indivíduo em busca de benefícios, mas como parte integrante de estruturas sociais que afetam as trajetórias de seu deslocamento no espaço, as relações sociais e o capital humano. Assim, não podemos ignorar que a migração está baseada em fatores sociais e psicológicos, onde as redes sociais de informação contribuem para amenizar os danos causados pela expulsão-atração. Fica evidente que as redes sociais demonstram que nos processos migratórios, os migrantes mantêm múltiplas relações tanto na sociedade de destino quanto na de origem. Essas relações sugerem características que apontam para o contexto transnacional dos fluxos migratórios. Nesta direção, Glick-Shilder et al. (1992) recomendam a noção de *transnacionalização*, como um novo campo de análise da migração internacional. Esta concepção teórica adveio de pesquisas com vários grupos de migrantes caribenhos, haitianos e filipinos nos EUA. Nesta análise, a autora esclarece que a imagem de um migrante assimilado e aculturado obscurece os dados sobre as conexões com as origens. Na realidade, ao que tudo indica, os novos imigrantes mantêm múltiplas relações entre o local da imigração e a sociedade de partida. Sendo assim, “os migrantes passam a ser chamados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm relações familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que ampliam as fronteiras colocando em inter-relação o global e o local” (Sasaki e Assis, 2000: 1).

Essa nova abordagem nos permite repensar as múltiplas relações que os imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro mantêm com os familiares deixados em Cabo Verde, além das interações no novo espaço. Embora a maioria dos imigrantes considere o Rio de Janeiro, um local permanente, podemos considerá-los parte do grupo dos transmigrantes. Ademais, esses imigrantes contam com políticas públicas do governo caboverdiano, voltado à diáspora como: direitos ao reagrupamento familiar no exterior do país; diplomacia em casos de expulsões/repatriamentos. Além disso, caso regresse definitivamente a Cabo Verde, o migrante se beneficia da Lei DL nº139/91, de 5 Out., desde a isenção de direitos aduaneiros a imposto de consumo sobre uma viatura de uso pessoal ou de transporte de pessoas, até bens e equipamentos destinados à arrumação da casa e para o exercício da sua profissão. No âmbito das eleições, os imigrantes caboverdianos podem exercer o direito de voto na escolha do presidente, dos deputados nacionais e dos vereadores municipais.

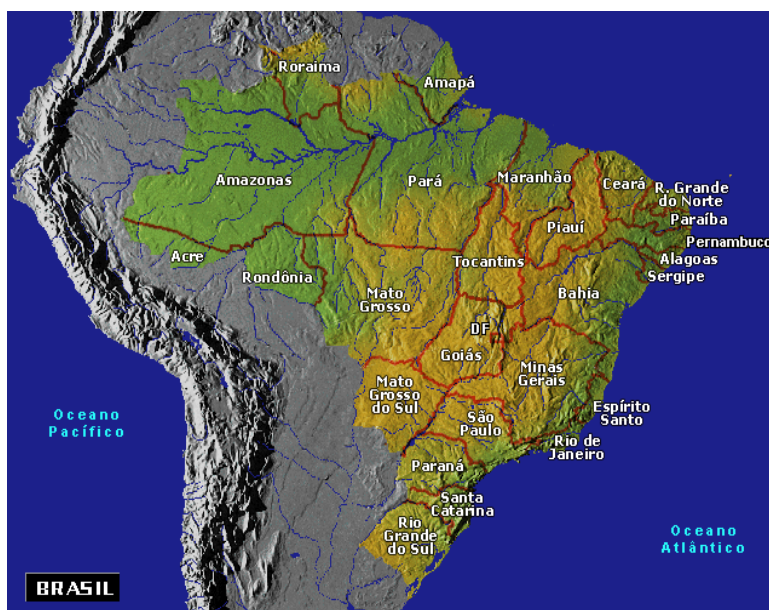
Por outro lado, os imigrantes caboverdianos se encontram organizados em associações, articulados politicamente com a Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro. Embora seja uma migração com início na década de 50, as características transnacionais deste fluxo apresentam um caráter dúbio, a saber: no início da imigração, evidenciamos o estreitamento das redes de comunicação com os familiares residentes em Cabo Verde, tendo alimentado as estratégias de reagrupamento familiares (pais e filhos), algumas visitas após 30 a 50 anos de permanência, bem como o envio de cartas e postais com bastante frequência. No segundo momento, após o reagrupamento dos familiares, deu-se um enfraquecimento dos contatos com o arquipélago, onde o Rio de Janeiro passa a representar um recurso estratégico na circulação de hábitos culturais através das vivências. Este fenômeno nos permite dizer que se trata de uma identificação com o local, sem que haja necessariamente um apagamento total das referências culturais, o que justifica esse caboverdiano brasileiro. Portanto, esse forte distanciamento caracteriza a imigração caboverdiana no Rio de Janeiro, à medida que estes indivíduos não construíram casas e nem estabelecimentos comerciais em Cabo Verde. Ao contrário, mandaram vender as heranças ou as abandonaram nas mãos de parentes e amigos.

Considerando-se os arranjos culturais na Associação com as articulações das estruturas do Estado caboverdiano, evidenciamos que esses imigrantes constroem um campo social entre as sociedades brasileira e caboverdiana. Do mesmo modo, as estruturas das redes sociais seguem diretrizes da organização formal das Associações Caboverdianas na Diáspora, o que busca atender às demandas do Estado. De fato, é possível visualizar o imigrante envolvido em dois lugares (origem-destino) não antagônicos, mas complementares. Assim, os imigrantes se

dizem brasileiros e caboverdianos, vivendo bem adaptados à sociedade do Rio de Janeiro. Isso nos permite definir o alcance do processo migratório, desde a construção de imóveis, a abertura de firmas e lojas até o financiamento escolar dos filhos. Posicionar em dois lugares, por mais que possa aparecer problemático no plano das relações sociais, sugere visualizar a construção do nacional, ou então, do transnacional.

1.4 O BRASIL COMO TERRA DE ACOLHIDA E A DIMENSÃO DA POLÍTICA ASSIMILACIONISTA

Devemos distinguir a *imigração* da *escravidão* que alcançou o Brasil (mapa 01) até a Lei que extinguiu o tráfico de escravos, em 1850, à medida que aquela ocorreu sob o controle e incentivos oficiais.



Mapa 01 – Brasil. Fonte: Sonopress Rimo Indústria Brasileira Fonográfica Ltda.

Para Seyferth, quanto à entrada de imigrantes no Brasil, os alemães são considerados os pioneiros, sendo que nos primeiros anos encontramos “comerciantes e artífices atraídos pelas possibilidades econômicas advindas da abertura dos portos em 1808, e alguns poucos destinados ao trabalho agrícola nas sesmarias obtidas por George Guilherme Freyreiss na Bahia” (Seyferth, 2000:11). Conforme a autora, Freyreiss foi um dos naturalistas que percorreu o Brasil nas primeiras décadas do século XIX e, em 1818, obteve a concessão de cinco sesmarias no sul da Bahia para estabelecer uma colônia alemã, denominada Leopoldina. Com base no estudo de Oberacker Junior (1968), outro alemão chamado de major Schaffer,

tendo recebido sesmarias na mesma região, fundou a colônia de Frankental, em 1821, visando à fixação de imigrantes. Ainda segundo Seyferth, esta primeira tentativa de fixar imigrantes foi considerada um fracasso, devido a não adaptação dos imigrantes ao clima tropical. E, a dificuldade na implantação de uma agricultura fundada no trabalho livre, gerou um sistema de plantação tipo escravocrata que obstruiu o assentamento de comunidades de imigrantes.

Uma outra experiência apontada como fracasso é a fundação da colônia de Nova Friburgo, em 1819, por um grupo de imigrantes suíços católicos de língua francesa, a primeira no formato pretendido para colonização. Na análise de Seyferth a tendência ao fracasso redirecionou a colonização com imigrantes para o sul, mas não deve ser pensado como causa única, à medida que a colonização não interessava aos latifundiários. Por outro lado, ao Governo convinha a ocupação territorial como forma de consolidar as fronteiras, especialmente, no Rio Grande do Sul. No panorama do processo da colonização, o governo havia estruturado um plano geral que tinha como objetivo central a implantação de um modelo familiar de agricultura, já “evidenciado pela fundação de algumas colônias em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco, durante o império. Mas o Sul foi privilegiado como lugar mais apropriado para o estabelecimento de colônias agrícolas em terras públicas” (Seyferth, 2000:12).

Seyferth pontua que a expedição de títulos de propriedades seguida da abolição da escravatura significou duas medidas fundamentais para o avanço da modernização do Brasil. Medidas que acabaram excluindo o trabalhador nacional, como, por exemplo, os ex-escravos e os mulatos desprovidos de condições de autodeterminação para a realização do trabalho livre e, conseqüentemente, concebidos como fracassados para o cultivo e administração de pequenas propriedades. De fato, estaria se desenhando uma nova configuração social, a partir do princípio de que “nenhum povo mais necessita a influência de povos adiantados na formação de um tipo de raça do que o brasileiro, principalmente no momento histórico, em que a percentagem de raça africana começa a diminuir e precisa desaparecer pelo turbilhão da raça branca” (Menezes apud Skidmore, 1970: 148). Trata-se do ano de 1914, quase 30 anos após a abolição da escravatura no território brasileiro, em que Menezes exaltava a chegada de europeus aos portos do país. Porém, a posição assumida pelo autor, representava o pensamento predominante da elite brasileira, entre os anos de 1889, logo após a abolição e de 1914. A teoria do branqueamento tinha como base a “presunção da superioridade branca” e como meta civilizar o Brasil. Uma seleção natural e social entraria em curso com a *depuração* das características negróides dos mestiços, aponta Seyferth (1985: 85), utilizando um termo popular da eugenia.

No entanto, embora as idéias importadas da Europa sobre *raça* que viam na mestiçagem a degradação do homem e a decadência das civilizações, a tese do branqueamento sofreu algumas posições contrárias, dando origem à questão da *democracia racial*, parte da representação de uma *escravidão benigna*, extinta de forma pacífica, conforme Skidmore. Para o autor, a harmonia e a convivência entre as raças e a suposta ausência de preconceito racial, que aqui se observaria, portanto, paradoxalmente, foi a tábua de salvação da nação brasileira. Portanto, a mestiçagem concebida de forma positiva, produziria gradual e naturalmente uma população mais clara, à medida que os negros e os pardos tenderiam a procurar parceiros *mais claros*, além disso o gene branco se mostrava mais resistente, conforme a ciência da época. Por outro lado, aumentaria pela entrada de imigrantes europeus devido à inabilidade do negro se adaptar ao trabalho livre. Foi assim que privilegiou-se a mão-de-obra européia, considerada a mais apta e qualificada para a construção do Brasil.

Portanto, para o entendimento dessa corrente imigratória é necessário compreender a política migratória, não tanto pela importância numérica que se impõe, mas pelas transformações que se pode captar desses encontros étnicos, que visavam eliminar os negros do Brasil, como pode ser observado no discurso de Domingos Jaguaribe, propagandista da 1ª República, quando diz “felizmente não há preconceito racial no Brasil; veêm-se homens de cores casando com mulheres brancas e vice-versa, de maneira que a população negra tende a diminuir extraordinariamente; dentro de 50 anos se terá tornado muito rara no Brasil” (Skidmore, 1989: 147). É neste âmbito que a imigração se explica. Porém, Prado Junior (1987) afirma que a corrente imigratória se deu a partir do Decreto de D. João VI, em 25 de novembro de 1808, segundo o qual era permitida a concessão de terras aos estrangeiros. O autor focaliza a imigração em três fases: a primeira, de 1808 a 1850; a segunda de 1850 a 1888; a terceira de 1888 em diante.

A primeira fase ocorre durante o período joanino com a fundação da colônia Nova Friburgo, em 1819, formado por suíços que se instalaram na fazenda do Queimados no município de Cantagalo. Esses colonos tiveram de derrubar árvores, preparar terrenos e cultivar a terra. Em 1850, abre-se a segunda fase, marcada principalmente pela Abolição do tráfico africano. Esse período pode ser considerado de fundamental importância para o Brasil, à medida que os capitais são, agora, aplicados no desenvolvimento da economia interna, principalmente através da criação de indústrias e do fomento da construção de estrada de ferro. Nesta época, começa a obra de Mauá; constrói-se a primeira estrada rodoviária e a primeira ferrovia. Sendo assim, declina a sociedade rural e ergue-se a sociedade urbana,

adaptada às novas condições de vida, criada pelo progresso científico e tecnológico, o que vai influir na assimilação e adaptação dos imigrantes à sociedade brasileira.

A terceira fase começa em 1888 e prolonga-se até nossos dias. Nesta fase, a imigração foi estimulada não somente pelo governo federal, mas também pelos governos estaduais, através da concessão de auxílios que facilitavam a entrada de imigrantes, bem como a sua fixação no território nacional. Contudo, o século XX é considerado a fase de arrefecimento da imigração devido à Guerra de 1914, que reduziu o número de entrada de imigrantes. Em 1930, foram estabelecidas algumas medidas restritivas à imigração, culminando em 1932 com a proibição de entrada de imigrantes. Em 1934, a Constituição estabeleceu uma quota de entrada fixada em 2% do total de imigrantes já localizados no Brasil, tendo sido reiterado pela Constituição de 1937. Em 1938, observa-se uma baixa da corrente imigratória devido a II Guerra Mundial, mas retomado após o término dos conflitos.

Prado Junior (1987) assinala que a imigração no século XIX é estabelecida a partir de uma política oficial de povoamento, pois impunha-se a reconstituição da força armada da metrópole, à medida que uma população heterogênea em termos raciais e sociais não era adequada para constituir as forças da segurança. Neste período, a política demográfica foi responsável pelo restabelecimento de núcleos coloniais formados por imigrantes portugueses, alemães, suíços, italianos, espanhóis, açorianos, etc. Para o autor, ao lado do “sistema tradicional, que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, apareceu um novo tipo de colonização: a fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parcerias” (Prado Junior, 1987: 186). Esse tipo de povoamento deve-se ao Senador Nicolau de Campos Vergueiro, grande proprietário de São Paulo, entre 1847 e 1857, que trouxe 177 famílias de imigrantes alemães, suíços, portugueses e belgas. “A idéia foi imitada em São Paulo e, em pequena escala, noutras regiões, mas não deu resultado em longo prazo, por ter sido impossível harmonizar o trabalho livre e o trabalho escravo”.

A partir da tabela 03, podemos observar como a imigração durante séculos reorganizou a população no território brasileiro.

TABELA 03 - IMIGRANTES NO BRASIL, SEGUNDO A NACIONALIDADE

Imigrantes							
Períodos	Total	Nacionalidades em %					
		Port.	Ital.	Alem.	Esp.	Jap.	Outros
1850/59	100.126	58,52	0,02	14,62	0,17	-	26,67
1860/69	110.079	48,71	4,46	15	0,58	-	31,25
1870/79	193.885	34,87	24,29	7,55	2,03	-	31,26
1880/89	453.676	23,07	61	4,23	6,41	-	5,29
1890/99	1.183.018	18,21	56,68	1,44	13,88	-	9,79
1900/09	635.438	30,78	34,84	2,18	19,14	0,14	12,92
1910/19	863.714	36,87	15,27	7,16	21,03	3,17	15,79
1920/29	846.645	35,66	12,62	8,95	9,67	6,88	26,20
1930/39	332.768	30,87	6,66	8,26	30,30	29,82	20,55
1940/49	114.085	39,97	13,86	5,96	4,12	2,48	33,59
1950/59	558.007	40,18	16,47	2,98	16,97	6,02	17,37
1970/79	81.619	40,28	3,85	2,94	3,14	5,92	43,89

Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados apresentados pelo Anuário Estatístico do Brasil Diversos Anos. Cf. Houaiss (1975, v. 14).

No contexto dos deslocamentos, até 1884, cerca de 537.501 migrantes entraram no Brasil, sendo 41,2% de portugueses; 17,8% de italianos e 11,2% de alemães. Após 1870, em virtude da grande expansão cafeeira da década anterior, o problema da mão-de-obra tornou-se premente, e a imigração tomou novo rumo, com os trabalhadores livres, fixados nas fazendas mediante pagamento de salários. Os imigrantes desse período vieram principalmente da “Itália e se adaptaram muito bem ao Brasil, em função do nosso clima e de sua rusticidade, não encontrando dificuldades no trabalho da lavoura cafeeira” (Prado Junior, 1987: 188).

Os dados revelam que de 1850 até a década de 70, entraram em média 5 milhões de imigrantes de várias nacionalidades. Da década de 1950 a 1980 houve uma queda acentuada do fluxo imigratório em relação ao período de 1850 a 1930. Embora na década de 50 tenha havido uma grande entrada de imigrantes, não foi suficiente para atingir o nível de períodos anteriores a 1930. Para Adas (1985), essa queda ocorreu em consequência da instabilidade econômica de 1930 e 1932, que freou o deslocamento de emigrantes para o Brasil, além da Lei de cota da imigração, estabelecida pela Constituição de 1934 e reiterada em 1937, fixando em 2% o total anual de imigrantes, segundo a nacionalidade sobre o total já estabelecido no território nacional, com exceção dos portugueses. Por outro lado, depois da II guerra mundial houve uma acentuada melhoria das condições de vida dos europeus, advindas do

desenvolvimento econômico que repercutiu numa imigração transcontinental – da Europa para a América - ou ainda, intercontinental – dentro da Europa.

Realizando um histórico detalhado sobre os estudos da imigração no Brasil, constatamos que os dados oficiais referentes à imigração não contemplam a nacionalidade caboverdiana, à medida que estes entraram como caboverdianos portugueses da Província de Cabo Verde. Neste contexto, o IBGE (1983) realizou o recenseamento geral sobre migração no Brasil, tendo considerado os seguintes critérios: nacionalidade, lugar de nascimento, migrações intramunicipais e migrações intermunicipais. Quanto a nacionalidade, o IBGE estabelece as seguintes categorias: a) brasileiros natos: pessoas que nasceram no Brasil e foram registrados como brasileiros, segundo as Leis do Brasil; b) naturalizados brasileiros: pessoas estrangeiras que obtiveram a nacionalidade brasileira por meio do título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira; c) estrangeiros: pessoas nascidas em país estrangeiro ou nascidas no Brasil e registradas em representações estrangeiras, que não se naturalizaram brasileiros. No quadro imigratório foram contabilizados 198.062 mil naturalizados brasileiros e, 912.848 mil estrangeiros, pressupondo que estes vivem como permanentes e/ou temporários, totalizando 1.110.910 mil imigrantes daqueles países, atualmente, no Brasil. Na verdade, dos 70 países (incluindo 6 sem especificação) computados, os dados não mencionam imigrantes caboverdianos, indicando que esta corrente não existe no Brasil, conforme a tabela 04.

TABELA 04 – NATURALIZADOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS (1980)

Continentes Países	Naturalizados brasileiros e sexo			Estrangeiros e sexo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
América	19.006	10.576	8.430	106.872	55.575	51.297
Europa	131.007	77.738	53.269	627.523	331.848	295.675
*África	4.065	2.396	1.669	12.430	6.314	6.116
Ásia	43.355	27.672	15.683	155.420	81.970	73.450
Oceania	104	52	52	558	275	283
Outros	525	304	221	10.045	5.266	4.779
Total Geral	198.062	118.738	79.324	912.848	481.248	431.600

Obs. África (Angola, Moçambique, Egito, outros). Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados do IBGE referentes ao período de 1982/83.

De qualquer forma, os imigrantes caboverdianos se enquadram na imigração portuguesa, pois até os anos de 1975, data da independência nacional, Cabo Verde era parte integrante de Portugal. Tendo em conta os critérios de análise do IBGE (1983), os imigrantes se enquadram na categoria b) naturalizados brasileiros, já mencionada, enquanto que os filhos

são incorporados na categoria a) brasileiros natos. Embora, o IBGE não faz referência aos imigrantes não naturalizados, estes são enquadrados no grupo de imigrantes com visto de permanência, adquirido com a formação da família, tendo continuado com suas respectivas nacionalidades de origem. No quadro brasileiro, os caboverdianos são imigrantes portugueses, à medida que a maioria preserva a cidadania portuguesa, enquanto outros optaram pela naturalização brasileira. Um outro dado revelador da nacionalidade foi conferido no Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) para os permanentes não naturalizados que lhes conferem a categoria de cidadãos portugueses de Cabo Verde, tendo Portugal como país. Enquanto, os naturalizados não se distinguem dos brasileiros natos, portando a identidade brasileira, mas com referências portuguesas. Neste âmbito, entendemos que a chegada de caboverdianos durante o período de 1950 a 1973, veio a se somar ao grupo de imigrantes portugueses.

Buscando na imigração tudo aquilo que Cabo Verde não lhes podia oferecer, o Rio de Janeiro foi uma das escolhas desses indivíduos, principalmente, os provenientes das ilhas portuárias das quais vieram as principais correntes de emigração para o Brasil. Nesta época, entraram caboverdianos que haviam estado em Angola, mas por causa da guerra civil retornaram a Cabo Verde, tendo seguindo para o Brasil. Muitos se estabeleceram no sul do Brasil, estado de Santa Catarina, onde reconstruíram suas vidas e permanecem até hoje, trabalham, principalmente nas atividades portuárias. Nas cidades de São Paulo, Santo André e São Bernardo atuam principalmente na indústria e no comércio. No Rio de Janeiro, eles se concentram em 9 (nove) cidades, conforme a tabela 05, totalizando 321 caboverdianos inscritos na Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ).

TABELA 05 – IMIGRANTES CABOVERDIANOS NO RIO DE JANEIRO E BAIXADA FLUMINENSE, CONFORME AS CIDADES DE RESIDÊNCIA.

Cidades	Total
Belford Roxo	1
Duque de Caxias	4
Mesquita	64
Nilópolis	26
Niterói	11
Nova Iguaçu	116
Petrópolis	6
Rio de Janeiro	76
São João de Meriti	17
Total Geral	321

Fonte: Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados coletados na ACERJ, 2008.

Esse carácter dinâmico da distribuição espacial de imigrantes caboverdianos não nos permite fazer uma estimativa do número exato de caboverdianos no Rio de Janeiro, pois a maioria não se encontra registrada no Consulado de Cabo Verde no Rio de Janeiro. Além disso, alguns permanecem com suas identidades portuguesas, enquanto outros adquiriram a identidade brasileira. Evidente que aqui as indicações se referem basicamente às possíveis distribuições no Rio de Janeiro, especificamente na Baixada Fluminense (mapa 02).



MAPA 02 – Cidades de residência de imigrantes caboverdianos no RJ, Baixada Fluminense.
Arquivo: Fórum Cultural da Baixada Fluminense, 2007.

Como podemos observar, é a Baixada Fluminense que concentra o maior número desses imigrantes. Ainda a respeito dessas unidades espaciais de análise, quando desenvolvemos nossas reflexões sobre a reconstrução da memória e identidade desses atores sociais, deparamo-nos sempre com alguns trabalhos que nos remetem à assimilação do imigrante como projeto nacional. Realmente, uma das tendências desse projeto é incorporar o imigrante na sociedade em sua dimensão econômica, política, cultural e religiosa. O processo de assimilação tem uma âncora territorial como foi observado no mapa 1.

Na década de 50, os intensos fluxos de imigração estiveram atrelados ao desenvolvimento econômico brasileiro, período da configuração de uma dinâmica de acumulação, com base na indústria, ou ainda, na montagem das bases materiais do capitalismo nacional. No contexto dessa configuração capitalista, a maioria dos imigrantes caboverdianos integraram-se na economia mercantil do Rio de Janeiro, tendo em conta uma economia essencialmente urbana. O destaque é o aumento do nível de vida desses imigrantes, envolvidos com a produção industrial como funcionários de empresas privadas e estatais e na venda de produtos em seus próprios estabelecimentos. Notemos que esses imigrantes romperam com o modelo tradicional da economia agrária, em prol de indústrias e comércios

no Rio de Janeiro. Neste sentido, podemos falar de uma mudança significativa do padrão de urbanização desses imigrantes, provenientes de pequenas vilas, ribeiras, povoações e cidades, tendo se fixado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que atingiu no século XX uma população superior a 10 milhões de habitantes no conjunto dos seus 19 municípios.

A análise ainda nos permite assinalar que os imigrantes caboverdianos foram abarcados pela política assimilacionista, vista nas linhas anteriores, como forma de se integrar ao corpo social brasileiro. Pois, com vimos, o discurso sobre a assimilação ganha força política em meados do século XIX, com o aprofundamento da questão de afirmação da tese de *branqueamento*, culminando com a definição do *tipo nacional*, tendo como parâmetro a miscigenação de grupos étnicos. Para Seyferth (2000), o *princípio assimilacionista* tinha dois aspectos: por um lado, a tese de branqueamento norteava a seleção de europeus como parte do caldeamento racial e, por outro lado, estes europeus deveriam integrar-se ao *melting-pot* também na forma de abrasileiramento cultural, o que implicava na condenação de qualquer forma de etnicidade produzida pelo processo imigratório. Deixa claro que o imaginário da Nação construído pelo caldeamento de raças, desencadeou várias formas de exclusão por graus de assimilabilidade, privilegiando europeus e, desqualificando asiáticos e africanos, principalmente, no início da república.

Notemos que a consolidação da identidade brasileira sempre foi atrelada à política imigratória, mascarada pelo caldeamento racial. Porém, este princípio se funda em motivos contraditórios, à medida que excluía os africanos e os asiáticos por sua suposta inferioridade racial e cultural, considerados incompatíveis com a civilização e incapazes de produzir desenvolvimento econômico. Seyferth (1991) esclarece que o controle dos fluxos imigratórios estava associado à imagem do imigrante ideal, construída desde 1819. O Brasil precisava de trabalhadores brancos e sadios; agricultores exemplares oriundos do meio rural europeu, com todas as boas qualidades do camponês e do artífice, obedientes à lei; dóceis e de moral ilibada. Sendo assim, os indesejáveis como refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos e velhos deveriam ser mandados embora para suas terras de origem. Importa observar que falamos de política assimilacionista relacionada ao *melting-pot*, que visava o caldeamento de todos os grupos étnicos em nome da unidade nacional. Por exemplo, Seyferth (1997) elucida que entre 1937 e 1945, a campanha de nacionalização teve uma maior incidência no caldeamento dos alienígenas que englobava imigrantes e seus descendentes na categoria de *não-assimilados*, portadores de culturas que inviabilizavam os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como uma *guerra* e gravitou em torno da erradicação das idéias alienígenas e a imposição do espírito da Nação a todos os grupos étnicos,

erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. Diante dos dilemas postos por uma excessiva valorização da nacionalização, o exército teve um papel fundamental na consolidação da campanha, pressupondo que os núcleos de colonização estrangeira constituíam *quistos* na sociedade brasileira. Por isso, a presença de grupos étnicos concentrados de forma mais significativa nos quatro estados mais a sul do Brasil “suscitou diversas manifestações de xenofobia no âmbito dos discursos nacionalistas mais radicais, mesmo antes de 1889. A fase em epígrafe indica o recrudescimento de uma posição nacionalista unívoca, que não faz concessões ao pluralismo étnico, assumido no contexto histórico do Estado Novo” (Seyferth, 1997: 96).

Continuando, Seyferth evidencia que a obra do Tenente Hugo Bethlem, de 1939, aponta para uma jornada cívica ao Vale de Itajaí, orientada “como fase preparatória de uma intervenção direta do exército nas Instituições e na vida de uma população, marcada por uma maioria de descendentes de imigrantes alemães ciosos da sua identidade teuto-brasileira, considerada incompatível com o *jus-soli*” (idem). No que se refere à brasilidade, a população de origem alemã não foi considerada alienígena na obra de Bethlem, à medida que a maioria dos descendentes se encontrava desnacionalizados. Porém, os indícios de maior resistência ao abasileiramento foram encontrados naquelas regiões consideradas redutos do germanismo, constituindo um risco à integridade cultural, racial e territorial da nação. Sendo assim, no decorrer do processo de assimilação, as escolas estrangeiras foram fechadas, em prol de um ensino formal na língua nacional, tendo sido substituídos os professores que não atendiam às exigências do Governo Brasileiro.

Nesta perspectiva, iniciou-se a busca por outras raças européias assimiláveis, como os europeus de raízes latinas considerados a raça adequada ao cumprimento do objetivo nacional. De acordo com Seyferth, as populações asiáticas foram consideradas como uma imigração que poderia inviabilizar a tese de branqueamento. Assim, japoneses, chineses e indianos foram rotulados como um tipo de imigrantes não assimiláveis, uma vez que estavam incluídos nas escalas mais baixas da classificação racial, da mesma forma que não correspondiam às características estéticas para formar o tipo nacional. Mesmo não arrolados nos critérios básicos de seleção, os primeiros imigrantes japoneses aportaram no Brasil no início do século XX, tendo em 1906, desembarcado no porto de Santos em São Paulo, 781 japoneses, introduzidos em território nacional via empresas desejosas de mão-de-obra, principalmente, em São Paulo. Duramente criticada pela política imigratória, essa iniciativa só foi interrompida em 1922, quando o governo paulista retirou as subvenções que apoiavam a vinda destes imigrantes.

Creemos que os imigrantes caboverdianos cumpriam os quesitos de cidadãos portugueses, com direitos à nacionalização brasileira. Pois, para Nabuco (1977) o Brasil havia proibido a entrada de africanos no território brasileiro, mas incorporou socialmente os afro-descendentes na constituição da nação, bem como os portugueses dos países adjacentes de Portugal. Sendo assim, podemos dizer que a tese de branqueamento englobava também os caboverdianos, vistos no mesmo pano de fundo “mulato” e propensos a casar com pessoas mais claras, o que satisfazia os ideais da nação brasileira. Assim, “fez-se vir ao mesmo tempo muita gente humilde da mãe pátria, das montanhas do Norte de Portugal, já com superpopulação no século XVII. Mandaram vir também colonos dos Açores e das Ilhas do Cabo Verde, cuja população, extraordinariamente prolífera e andeja se espalhou abundantemente por toda a costa do Atlântico Sul” (Neiva, 1944: 511).

A pesquisa deixa claro que os imigrantes caboverdianos formam um grupo bastante assimilável, diferente de grupos considerados alienígenas, provenientes de culturas arraigadas, tendo demorado a se integrar no território nacional. Flores (1974) observa que no Brasil existem grupos de descendentes de imigrantes tão fechados, que seus membros mal falam o português. Cita o caso dos pomeranos que habitam o Centro-Sul do Estado do Espírito Santo, uma das comunidades que chegou em meados do século XIX, e seu país deixou de existir, porque suas terras foram divididas pelos aliados da Segunda Guerra. No entanto, os pomeranos mantêm fortes laços com suas origens. Neste sentido, Oliveira (2004) em seu estudo intitulado “*Memórias Pomeranas: a reconstrução da Land*”, analisa a importância da memória social na reconstrução da identidade étnica dos descendentes de imigrantes pomeranos que colonizaram a cidade de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo, em 1846.

Em 20 de março de 1988 realizou-se um plebiscito que visava a criação do município de Santa Maria de Jetibá, plebiscito esse que mobilizou a maioria dos pomeranos sobre a necessária reafirmação da identidade dos moradores da cidade. Nesta direção, “o mito de origem foi a memória da colonização, representada na figura do colono pioneiro e desbravador em um monumento na principal praça da cidade. Os pomeranos procuraram destacar símbolos que fossem importantes para elevar as características culturais e legitimar o movimento político de emancipação” (Oliveira, 2004: 6). Para ele, o grupo procurou destacar os ideais de uma elite que procura imprimir a sua identidade no espaço urbano. Pois, os nomes das ruas e praças, assim como os edifícios públicos guardam a memória das famílias que conseguiram se estabelecer no local. Além disso, inúmeras manifestações folclóricas da cultura pomerana destacam-se na cidade e atraem turistas de várias regiões do país e de outros países como a Alemanha, o que para o olhar dos turistas são ícones culturais presentes na

memória dos descendentes desta cultura. O autor analisa que as pessoas mais velhas, por utilizarem predominantemente a língua pomerana, têm dificuldades em utilizar o espaço urbano e suas instituições como, por exemplo, o atendimento em hospitais devido à falta de interação. Entretanto, a integração dos descendentes se dá em função do ensino da língua portuguesa por pastores e, especialmente, por professores.

Com relação aos imigrantes caboverdianos, observemos a fluidez do português em seu cotidiano, tendo o Brasil proporcionado a afirmação da língua oficial, guardada em detrimento do crioulo. A maioria se identifica como brasileiros, enquanto outros como caboverdianos abasileirados. A reconstrução de alguns hábitos e costumes caboverdianos se apresenta mesclada com a cultura brasileira, pois, as festas caboverdianas têm sempre um cunho brasileiro. Assim, elementos culturais brasileiros como o forró, o pagode, a festa junina e o churrasco perpassam os encontros comunitários, sempre com a presença de brasileiros, embora os filhos desses imigrantes sejam brasileiros natos, conforme as Leis do Brasil. Do grupo dos brasileiros, destacamos os amigos dos imigrantes e aqueles que casaram-se com imigrantes da 1ª ou da 2ª geração. Esses cruzamentos somáticos e culturais nos permitem afirmar que os caboverdianos constituem um grupo bastante assimilado e integrado à nação brasileira. Portanto, esses imigrantes transitam entre a cultura brasileira e a caboverdiana, possível através da mescla cultural de modo que a cultura de origem se altera no encontro com a brasileira.

2. CABO VERDE NO SISTEMA DA EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Neste capítulo estudamos as visões da emigração caboverdiana como fato social já consolidado. Após uma análise sobre os fundamentos da construção da sociedade caboverdiana, buscaremos articular as demandas internas com o início do fenômeno migratório até os dias atuais. Esse panorama é necessário, pois, como já exposto na introdução, estes imigrantes reconstróem a memória e identidade no local de permanência, a partir da cultura de origem.

2.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

O arquipélago de Cabo Verde (mapa 03) está localizado em pleno Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, com uma superfície total de 4.033 km². No entanto, dispõe de uma área marítima que ultrapassa os 600 mil km². Compreendido entre os paralelos 17° 13' e 14° 48' de latitude norte, e os meridianos de 22° 44' e 25° 22' de longitude oeste de Greenwich.



Mapa 03 – Localização geográfica de Cabo Verde.
Fonte: Gru Free Documentation License.

Observemos que as ilhas e ilhéus formam dois agrupamentos, Barlavento e Sotavento, conforme sua posição relativa ao vento dominante de N.E. As ilhas de Barlavento: Santo Antão (779 km²), São Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), São Nicolau (343 km²), Sal

(216 km²) e Boavista (620 km²), e os ilhéus Brancos (3 km²) e Raso (7 km²) e as ilhas de Sotavento: Maio (269 km²), Santiago (991 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²), e os ilhéus Grandes (2 km²), Luís Carneiro (0,22 km²) e Cima (1,15 km²). Uma das características mais notáveis do arquipélago são, sem dúvida, a sua elevada orografia de montes escavados, cadeias de montanhas, vales profundos e desfiladeiros inacessíveis, se formando em mar largo (foto 01), ressaltando que a altitude mais elevada se encontra aproximadamente a 3 mil metros acima do nível do mar.



Foto 01 – Ilhéu dos Pássaros, com 82 metros de altitude a cima do nível médio do mar, situado na ilha de São Vicente. Arquivo: Artur Bento, 2008.

Bebiano (1932) em seus estudos sobre as formações sedimentares das ilhas de Cabo Verde demonstra que se elevam de um *soco submarino* em forma de ferradura, situado aproximadamente a 3 mil metros de profundidade do nível do Oceano. Deste soco emergem três pedestais, perfeitamente distintos: Norte, compreendendo as ilhas de Santo Antão, São Vicente, ilhéus e São Nicolau; Leste e Sul, as ilhas do Sal, Boavista, Maio, baixo João Leitão e Santiago; Oeste: Fogo, Brava e ilhéus. Entre as ilhas de São Nicolau e Sal existe um pedestal secundário, que quase atinge a superfície do Oceano com 80 metros de profundidade. Torres e Soares (1946) afirmam que em termos de profundidade, as ilhas têm na sua base 500 metros de profundidade e, entre si, 1.500 a 2 mil metros. A análise geológica das ilhas mostra que Cabo Verde não representa um fragmento de um antigo continente já afundado e nem faz parte dos continentes que nós conhecemos: Americano, Europeu, Africano e Asiático. Ao contrário, a superfície submarina é “perfeitamente comparável ao relevo das ilhas, com os seus mantos vulcânicos, não apresentando qualquer ressalto que nos indicasse estar ligado a alguma falha tectônica que tivesse dado origem ao abatimento” (Soares e Pires, 1946: 138).

Conforme Vaschetto (1987), as ilhas de Cabo Verde não constituem as cumeeiras de cadeias de montanhas de um continente arrastado pelas ondas. Ao contrário, os estudos sedimentares e geológicos provam que as ilhas são oceânicas, formadas no mar largo pela

acumulação de produtos eruptivos, a partir de uma área de média profundidade. Reconhece que não foi possível individualizar um soco cristalino ou sedimentar de origem continental. Sendo assim, “as relações que se pretendem estabelecer entre os eixos de enrugamento do continente africano e as cumeadas das grinaldas insulares fronteiras resultam de uma interpretação subjetiva do que da evidência das formas” (Vaschetto, 1987: 38).

Ainda no rastro das possibilidades de reflexão, é interessante registrar que Cabo Verde é parte integrante da *Macaronésia*⁷. Para Teixeira e Barbosa (1958) trata-se de uma designação regional que engloba cinco países: Açores, Madeira, Canárias, Selvagens e Cabo Verde, situada a S.W da Europa e a N.W da África, entre os paralelos 14° e 40° de latitude norte e os meridianos 13° e 32° de longitude oeste de Greenwich. O arquipélago encontra-se situado numa vasta zona de clima árido e semi-árido que atravessa a África desde o Atlântico ao mar Vermelho e se prolonga pela Arábia, Síria e Mesopotâmia, até os desertos da zona temperada da Eurásia e as regiões subdesérticas afetadas pelos climas monçônicos. O clima é tropical seco e úmido com duas estações: a estação seca entre novembro e julho quando se fazem sentir as massas de ar quente e seco, mas com pouca duração. Enquanto que a estação úmida vai de agosto a outubro quando convergem as massas de ar intertropical que possibilitam chuvas irregulares, o chamado “tempo das águas”. A temperatura média anual ronda entre 24° C, e as amplitudes térmicas não ultrapassam os 10° devido à influência do Oceano. “O clima desse território apresenta algumas afinidades com os climas desérticos quentes, mas distingue-se deles pelas pequenas amplitudes térmicas, pela sua umidade e pela periodicidade das chuvas. O oceano e os ventos alisados exercem uma ação moderada na temperatura” (Teixeira e Barbosa, 1958: 23).

O descobrimento das ilhas de Cabo Verde se deu sob o patrocínio do Infante Dom Henrique, nos meados do século XV, entre 1460 a 1462, por navegadores Diogo Gomes, Diogo Afonso e Antonio de Noli. Neste contexto, Torres e Soares (1946) reconhecem como

⁷ Sinônimo de ilhas Afortunadas, tendo sido introduzido na linguagem técnica pelo botânico inglês P. Backer Webb. Em Grego, a macaronésia evoca as ilhas Canárias ou a lenda das ilhas Afortunadas quando na antiguidade os homens procuravam um paraíso para viver. Por outro lado, as ilhas Atlântidas deve a sua posição evocar vagamente a Atlântida de Platão diante da passagem a que se chamam colunas de Hércules. Com elementos da lenda do paraíso e recordações da cidade de Tartessos na foz do Guadalquivir, aniquilada pela expansão cartaginesa na península Ibérica, Platão compôs a descrição mítica da Atlântida, onde os homens viviam numa felicidade perpétua. De repente, devido a grandes tremores de terra, a Atlântida desapareceu no seio das ondas e com ela a esperança de uma paraíso. Durante quase 2 mil anos, as Ilhas Afortunadas foram esquecidas, à medida que as colunas de Hércules hoje estreito de Gibraltar formavam uma barreira à navegação. Só no final da Idade Média com o desenvolvimento da tecnologia, o homem ocupou as ilhas do Oceano Atlântico, tendo incorporado ao patrimônio geográfico africano. Cf. Vaschetto (1987); Ceballos (1953).

fantasiosa a descrição legada por *Alvise Da Cá Da Mosto*⁸, que atribui a si próprio a descoberta das ilhas, em 1456. Por outro lado, Fontoura (1945) considera o português Vicente Dias, como sendo o primeiro descobridor das ilhas, em 1455. Damião Peres (1945) contraria todos os dados, afirmando que o documento mais antigo relativo à Cabo Verde, é a Carta Régia de 03 de dezembro de 1460, pela qual D. Afonso V legou o seu irmão D. Fernando as cinco ilhas já conhecidas, formando o grupo sul-oriental – Fogo, Santiago, Maio, Boavista e Sal – descobertas conjuntamente por Diogo Gomes e Antonio de Noli, cada um comandando a sua caravela ao serviço do Infante Dom Fernando. Além de Peres, a carta é referida por outros historiadores como, Senna Barcellos (1899), Quirino da Fonseca (1926), Foutora da Costa (1939).

Por esta razão, cremos que a Carta é o documento mais antigo sobre as ilhas de Cabo Verde, ficando evidente que embora o “original não tenha sido encontrado; dele existe cópia oficial, salvaguardada no livro das escrituras da ordem de nosso senhor Jesus Christi, que El rey Dom Sebastião mandou fazer pelo doutor Petralurz” (Torres e Soares, 1946: 20). Resolvida a questão do descobrimento a Coroa portuguesa deu início ao processo de povoamento, em 1462, com a chegada do capitão António de Noli, acompanhado de parentes e de alguns portugueses, tendo instalado na capitania de Ribeira Grande, atualmente conhecida como Cidade Velha (foto 02) e considerada a primeira cidade capital de Cabo Verde construída pelo governo português.



Foto 02 – Cidade Velha, candidata a patrimônio mundial pela UNESCO em outubro de 2007.

Arquivo: nosmedia, wordpress

No início, o núcleo de povoamento foi formado por europeus, sendo a maioria de origem portuguesa. Mas, devido a dificuldades de adaptação, a carência de riquezas e ao isolamento geográfico, deu início a entrada de africanos, em sua maior parte escravos. Brásio

⁸ Relação das Navegações (1ª 1455; 2ª 1456), escrita por Luigi Di Cadamosto, publicada pela primeira vez por Francesco Da Montalboddo, sob o título “Poesi nuovamente ritrovati – Vicência, 1507. Cf. Fontoura (1939).

(1958) relata que, em 1466, D. Fernando informa a D. Afonso V que a distância das ilhas de Portugal era um fator que entravava o povoamento com portugueses. Estes, por sua vez, resistiam à permanência nas ilhas sem que lhes fossem garantidos determinados privilégios, à medida que “não era cenário daquilo que os portugueses buscavam: as especiarias, os metais preciosos, o comércio vantajoso para os seus próprios fins. Isto quer dizer que não existiam riquezas que pudessem estimular a ida de colonos, nem culturas especiais” (Pereira, 2005: 33). Entretanto, a situação geopolítica na encruzilhada dos continentes africano, americano e europeu foi um dos fatores que levou D. Afonso V a conceder a seus habitantes a Carta de Privilégios, datada de 12 de junho de 1466, autorizando os moradores a resgatarem escravos nas costas da Guiné, isentando-os do dízimo pelos produtos agrícolas enviados ao reino e a livre circulação de comércio entre as ilhas. Nessa direção, a colonização inicia-se com a divisão da ilha de Santiago em duas capitânias: uma com sede na Ribeira Grande e a outra em Alcatraz.

Os capitães possuíam direitos e regalias especiais, que lhes competiam a fazer distribuição da terra, a praticar o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné, desde o rio Senegal a Serra Leoa. Assim, deu início a implantação do modelo econômico tradicional, bem como o comércio triangular de escravos e outros produtos. Entretanto, foi a *Carta Régia de 1472* que obriga os colonos a explorar os recursos locais e a fixar residência no arquipélago. Para Mourão (2005) inaugurou-se uma nova fase na valorização do arquipélago, tendo em conta que em 1497, Vasco da Gama escalou em Cabo Verde, seguindo à Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral desembarcou no território em viagem para o Brasil. Em 1522, aportam a Cabo Verde, já de regresso, as naus de Fernão de Magalhães da viagem de circum-navegação do globo. Ressalta que a frota de Vicente Pinzón que chegou ao Brasil, 40 dias antes de Pedro Álvares Cabral, partiu de Palos em dezembro de 1499, em direção às Canárias, e de lá seguiu as ilhas de Cabo Verde, tendo seguido para a travessia oceânica em 13 de janeiro de 1500.

Ampliando esse raciocínio, poderíamos dizer que deu início à valorização do arquipélago, bem como o comércio transatlântico. Pois, durante séculos, Cabo Verde teve um papel fundamental na expansão do projeto imperialista português, tendo fornecido escravos e outros produtos para o Brasil, Antilhas, Argentina, Martinica, Colômbia, EUA, Haiti etc. Esta crescente valorização ampliou as fronteiras do aprisionamento marítimo, passando a moldar, influenciar outros territórios, através da expansão cultural, se levarmos em conta que os escravos antes de partir, passavam pelo processo de assimilação de valores portugueses.

2.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MISTIÇAGEM E CONVIVÊNCIA SOCIAL

A sociedade caboverdiana se formou como país livre, constituído por colonos provenientes de algumas cidades portuguesas. Posteriormente, devido a dificuldades de fixação de residência introduziram-se africanos, na sua maioria escravos, dando origem ao regime escravocrata -senhor/escravo (foto 03), que se prolongou até a libertação dos escravos em 29 de abril de 1875. Nesta época, podemos enumerar os seguintes grupos sociais: a) senhor, constituído por uma maioria portuguesa e alguns genoveses, sevilhanos, formando a classe dos nobres, plebeus, artesãos e degredados; b) brancos da terra, representados pelo mulato, produto do cruzamento do europeu com a africana (escrava ou livre); c) escravos de várias etnias africanas.



Foto 03 – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 2008. Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde.

O processo sistemático da falta de chuvas e, conseqüentemente, as fomes cíclicas levaram à libertação de muitos escravos e escravinhos (mulatos), e a fuga de outros para o interior das ilhas, fixando-se em locais de difícil acesso. O nascimento do mulato nunca foi embaraço para a maioria dos portugueses que chegava a Cabo Verde em estado de solteiro. Sendo assim, as uniões do branco com a mulher preta se tornaram comum num ambiente de isolamento a que os grupos estavam circunscritos. Neste sentido, “não se olhava à função ou cargo que ele desempenhava. Daí, o surto de inúmeros descendentes bastardos de capitães-mores, de governadores, de altos funcionários régios e de ministros da igreja” (Carreira, 1977: 22). Paradoxalmente, os padres pregavam a legalização dessas uniões, enquanto imitavam os comportamentos dos altos representantes da Coroa, negociando e deixando bastante filhos, a ponto de serem considerados povoadores. Para Carreira, tais comportamentos foram legitimados no arquipélago, de acordo com o contexto insular e de abandono a que os grupos se encontravam. Assim, o “homem casado na Europa, quer fosse para as ilhas com a família,

quer fosse desacompanhado dela, não tardava em unir-se a mulher da terra, sem preocupação quanto à quebra da prometida fidelidade conjugal jurada no ato do matrimônio” (Carreira, 1977: 22). Carreira descreve algumas situações de cruzamentos interétnicas descritas no Anônimo de 1784, mostrando, por exemplo, que o governador João Pinheiro da Câmara (1711-1714) vivia em concubinato com uma mulher preta de nome Maria Santiago que ia a igreja acompanhada de um sargento e, às vezes, soldados atrás. O governador João Zuzarte, natural de Santarém (1748-1752) viveu sempre em concubinato com uma escrava, chamada de Maria Sábado de quem teve dois filhos e tratava-os como legítimos, dando ao mais velho assento no sítio da Igreja junto a ele.

Ainda segundo o autor, a Igreja Católica não impunha qualquer restrição nos livros de batismo da paternidade dos filhos havidos das escravas, servos e forros, mesmo quando o pai era homem casado. Às vezes, por razões morais, era comum apadrinhar o ato do batismo, a Santa da devoção do pai e a do próprio padre, aqui subentendido como pai. Nesta direção, percebemos que o nascimento do mulato veio a constituir o grupo intermediário entre o Senhor e o Escravo, resultando na maleabilidade da sociedade caboverdiana. Neste contexto, no início do século XIX podemos constatar a existência de três grupos sociais, demarcados pela riqueza e não pela cor da pele. Aqui, Carreira (1977) aponta a seguinte estrutura: a) escassos reinóis, constituído por brancos da terra (sargentos, capitães-mores, padres, morgados) e mestiços e pretos que ascenderam economicamente; b) sesmeiros e/ou seus descendentes, rendeiros e parceiros dos senhores de terras, profissionais de ofícios, pequenos negociantes e o povo em geral; c) poucos escravos até a sua completa extinção.

De fato, a consolidação da sociedade caboverdiana se constitui a partir da dissolução de barreiras raciais e/ou étnicas, advinda da intensa mestiçagem. Nesse caso, os estudos de Brito (1963) sobre o fundo etnogênico apontam que a população é mestiça e negra, conforme se verificou nos censos de 1940 e 1950, visualizados na tabela 06, ressaltando que a partir dos anos 70 não se encontram registros oficiais sobre a etnogenia, à medida que os caboverdianos passaram a constar no mesmo pano de fundo “mulato”, independente da cor da pele.

TABELA 06 – ETNOGENIA DA POPULAÇÃO DE CABO VERDE

População	1940	1950	Média
Mestiça	62,47%	69,7%	66,08%
Negra	34,34%	28,3%	31,32%
Branca	3,19%	2,0%	2,59%

Fonte: Brito (1963)

Os dados apontam que no período de dez anos, os mestiços aumentaram significativamente, tendo diminuído as cores negra e branca, provando, assim, a forte tendência da mestiçagem caboverdiana. Brito esclarece que existe uma razoável propensão para o cruzamento do mulato com o negro, além do que “a população mista, sendo a mais numerosa e proliferando-se ao mesmo ritmo que a negra, tende naturalmente a distanciar-se desta, enriquecendo-se simultaneamente à custa dela” (Brito, 1963: 8). No tocante à população branca, Brito analisa que embora tenha ocorrido uma baixa no decênio (3,19% para 2%), não significa que esteja em fase de extinção, à medida que é comum os brancos se casarem entre si, sem que isso signifique que não o façam com mulatos. Portanto, a população branca cresce, embora muito lentamente. Um fato importante é que muitos brancos são mulatos que conseguiram ascender à situação de brancos devido à forte aproximação da cor, a que os americanos chamam de *passing*, ou seja, passam por brancos. No entanto, existem aqueles que são notoriamente escuros, mas “são socialmente considerados brancos por desfrutarem de certa posição no meio social” (Brito, 1963: 9).

Os estudos realizados por Brito apontam uma tendência ao branqueamento da população caboverdiana a longo prazo, devido a diminuição de negros, advinda da intensa miscigenação da população e também pelo elevado teor de genes de origem européia. Para ele, embora o imaginário branco constitua “status”, acresce, ainda que mulatos e negros que ascenderam socialmente passassem a ser considerados brancos. Pois, o branco “não é só aquele que possui a epiderme clara, como também todos que desfrutam duma posição social mais ou menos relevante e gozam duma certa consideração social” (Brito, 1963: 33). Sendo assim, o critério de distinção social compreende mais a ordem socioeconômica do que etnodemográfica, sendo que “quem vive como branco e como ele se conduza na vida social; branco é reputação sem preconceitos” (Brito, 1963: 34). E, portanto, branco está atrelado à ascensão social, guardando poucas relações com a questão racial. O processo de aculturação fez desabrochar expressões novas de culturas mestiças, tendo “o negro e o mulato se apropriado de elementos da civilização européia e sentí-los como seus próprios, interiorizando-os e despojando-se das suas particularidades contingentes ou meramente específicos do europeu” (Mariano, 1991: 34). Porém, os elementos transportados pelos afro-negros foram também assimilados pelo europeu, tornando-se “irremediavelmente comuns aos dois grupos”.

Neste sentido, os processos de miscigenação parecem ser mais complexos do que o simples fato de alguns autores atribuírem, “ora a falta de mulheres brancas, ora a disposição do homem branco a unir-se a mulher preta”. Contrariando essa posição, evidenciamos que as

condições de abandono a que foram submetidos os europeus e os africanos – desde o isolamento em pleno atlântico, o corte com as culturas de origem, as difíceis condições climáticas, a falta de recursos disponíveis – marcaram o remanejamento das identidades étnicas e/ou social, tendo desembocado na convivência harmoniosa entre os diversos grupos e, conseqüentemente, na intensa mestiçagem cultural, social e somática. Nesta direção, Artur Bento (2005), com ênfase no *isolamento das ilhas* em pleno Atlântico, focaliza que a disposição geográfica parece vir ao encontro das necessidades de convivência com o outro, rompendo barreiras raciais. Assim, desde cedo, os caboverdianos fixaram os olhos no mar, que além de proporcionar o desenvolvimento da pesca, representou um meio de aproximação e de intercâmbio com o outro. Para o autor, esse fator geográfico facilitou que brancos e negros abandonassem as diferenças e criassem um espaço de convivência social, a partir de entrecruzamentos das culturas de origem, embora tenham a cultura européia como padrão social. Em suma, a sociedade caboverdiana passou por um longo processo de evolução, estruturada, inicialmente, na dominação branca, detentora das melhores terras; passou a uma sociedade mestiça, tendo mulatos e negros assumido os postos que antes eram atribuídos aos portugueses. Pois, a antiga ordem hierárquica que dividia a sociedade em branca, negra e mestiça entrou em decadência com a ascensão dos não-brancos, principalmente no início do século XX, acelerada pelas secas e fomes que levaram a partilha das propriedades, a emigração em massa e a compra de terras por negros endinheirados, retornados dos EUA. É neste contexto que irrompe a sociedade caboverdiana constituída de elementos culturais básicos que invocam uma identidade comum, como veremos a seguir.

2.2.1. A MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO

A análise do espaço caboverdiano nos remete a um conjunto de manifestações culturais, que circunscreve a vida dos atores sociais, seus papéis e seus laços com a cultura de origem, com base nos hábitos, costumes, crenças e rituais transmitidas de geração em geração. Em Cabo Verde são comuns as festas de romarias ou de santos populares, que tendem a durar alguns dias, conforme a ilha onde se realizam. Na véspera da festa se realizam atividades recreativas e desportivas, tais como: jogos, corridas de cavalo, de saco e de bicicleta; confeccionam-se doces e bolos, preparam-se comidas tradicionais, matam-se porco, galinha e cabrito para a preparação do molho.

Reescrevendo algumas festas, citamos o Santo António, dia 13 de junho; São João Baptista, dia 24 de junho; São Pedro Apóstolo, dia 31 de junho. Como recorte espacial, focalizamos a festa de Santo António na Vila das Pombas (foto 04) na ilha de Santo Antão. Na véspera, dia 12 de junho, chegam pessoas de toda a ilha, além de indivíduos de outras ilhas, principalmente da vizinha São Vicente. A visível e crescente presença de pessoas na paisagem urbana da Vila das Pombas e a exposição ao Sol, ao Vento, as rezas, aos jogos, as bebedeiras, ao som do tambor são aspectos acentuados das festas tradicionais. Assim como Vieira “os que não conseguem guarida nas poucas casas da Vila das Pombas, dormem ou descansam ao relento, ou entretem-se a tocar tambor a noite toda” (Vieira, 1940: 63).



Foto 04 – Vila das Pombas, ilha de Santo Antão.
Arquivo: Artur Bento, 2008



Foto 05 – Capela de São João Baptista, São Vicente. Arquivo: Artur Bento, 2008.

No largo da capela do santo popular (foto 05) montam-se barracas. Os grupos de três ou quatro tocam tambores sem parar, acompanhados de apitos. Um elemento do grupo enfiase num *navio em miniatura* (foto 06), dança e faz evoluções como se o navio estivesse no alto

mar, enquanto as mulheres dançam entre elas ou com os homens. A esta dança chama-se “Colá San Jon”. Os dançantes (pares soltos) em festa dão voltas e requebram ao que se segue uma umbigada em simulação do ato sexual, formando uma cruz com dois pares (mulher/homem; mulher/mulher), em que o primeiro par dá umbigadas e se afasta, enquanto o outro par vai ao centro e vice-versa.



Foto 06 – Navio do Colá San Jon.

Fonte: Biblioteca Municipal da ilha de São Vicente.
Arquivo: Artur Bento, 2008.

O ápice da festa é a eucaristia, celebrada no próprio dia do santo, seguida de procissão ao redor da igreja, acompanhada de rezas e cânticos, enquanto a maioria dos agentes sociais, entre eles, caboverdianos e turistas comem, bebem e dançam no largo da igreja e seus arredores. Há, portanto, uma mescla de sagrado e profano. Para alguns, é a ocasião de assistir a missa e pagar promessas, para outros é a oportunidade de festejar e namorar. Para pagar promessas, era habitual vestir um saco de estopa, colocar uma pedra sobre a cabeça, acender velas. As pessoas que chegam do interior ou do estrangeiro quase sempre trazem “ramos”, ou seja, presentes ao santo que após a missa são vendidos na praça e os lucros revestidos em favor da igreja. Observa-se “promessas de velas, ramos de alecrim, grinaldas floridas, ramalhetes de cravos, violetas e rosas, fitas variadas e até rosários de figos ou grãos de café, ou de milho torrado, além de grossas maçarocas, abóboras de roca e cana de açúcar, cercam o Santo António, festivamente, tornando a sua imagem menor e apoucada no meio de tanta fartura” (Vieira, 1940: 63).

Em algumas ilhas, nos anos de boa colheita, as pessoas traziam “fongos”, feitos de farinha de milho, batata doce e banana, embrulhados em folhas de bananeira e depois assados. Atualmente, as festas populares têm perdido a sua força devido ao distanciamento da população dos costumes tradicionais, provocado, em parte, pela modernização do arquipélago, que tende a repercutir na ruptura com o passado. Por outro lado, algumas posições religiosas, contrárias ao sincretismo, tendem a enfraquecer as festas, não suficiente para apagar a memória da festa, à medida que ela gravita em torno dos processos de formação

da cultura caboverdiana, associada ao remanejamento das várias formas de identidades, em prol de uma memória nacional. Com efeito, trata-se de uma memória religiosa que expressa de maneira singular a cultura no espaço. Carlo Ginzburg (1987) em seus estudos sobre a história cultural analisa a importância das classes sociais, afirmando que a cultura popular consiste na manifestação de um conjunto de crenças e códigos próprios, não se diferenciando da cultura das elites. Recuperando a noção de *circularidade* de Mikhael Bakhtin, o autor acredita que existe um influxo recíproco entre a cultura popular e cultura das elites, considerando a cultura como uma janela flexível e invisível, dentro do qual cada um exercita uma liberdade condicionada.

Toda manifestação cultural está atrelada aos processos de dominação e resistência, sendo necessário compreender como as elites tentam impor um modelo de cultura. Por outro lado, faz-se necessário entender como as classes populares conseguem resistir e reelaborar imposições. Com relação aos caboverdianos, é possível dizer que esses indivíduos reconstruíram as práticas culturais trazidas pelos ancestrais europeu e africano, tendo resultado em um produto novo que expressa práticas outras, mas capaz de subverter alguns padrões impostos pelas elites. Em parte é no âmbito do entendimento do significado simbólico que poderemos ter acesso a determinados valores culturais, que fazem parte de imposições, lutas, resistências e subjetivações. Halbwachs (1990) em sua discussão sobre a historicidade presente na religião, aponta que esta possui uma história vinculada à memória coletiva, pois, “um grupo religioso, mais que qualquer outro, sente a necessidade de se apoiar sobre um objeto, sobre alguma realidade que dure, porque ele próprio pretende não mudar, ainda que em torno deles as instituições e os costumes se transformem e que as idéias e as experiências se renovem” (Halbwachs 1990, 156). Nesse ponto, o grupo religioso precisa basear-se em alguns elementos que lhe assegurem a imutabilidade, mesmo estando cientes de uma estrutura social que muda com suas respectivas instituições. Assim, os caboverdianos enquanto construtores da cultura incorporam pensamentos “*santificados*” e, buscam recuperar os desprovidos de fé, através da ligação permanente com Deus. Para se assegurar de seus sentimentos religiosos, o estabelecimento do sincretismo parece ser experiência bastante singular no entrecruzamento das culturas locais e, conseqüentemente, na gestação da identidade nacional.

Assim sendo, o ritual do “*Colá San Jon*” é entendido como local-espço onde o sagrado se manifesta, através da mescla de rituais africano e europeu, ou seja, local onde as religiões se entrecruzam. Nessa perspectiva DaMatta (1986) afirma que era preciso destruir os cultos africanos em prol da incorporação dos santos católicos trazidos pelo colonizador

português. Assim, os povoadores lançaram mão da religião cristã como forma de destruir os deuses negros, subvertendo os cultos não condizentes com a Igreja Católica. Podemos deduzir que as imagens das divindades primitivas foram atreladas ao cotidiano desse povo através desse sincretismo da religião popular caboverdiana. Portanto, o Colá circunscreve o imaginário religioso dos caboverdianos, isto é, reconstruem um cenário santificado que permite o entrecruzamento da convivência pacífica entre o sagrado e o profano. No âmbito do sagrado, o *Colá* revela histórias e acontecimentos herdados pela experiência mítica, estabelecendo uma linguagem complexa entre indumentária e teatro. Esse Colá busca respostas no conjunto coreográfico através da intencionalidade dos gestos e na recomposição dos passos, utilizando o corpo de forma ritualizada.

O ritual do Colá está relacionado ao aspeto sagrado, que se manifesta no diálogo estabelecido entre os dançantes e as proibições expressas através do gozo estético, da relação mágica entre aqueles que participam do ritual. A dança é essencialmente litúrgica, pois, através do ritual em que forma uma cruz, faz a ligação entre os homens e os ancestrais divinizados. A dança não tem a intenção de espetáculo, pois não se trata de dançar bem, mas representa a integração do caboverdiano no espaço sagrado, devendo ser entendido como um sistema mágico.

No que diz respeito a outras manifestações culturais, é hábito preparar-se um banho com silvão de uri. Após ferver água em uma panela, adicionam-se algumas folhas do silvão de uri, juntamente com eucalipto, arruda, alecrim, rosmarinha. Deixa-se a água ficar morna para em seguida utilizá-la em um banho conhecido como *banho de mato*. Geralmente, toma-se o banho à noite, auxiliado por um membro familiar. Após o banho, as pessoas agasalham-se e ficam na cama até o dia seguinte para evitar o resfriado. Porém, muitas pessoas acreditam que este banho alivia a febre e as protege das bruxas - homem ou mulher que herda a arte da bruxaria -. Neste caso, “filho ou filha de pai fetiseru ou fetisera tinha uma tendência para ser também fetiseru. Em casos em que isso não acontecia, tornava-se necessário uma proteção especial ao recém-nascido por parte do progenitor não fetiseru. Caso contrário, o ódio do progenitor fetiseru sobre a criança seria certamente fatal para ela: seria comida por ele” (Silva, 1998: 158-159). Segundo as estórias populares, a (o) bruxa (o) é alguém com rabo e capaz de *comer*⁹ as pessoas através de mau olhar. De acordo com esta crença, o fato de alguém

⁹ Consiste numa arte em que a bruxa captura o espírito de uma pessoa, podendo levá-la à morte por alguns dias, caso o não largar, pois um corpo sem espírito está morto segundo a crença. Para atrepar o espírito de alguém é necessário que a bruxa o assustasse. Durante o período que o espírito estivesse em poder da bruxa a pessoa ficava doente até morrer. Para recuperar a vida da pessoa, os familiares ao suspeitar da bruxa, levavam o doente à casa da bruxa para que o curasse. Bastava um chá de erva para que a pessoa recuperasse a saúde.

desconhecido dizer a uma criança que ela era gorda ou bonita poderia “comer” a criança, ou seja, levá-la à morte. Assim, esconjuravam-na na mesma hora, dizendo “*lovara Deus*”, ou seja, *que Deus seja louvado*, temendo que ela fosse uma bruxa desconhecida. Se tratasse de uma bruxa, as pessoas enfiavam o dedal entre o polegar e o anelar, e esconjuravam-na dizendo “*fica canhota bordolega espanha*”. Assim, a pessoa que carregasse o estigma de bruxa era muitas vezes perseguida e atormentada pela população local das ilhas, vivendo quase sempre isolada do convívio social, pois a qualquer momento poderia ser vítima de maus tratos. Para além dos aspectos já citados, as superstições apontam que existem sempre meios para tornar nulo o mau olhado e proteger as pessoas das bruxas: usar amuletos, cruzes desenhadas com “leite” de babosa, no peito, nas costas; lavar a criança com a urina da mãe, fermentada com farelo de milho, e através de esconjuros e orações. Era comum, por exemplo, realizar uma festa para os recém-nascidos denominada “guarda cabeça”, na noite do sétimo dia após o nascimento, pois a bruxa poderia “comer” a criança. Esta festa era feita com um cavaquinho e uma viola: enquanto os rapazes e as meninas dançavam na sala, algumas vizinhas conversavam no quarto aonde se encontravam a mãe e o recém nascido, à luz de uma lamparina alimentada com azeite de *purgueira*¹⁰ que ficava acesa até o amanhecer. Debaixo do travesseiro da cama do bebê punha-se uma tesoura aberta, faca e agulha espetada no colchão para ameaçar o rabo das bruxas ou feiticeiras.

Entretanto, o azeite de purgueira era utilizado também como remédio caseiro de uso externo, no alívio da dor e febre alta. Sendo assim, era comum esquentar uma colher do azeite, que em seguida era utilizado para massagear a área dolorosa do paciente. Em caso de dor de cabeça, após massagear a testa do doente, amarrava-se a mesma com um pano limpo até passar a dor. Além disso, algumas pessoas colocavam por baixo do pano algumas folhas medicinais. A esta prática se chama “messinha”, representando tratamento caseiro feito à base de ervas medicinais e óleos. Ainda hoje, muitas pessoas fazem messinha antes de procurar atendimento médico, ou durante o processo terapêutico. Era também um hábito pedir ao médico que liberasse o paciente para ser tratado em casa com remédios caseiros. No entanto, existem os curandeiros que também fazem uso das ervas para curar determinadas doenças. Por outro lado, há os charlatões que exploram a população, sem, todavia ter conhecimento desta prática tradicional, que ao longo dos tempos serviu como procedimento terapêutico, época em que a medicina tradicional substituíu a medicina científica. Esta prática está

¹⁰ Arbusto ou pequena planta da família das euforbiáceas que adaptou-se bem ao clima, mas praticamente desapareceu do arquipélago. As sementes desta planta eram utilizada na fabricação de azeite para iluminação doméstica e sabão de terra para uso local.

desaparecendo de arquipélago devido à abertura a tratamentos medicamentosos, mas também devido ao esquecimento das tradições.

Nesta direção vale ressaltar que a medicina tradicional caboverdiana constitui a sabedoria de um povo que ao longo dos tempos desenvolveu formas de curar certas doenças, fazendo uso de plantas medicinais e óleos, período em que a assistência médica era quase inexistente no país. Vale ressaltar que, com a modernização em vários pontos do país, as festas de “*guarda cabeça*” se assemelham às festas de aniversário atuais, não mais se usando os objetos tradicionais; porém, a maioria das pessoas abandonou, de fato, esta prática cultural. De acordo com Silva (1989), a maioria dessas crenças teve bastante força e peso social há 50 anos. Porém, embora ainda exista, as tradições vêm “perdendo credibilidade cada vez mais acentuadamente, à medida que os anos vão passando, sob o efeito da escolarização, cristianização, progresso sócio-cultural e científico, modernização e do poder de incentivo das mass média que vêm transformando o mundo numa espécie de aldeia cada vez mais exposta” (Silva, 1989, 156).

No âmbito sociocultural, a maioria das superstições perdurou durante séculos devido à pobreza e à falta de escolaridade da população, pois, até a década de 70, a maioria dos caboverdianos era quase analfabetos, não tinha acesso à luz elétrica, vivia na escuridão da noite, o que contribuiu para alimentar essas crendices populares. A assistência médica e o acesso a medicamentos eram quase nulos no arquipélago. A maioria das crianças nascia em casa, com ajuda de uma parteira. O umbigo, normalmente, era curado com práticas tradicionais, pois as pessoas não tinham acesso aos cuidados médicos devido à quase inexistência de profissionais de saúde. Por esta razão, talvez, era comum a criança morrer no sétimo dia, devido às doenças infecciosas da infância, pois o país carecia de vacinas que previnem as doenças mais comuns na infância como tétano, sarampo, rubéola, difteria, meningite, hepatites virais, catapora (varicela), caxumba e a coqueluche. Em síntese, a fatalidade da morte infantil era atribuída à bruxaria, o que levou à criação da festa de “*guarda cabeça*”, em que se aproveitava para tornar a criança “*cristã*”, em que um praticante do catolicismo derramava água na cabeça do bebê, dizendo: eu te batizo em nome do pai, do filho e do espírito santo. O batismo só tinha validade se a criança viesse a morrer antes de ser batizada pela Igreja Católica.

A morna – agora focalizando as tradições musicais – pode ser definida como uma forma musical de andamento em compasso quaternário simples, que o caboverdiano utilizou para exprimir os seus sentimentos. Diz-se que a raiz da morna se encontra vinculada às experiências de vida dos caboverdianos da ilha da Boa Vista, entre os séculos XVIII e XIX,

embora não tenha se reduzido a este local. Para alguns pesquisadores caboverdianos, foi Eugênio Tavares (foto 07), da ilha da Brava, quem elevou este gênero musical à categoria lírica, fazendo-a adquirir uma linha sentimental em que aborda a saudade, a tristeza, a esperança, fé, amor, a nostalgia, a magoa e o queijume.



Foto 07 – Eugênio Tavares, músico, compositor e jornalista (1867-1930).
Fonte: Praça da Vila Nova Sintra, ilha da Brava.
Arquivo: Artur Bento, 2007.

Essas expressões são correntes no cotidiano caboverdiano, pois retratam a vida aventureira e trágica desse povo articulada com os processos de identificação nacional e, lembra a própria insularidade que levou o caboverdiano a fixar os olhos no mar, como alternativa para contornar os problemas das ilhas. Em sua origem, a morna fez parte das serenatas, das despedidas e dos bailes populares. Ainda hoje é ouvida nos bares e restaurantes, nos aniversários e até em cortejos fúnebres por uma banda musical ou um pequeno grupo de tocadores de violão e cavaquinho. Tradicionalmente, a morna é executada por um conjunto de instrumentos de corda, como violino também conhecido como rabeca, violão e, como instrumentos de acompanhamento têm o cavaquinho, o banjo, a guitarra, o piano e o chocalho. Ainda com relação à morna, na ilha de São Vicente foi o compositor B. Leza que a partir dos anos 30 aperfeiçoou-a tanto ao nível da letra como da música. Aí, a morna adquiriu um ritmo mais alegre devido à influência da música brasileira, “com a introdução do acorde de sétima”.

A coladeira é um gênero musical com ritmo rápido e uma temática poética mais vulgar. Esta manifestação musical surge da evolução da morna através da alteração no seu andamento e no seu compasso, passando de quaternário para binário, ganhando maior destaque na mudança. Quanto à data do seu surgimento, aparece “nos anos 40, tem uma fase de consolidação nos anos 50 e emerge como gênero com autonomia nos anos 60, altura em que o disco já é um meio de divulgação bastante popular em Cabo Verde” (Gonçalves, 1998,

199). Se tomarmos como ponto de referência o fenômeno migratório, a coladeira se deve em grande parte à migração. Ao emigrar, os caboverdianos tiveram sempre idéias otimistas quanto à melhoria das suas condições de vida, o que nem sempre aconteceu, devido às expectativas não coincidirem com a realidade dos países de acolhimento. Isto levou os artistas a descrever estas situações através da música, com o intuito de estimular uma tomada de consciência, e não só para exprimir a ilusão, a saudade, e o desejo de regressar à terra mãe. Esse conjunto de situações fez com que a emigração tivesse reflexo nas narrativas caboverdianas, nomeadamente nas letras da coladeira. Nessas letras, há uma crítica à aquisição de novos hábitos por parte dos imigrantes, e a coladeira nos dá mostras do quanto os caboverdianos criticam esses costumes “copiados”. Nesta direção, Rodrigues (1992 a) diz que a coladeira tem sua origem na expressão crioula “Cola Benfet”, o que significa denunciar e criticar os deslizes e os ridículos observados entre a população, às vezes, de forma cortante e maldosa, mas sempre com um objetivo pedagógico implícito.

O Funaná é um gênero musical da ilha de Santiago de acordes repetitivos que ganha espaço cultural com a gaita (acordeom diatônico) e o ferrinho (uma barra de ferro), onde o ritmo é marcado pelo esfregar de uma faca. Neste, o par dança com os pés quase arrastados no chão, requebrando os corpos como se os quadris dos dois estivessem competindo, criando assim um clima erótico. Pode ser uma música exclusivamente instrumental ou acompanhada de textos cantados. A música é executada em compasso binário, com andamento duplo (lento, medio, rápido). O batuque é uma dança com características mais africanizadas, embora a dança tenha sofrido os processos de hibridez cultural. É constituído pelo “finançon” que é um cântico improvisado, entoado por uma cantadeira e um grupo coral, geralmente mulheres que acompanham a “chabeta”, um ritmo de palmas das mãos batidas sobre um pano enrolado que se coloca entre as pernas. Trata-se de “uma simulação de tambores, uma vez que os escravos chegados às ilhas, possivelmente não encontraram, no meio ambiente, material adequado para a fabricação dos seus instrumentos tradicionais, ou então, tal não foi permitido pelos patrões” (Gonçalves, 1998, 180). Faz parte do batuque o “torno”, que é o rebolar das nádegas, em que se simula o ato sexual. A dança é acompanhada pelo “Cimboa”. Entretanto, segundo alguns pesquisadores, atualmente esta dança constitui um simples lazer, pois o “torno” está desaparecendo deste ritual.

A Tabanca é uma manifestação cultural caboverdiana estritamente radicalizada na ilha de Santiago. Este termo pode ser originário da Guiné Bissau de onde vieram a maioria dos escravos, significando povoação. Porém, em Cabo Verde significa associação de socorros mútuos. Mas, “com o passar dos tempos, foi perdendo as suas funções gerais, e hoje é mais

uma espécie de associações funerárias e com uma forma diferente de festejar alguns santos. (...) os rituais estão atualmente num processo de decadência e perdem-se dia a dia” (Gonçalves, 1998, 184-185). Nesta, geralmente, os associados custeiam os enterros dos sócios, as missas de defunto e as festas populares. A festa habitualmente tem início no dia 3 de maio, dia de Santa Cruz, mas é realizada também nos dias de São João e São Pedro. Essa manifestação cultural invade as ruas em forma de cortejo e danças, misturando a religiosidade com batuques, ou seja, batimento de tambores, danças, bebidas etc.

A Valsa é uma dança de salão de origem francesa, em compasso de 3 por 4 com acentuação no primeiro tempo e movimento variado (lento e alegre). Em Cabo Verde, a valsa foi muito cultivada no passado, mas se encontra em decadência. No entanto, ainda hoje podem ouvir-se algumas valsas antigas ou modernas. Enquanto a Mazurca é uma dança popular polonesa em compasso ternário, com uma acentuação característica no segundo tempo. Em Cabo Verde ainda hoje é dançada e tocada com incidência nas ilhas de São Nicolau, Boavista e Santo Antão. Nesta “a mazurca e a contradança eram dançadas com todo um ritual dirigido pelo mestre-cerimônia, o “marcador”, que ordenava a troca dos pares e conduzia o baile da seguinte forma: os dançarinos, aos pares, em duas filas, frente a frente; a música começava, e a “marcação” é feita num francês, totalmente deturpado”. A *Contradança* é uma dança de salão de origem francesa muito em voga no século XIX, e de caráter alegre e movimentado na qual tomam parte diversos pares. É uma espécie de quadrilha semelhante a que é dançada no interior do Brasil, por ocasião das festas juninas. A última fase desta dança é o galope, ou seja, a rodada em ritmo acelerado, compasso binário e coreografia variada.

O Landú, segundo Lima (2002) da ilha da Boavista é um ritual através do qual os noivos, a anteceder a primeira noite de núpcias, transportam-se sugestivamente para um jogo sexual, como forma de provar para a comunidade, a virilidade do homem e a fertilidade da mulher. De origem afro-brasileira se acomodou a sala de baile matrimonial, e a um momento próprio, meia-noite, hora em que os recém-casados se recolhem aos seus aposentos nupciais. Outrora existia o *Maxixe* que é uma dança urbana, geralmente instrumental, de par único, originária do Brasil, resultado da fusão da polca com uma adaptação do ritmo sincopado africano, em um compasso binário simples, andamento rápido, requebra de quadris, voltas, quebras e movimentos de rosca acompanhados de passos convencionais ou improvisados pelos dançarinos. O samba de origem brasileira também faz parte do repertório cultural caboverdiano, apesar de ser cultivado apenas em tempos de carnaval.

Um outro repertório em decadência é o “colá boi” ou seja, “toadas de aboio” da ilha de Santo Antão, na qual o homem acompanhava o boi preso ao trapiche, através de entoação de

cantigas nostálgicas que nos remetem à saudade, ao amor, à despedida para terras distantes. Além disso, também considera-se quase extintas as “divinas/ladainhas/rezas”. Essas manifestações culturais são rituais da liturgia católica, cantadas em latim, mas entoadas oralmente pelo povo fora das igrejas e transmitidas de geração em geração. Porém, se apresentam bem alteradas devido à mistura com as linguas caboverdianas e as crenças populares. Além disso, em Cabo Verde ainda cultivam-se as cantigas de caráter pastoril, que são cantadas em quase todas as ilhas no dia 31 de Dezembro, dia de São Silvestre e no dia 6 de Janeiro, dia dos Reis Magos, porém esta última está desaparecendo.

As cantigas de São Silvestre são cantadas por crianças no final da tarde, sacudindo o “chocalho”, um instrumento de madeira feito com tampinhas de garrafa de cerveja, enquanto que os adultos cantam a noite, mas utilizando o violão, o cavaquinho e o chocalho. Ao término da canção, os cantores recebem algum dinheiro ou bebidas. Há uma tendência dessas músicas desaparecerem devido a não recriação por parte das crianças e da não transmissão pelos adultos.

Em Cabo Verde, as orações fúnebres, os rituais funerários, as encomendas das almas e os enterros assumem para o povo um lugar muito importante. Desde a casa do morto até a última morada, segue um cortejo de pessoas atrás do caixão ou do “carro de morto” para a igreja, e de lá para o cemitério. As pessoas choram durante o ritual funerário e consolam os familiares. No cemitério, ao colocar o caixão na cova, as pessoas lançam uma mão de terra em cima do mesmo como sinal de despedida, significando a separação entre os vivos e os mortos. Após o enterro, dirigem-se a pé ou de carro para a casa da família do morto para dar os pêsames. Chegando ali, choram e consolam a família, além dos homens apreciarem um bom grogue, ou seja, a cachaça. Na ilha de São Vicente, tornou-se habitual enterrar os mortos ao som da “Banda Musical Municipal”, nomeadamente, com a composição tradicional “Oh Djosa, quem mandôb morre”, ou seja, “Oh fulano quem te mandou morrer”. Durante três dias, a família fica de licença para receber visitas de pessoas que não puderam estar no enterro. Geralmente, os familiares permanecem até um mês com a porta aberta recebendo pêsames. Alguns membros da família vestem-se de preto para guardar o luto. Antigamente, tanto as mulheres quanto os homens vestiam-se de preto por até um ano para guardar o luto do marido ou da esposa. Porém, atualmente existe uma tendência das mulheres a vestirem uma peça preta e os homens a usarem uma faixa preta numa camisa branca.

Com relação à pesquisa com imigrantes caboverdianos, a manifestação desses produtos culturais aparece nas suas narrativas como veremos ao longo do trabalho. Neste sentido, passamos à compreesão dos rituais conforme alguns autores como DaMatta (1985).

Este autor pontua que o ritual é um elemento dinâmico que desperta na consciência dos agentes sociais aquilo que é natural no social, sendo progressivamente introduzido através da dramatização. Ainda, conforme DaMatta (1986) a cultura é um código que revela a forma que os grupos sociais pensam, classificam, estruturam e modificam o mundo e a si mesmo. Complementando a discussão, Certeau (2002) em seu estudo sobre a *invenção do cotidiano* define o espaço como um lugar praticado, ou seja, como lugar ritualizado. Enquanto Geertz (1989) define a cultura como um complexo de padrão de comportamento (costumes, usos, tradições e habitação) que pressupõe, também, um sentido para as ações dos agentes sociais.

Baseado nessas premissas, vemos a cultura caboverdiana como um conjunto de características comuns, relacionado com a organização da sociedade. Tais características expressam processos de comportamento, transmitidos pelos agentes sociais, de acordo com os sistemas simbólicos que estruturam a identidade nacional, a partir do território insular caboverdiano. Assim, ao refletirmos sobre o espaço, percebemos que a memória está intimamente atrelada à identidade, elemento norteador de sua formação e processo histórico. Destacando a importância do espaço sobre a construção da identidade, buscamos as trajetórias compartilhadas pelos caboverdianos, focalizadas através dos rituais, o que pressupõe um olhar ativo sobre a cultura caboverdiana. Desse modo, estamos reconhecendo os rituais caboverdianos como espaços em processo, onde esses atores sociais são vistos como sujeitos ativos, capazes de agir em função de suas crenças, e de acordo com suas estratégias diante da diversidade e do multiculturalismo. Na verdade, estamos falando de práticas sociais que marcam o sistema cultural caboverdiano e têm o poder de oferecer respostas quando perguntamos o que determina o *singular* de um lugar? Como as características culturais se apresentam no Rio de Janeiro?

2.3. OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA CABOVERDIANA

O período de chuvas sempre foi uma questão relevante na análise das crises econômicas em Cabo Verde. Trata-se de uma precipitação muito irregular e, dependendo da sua distribuição e intensidade, nos permite diferenciar os “anos bons” dos “anos maus”, envolvendo os de boa colheita e aqueles em que os agricultores perdem o produto devido à seca. Para auxiliar a compreensão dos problemas atinentes à seca, disponibilizamos a tabela 07, referente ao regime pluviométrico anual, a partir da amostra das ilhas de Santiago e São Vicente.

TABELA 07 - REGIME PLUVIOMÉTRICO ANUAL, 1886 - 1943

Regime Pluviométrico Anual em m/m			
Anos	S. Vicente	Santiago	Média
1886	336.0	204.2	270.1
1900	41.7	248.0	144.8
1903	108.8	67.9	88.3
1939	138.2	164.5	151.3
1940	36.3	222.6	129.4
1941	51.4	178.7	115.0
1942	124.5	182.2	153.3
1943	218.7	428.7	327.7

Fonte: Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados apresentados por Notário (1954) com registros anuais de 1885 a 1943.

O mapeamento das médias anuais das chuvas nos séculos XIX e XX fornece dados gerais sobre as dificuldades econômicas dos caboverdianos, cuja sobrevivência advem do cultivo tradicional do milho e alguns feijões, produzidos a base da enxada e da mão-de-obra familiar. Trata-se de uma agricultura de subsistência considerada semi-feudal, baseada nas relações de proprietários, rendeiros e parceiros, com reflexos negativos na produção e, consequentemente, no desenvolvimento de um comércio simples com um número reduzido de comerciantes ambulantes que circulam entre as ilhas. Além disso, verifica-se uma grande quantidade de trabalhadores assalariados de obras públicas, visando suprir a demanda do desemprego. É neste sentido que a literatura caboverdiana vem mapeando períodos de crises provocadas, principalmente, pela falta de chuva, na perspectiva de criar formas de prever as fomes que abateram o país até os anos de 1940. Senna Barcelos (1945) apresentou “Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné” à Academia Real das Ciências, concluindo que as

crises de 1719 a 1902 podem ser classificadas em parciais (duração de 1 ano) e as crises gerais (duração 2 a 3 anos), conforme a tabela 08.

TABELA 08 – CRISES PARCIAIS E GERAIS, 1719-1943

Crises		Anos	
Parcial (1 ano)	Gerais (2 anos)	Faltou Chuva	Com Chuva
1719	1748/50	1718	1775
1764	1789/91	1753	1855
1850	1901/03	1810	1906
1889	1921	1934	1938
1900	1941	1940	1943

Fonte: Tabela elaborada por Artur Bento, a partir dos dados de Notário (1945)

Conforme Notário (1945), as crises em Cabo Verde podem ser previstas, trazendo grandes benefícios à população, à medida que até 1941 foram constatadas 18 crises, repetindo-se de 20 em 20 anos. As crises parciais têm um comportamento irregular, pois, 14 anos depois de registrar uma crise total, poderá ocorrer uma crise parcial. Um aspecto importante no agravamento das crises, focalizado por Lesoud (1995) é que as terras cultiváveis correspondem em média 10%, enquanto as 90% correspondem às áreas semi-áridas com vocação agro-silvo-pastoril, mas, tradicionalmente utilizadas como zonas de sequeiro, sem que isso corresponda especificamente a locais agrícolas. Apontando que mais de 60% da população caboverdiana rural vive em situação de elevada pobreza, sabendo-se que a pequena renda obtida pelas famílias conduz a uma baixa capacidade de procura dos bens de consumo disponíveis no mercado, visto que a inserção nas obras públicas está marcada pela seca, retornando-se à vida campesina, assim que volta a chover. Em termos políticos, é comum o governo anunciar a construção de estradas durante as crises com o objetivo de aliviar os danos causados pela seca, situação essa que se repete ainda hoje. Assim, o desemprego e a pobreza generalizada são visíveis no dia-a-dia, agravando-se com a falta de uma qualificação profissional e, se degrada para indivíduos mais velhos. A deterioração do mercado de trabalho é evidenciada nos empregos mal remunerados, na inexistência do seguro desemprego e na falta de uma política de aposentadoria digna. Com relação à pesca, ainda vivemos em situação artesanal, não contribuindo para aumentar as receitas nacionais, de acordo com nossas expectativas, tendo em conta a extensão do mar, em média 600 mil km². Os setores industriais e energéticos estão em fase de implantação e crescimento em algumas ilhas. Em São Vicente, encontramos algumas atividades como: pesca, construção e reparação naval, fabricação de água e geração de energia. O setor alimentar se concentra na produção de

pão, bolachas, doces, massas alimentícias, refrigerante, cervejas, a partir de produtos importados do exterior.

Com a abertura ao mercado internacional, após as primeiras eleições pluripartidárias, em 1991, os governos vêm procurando promover a elevação do nível de vida dos caboverdianos, integrando nesse processo tanto os agricultores como os pequenos empresários. Este novo modelo econômico com base no desenvolvimento sustentável passou a fazer parte do planejamento governamental. Esta visão está relacionada com a reorganização da sociedade global, resultando no equilíbrio das classes sociais, onde a mobilização de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentre outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. Assim sendo, Cabo Verde começa a romper com o modelo de subsistência, baseado no cultivo do milho e feijões, para a compra e revenda, visando a maior valia. Nesta direção, o Governo ao elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para os anos de 2002 a 2005 destacou objetivos macroeconômicos e limites administrativos a serem ultrapassados, apostando na articulação do mercado de capitais com a valorização do empresário e a sistematização da administração financeira. Esse ideal aponta que o futuro da economia caboverdiana depende da atração do investimento externo, do aumento das exportações, e na valorização de recursos humanos, com a inauguração da Universidade de Cabo Verde (UNICV), em 2007.

Ao olhar Cabo Verde sob esta perspectiva, prevemos um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social e que esteja de acordo com os direitos humanos. Cabo Verde vem alcançando um nível de desenvolvimento econômico sustentável, proveniente da abertura ao mercado liberal; pelos benefícios conquistados no plano internacional, pela democratização das instituições públicas, pelas reformas política, administrativa e fiscal, conforme as normas dos Estados Democráticos. Embora as empresas de cunho tradicional não respondam às necessidades de uma economia moderna, acreditamos que a longo prazo deverão romper com o modelo de subsistência, passando a geradoras de riqueza.

Trilhando pela ótica da teoria econômica Meier e Baldwin (1964) observam que o desenvolvimento de um país é um processo mediante o qual a renda nacional aumenta durante um longo período de tempo. Se o ritmo do desenvolvimento for superior ao ritmo de crescimento da população, a renda per *capita* aumentará significativamente, significando a elevação do nível de vida das pessoas. Para tal é necessário identificar duas variáveis fundamentais - a oferta de fatores e a estrutura da demanda de produtos -. No primeiro está o descobrimento de recursos adicionais, a acumulação de capital, o crescimento da população, a introdução de novas técnicas de produção, melhor qualificação da mão-de-obra e

significativas modificações institucionais e organizacionais. No outro a composição etária, o nível e a distribuição de renda, as despesas e outras condições institucionais e de organização.

Numa outra visão, Kraemer sublinha que o desenvolvimento é um complexo processo econômico, social e político, envolvendo uma nova mentalidade do grupo social quanto ao seu futuro como nação, pois “não se trata apenas de fazer crescer o produto nacional, mas de engajar toda a comunidade na repartição de sacrifícios e resultados. O desenvolvimento acarreta sempre a ruptura nos tradicionais sistemas de vida e nos processos de produção” (Kraemer, 1968: 113). Para ele, o desenvolvimento não cria de imediato contentamento social, nem pode fazê-lo, à medida que se trata de um mecanismo lento e, por isso, não pode realizar o milagre de elevar os padrões de vida dentro de prazo curto. Além disso, não se pode prever seu êxito, visto que os planos mais bem elaborados ao enfrentarem o teste da realidade prática, muitas vezes fracassam de modo irremediável, ou não produzem os resultados esperados. E, finalmente, o desenvolvimento é o processo continuado e permanente, mesmo depois de atingir-se uma fase avançada, isto não significa que ele tenha possibilidades de auto-alimentar-se suficientemente.

Schumpeter (1991) oferece uma significativa contribuição, dizendo que o desenvolvimento acontece quando ocorre uma ruptura com os modelos tradicionais de produção à luz de um novo mercado. Segundo o autor, a materialização está associada à aceitação de um novo bem, ou seja, de um bem com o qual o consumidor não esteja familiarizado; a adoção de um novo método de produção, advinda da abertura de um novo mercado; a conquista de nova frente de suprimento das matérias primas ou produtos semi-industrializados, bem como a execução de nova organização de qualquer indústria.

No caso caboverdiano, é possível atrelar o fraco desenvolvimento econômico às leis da administração pública e ao conformismo dessa população, evidenciado um sistema de valores, crenças, predisposições, onde as dificuldades de vida são uma constante no dia-a-dia. Creemos que um país com uma agricultura de subsistência, com um comércio de importação e, com uma população vivendo pobremente, bastará, contudo, que se acione recursos e habilidades sociais para que o ciclo vicioso da pobreza seja rompido e o desenvolvimento se revele. Com isso, não basta a abertura do mercado, conforme o modelo globalizado, mas é necessário melhorar as relações entre os grupos envolvidos na produção de bens, começando pela modificação na escala de valores e crenças sociais. Neste quadro, estamos fazendo referência a um desenvolvimento real – econômico, político, social e cultural – e não apenas na acumulação de divisas, mas a um contínuo aumento da produtividade da mão-de-obra e na qualificação de recursos humanos. A idéia de processo se explica pelo aspecto dinâmico mais

consistente na maior oferta dos bens e serviços per capita e que orientam as iniciativas e decisões dos agentes econômicos. Assim, modificam-se as técnicas, a distribuição dos rendimentos, os níveis de emprego, o comportamento e qualidade de mão-de-obra, conforme o modelo de crescimento proposto.

Considerando a época que passaram a vigorar os planos de desenvolvimento, supondo a partir da independência nacional, em 1975, constatamos que o arquipélago vem acumulando uma grande experiência no campo do planejamento econômico sustentável. Desde os primeiros treinamentos, marcados pela melhoria na saúde, na educação, na qualidade da alimentação, na produção da energia e água, até os recentes planos plurianuais, marcamos a ruptura definitiva com a estrutura tradicional agrícola, à base do cultivo do milho e alguns feijões. Nesta fase, passamos a uma economia de cunho internacional pautada nas leis da competitividade e geração de empregos no setor público e privado. Além disso, a União Européia tem sido uma parceira incondicional no desenvolvimento de Cabo Verde, tendo sido aprovada a *Parceria Reforçada de Cabo Verde e a União Européia*, em 19 de novembro de 2007, pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores (CAGRE). Esta parceria constitui desdobramento da política caboverdiana pós-independência, tendo em vista o aprofundamento das relações de vizinhança, o estreitamento das redes econômicas e comerciais, visando à abertura ao mercado interno europeu. Trata-se da inserção de Cabo Verde ao mercado livre, a partir de uma industrialização sem limites, na redução das disparidades sociais, na redução da dependência externa e, no controle da inflação e crescimento. Porém, esse modelo de desenvolvimento deve estar associado à qualidade de vida social e do ambiente, principalmente, na vigilância das águas territoriais.

2.4 O FENÔMENO MIGRATÓRIO EM CABO VERDE – LUTAS E DESAFIOS

A emigração caboverdiana desde cedo marcou a trajetória de vida dessa população, estando relacionada com diversos fatores, desde condições geográficas e climáticas – trata-se de um país insular, de terreno montanhoso e acentuado declive, de escassez das chuvas, da ação violenta dos ventos e das enxurradas que carregam camadas de solo fértil – até fatores políticos, sociais e históricos, como a exploração colonial, a economia com base na agricultura de subsistência, a fraca competitividade comercial, o desemprego, o desequilíbrio da produção/população, os baixos salários, tudo isso aliado à intensa circulação de navios, principalmente, baleeiros americanos na captura da baleia. Por todos estes motivos, aconteceu um grande fluxo de emigração a partir do final do século XVII, orientada para os EUA e, posteriormente, para a Europa e alguns países da África e da América do Sul. Neste sentido, o Instituto das Comunidades (2007) estima um valor aproximado de 460 mil residentes, contra 500 mil imigrantes vivendo em várias partes do mundo. Segundo o referido instituto, os núcleos mais importantes encontram-se nos EUA (246.900), Argentina (5.200), Brasil (3.000), Canadá (300), Angola (45.000), Moçambique (1.000), São Tomé e Príncipe (20.000), Guiné Bissau (2.000), Senegal (25.000), Gabão (200), Portugal (80.000), Espanha (12.000), França (25.000), Holanda (16.580), Luxemburgo (3.000), Noruega (300), Itália (10.000), Suíça (2.000), Bélgica (800), Suécia (700), Alemanha (800).

Com relação aos EUA, Carreira (1983) afirma que a busca de auxiliares para as tarefas da pesca foi um dos fatores que contribuíram para o deslocamento de caboverdianos, tendo em vista que essa mobilidade se deu a partir das relações dos nativos com os americanos que vinham pescar cetáceos nos mares de Cabo Verde, movidos pelo interesse do azeite de baleia utilizado para iluminação e curtimenta de couros e peles. Esse contato gerou relações de amizade entre os tripulantes e os caboverdianos, que passaram a auxiliá-los na “montagem de fomalhas com vasilhame para derreter enormes volumes de gorduras, recolher o azeite e preparar a salga da carne. A operação tinha de se efetuar em terra, assim como em terra eram obrigados a proceder ao desmantelamento das baleias capturadas” (Carreira, 1983:78). Assim, no século XIX os capitães dos navios passaram a contratar caboverdianos como trancadores de baleias, fato que teve repercussão na tradição histórica do arquipélago, especialmente na ilha da Brava, onde a maioria da população vive nos EUA. Entretanto, esse tipo de emigração é raramente abordado nos estudos caboverdianos devido à falta de dados estatísticos.

Por esta razão, focalizamos a atenção nas três fases migratórias, elaboradas por Carreira (1983), estruturada em emigração espontânea (legal e clandestina) e emigração

forçada, conforme a tabela 09, embora nos pareça que tal divisão é apenas uma questão didática, que visa ajudar na compreensão da mobilidade desse grupo social.

TABELA 09 – EMIGRAÇÃO CABOVERDIANA POR DECÊNIO, PERÍODO DE 1900 a 1973

Períodos	Emigração			População recenseada
	Espontânea	Forçada	Total	
1900/09	8.775	7.355	16.130	147.424
1910/19	16.454	10.176	26.630	142.552
1920/29	4.524	6.798	11.322	159.675
1930/39	5.244	-	5.244	146.299
1940/49	6.898	24.084	30.982	181.286
1950/59	23.131	22.476	45.607	148.331
1960/69	54.379	14.842	69.221	201.549
1970/73	60.573	1.654	62.227	272.000
Total	179.978	87.385	267.363	

Fonte: Instituto de Medicina Tropical (1949); Brito (1963).
Anuário Estatístico do Ultramar de 1900 a 1973.

Carreira aponta que a *emigração forçada* ocorria por iniciativa do governo através da promulgação de leis que visavam recrutar mão-de-obra braçal para trabalhar nas fazendas agrícolas das ex-colônias portuguesas na África, tendo como objetivo amenizar os problemas decorrentes das crises econômicas. Essa emigração se processa em “consequência da ruptura do equilíbrio produção/população provocada por secas, fomes e mortandades”, situação propícia para deslocar “mão-de-obra abundante e a baixo salário às organizações agrícolas e industriais privadas de tipo capitalista, da região tropical ou equatorial” (Carreira, 1983:22). Contudo, a primeira transferência de caboverdianos deu-se com destino a Guiné Bissau, na segunda metade do século XVIII, quando o País constituía com a Guiné Bissau um feudo da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Na defesa de seus interesses, esta Companhia deu início à construção de uma fortaleza em Bissau, com início em 1765 e término em 1773, na qual foi batizada de São José. Um dos objetivos consistia em “travar as investidas dos estrangeiros, proteger a feitoria e o seu comércio, impedindo o roubo, sobretudo, por parte dos ingleses e franceses, de escravos depositados para exportação, e, ao mesmo tempo, evitar assaltos frequentes dos grupos nativos” (Carreira, 1983:148).

Para o autor, essa transferência resulta, em parte, da confiança que Lisboa depositou nos caboverdianos, em detrimento dos nativos da região, à medida que não podia confiar na população local, que estava sendo dominada em seu próprio território. Porém, devido à

debilidade física, a maioria dos caboverdianos morreu na Guiné. Desse modo, em 12 de outubro de 1768, a administração da Companhia dirigiu uma carta ao Diretor e Eng. Manuel Germano da Mota, recomendando-lhe que os caboverdianos fossem tratados com cuidado pela sua importância na construção da Fortaleza, tendo em conta as dificuldades econômicas sofridas em Cabo Verde. Em 1863, caboverdianos foram enviados para as fazendas agrícolas de São Tomé e Príncipe devido à seca de 1850 a 1866, marcada pela escassez de alimentos básicos, até a eclosão da fome de 1863 a 1866, que vitimou em média 30 mil caboverdianos (31%). Neste período, os caboverdianos foram socorridos com alimentos recebidos de Lisboa, do Rio de Janeiro, de São Tomé e de outros países. É, neste sentido, que o Comentador Manuel José da Costa Pedreira, fundador da roça Monte Café, pediu ao Governador Geral de Cabo Verde que facilitasse a emigração de caboverdianos em condições favoráveis para atender a demanda dos proprietários, conforme a Portaria Régia nº 250, de 19 de dezembro de 1863, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 3 de 1864.

Em 1864, a Portaria Régia nº105, de maio de 1864, emitida no Boletim Oficial nº23 de junho de 1864 traz algumas instruções visando orientar e coibir o deslocamento de famintos entre as ilhas, bem como para o exterior do País. Além disso, sugeriu que o governador poderia encaminhar para as ilhas de São Tomé e Príncipe até 1.000 indivíduos de ambos os sexos, através de um processo de persuasão. Esta emigração foi orientada para as colônias portuguesas na África, visto que o governo havia proibido a emigração para a Europa e EUA, enquanto durasse a crise alimentícia. Não há registros do número exato de caboverdianos que saíram devido à falta de controle, à medida que os contratos não eram feitos de espontânea vontade, ao contrário, eram obrigados a comparecer às convocações do Regedor e do Cabo-Chefe de cada unidade administrativa e registrar seu nome e da sua família para dar prosseguimento ao embarque, ou a padecer de fome.

Visando o escoamento de caboverdianos, em 1899, o art. 1º passa a definir o trabalho como obrigação de todos os nativos das províncias ultramarinas portuguesas, afirmando que deviam procurar adquirir pelo trabalho os meios para a sua sobrevivência. Porém, o não cumprimento deste artigo, levará a autoridade pública a procurar formas de inseri-lo no mercado. Para Carreira essa imposição legitimou o envio de caboverdianos às fazendas agrícolas da África, se levarmos em conta a fragilidade econômica de Cabo Verde e a débil estrutura social da maioria dos países africanos. Pois havia um interesse em incrementar a exportação de trabalhadores, tendo em conta a Lei dos libertos em 29 de abril de 1875.

No que diz respeito a *emigração espontânea*, Carreira (1983) a divide em três fases: a primeira entre 1900-1920, a segunda entre 1927-1945 e a terceira entre 1946-1973. A emigração espontânea surge da iniciativa particular do emigrante, em busca de melhores condições de vida, mas, às vezes, é forçada pelas crises econômicas.

A primeira fase emigratória (1900-1920) é direcionada essencialmente para os EUA, pela influência dos nativos que haviam fixado residência naquele País, em bairros próximos devido a afinidades culturais. A partir de então, eles começam a chamar os familiares deixados em Cabo Verde. De modo geral, a emigração estava condicionada à apresentação do passaporte ou de um documento equivalente, à medida que a partir de 1842, os navios mercantes só podiam transportar pessoas “desde que munidos de um documento designado por passaporte nacional. Todavia, por uma ou outra razão, muitos indivíduos se movimentavam para o exterior, indocumentados. Não havia grande rigor no controle, nem à saída nem a entrada nas ilhas” (Carreira, 1983:87). Por outro lado, a situação de extrema pobreza funciona como entrave a aquisição do documento de viagem, o que leva os caboverdianos a optarem pela *emigração clandestina*, colocando em risco a sua vida, visto que passaram a fazer uso de qualquer meio de transporte para sair do arquipélago. Assim, foi dispensado a exigência de passaportes aos habitantes nacionais para a entrada na metrópole e nas ilhas adjacentes e quando transitem entre a mesma província e a Guiné-Portuguesa, conforme o Decreto nº 2.313, de 14 de julho de 1911, citado no Boletim Trimestral de Estatística de Cabo Verde, ano I a XXI.

Embora o Decreto tenha amenizado as restrições à movimentação, manteve-se a obrigatoriedade do passaporte para as áreas não portuguesas. Porém, em 1914, Portugal aboliu o passaporte para qualquer país, conforme o Decreto nº 823, de 2 de novembro de 1914 com o seguinte teor: atendendo a que a emigração daquelas ilhas está encaminhada para várias colônias portuguesas e para o estrangeiro e, considerando que daquela emigração redundam benefícios para o Estado, não deve ser contrariada. Assim diz o art.1. são abolidos os passaportes para os habitantes da província de Cabo Verde, qualquer que seja o destino a que se dirijam. Neste período desenvolveu nos EUA uma corrente de opinião contrária à entrada de indivíduos analfabetos. Em janeiro e fevereiro de 1915, conforme a comunicação recebida da Representação de Portugal em Washington, o Governo de Cabo Verde tornou públicas as decisões aprovadas pelo Senado em relação à imigração, através do aviso de 10 de abril de 1915, informando que o Senado dos EUA votou um projeto de Lei que proíbe a entrada de indivíduos da raça negra. Porém, “a Câmara dos deputados eliminou do projeto da Lei sobre emigração, a emenda inserida pelo Senado, que exclua a entrada nos EUA indivíduos da raça

preta. Foi, pois o projeto submetido à apreciação do Presidente da República que lhe opôs o seu veto Presidencial por motivo da proposta de analfabetos” (Carreira, 1983: 92).

Partindo dos benefícios advindos com a imigração nos EUA, Cabo Verde lançou uma campanha com o objetivo de incrementar a alfabetização, como forma de preparar os futuros emigrantes a uma eventual proibição de analfabetos. Mas, em maio de 1917, o Ministério de Portugal em Washington confirmou que foi vedada a entrada de analfabetos naquele País, tendo o Governo das ilhas exortado a população a frequentar o ensino primário, a fim de aprender a ler e a escrever. Em 1924, os EUA deu início à fixação de quotas anuais de acordo com o respectivo contingente de imigrantes, lei reestruturada, em 1928. As ilhas, ainda mal refeitas das fomes anteriores foram atingidas por uma grande estiagem que se deflagrou na fome de 1921 a 1922, tendo o “povo consumido todas as pequenas disponibilidades em roupas, em terras, em gados e jóias, e se achar, por isso, hoje, no último estágio de miséria nua”, conforme o jornal A Verdade, Praia, ano I, nº 1, de 1922.

Em Cabo Verde, a forma mais comum para atender a demanda emigratória consistiu no afrouxamento das leis, como se constata na Portaria local nº 196, de 19 março de 1920, facilitando a concessão do documento militar e do passaporte e que fossem dispensados o fiador e o depósito de fiança. Além disso, determinou que as dívidas referentes à taxa militar fossem pagas pela família do emigrante ou por ele próprio “nos consulados onde reside ou, ainda, após o seu regresso à província, neste caso, agravados com o juro de 6 por cento ao ano; que fossem igualmente dispensados do depósito de 30 centavos-ouro a que aludia o art. 1º do decreto nº 5.766, assim como se deixasse de incluir na declaração de dívidas ao Estado com que tinham de munir à saída”.

A segunda fase da emigração aconteceu de 1927 a 1945, e mostra uma diminuição das saídas, devido à fome de 1921-1922, que chegou a vitimar em média 27.400 pessoas, correspondente a 17% da população recenseada em 1920 (159.700). O elevado número de mortes pode ser explicado também pela depressão econômica mundial de 1929-1933, bem como à baixa das saídas para os EUA devido às leis de 1919, 1924 e 1928, que restringiram a entrada de indivíduos analfabetos naquele País. Nessa época, o Governo passou a incentivar a emigração, para Dakar, Brasil entre outros países, através das Portarias nº 146 de 14 de abril de 1921, e do nº 247 de 18 de junho de 1928. Devido às péssimas condições em que os caboverdianos chegavam no Brasil, o Consulado de Portugal em Pernambuco enviou ao governo de Cabo Verde um documento, dizendo que achava conveniente que os imigrantes não fossem “admitidos a embarcar sem passagem garantida para o Rio ou Santos, visto que em Pernambuco não há facilidades algumas para achar trabalho, estando 15 dos imigrantes,

chegados há dias pelo Palhabote Monitor, sem trabalho e sem recursos, e sendo baldados os meus esforços para os colocar” (Ofício nº 154/Ap-9, de 7 de abril de 1927).

A terceira fase emigratória, de 1946 a 1973, é direcionada para Holanda e, posteriormente, para Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Brasil etc. Nesse período, Cabo Verde foi vítima das secas de 1940 e 1948, que chegou a vitimar quase 50 mil caboverdianos, conforme Almeida (1979) e Meintel (1984). Esta situação trouxe à tona o debate político sobre o direito dos caboverdianos se dirigir as suas respectivas comunidades na diáspora, tendo em conta que os EUA, o Brasil e a Argentina tinham fechado as portas ao ingresso de imigrantes, conforme o jornal Notícias de Cabo Verde nº 280 de 16 de maio de 1952. Outro aspecto importante foi o discurso do Deputado da Colônia Duarte Silva, em dezembro de 1947, alertando a Coroa sobre a necessidade de investir nas ilhas, através do combate ao desemprego e do abastecimento de gêneros alimentícios, visando amenizar as mortes nos períodos de crises. Além disso, conclamou a reabertura dos portos emigratórios, tendo em conta a reafirmação da condição jurídica e política dos caboverdianos, concebida como mão-de-obra e patrimônio indispensável ao desenvolvimento de um país. Em consequência, Portugal chegou a declarar as ilhas como adjacentes, em 1947, conforme o jornal Notícias de Cabo Verde, nº 243, de 21 de junho de 1947. Para Nascimento (2001), a integração de Cabo Verde no sistema administrativo português repercutiu na tomada de consciência da cidadania portuguesa, e, consequentemente, no direito a emigrar para os espaços onde haviam constituído seus laços culturais. Sendo assim, os caboverdianos esperavam retornar a emigração para os EUA, além de pensar em deslocar-se para Brasil, conforme o jornal Notícias de Cabo Verde, nº 262, de janeiro de 1950. Este jornal chegou a transcrever um artigo publicado na Folha do Norte do Pará de Belém, solicitando a fixação de imigrantes caboverdianos e suas respectivas famílias.

Considerando essas múltiplas faces da migração caboverdiana, podemos agora, em síntese conclusiva e ao mesmo tempo de abertura para novas questões, avaliar que foi a partir da *condição jurídica* que os imigrantes, neste caso portugueses caboverdianos desembarcaram no Rio de Janeiro durante o período de 1950 a 1973. Nesta época, houve um aumento significativo de saídas para os EUA e Portugal, tendo o governo centralizado a emissão de passaporte em Lisboa, de modo a dificultar a saída em massa desse grupo, evitando, assim, o despovoamento das ilhas. As informações contidas no Boletim Trimestral de Cabo Verde de 1973, deixa claro que dos 267.363 mil caboverdianos que partiram até 1973, retornaram 135.895 mil, sendo que 109.711 mil retornaram para passar férias, enquanto, 20.757 mil

nunca regressaram as ilhas. Embora, consideremos que as saídas tenham sido bem maiores, à medida que dezenas de jovens fugiam nos navios estrangeiros ancorados em portos cabo-verdianos, fugindo graças a sua habilidade, a sua determinação em melhorar de vida. Posteriormente, alguns passaram a mandar dinheiro e mantimentos para as famílias que tinham deixado em Cabo Verde, mantendo-se assim os laços entre os imigrantes e os residentes. Atualmente, o panorama é muito diferente, uma vez que a política globalizada tem acirrado a dificuldade entre os países ricos e pobres, afetando marcadamente os países em vias de desenvolvimento. Porém, apesar de uma política desfavorável de entrada de estrangeiros em seus territórios, os cabo-verdianos continuam emigrando com objetivos de ganhar dinheiro, gozar as férias junto a familiares, para se aventurar ou para fixarem residência no exterior.

Por esta razão, entendemos a migração cabo-verdiana como algo positivo, a partir de uma política *transnacional*, tendo o governo assumido essa condição e dela vem auferindo benefícios. É tanto que criou o Instituto das Comunidades, já citado, de modo a restabelecer os contatos com as futuras gerações à medida que morrem os imigrantes pioneiros. Este instituto visa promover o bem-estar dos imigrantes tanto no que diz respeito à integração na terra de acolhimento, bem como no estreitamento dos laços com Cabo Verde. Reforçando as redes sociais, o governo busca o desenvolvimento do país através do estímulo ao investimento em Cabo Verde, desde as transferências de bens e poupanças mantidas no exterior. Vale ressaltar que uma boa parcela da população residente, estimada em 60 a 70% recebe ajuda financeira de familiares no exterior, suficiente para alavancar a frágil economia do país, conforme o World Bank (1993).

Portanto, a emigração tornou-se parte constitutiva da política governamental, ou seja, um importante recurso para impulsionar as taxas de desenvolvimento, verificado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 12 a 13 %. Neste ponto, Carling (2001) aponta que os dados positivos advêm das remessas e das ajudas externas usufruídas após a independência, em 1975, tendo gerado metade da renda do país nos anos de 1990. A partir de dados fornecidos pela ONU, o autor assinala que as ajudas internacionais per capita atingiram US\$ 300 milhões em 1999, uma das mais altas do mundo, o que levou alguns países doadores a redirecionar suas ajudas a países considerados mais pobres. Um dado fundamental fornecido pelo Banco de Cabo Verde é que, em 2005, as remessas passaram de 100 milhões de euros, cifra que pela primeira vez cai para 80 milhões, sendo que Portugal contribui com 22,8 milhões de euros, seguido pela França com 18 milhões de euros, e dos EUA com 15 milhões de euros, apesar de este país abrigar a maior colônia de cabo-verdianos. Este dado se justifica pelo fato da emigração para os EUA ser a mais antiga,

como vimos no início do item, o que desobriga a 2^a e a 3^a geração das obrigações financeiras com os familiares em Cabo Verde, sobretudo, com aqueles considerados distantes da escala genealógica. Disso resulta o esforço do governo em estreitar os laços com os descendentes, através de uma reforma política que garantiu a reserva de seis cadeiras na Assembléia Nacional (Parlamento) para membros da diáspora. Esta demanda transnacional faz com que os candidatos a presidente e a primeiro ministro se desloquem para o exterior em busca de votos da comunidade imigrada.

Modernamente não podemos entender a migração caboverdiana simplesmente como à busca de melhores condições de vida, mas sim, como parte constitutiva da nação, em função das redes formais ou informais. Tais redes foram estruturadas ao longo do processo histórico, ligando as ilhas a determinados países. Assim sendo, podemos afirmar sem margem de erro que Portugal é o destino preferencial das pessoas de Santiago, enquanto os EUA é o local de referência para caboverdianos das ilhas Brava e Fogo. Já os provenientes das ilhas de São Nicolau, Sal e Boavista têm como destino a Itália, enquanto aqueles de Santo Antão e São Vicente facilmente emigram para Holanda, Luxemboug e Alemanha. A presença de cada um desses países se faz presente em Cabo Verde, através da nomeção de ruas, bares e cafés. Por exemplo, na ilha de São Vicente encontramos a Rua de Lisboa, a Avenida Holanda; o Café Portugal, o Snack Bar Alemanha, enquanto em Santo Antão podemos passear pela Avenida Luxemboug. Portanto, a migração enquanto sistema de redes estabelece *elos* com o estrangeiro, ficando evidente que o emigrante, antes de deixar o país, procura se informar com outros caboverdianos sobre a vida fora de Cabo Verde. Isso quer dizer que as conexões entre emigrantes e imigrantes são as responsáveis pela integração no país de acolhimento, de acordo com a ilha de origem e os locais de destino, passando a mobilidade a fazer parte constitutiva da “cultura de migrar”.

Para Akesson (2004) esta cultura passou a fazer parte da memória coletiva. Portanto, quando os caboverdianos emigram “além de promoverem uma construção individual, estão também construindo sua nação. Isto porque, ainda que a identidade coletiva esteja vinculada a um lugar específico, viver neste lugar não é condição necessária, ou suficiente para ser membro dessa nação” (Akesson, apud Hirsch, 2007: 63). Assim, a migração além de ser uma forma de ascensão social é, sobretudo, a afirmação da identidade, ou seja, “a migração é o nexó entre a construção de um sujeito respeitado e autônomo e a criação da nação caboverdiana. Quando aspiram a uma outra vida em um outro lugar, os caboverdianos se imaginam como pessoas bem sucedidas, mas eles simultaneamente recriam a transnação. Ao construir suas vidas os caboverdianos também constroem sua nação” (Akesson, apud Hirsch,

2007: 64). A questão transnacional pode ser evidenciada no discurso do presidente caboverdiano *Pedro Pires*¹¹, em dezembro de 2006, por ocasião das festas de fim de ano e direcionada a diáspora, nos seguintes dizeres:

Caros compatriotas, nesta passagem do Ano, em que o vosso pensamento vira sempre, com saudade para nossa terra, tenho prazer de vos saudar com morabeza (simpatia) e desejar que o ano de 2007, traga a todos saúde, felicidade e muitos sucessos.

O vosso contributo pessoal para o desenvolvimento e progresso da nossa terra tem crescido todos os anos. Sentimo-nos reconfortados com isso. Sei que provem também do fato que estamos a avançar todos os dias: o nosso país está a melhorar, progressivamente, sem parar. É a razão do nosso orgulho, por ser fruto de um árduo trabalho coletivo de todos os caboverdianos: dos caboverdianos que residem nas ilhas e dos caboverdianos que vivem na diáspora, como vocês.

Hoje, a nossa nação, a grande nação de todos nós está mais forte e mais unida. Os sentimentos de irmandade que nos ligam estão mais sólidos. [...] É meu desejo que vocês sejam bons embaixadores de Cabo Verde nos países onde vivem e trabalham; que mantenham em alta a vossa tradição de bons cidadãos e de bons trabalhadores; que sejam, além disso, cidadãos dedicados dos países que com generosidade vos acolhem; que os vossos filhos adquiram boa educação e a melhor qualificação profissional possível.

Creiam que, aqui nas ilhas, faremos o nosso melhor para manter em crescendo o processo de desenvolvimento. Vamos criar mais riqueza para erradicar a pobreza das nossas ilhas. É uma aposta que, seguramente, vamos ganhar.

Conhecendo os espaços vividos pelos caboverdianos e suas redes, percebemos que a migração, enquanto fato social constrói a nação e, conseqüentemente, a “grande nação”. Para Pedro Pires, quando os caboverdianos se deslocam no espaço, expandem seu território, envolvendo-se em múltiplas redes como “embaixadores de Cabo Verde nos países de acolhimento”. Outro aspecto importante é a recomendação do *duplo pertencimento*, a de serem “cidadãos dedicados dos países que com generosidade vos acolhem”. Essa nova visão deixa claro que os imigrantes não perdem a caboverdianidade, mesmo que não retornem a terra de origem. Além disso, acostumados a viverem em ilhas, a fixação em outras partes pode ser interpretada como expansão do arquipélago no espaço. No caso dos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, em vez de serem pensados com reprovação devido ao distanciamento de Cabo Verde, precisam ser compreendidos como continuadores da memória nacional. Embora esse discurso pareça contraditório, quando os caboverdianos saem do país de origem reforçam a sua identidade nacional, cremos que não se deve subestimar a capacidade dos indivíduos de se adaptarem a novos espaços, reinventando padrões totalmente novos.

¹¹ Nasceu no dia 29 de abril de 1934, oficial miliciano da força aérea portuguesa, tendo desertado em 1961 e ingressado no PAIGC com sede em Conakry na Guiné. Encabeçou a delegação do PAIGC nas negociações com o governo português que levou à proclamação da independência em 1975, tendo assumido o cargo de chefe do governo entre 1975 a 1991, quando foi substituído na 1ª eleição democrática. Eleito presidente desde 2003. Discurso acessado no site da Embaixada de Cabo Verde em Portugal, em janeiro de 2007. www.embcv.pt/areas.asp?IDarea=2.

3. MIGRAÇÃO CABOVERDIANA NO RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA, TRABALHO E IDENTIDADE

Dando prosseguimento a temática que envolve o processo de deslocamento como exposto nos capítulos anteriores, essa tese começa com a descrição e análise da trajetória de vida de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, desde a decisão de emigrar, passando pelo percurso até a fixação definitiva no novo espaço. Com isso, este capítulo buscará traçar um panorama da vinda desses imigrantes com os processos de reconstrução da memória e identidade no Rio de Janeiro e das especificidades da sociedade carioca em sua dimensão histórica, social e cultural.

3.1. A DECISÃO DE EMIGRAR: DIMENSÃO SOCIAL, HISTÓRICA E CULTURAL

A partir do momento que Cabo Verde passa a ser placa giratória de navios mercantes em direção a África, Europa, América e Ásia, inicia-se o trabalho de construção social e histórica das relações entre Cabo Verde e Brasil, ambos gravitando em torno de Lisboa. Assim como em todas as cidades portos-coloniais, a Ribeira Grande, atual Cidade Velha Caboverdiana e o Rio de Janeiro mantinham contatos com a Metrópole, através dos agentes fiscais, comerciais, militares e eclesiásticos, responsáveis pela consolidação do Império Colonial Ultramarino. Visando a construção de laços culturais, Neves explica que nessas cidades se deu a materialização do vínculo colonial que articulava os continentes africano e americano e asiático à Lisboa e “por elas ingressavam milhares de escravos africanos, bem como produtos vindos do Reino e de outros portos do império e, através das autoridades nelas estabelecidas, delas administravam-se o vasto território colonial português” (Neves, 2000:21).

Neves traz à luz um passado escravocrata, associado ao comércio triangular de mercadorias, tendo Cabo Verde e Brasil destacados como laboratórios na fabricação de produtos e animais a serem enviados às restantes colônias portuguesas. De fato, Teixeira e Barbosa (1958) afirmam que do Brasil, Cabo Verde recebeu o milho por volta de 1515, cuja adaptação “abriu uma nova era para a colonização do arquipélago e sem a qual a história da utilização da terra caboverdiana teria sido muito diferente” (Teixeira e Barbosa, 1958: 33). Além do milho que se tornou o alimento diário dos caboverdianos, Cabo Verde recebeu também a mandioca, os feijões e a batata doce. Gabriel Soares de Souza, apud Teixeira e Barbosa, no *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, refere-se à proveniência de alguns

animais e plantas de grande interesse para o Brasil, sendo que “as primeiras vacas que foram à Baía levaram-nas de Cabo Verde e depois para Pernambuco, as quais se dão de feição, que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas. As éguas foram à Baía de Cabo Verde, das quais se inçou a terra” (Teixeira e Barbosa, 1958: 33). Além disso, Cabo Verde enviou para o Brasil as ovelhas e cabras; as palmeiras (cocos) recebidas da Índia; a semente de arroz, a cana-de-açúcar proveniente da Madeira, e escravos a partir de 1525. Das ilhas de Cabo Verde foram “à Baía inhames que se plantaram logo, onde se deram de maneira que pasmou os negros da Guiné, que são os que usam mais deles” (idem).

Portanto, as relações bilaterais entre Cabo Verde e Brasil tiveram início no âmbito colonial e, posteriormente, no início do século XX, com a entrada de trabalhadores livres. Embora, a partir de 1930 tenha havido uma desaceleração na entrada de estrangeiros no Brasil devido à crise econômica mundial que afetou este país, levando à restrição na entrada de imigrantes, os portugueses não eram considerados estrangeiros, segundo Lambert (1967). Para ele, esta situação propiciou a fixação de residência de europeus, principalmente, portugueses até os anos de 1980. É neste sentido que os imigrantes caboverdianos apontam as facilidades de entrada até as vésperas da independência nacional, em 1975, dizendo-se que “naquela época, a gente que era de Cabo Verde Colônia, tínhamos facilidade de entrar no Brasil sem carta de chamada. O Brasil não exigia carta de chamada para caboverdianos portugueses” (Domingos Brito, entrevista de 2004).

As lembranças dos imigrantes estão associadas à valorização da cidadania portuguesa, tendo em conta as vantagens usufruídas durante o império colonial. Os períodos de 1950 a 1973 devem ser encarados como referência temporal no contexto da emigração caboverdiana para o Brasil, vinculada às experiências históricas entre os dois países. Esses emigrantes usavam as relações sociais para se informarem sobre as condições sociais do Rio de Janeiro, acelerado, em parte, pelas crises atinentes a Cabo Verde, que vieram a contribuir de modo significativo na decisão de emigrar, a fim de satisfazerem as necessidades básicas. Desse modo, a decisão de emigrar gravita em torno de razões internas de Cabo Verde – pobreza, seca, desemprego – e, razões externas – o Rio de Janeiro lugar de múltiplas oportunidades.

Portanto, os imigrantes souberam enxergar nesse espaço o progresso, associado à facilidade de empregos e a um *paraíso terrestre*, conforme as suas narrativas. Exemplo disso ocorre na entrevista do Sr. José Oliveira, 74 anos, imigrante de 1950, quando conta: “naquele tempo, a gente via o Rio de Janeiro como a melhor cidade do mundo para se viver, e, bendita a hora que cheguei; tudo indica abençoado por Deus e, até hoje, não tem faltado nada” (entrevista de 2007). Na mesma direção, a Sra. Aida Gote (foto 08), 69 anos, imigrante de

1960, aponta uma síntese da imagem do Brasil quando afirma: “eu escutava muito falar do Brasil, dizia que o Brasil-Rio de Janeiro era muito bonito, bom para se viver, tinha de tudo no Rio de Janeiro, eu vim para trabalhar” (entrevista de 2007).



Foto 08 – Aida Gote, 48 anos no Rio de Janeiro. Retornou para Cabo Verde, em 1997. Rio de Janeiro, 2007. Arquivo: Artur Bento

Os trechos das entrevistas apontam o Rio de Janeiro como “paraíso”, ou seja, como lugar de várias oportunidades. Para compreendermos estas imagens, faz-se necessário remeter-nos a literatura brasileira quando interpreta o espaço social. Neste ponto, Chiavari (2000) esclarece que o imaginário brasileiro teve no Rio de Janeiro “seu ponto de referência graças a beleza no cenário natural, ao antigo papel de capital, às suas artes e ao seu modo de ser” (Chiavari, 2000: 56). É tanto que a comemoração do centenário da independência política, em 1922, foi organizada de acordo com a exposição internacional de 1851, no palácio de Cristal de Londres, simbolizada em vitrines do progresso. Porém, os governantes brasileiros procuraram associar esta festa à imagem da nação à de sua capital modernizada, pois “essa identificação entre o Rio de Janeiro e o Brasil como um todo assumiu particular relevância no contexto da República Velha, na década de 20” (Neves, 2000: 20).

Fica evidente que a imagem de *paraíso* está representada na memória dos imigrantes caboverdianos de que o Rio de Janeiro representa um dos “melhores lugares do mundo para se viver, pois, tem de tudo”, conforme os depoimentos orais. Aqui, pressupomos que esses indivíduos podiam usufruir não só de uma atividade remunerada, mas de qualquer produto disponível no mercado nacional. Tudo indica que a decisão de emigrar foi associada à construção social desse paraíso, tão em voga no século XX. Nesta direção, Chiavari (2000) diz que a cultura européia, desde os primórdios, contribui para a construção deste paraíso através de figuras e alegorias que se tornaram símbolos da terra incógnita. Essas imagens

podem ser encontradas em vários documentos na Europa, transmitindo a imagem de um mito terrestre. A descrição desse paraíso foi relatada pelos primeiros viajantes ao se depararem com a paisagem brasileira. Assim, para os que ficavam na Europa, significava a possibilidade de fazer uma viagem virtual, através de mapas, álbuns, desenhos e pinturas.

O reencontro com o imaginário brasileiro, atrelado à estabilidade política e social favorável à modernização do Rio de Janeiro, teve um impacto positivo na escolha deste espaço, visando suas realizações individuais e, dos familiares, posteriormente, chamados para o Brasil. Isso propiciou a formação de redes sociais ao longo dos tempos, que, mais tarde se tornaram pólos decisórios. Nesta ótica, Armanda Neves (foto 09), 68 anos, imigrante de 1960, aponta para as redes sociais como um dos fatores determinantes na decisão de migrar, conforme seu depoimento: “Eu já tinha familiares no Rio de Janeiro e, dizia-se que o Brasil era bom para se viver, então, eu vim a chamado deles, em 1960; a gente tinha que procurar a vida fora de Cabo Verde porque os recursos eram muito escassos” (entrevista de 2004).



Foto 09 - Armanda Neves, 48 anos no Rio de Janeiro. Retornou para Cabo Verde em 1997. Nova Iguaçu, 2007. Arquivo: Artur Bento

Fica claro que os imigrantes aproveitavam as relações sociais e familiares para se informarem sobre as condições econômicas do Brasil, de modo a aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. A presença dessas relações funcionou como pólo de conexão entre Cabo Verde e Brasil, como estímulo positivo à saída do arquipélago, cujas informações eram facilitadas pelas cartas e telegramas que vieram a tornar as redes ainda mais eficazes no âmbito da migração. Além desse intercâmbio de informações, os relatos em geral apontam para os problemas estruturais de Cabo Verde – a falta de chuva, a miséria e desemprego – tudo isso influenciando a decisão de emigrar para o Rio de Janeiro, cujas oportunidades de emprego nas áreas portuárias e no comércio trouxe mais rendimentos que a

economia caboverdiana à base da plantação do milho. Assim, o desejo de viver e de lutar pela sobrevivência diluiu as barreiras sociais entre os imigrantes, repercutindo positivamente na integração brasileira em todas as suas dimensões, como veremos nos próximos capítulos.

Com relação aos problemas agrícolas caboverdianos, o Sr. Otávio Ramos (foto 10), 74 anos, imigrante de 1960, relata: “meus pais viviam de plantação, e, como passou a não dar comida, foi na hora que pensei em emigrar para o Rio de Janeiro; cheguei aqui com uma mão à frente e a outra atrás, quer dizer, nós os caboverdianos, porque esta é a doença de todo o mundo” (entrevista de 2007).



Foto 10 - Otávio Ramos, 48 anos no RJ. Retornou para Cabo Verde, em 1997. Nilópolis, 2007. Arquivo: Artur Bento

Assim como outros depoimentos, a decisão de emigrar também está ligada à situação precária do arquipélago, que emerge da irregularidade das chuvas, marcada por tantas estiagens ao longo dos tempos, além das oportunidades oferecidas no *setor industrial brasileiro*, como bem relata o imigrante: “os trabalhadores podiam associar, fazer greve, lutar para garantir seus direitos; então, eu fiquei com aquilo na cabeça e, veio um pessoal para cá de minha família, e, eu tinha correspondência com eles; então, eu disse que queria ir para o Brasil procurar uma vida melhor” (entrevista de 2004).

Esse quadro de industrialização, atrelado a algumas garantias da classe operária, teve sua força ligada cada vez mais à funcionalidade econômica, aliada às grandes possibilidades de crescimento desses jovens assalariados, inconformados com a situação de pobreza a que foram expostos no arquipélago. Além do desenraizamento que suas fronteiras propunham, viam no Rio de Janeiro o recurso para suprir suas necessidades, aproveitando as lutas e greves desencadeadas por trabalhadores nacionais. De fato, Stotz afirma que o período de 1930 a 1945, governado por Getúlio Vargas, foi marcado pelo projeto de desenvolvimento industrial com forte participação do Estado, como forma de “superar os estrangulamentos estruturais de uma economia capitalista dependente, a escassez de capitais para investimentos e a precária

estrutura agrária” (Stotz, 1992: 222). Usufruindo poderes quase ilimitados, suprimiu a liberdade de expressão e, impondo a ditadura Vargas. Sendo assim, propôs uma ingerência dos trabalhadores na máquina estatal, através dos sindicatos, ou seja, “encaminhou uma política de cooptação de lideranças e, por este processo, pode figurar, simbolicamente, a participação do povo no seu governo” (Stotz, 1992: 235). Porém, Vargas ao perceber os acontecimentos internacionais numa perspectiva capitalista do tipo macro-econômica integrada com o livre fluxo de mercadoria e bens, bem como a instalação de foruns para resolver os conflitos, criou um clima de abrandamento do regime que veio a favorecer as oposições políticas, pautadas no liberalismo. Mas, “somente quando essas oposições avançaram solidamente na estruturação de um regime político substitutivo do vigente é que o ditador efetua a virada à esquerda, permitindo greves, anistiando os presos políticos, legalizando o Partido Comunista (PCB)” (Kocher, 1992: 198).

Conforme o autor, Vargas buscou apoio no movimento operário, à medida que os tradicionais suportes do regime estavam contaminados pela democratização. Sendo assim, Vargas ao se *infiltrar* no meio dos trabalhadores criou condições para se perpetuar no poder com a criação dos partidos políticos PSD e o PTB. Este último surge da vertente trabalhista à partir do movimento queremista que catalizou as parcelas do movimento operário de modo a competir com o PCB. Para Santana, embora o PCB tivesse uma trajetória política marcada pela perseguição e clandestinidade, o partido teve um papel de relevância fundamental na luta operária e na ocupação de espaços no movimento sindical, tendo lhe servido “de instrumento para contrabalançar sua posição de partido proscrito, credenciando-o como força de peso no interior do cenário político nacional” (Santana, 2001: 21). O fato dos imigrantes caboverdianos narrarem histórias de vida na perspectiva da historiografia brasileira, não é apenas reviver algo estático do passado conservado na memória nacional, mas reconstruir trajetórias sobre o processo do deslocamento em “duas faces” como nos propõe Sayad (1998), pois o imigrante quando pisa suas fronteiras se torna emigrante, em outras palavras, quando atravessa suas fronteiras, neste dia, nasceu para o mundo. Bosi interpretando Halbwachs em seus estudos sobre a memória coletiva, afirma que “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (Bosi, 1983: 17).

A lógica das greves aparece como sinal de luta da classe operária brasileira por uma vida melhor, movimento esse inexistente em Cabo Verde Colônia. Isto quer significar que ao

contrário da *Ditadura de Salazar*¹² (1926-1974), os imigrantes encontraram condições políticas favoráveis à classe operária que marcaram suas histórias de vida, mesmo em momentos da ditadura. Sobre o movimento grevista, Stotz (1992) apresenta um balanço das greves registradas, de acordo com a participação em milhões.

TABELA 10 – GREVES REGISTRADAS EM MILHÕES, NO PERÍODO DE 1955 a 1960

Anos	Milhões
1955	500
1956	365
1957	800
1958	800
1960	1.500

Fonte: Stotz, 1992

Continuando, Stotz informa que o movimento operário caracterizou-se, essencialmente, pela luta em prol da melhoria dos salários através da Comissão de Salários no caso da STMME-RJ. As campanhas salariais visavam esclarecer os trabalhadores da sua condição de produtor, através da distribuição de folheto. Além disso, discutiam as condições de vida a partir de dados fornecidos pelo Serviço Estatístico de Previdência e Trabalho (SEPT), do qual levantava informações, afim de procurar um melhor entendimento com os empresários, inclusive por meio de mesas redondas. Ainda com relação ao movimento operário, Santana (2001) aponta que a greve dos 300 mil em São Paulo, em 1953, com duração de quase um mês, teve início na fábrica de tecidos de Matarazzo e se espalhou por diversas categorias profissionais, tais como: metalúrgicos, vidreiros, marceneiros, têxteis e gráficos, tendo como base uma perspectiva comunista do trabalho em níveis diferenciados. Durante a greve foi criado um Comando Intersindical de Greve que veio a se transformar em Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Para o autor, o resultado positivo da luta pelos direitos do trabalhador foi a garantia do acordo de 30%, libertação dos detidos durante o movimento grevista, pagamento dos dias parados e a garantia contra qualquer forma de represálias. Como consequência podemos incluir “a queda do ministro do Trabalho Segadas Vianna e sua substituição por João Goulart que, ao decretar o aumento do salário mínimo, agravou a crise que cercava o governo Vargas” (Santana, 2001: 84).

¹² Regime político que vigorou em Portugal de 1926 a 25 de abril de 1974, ano conhecido como Revolução dos Cravos em que o levantamento militar derrubou num só dia o regime político sem grande resistência das forças leais ao governo que aderiram ao movimento popular que rapidamente apoiou os militares. O levantamento foi conduzido por oficiais intermedários da hierarquia militar, na sua maior parte capitães que tinham participado da guerra colonial. Esta data é de suma importância para Cabo Verde porque levou à independência da Colônia.

Sobre as conjunturas políticas, econômicas e sociais do Brasil, consideramos que o período anterior à entrada de emigrantes caboverdianos, assinalou a tomada de consciência de seus direitos como cidadãos, o que repercutiu positivamente no envolvimento nos problemas brasileiros em busca de melhores condições de vida. Assim, o espaço fluido e de harmonia entre os grupos foi atrelado à necessidade de trabalhar de modo incansável, a fim de assegurar boas condições de vida e, sobretudo, para a família construída no Brasil. A coesão proporcionada pelas redes sociais desenvolvidas ao longo da história migratória fortaleceu a solidariedade capaz de resistir aos problemas encontrados na chegada, como veremos nos próximos itens. Ficando claro que as condições oferecidas pelo país hospedeiro, quando associadas à dimensão social e cultural das relações históricas e sociais entre Cabo Verde e Brasil, influenciaram a decisão de emigrar desses atores sociais e, juntamente com outros fatores, a estrutura por sexo e idade. Dessa maneira, a decisão de emigrar se inscreve num processo global de estratégias familiares, sociais e políticas como forma de contornar os problemas causados pela miséria do arquipélago. Sendo assim, a inserção desse grupo vai depender desta decisão e é igualmente influenciada pelas características do país de acolhimento e pelo tipo de emigração, seja ela espontânea ou forçada.

3.2. A VIAGEM, O PERCURSO, A CHEGADA

Os imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro constituem um grupo social majoritariamente da ilha de São Nicolau (foto 11), enquanto uma pequena parcela veio das ilhas de Santo Antão e São Vicente. A maioria desses indivíduos é de analfabetos, filhos de camponeses que saíram de Cabo Verde com poucos bens, ainda jovens e solteiros na faixa etária de 20 a 30 anos à procura de melhores condições de vida no espaço de acolhimento.



Foto 11- ilha de São Nicolau.
Fonte: Embaixada de Cabo Verde no Brasil, 2008

O deslocamento desses indivíduos se explica pela facilidade de entrada no Brasil nas décadas de 1950 a 1970, atraídos pelos contatos com imigrantes pioneiros, pelas facilidades de serem cidadãos portugueses, pelas possibilidades de emprego num sistema de mercado semi-aberto, pelas garantias do operário brasileiro e, principalmente, pelo progresso advindo da modernização nas décadas de 30, 40 e 50. Nesta direção, Barros (2005) sustenta que a modernização na indústria e nas telecomunicações trouxe milhares de imigrantes portugueses, espanhóis, nordestinos e do interior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para as áreas portuárias da cidade, tendo como objetivo a construção da casa própria e a integração no trabalho. Trata-se de um período próspero em que “a política de trabalho e a construção de escolas executadas pelo governo, a criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), com seus hospitais, e a previdência como garantia de velhice tranquila suscitaram individualmente apostas na estabilidade de vida” (Barros, 2005:184).

Ainda no contexto da modernização, os imigrantes caboverdianos foram atraídos pela intensa circulação de navios mercantes portugueses nas águas do arquipélago rumo ao porto da cidade do Rio de Janeiro. Lembramos que no final do século XIX, o porto do Rio de Janeiro era o mais importante do Brasil devido ao aumento significativo do volume de exportação. Kok (2005) enfatiza que as “mercadorias desembarcavam nos trasatlânticos para saveiros, chatos ou alvaregas que atracavam nas pequenas docas da alfândega. De lá eram distribuídos aos armazéns ou trapiches” (Kok, 2005: 41-42). Alinhado a esse enfoque, alguns imigrantes trabalharam e moraram nas áreas portuárias do Rio de Janeiro, se adaptando facilmente, devido ao deslocamento de bairros próximos às áreas portuárias caboverdianas, tendo integrado nos trabalhos do porto da Praça Mauá, executando tarefas de carregamento, descarregamento, trancadores entre outros. Acostumados ao trabalho ligado à pesca e à agricultura, esses imigrantes puderam usufruir das oportunidades oferecidas pelo processo da industrialização brasileira.

Quanto à viagem, as narrativas orais evidenciam que a maioria dos emigrantes embarcou no navio a vapor Vera Cruz (foto 12), construído em 1951, pela Société Anonyme John Cockerill em Hoboken Bélgica e, destinado a transporte de passageiros e de carga. A primeira viagem inaugural ao porto do Rio de Janeiro se deu em 1952, tendo saído da circulação em 1973.

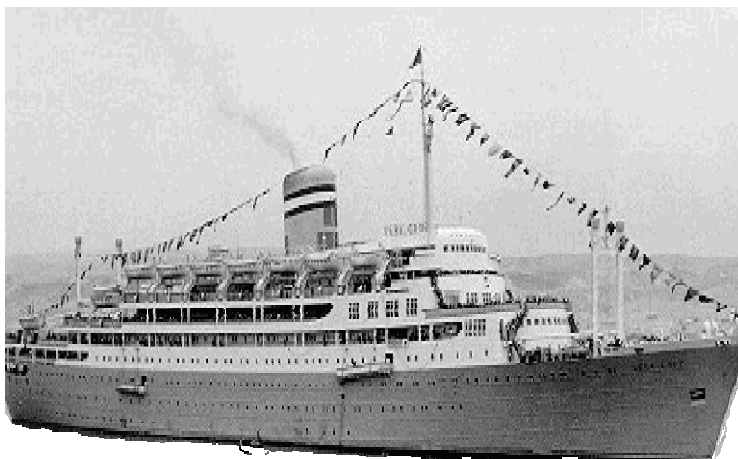


Foto 12 – Navio Vera Cruz.

Alojamento para 8 em classe de luxo; 190 em 1ª classe; 200 em 2ª classe; 844 em 3ª classe e 300 tripulantes.

Registro: Capitania do Porto de Lisboa, em 18/03/ 1952, nº H 409, Código CSAJ.

Arquivo: Museu da Marinha Portuguesa, 2007.

Os depoimentos indicam que os imigrantes demoraram sete dias para desembarcarem no porto do Rio de Janeiro Píer Mauá. Neste ponto, o Sr. Domingos Brito, 81 anos, imigrante de 1960, conta que: “saí de Cabo Verde no dia 12 de novembro de 1960 e cheguei no Rio Janeiro no dia 22 de novembro de 1960; nunca esqueci, foram 7 dias de navio Vera Cruz” (Entrevista de 2004).

Ainda na reconstrução das memórias sobre a preparação da viagem, o Sr. João Rodrigues, 78 anos, imigrante de 1958, faz o seu relato da seguinte forma: “meu pai vendeu um terreno de regadio e me mandou para São Vicente, e, de lá segui para o Rio de Janeiro com outros colegas; pois, na época quando os navios atracavam na baía era uma oportunidade para os jovens buscar uma vida melhor” (entrevista de 2003). Nesta mesma direção, o Sr. Otávio Ramos, em suas recordações destaca que deixou um terreno sob a responsabilidade de um senhor que lhe emprestou dinheiro para a viagem, dizendo que “depois de alguns anos mandei o dinheiro de volta e peguei o meu terreno; quando o navio desembarcava no porto de São Vicente era uma oportunidade para sair de Cabo Verde à procura desse melhoramento; eu vim sem nada; foram os amigos que me deram de presente; todo aquele que veio de lá, não trouxe nada, essa é a doença do caboverdiano” (entrevista de 2006).

As memórias em geral quanto à *preparação da viagem* são narradas sem grandes detalhes de informações, visto estarem condicionadas à escala dos navios provenientes de Lisboa em direção à cidade do Rio de Janeiro. Além disso, por serem um grupo constituído de jovens desejosos em construir um futuro melhor e, dada a quase inexistência de bens materiais nas ilhas, a preparação consistia na venda de alguma parcela de terra, pedir dinheiro emprestado ou deixar alguma propriedade em regime de fiança. A pesquisa evidencia ainda que o deslocamento das ilhas de residência para a baía do Porto Grande em São Vicente (foto

13) muitas vezes significava a própria despedida, pois, dificilmente, retornavam para suas regiões, com medo de perder a viagem.



Foto 13 – Ruínas da baía do Porto Grande, local de embarque dos imigrantes.

Arquivo: Artur Bento, 2005.

O deslocamento à ilha de São Vicente desde sempre significou a convivência com diferenças culturais e sociais, à medida que ali se reuniam pessoas provenientes de ilhas diferentes e de outras partes do mundo, como ingleses e portugueses que deixaram suas marcas no espaço físico. Esta intensa diversidade, posteriormente, contribuiu na inserção desses imigrantes no Rio de Janeiro, visto ser uma das primeiras experiências que esses indivíduos passaram antes da chegada no espaço de acolhimento. Pois, diferentemente da tradição agrícola, São Vicente ao final do século XIX se tornou escala de transatlânticos a caminho da América, Europa e África, tendo a cidade do Mindelo alcançado o seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, como ponto geoestratégico no Atlântico Médio. Isso implicou na construção de uma cultura aberta ao outro, descrita como a cidade “morabeza”, de aconchego, de visita, de recepção e sem discriminação quanto a sexo e cor.

Mindelo (foto 14) é o resultado da influência portuguesa e britânica, tendo se formado no contexto da baía do Porto Grande, através do entrecruzamento de europeus e negros livres, o que propiciou o desenvolvimento de uma cultura bastante ocidentalizada. Neste contexto, os depoimentos são de suma importância, à medida que trazem à memória recordações de um tempo em que a cidade contribui na gestação da babel, simbolizado no imaginário caboverdiano pelos contatos de povos de origem francesa, holandesa, inglesa, portuguesa, espanhola entre outros, passando a ser conhecida como “morabeza”, assim como a “cidade maravilhosa” do Rio de Janeiro.

Um dado importante é que a cidade “morabeza” desde sempre procurou imitar a cidade “maravilhosa”, tendo recebido grande influência do carnaval carioca no período compreendido entre 1920 e 1930, e que se estende até a atualidade, conforme foto 15.



Foto 15 – Carnaval do Mindelo, 2005.
Arquivo: Mic Dax, 2009



Foto 14 – Mindelo. Arquivo: Artur Bento, 2005

Segundo Rodrigues (1998), o carnaval caboverdiano teve sua origem no entrudo português, que compreendia o período de festas dos “Dias Gordos” e, constituía-se de uma batalha na rua ou mesmo dentro das casas, travada por amigos que lutavam entre si com jatos de água, bolinhas de cera, águas perfumadas ou farinha. Em Cabo Verde, nos séculos XVII e XVIII, esse entrudo baseava-se em “bisnagas de urina ou água-de-cheiro, de farinha, de serpentinas, confêtis e até dos bombardeamentos de cal e fuligem de chaminé. Verdadeiras batalhas campais” (Rodrigues, 1998:12). Posteriormente, o carnaval foi evoluindo e, na década de 30, do século XX, passou a imitar o carnaval carioca. Assim, a “música que num ano fazia sucesso no Rio de Janeiro, no ano seguinte era utilizada no Mindelo. A figura do malandro brasileiro, chapéu de palhinha, sapato preto e branco, de lenço ao pescoço é trazido pelas torna-viagens ou pelas revistas, como Noite Ilustrada e O Cruzeiro, procuradas então como ainda hoje” (idem).

Ainda segundo o autor, entram em cena os bailes de carnaval e os blocos carnavalescos como Belo Horizonte de influência brasileira (1927). Até os anos 60, os grupos carnavalescos eram organizados, a partir de uma direção que se reunia regularmente para tratar da temática, sendo comum pessoas pagarem quotas, além de cada participante fazer a sua indumentária, conforme o modelo proposto. O que contribuiu para tornar o carnaval mais acessível é o fato de que a “maior parte das meninas de S. Vicente saber coser e por isso poder encarregar-se da sua roupa. Aquelas que não podiam, entregavam-na a uma costureira que elas próprias pagavam. Organizavam-se bailes em datas fixas, principalmente, pelo seu aniversário” (idem).

A clara evolução do carnaval caboverdiano, especificamente, do Mindelo, demonstra, desde já, a busca pela modernização, a partir do padrão do carnaval carioca. É tanto que, atualmente, Cabo Verde é visto como um brasileirinho e, cantada nas “*letras da música caboverdiana*”¹³, de B. Lezza na década de 50, com os seguintes dizeres:

Brasil que nós carregamos no peito; Brasil que nós sentimos no sangue; Brasil você é nosso irmão; Assim como nós você é moreno; Brasil nós te queremos muito; Nós te queremos de coração.

É comum cada bloco carnavalesco ter 350 pessoas, embora haja blocos que ultrapassam essa quantia, além de grupos de animação que preenchem os intervalos entre a saída de um bloco e a entrada de outro. A esses grupos acrescentamos uma grande quantidade de pessoas que usam máscaras e roupas não costumeiras, que deambulando pelo cortejo, enriquece o carnaval com a sua criatividade. Os blocos saem em direção às ruas do Palácio, da Praça Nova e da Rua de Lisboa, cumprindo o ritual ao som das batucadas e do samba à moda brasileira. Na Rua de Lisboa, frente ao Pelourinho, montam o palco para os convidados e os atribuidores de prêmios. Ali, descem as rainhas, devendo permanecer frente ao público até o último desfile. Retornando na quarta-feira de cinzas, por volta das 10 horas, será anunciado o bloco vencedor, momento de desordem, mas resolvido com leis e regras próprias de quem vive o carnaval. Destacamos, ainda, que Mindelo é conhecido pelo festival da Baía das Gatas que engloba pessoas de várias ilhas e do exterior de Cabo Verde, além de artistas nacionais e internacionais.

Como será possível notar, o local de partida constitui prática social, que atua como elemento indicativo das referências de deslocamento e das condições de chegada no Rio de Janeiro. Amparados pelas redes sociais, a maioria dos imigrantes recebeu apoio de parentes e amigos, que os hospedaram em suas residências nas cidades do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Petrópolis, São João de Meriti, entre outros.

Esses dados se referem a imigrantes associados, não representando a estimativa de caboverdianos no Rio de Janeiro, devido à não realização de um Censo para saber, verdadeiramente, quantos são, embora o Instituto das Comunidades (2008) estime 2 mil residentes, que somadas a outras mil em São Paulo, totalizam 3 mil. Entretanto, os dados não citam imigrantes em Recife, Salvador, Fortaleza e Juiz de Fora, segundo informações fornecidas por policiais civis de Minas Gerais durante nossa estada em Rio Preto, dezembro

¹³ Intitulada “Brasil”, esta morna é um exemplo da influência brasileira no arquipélago. Nela o Brasil desponta como uma espécie de “irmão mais velho”, que passa pelo “sangue moreno” e pelo fato de possuírem o mesmo progenitor, isto é, Portugal.

de 2008. Um dado explicativo é que a maioria guarda suas identidades de origem, se identificando como portugueses caboverdianos ou, ainda, como brasileiros, em seus locais de residência, como Mangueira, Maré, Piedade, Água Santa e em Santa Tereza, locais esses, que não aparecem nas estatísticas da Associação, do Consulado e nem nas falas de imigrantes pioneiros.

Embora a maioria dos imigrantes se concentre na cidade de Nova Iguaçu, é no Rio de Janeiro que encontramos a maior distribuição em bairros (16); Nova Iguaçu (7); Mesquita (5); Belford Roxo (1); Duque de Caxias (1); Nilópolis (2); Niterói (2); Petrópolis (1); São João de Meriti (3). A proximidade dos bairros está associada às redes que influenciaram a decisão de emigrar e, certamente, determinam os processos de reconstrução da memória e identidade. Sendo a maior parte *analfabeta*¹³ ou tendo poucos anos de escolaridade, neste caso, 2ª a 4ª série, a maioria entrou no Brasil sem profissão definida, tendo ingressado na construção civil, naval, em fábricas de roupas, oficinas, e, no caso das mulheres, trabalhando como empregada doméstica.

Além disso, alguns montaram seus estabelecimentos de venda como bares e armazéns, ainda hoje em funcionamento. Alguns compraram um terreno único e construíram apartamentos, constituindo mini-comunidades, de forma a abrigar a família, ampliada por filhos, netos e bisnetos no Brasil, sendo possível percorrer as casas em pouco tempo. Quando um imigrante vê outro conversando com um estranho, ele se aproxima para perguntar se é caboverdiano. Se for patrício, ele o convida a conhecer o interior da casa, pois sendo de Cabo Verde não é considerado estranho, apesar de nunca ter sido visto antes. Qualquer imigrante oferece-se como guia para acompanhar o patrício à casa dos outros caboverdianos. Orgulham-se em mostrar que vivem bem e continuam sendo pessoas “honestas e batalhadoras”, imagens que fazem parte do imaginário social e condizente com o padrão estimulado pelo Governo Caboverdiano.

¹³ Atualmente, a taxa de analfabetismo é de 25,3% do total da população, mas entre a população idosa, grupo no qual se enquadram esses imigrantes é estimado em 70,9%, conforme o Censo de 2000.

3.3. O RIO DE JANEIRO COMO ESPAÇO DE ANCORAGEM DE LAÇOS CULTURAIS

O Rio de Janeiro (mapa 04) é um dos 27 Estados do Brasil, contando com uma população estimada em 10 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 43.653 km².



Mapa 04 – Fonte: Sonopress Rimo Indústria Brasileira Fonográfica Ltda.

Além da capital do Estado do Rio de Janeiro, incorporou o título de “Cidade Maravilhosa”, funcionando como cartão postal do Brasil. O Rio de Janeiro incorpora diversos atrativos turísticos como as praias de Copacabana, Arpoador, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca, entre outras; a estátua do Cristo Redentor consagrada uma das sete maravilhas do mundo moderno; o Pão de Açúcar; o Estádio do Maracanã, o Reveillon na praia de Copacabana e o carnaval carioca que estabelece vínculos com outras festividades, como o carnaval da “Cidade Morabeza” em São Vicente. Além disso, o Rio de Janeiro hospeda várias universidades e centros de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, além da visível presença de monumentos e prédios públicos como a antiga sede do Banco do Brasil, onde funciona um dinâmico centro cultural; o palácio do Itamaraty; o Teatro Municipal; o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, antiga residência imperial; a Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico Nacional, o Arquivo Geral da Cidade; os monumentos de Arte Sacra como a Igreja da Candelária, o Mosteiro de São Bento, a antiga Sé Catedral, o Paço Imperial etc.

A construção da cidade maravilhosa interliga diversas imagens, desde o Império Português, passando pelo Império Brasileiro com a independência em 1822, a proclamação da República em 1889, até a transferência da capital para Brasília em 1960. A isso se soma a

inauguração da floresta nacional da Tijuca em 1861, considerada a maior floresta urbana do mundo. Para Heynemann (1995), os discursos sobre a floresta surgiram em consequência de representações – conhecimentos construídos socialmente – que “cercaram a idéia de natureza no século XIX no Brasil, projetando uma visão de nação que se construía no movimento de centralização e consolidação do poder e a formação da classe senhorial” (Heynemann, 1995: 25). Os discursos da época, em grande parte, dominaram as questões sobre a civilização, como sendo a manifestação inequívoca da identidade e, ao mesmo tempo como marca dos rumos dos projetos político e econômico do Rio de Janeiro.

Em 1763, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, segundo Kok (2005), a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, sendo que a mineração contribuiu para a intensa circulação de navios transatlânticos em suas rotas comerciais. Do porto do Rio de Janeiro escoava a maior parte do ouro brasileiro, além de produtos como açúcar e tabaco, tendo importado produtos manufaturados da Europa e escravos africanos, totalizando 500 mil entre 1736 a 1810. Neves (2000) aponta que em 1822, foi a vez da proclamação da independência pelo herdeiro da Coroa na Metrópole, tendo os dirigentes buscado com sucesso a reconstrução da nação, com base na preservação da unidade interna. Neste caso, Abreu (2006) afirma que a independência do Brasil, atrelada ao reinado do café, teve um impacto no surgimento de uma nova fase da expansão econômica, resultante na atração de um grande contingente de trabalhadores livre-nacionais e estrangeiros. Assim, a partir de meados do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passa a atrair investimentos de capitais internacionais. Em 1902, o governo Rodrigues Alves convidou o engenheiro Pereira Passos a integrar a Prefeitura do Rio de Janeiro, visando à modernização da região urbana. O projeto da reforma se constitui em duas obras: a reforma do porto e a construção da atual Avenida Brasil, com reflexo na demolição de casas pobres e no deslocamento daquelas pessoas para os arredores da cidade do Distrito Federal. Essa nova visão cosmopolita da cidade moderna, a partir do modelo parisiense “exigiu novos figurinos que rompessem com os costumes coloniais e fortalecessem o domínio do individualismo e da sede do enriquecimento” (Kok, 2005: 83). Assim, os homens deixaram de fazer uso das roupas escuras de sobrecasaca e da cartola, passando a trajar paletós de casimira clara, roupas de linho, gravatas, camisas de tecido inglês, luvas, polainas, chapéus e guarda-chuva, enquanto as mulheres davam ênfase ao embelezamento e a moda, todos influenciados pela cultura francesa. Nesta época surgem cafés sofisticados, como: Paris, Globo, Café do Rio, locais marcados pela presença de intelectuais, estudantes, políticos, advogados, artistas e demais profissionais liberais.

Se considerarmos o índice de desenvolvimento alcançado pelo Rio de Janeiro no século XXI, caracterizado por uma maior concentração de capital financeiro, econômico, cultural e político, podemos dizer que se trata de um projeto histórico e social, que tem na sua base a projeção da nação no âmbito internacional. Rodrigues e Ribeiro (2000), analisando as transformações econômicas, demográficas e sócio-espaciais, afirmam que após um período de crise na década de 80, a economia do Rio de Janeiro teve um desempenho positivo a partir de 1990, com um crescimento acentuado do PIB, proveniente da indústria estadual, passando de 33,6%, em 1996, para 36%, em 2003. Das 1.594 agências bancárias do estado, 78% estavam localizadas na Região Metropolitana no ano de 2000, sendo que 68% delas no município do Rio de Janeiro, uma tendência que ainda mantém estável, embora se observe certa descentralização devido ao aumento de agências nos municípios da Baixada Fluminense.

No panorama atual do dinamismo demográfico, o Rio de Janeiro sempre foi palco migratório, tendo recebido não só brasileiros pobres de outros estados, mas também, caboverdianos das décadas de 50 a 70, categorizados também como pobres trabalhadores, provenientes de áreas rural e portuária em busca de melhores condições de vida. É neste contexto que o Rio de Janeiro, principalmente, a Baixada Fluminense, representa o local mais apropriado para a fixação de residência devido às facilidades na aquisição de terrenos para a construção de moradias. Nesta direção, a pesquisa aponta que o aluguel era bastante acessível, além da existência de terrenos baldios para a construção de casas próprias e suas respectivas dependências comerciais. Na época, não havia normas rígidas para a venda de lotes de terreno, é tanto que a Sra Francisca Sousa (foto 16), 67 anos, imigrante de 1967, conta que: “naquela época aluguel era barato, a vida era mais fácil e, quando pensei em construir a casa, eu e meu marido fomos à prefeitura de Nova Iguaçu pedir terreno, mas o prefeito nos mandou escolher e demarcar o terreno” (entrevista de 2003).



Foto 16 – Francisca Sousa, 42 anos no RJ, não retornou para Cabo Verde. Nova Iguaçu, 2003. Arquivo: Artur Bento.

Assim como em todas as entrevistas, verificamos certa correlação entre a chegada no Rio de Janeiro e a escolha dos locais de residência, motivada pelas redes sociais e, posteriormente, pela aquisição de terrenos a baixo custo e as facilidades de ingresso no mercado de trabalho em uma economia próspera, tendo como mediadores os imigrantes pioneiros. Podemos dizer que a estrutura organizacional é hierárquica, as relações sociais são flexíveis dadas proximidade das residências, e tem uma característica marcadamente cultural. Essa atração freia o deslocamento para as áreas de risco como as favelas, embora alguns morem nos bairros Maré, Mangueira, Santa Tereza e Água Santa. Vale destacar que estamos falando da ancoragem da cultura de origem no Rio de Janeiro, relacionada às referências identitárias, revividas por esses imigrantes, como, por exemplo, a exposição de alguns elementos culturais (foto 17), por ocasião da comemoração da independência de Cabo Verde em 2005.



Foto 17 – Exposição do dia 1 a 24 de julho de 2005.
Organizadores: Associação Caboverdiana, Associação de Estudantes, Embaixada de Cabo Verde e Assuntos Afro-brasileiros.
Local: Centro Cultural Banco do Brasil
Arquivo: Artur Bento

Observemos alguns elementos que caracterizam o artesanato caboverdiano. Por exemplo, a foto 18 retrata o valor simbólico da cultura caboverdiana, materializado na simplicidade de nosso artesanato, porém, constitui vetor que assegura a coesão da figura do homem camponês e pescador. Nesta foto, vemos o tabuleiro do jogo de urin, constituído por uma tábua retangular com 12 buracos, sendo 6 de cada lado. Além disso, duas garrafas, a redonda com “grogue”, ou cachaça e, a outra com “ponche”, ou seja, mel com cachaça, entre outros elementos. No âmbito da ancoragem de laços culturais, o jogo de urin tem sido uma prática bastante comum entre os imigrantes e alguns brasileiros que fazem parte de nossas convivências.

Neste ponto, o Sr. José Eugênio (foto 18), 46 anos, imigrante de 1972, guarda em sua casa 54 uris, conforme a disposição em sua frente, que mandou trazer de Cabo Verde, em

1999. Informando que a semente de urin é de origem de uma planta chamada de Silvão de Urin. A partir do posicionamento de José e Artur Bento (foto 19), podemos observar que ambos estão em posição de jogo, isto é, um a frente do outro, sendo que, o imigrante se encontra no interior da loja e apoiado no balcão, enquanto Artur está na rua, também apoiado no balcão com a mão nos uris em posição de jogo.



Foto 18 – José Eugênio, 37 anos no RJ não retornou para Cabo Verde. Nova Iguaçu, 2003. Arquivo: Artur Bento.



Foto 19 – Artur Bento

Para jogar é necessário um tabuleiro, conforme a improvisação de isopor (foto 20), feita pelo imigrante; 48 uris e dois jogadores, posicionados um de cada lado. Na tábua furada com 12 buracos, 6 de cada lado, em forma cilíndrica, colocando-se 4 uris em cada buraco.



Foto 20 – Tabuleiro de isopor improvisado por José Eugênio e Artur Bento. Arquivo: Artur Bento, 2003.

Na verdade, o que valorizamos na cultura caboverdiana é o significado simbólico embutido nos produtos culturais. Por exemplo, quando o imigrante joga, transmite laços de amizade, cooperação, solidariedade e, sobretudo, a memória histórica que se formou dos poucos recursos disponíveis nas ilhas desérticas e da incorporação de materiais provenientes do estrangeiro e daqueles deixados pelos ancestrais europeu e africano.

Com relação à religião, observemos a continuidade do catolicismo, embora alguns tenham se convertido, seguindo a Igreja Evangélica. Alguns imigrantes que praticam o catolicismo frequentam, assim como os residentes, o Racionalismo Cristão (RC), ou seja, um Centro Espírita, segundo uma prática iniciada no Rio de Janeiro, em 1912, por “Luiz de Mattos e Luiz Tomaz”¹⁴, ambos imigrantes portugueses, que chegaram no Rio de Janeiro na faixa de 13 a 15 anos. Em Cabo Verde, o RC foi introduzido por Manin de Burgo, imigrante caboverdiano no Rio de Janeiro (1909), conforme o artigo “*Centro redentor mais antigo de Cabo Verde celebra aniversário*” publicado no Jornal Asemana, datado de 11 de fevereiro de 2009. Embora funcionasse em 1927, como “Centro Amor e Caridade”, foi em 24 de maio de 1974 que deixou a clandestinidade, passando a fazer parte da memória histórica nacional. Outro aspecto que merece ser destacado é a semelhança da casa chefe do Racionalismo Cristão de Cabo Verde com a casa chefe do RC do Brasil, conforme as fotos 21 e 22.



Foto 21 – Monumento edifício-chefe do RC, Rua Jorge Rudge, 121 Rio de Janeiro, inaugurado em 1956.



Foto 22 – Racionalismo Cristão de Cabo Verde, 24 de maio de 1974. Avenida de Holanda, São Vicente.

A este respeito, Antónia Josefa conta que vai ao Centro Espírita de Olinda buscar “água fluída”, ou seja, água purificada. Ela explica que em Cabo Verde é comum procurar água fluída no RC, mas ela faz “irradiação” em casa, assim como alguns membros principais da casa racionalista. No entanto, é comum o praticante levar de sua própria casa uma garrafa com água para ser “irradiada”, ou seja, purificada pelo presidente, através da invocação do

¹⁴ Estudiosos da vida fora da matéria, criaram a doutrina baseada no espiritismo racional e científico. Constitui-se, então, na capital, a Sociedade Civil Centro Espírita Redentor, que mais tarde foi designado de Centro Redentor e, posteriormente, Racionalismo Cristão. Cf. Rath W. Aqui surgiu o racionalismo cristão. In: Almanaque de Santos. São Paulo: Rodrigues Alves, 1971.

“Astral Superior”, ou seja, do Espírito de Luz, no qual rezam a oração “Grande Foco”. Segundo os praticantes do RC, esta água afugenta do corpo das pessoas influências negativas, provenientes de espíritos que vagueiam pelas trevas. Por outro lado, é usada em “messinha”, uma prática da medicina tradicional caboverdiana que usando ervas e óleos acredita curar determinadas enfermidades. Caso não ocorra a cura, o paciente é levado a um hospital, a fim de se tratar pelos métodos da medicina positiva. Mas, quando o indivíduo recebe um diagnóstico incurável ou se encontra em estado enfêrmico é comum os familiares pedirem ao médico para que o libere a fim ser tratado em casa pelos métodos tradicionais, recebendo carinhos, água e sopas até a morte.

Com relação às festas de romarias, o São João, ou seja, o “Colá San Jon”, conforme vimos no item 2.2.1. “a manifestação da cultura no espaço” é recordado no Rio de Janeiro, de acordo com as festas juninas brasileiras, em que os imigrantes organizam barracas, vendendo comida e bebida. Aqui, esta atividade cultural assume característica tipicamente brasileira, embora notemos o significado simbólico da festa, materializado no sincretismo religioso, especificamente, quando os imigrantes recordam que este momento era uma oportunidade de saudar o santo popular, rezar, pagar promessas, além de significar uma oportunidade para arrumar uma companheira/o, misturando o erotismo com a religiosidade. Portanto, o Colá San Jon está presente na comunidade local, através da transmissão da cultura popular, em que os imigrantes recordam o “passadezinho”, conforme alguns depoimentos.

Neste sentido, as festas populares, os rituais, as crenças, as danças e algumas músicas tradicionais como a morna, a coladeira e o funaná fazem parte do horizonte identitário, enquanto a tabanca, o batuque, a mazurca, a contradança, a valsa e a língua crioula, mistura do português com dialetos africanos tendem a desaparecer, à medida que não são transmitidos pelos imigrantes. Vale lembrar que até os anos 80, as danças tradicionais eram expressões mais comuns de diversão no arquipélago, pois, as festas eram realizadas em salões cobertos de palha de milho ou de bananeira. Estes lugares agregavam pessoas de todas as classes sociais. Um outro traço cultural vivenciado pelos imigrantes é a culinária, principalmente, a “cachupa”, como se observa na foto 23, durante um almoço de confraternização, em 2007.



Foto 23 – Festa de confraternização em Mesquita. Imigrantes e descendentes servindo a cachupa. Arquivo: Artur Bento, 2007.

É evidente que a cachupa é um alimento de grande relevância nacional, por fazer parte da memória nacional com quase 500 anos de existência, o que lhe confere um importante caráter simbólico, à medida que sua trajetória se inicia com a introdução do milho importado do Brasil, em 1515, cuja produção se tornou alimento diário dos caboverdianos para jantar e, guisado para o café da manhã, além de seu uso no almoço. A cachupa, enquanto traço identitário constitui a herança de um prato histórico, transmitido de geração em geração, expressando paladares, hábitos, costumes, valores e escolhas sociais, com base na plantação do milho. Este alimento contém representações simbólicas que independem da nutrição, pois traduz o pulsar da cultura caboverdiana. Essa maneira particular de alimentar-se revela “de que modo a cozinha de uma sociedade é a linguagem de onde traduz inconscientemente sua estrutura” (Lévi-Strauss, 2000: 218).

De modo geral, a cachupa constitui uma fonte de identificação, onde se manifestam os rumos da política do país, relacionados ao modelo econômico e, conseqüentemente, revela os processos de construção da memória alimentar. Pois, ela vincula os caboverdianos a uma determinada identidade, enquanto referência comum de um lugar, pois, trata-se de “um conjunto de maneiras de ser, de valores e de códigos através dos quais as pessoas se reconhecem. Por outro lado, a adesão a esse conjunto causa nas pessoas um sentimento acolhedor de pertencimento” (D’Aléssio, 1998: 17). Este traço pode ser observado no depoimento da Sra. Antonia Josefa (foto 24), 74 anos, imigrante de 1960, quando diz: “achamos os mais velhos com a cachupa, e até hoje, para jantar, levantar de manhã, guisar

aquela cachupa, um peixe frito, um ovo estrelado, aquele café, é o prato típico, o prato principal que tem lá em Cabo Verde; então já viu um prato principal, então, aqui a gente faz, mas faz pouco” (entrevista de 2006)”.



Foto 24 – Antônia Josefa, 49 anos no RJ. Retornou para Cabo Verde, em 1997. Olinda, 2006. Arquivo: Artur Bento.

Otávia Ramos, 46 anos, segunda geração de imigrantes caboverdianos conta que: “gosto das comidas caboverdianas, cuscus, molho, cachupa, mas, eu gosto mais é da cachupa; comida, eu gosto muito da cachupa” (entrevista de 2006). Ao ser perguntada porque a cachupa?, ela responde que “o pessoal da antiga eles mantém isso; ah! Mantém aquela cachupa; essa comida tradicional a gente faz em casa; em festas, na minha casa, por exemplo, sempre tem; vira e mexe, minha mãe faz uma cachupa”.

Embora seu consumo tanto no Rio de Janeiro como em Cabo Verde tenha diminuído devido à incorporação de novos produtos alimentares, a cachupa ganha uma nova dimensão no imaginário social caboverdiano. Trata-se de um alimento principal de algumas cerimônias que lembram a formação da nação, constituída à base do milho. Assim, no Rio de Janeiro aparece nas festas de confraternizações e quando os imigrantes recebem visitas de outros caboverdianos. Além disso, a cachupa passa a ser comercializada nas festas promovidas pelos imigrantes e também pelos residentes. Tal comercialização é feita de acordo com o seu estado de origem, sendo guisada, servida com peixe frito ou ovo estrelado. Mas, apresenta uma diferença no que tange ao consumo, pois se antes esta modalidade era destinada ao café da manhã; modernamente, pode ser um prato tanto para o almoço como para o jantar ou até para fazer um lanche, no contexto dos estabelecimentos comerciais.

No Rio de Janeiro, preparada em casa, é transportada para as festas de confraternizações, sendo a casa o lugar de memória das origens e do reconhecimento,

constituindo referências entre os imigrantes e as inúmeras atividades, permitindo a expressão da memória e identidade, formuladas a partir do novo espaço. Então, a casa, as festas de confraternizações constituem espaços de ancoragem da cultura de origem, em que esses indivíduos sentem um grande prazer em consumir a cachupa e, sair de casa para comer a cachupa quer na Associação em momentos de festas, quer nos encontros familiares demonstra, deste já, a intenção de interagir socialmente. Nesta direção, Bourdieu informa que “o gosto não apenas é um produto ou indicador de classes, mas uma prática com a qual se classificam as pessoas. Para o autor, os sabores e os gostos são apreendidos por vezes na infância e levados por toda a vida porque estão arraigados aos costumes, mantendo o sentido de pertença sempre que revividos” (Bourdieu, 1988: 107).

Nesta direção, os indivíduos ao compartilharem seus pratos de origem com seus patrícios, sentem-se entre os seus, porque o alimento produz identificação, seja pelos ingredientes que o compõem, seja pelo gosto que satisfaça à psique. Não esquecendo que os hábitos culinários de uma região são a melhor via para conhecer a herança cultural alimentar. Além disso, “as preferências alimentares refletem as possibilidades naturais ou comerciais de uma região, inclusive religiosas, do povo que a habita e suas técnicas de preparação” (Ciaffone, 2003: 109). Dessa forma, as tradições e as técnicas de preparação do alimento refletem os saberes coletivos. Sendo assim, a culinária caboverdiana, principalmente, a cachupa e seus modos de fazer constituem parte integrante da identidade nacional. Assim sendo, a cachupa e todo o seu ritual de preparo possuem grande relevância social, uma vez que representa a construção do nacional. Portanto, isso nos remete ao valor simbólico da cachupa para o imaginário nacional, evocando o sentido de pertencimento, hospitalidade e, sobretudo, a memória histórica.

A fim de compreendermos o significado simbólico da cachupa, o cultivo do milho foi um dos principais elementos na história da utilização da terra, com base na distribuição de pequenas propriedades para a subsistência. Neste ponto, Teixeira e Barbosa dizem que quatro anos após o início do povoamento, em 1462, Portugal reconheceu que os europeus não queriam fixar residência nas ilhas devido às adversidade climáticas, tendo “persistido apenas alguns genoveses dedicados à colheita pelo mato, de algodão introduzido da Guiné e já espontâneo. Não havia quaisquer indícios de agricultura propriamente dita” (Teixeira e Barbosa, 1958: 30). Para os autores, a partir da concessão de privilégios especiais em 1466, permitindo a captura de escravos nas costas da Guiné, na isenção do dízimo pelos produtos agrícolas enviados ao reino e do direito de comércio entre as ilhas, se tornou possível o deslocamento de colonos para Cabo Verde. Inicialmente, envolvidos no comércio

transatlântico e, posteriormente, foram obrigados pela Coroa a estabelecer residência nas ilhas, tendo o milho assumido um papel de destaque na história da ocupação do espaço.

Esta primeira impressão confirma a importância estratégica do plantio do milho, como elemento primordial do processo de construção da memória nacional, à medida que a maioria dos produtos a que os portugueses estavam habituados, certamente, não se adaptou ao clima quente e seco, no sentido de garantir a subsistência, bem como o prosseguimento do sistema culinário estritamente europeu. Este dado é importante porque nos permite olhar a cachupa como processo identitário que caracteriza a cultura e as funções que ela desempenha, fazendo que este prato não desapareça. O milho, produzido nacionalmente a baixo custo permite seu cultivo em todos os setores da sociedade, a qual até os anos de 1990 constituía o alimento cotidiano da população para jantar, tomar café da manhã e, menos frequente, para almoçar.

Tradicionalmente, o milho é um produto de sequeiro, cultivado anualmente em Cabo Verde na época das chuvas, isto é, nos meses de julho, agosto e setembro. O que significa dizer que o processo de fabricação da cachupa inicia-se com a sementeira, assim que caem as primeiras chuvas. Vejamos então: os camponeses e suas respectivas famílias iniciam o processo do cultivo do milho, sendo que os homens e seus filhos cavam os buracos, enquanto as mulheres semeia três ou quatro grãos de milho. Além disso, as mulheres preparam as refeições, transportando-as de casa ou, fazendo-as nos locais de plantação, visando aproveitar o máximo de tempo.

Após a sementeira, os jovens com suas forquilha, iniciam a guarda do corvo, estalando-as sempre que a ave se aproxima para desencavar os grãos. Assim que desponta a primeira folha, começa a guarda de pardais, com término após o nascimento de três folhas, momento em que as aves perdem o interesse pela plantação. Ao nascer, o milho é muito frágil. Assim, os camponeses suportam o caule com terra, seguindo-se a *monda* e, posteriormente, a *remonda*, processo que consiste na recolha de ervas daninhas. Com o aparecimento da flor, inicia-se a germinação das espigas que, após seu amadurecimento, segue-se a colheita do milho que será colocado no tambeque/celeiro. Passado algum tempo é retirado e colocado ao sol e, depois em sacos, onde os grãos serão armazenados para fins alimentares.

No que se refere ao seu consumo, o milho é utilizado em vários tipos de pratos tais como: cachupa, cuscuz, papas, camocas, fongos, patéis, pão-de-milho etc. Tradicionalmente, a cachupa é feita basicamente de milho, na mistura de feijão, peixe ou carne de porco, couve e de algum tempero: folha de louro, sal e malagueta, de acordo com o gosto individual. Atualmente, os caboverdianos vêm recriando este prato, denominando-o de cachupa rica,

adicionando ao milho produtos vários: feijões; mandioca, batata doce, inhame, couve, repolho; toucinhos ou chouriços, orelha de porco, pés de porco, carnes de porco e de vaca, peixe, além de condimentos como azeite, tomates, alho, folha de louro, sal, knor de acordo com a incorporação de novos produtos alimentares, provenientes do mercado capitalista neoliberal, que vem alterando o sistema culinário caboverdiano, mas não suficiente para provocar o esquecimento da memória alimentar.

Quanto ao seu preparo, o milho é colocado no pilão, de acordo com o espaço e, duas ou três pessoas batem com um pau, expressando um ritual do vai-vem até a separação do farelo do milho, devendo preservar o maior número de grãos intactos. Depois, o milho é colocado no balaio, recipiente redondo feito de cana de carice para separar o farelo dos grãos. A seguir, coloca a água numa panela, levando-a ao fogo até ferver, ao que se segue à adição de milho e sal, onde continua a ferver até que toda água desaparece. Seguidamente, acrescenta-se mais água, colocando os ingredientes complementares, de acordo com as possibilidades econômicas das famílias. Finalmente, adiciona-se o refogado, constituído de azeite, óleo ou banha de porco, cebola, tomate e knor. Assim que estiver cozida, em uma travessa servem-se as hortaliças, fazendo-as acompanhar da cachupa seca ou com sopa. Com relação à cachupa tradicional o ritual é o mesmo, porém adicionando ao milho, feijão, couve, sal e o refogado simples: banha de porco ou óleo, azeite e cebola.

Talvez valha a pena enfatizar que a cachupa fala sobre a historicidade da identidade culinária. Pois, ao retrocedermos na história, vemos que este prato desempenhou um papel de fundamental importância na formação do mito de origem, à medida que, embora tenha contribuído na fixação da população, foi um dos únicos alimentos para enfrentar as crises e as mortes por falta de comida até os anos 40. Neste sentido, a cachupa passa a funcionar como o mito de “salvação”, pois em tempos de fome esse alimento era distribuído à população, como se observa no trecho do Inspetor António Policarpio sobre a crise das ilhas de Cabo Verde de 1947 a 1948, quando afirma “fome, sujidade, nu generalizado, alojamento a céu aberto, mortos a caminho dos covais. Umas vezes os assistidos recebiam dinheiro; outros gêneros crus, parece sempre milho e, outros ainda, mais raros, ração cozinhada, a cachupa, que não chegava para todos. (Carreira, 1984: 112).

Ao enfatizar sua trajetória, fazemos com a convicção de que, além de servir para saciar a fome, representa um traço de identidade nacional. Como herança colonial, a cachupa está associada à memória, à identidade, à cultura, à história, ao espaço e, conseqüentemente à formação do nacional, o que quer dizer que possuímos uma história comum, que nos diferencia, em parte, de outros grupos sociais. Como afirma Maciel, a alimentação refere-se a

um “conjunto de substâncias que uma pessoa ou um grupo costuma ingerir, implicando produção e consumo, técnicas e formas de aprovisionamento, de transformação e de ingestão de alimento, sendo que, a alimentação vai além do biológico, relacionando-se com o social e cultural” (Maciel, 1998: 26).

Ao tratar do assunto, DaMatta (1986) estabelece uma distinção entre comida e alimento, segundo a qual a “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquilo que o ingere” (DaMatta, 1986: 26). Neste entorno, entendemos a cachupa como expressão culturalmente codificada de alimentar-se, à medida que ela faz parte de um sistema alimentar, ou seja, “de um conjunto de elementos, produtos, técnicas, hábitos e comportamentos relativos à alimentação, o qual inclui a culinária, que se refere às maneiras de fazer o alimento, transformando-a em comida” (Maciel, 1988: 26). Cabe registrar que apesar da rusticidade de seus equipamentos, trata-se de um prato que expressa um conjunto de práticas e relações sociais significativas, assim como, os saberes coletivos, necessários à transformação do milho em cachupa. A partir disso, percebermos que entre os produtos culturais, a cachupa acumula uma expressiva significação simbólica, sendo nossa responsabilidade reconhecer este alimento como a expressão mais autêntica da caboverdianidade.

Outro aspecto fundamental da manifestação da cultura no Rio de Janeiro é o “enterro”. Neste ponto, a Sra. Armanda Neves, já citada, conta que: “nós fazemos aquela prece bonita; a gente com aquela saudade, chora, aí já não põem tudo preto como em Cabo Verde; aqui, assim, uma parte preta, uma parte branca, vai azul, não põe nada de vermelho; em Cabo Verde durante seis meses é preto, depois fica botando uma coisinha branca” (entrevista de 2004). Nesta direção, Franklin Silva, segunda geração, 18 anos, diz que quando morre um caboverdiano os imigrantes procuram estar naquele momento triste, “aí inclusive tem aqueles choros que tem em Cabo Verde; eu já assisti muito e é muito triste, inclusive me comove muito, aquelas frases, aqueles choros, aquele ritual; acho que o ato fúnebre aproxima da terra de origem” (entrevista de 2007). Continuando, ele relata que “eles botam luto, tem uma cantoria, falam o nome da pessoa gritando, não sei se está muito forte no momento em Cabo Verde; apesar de ser um momento triste, mas está se referindo aquela pessoa que vai deixar muitas saudades” (idem).

Em suma, os relatos deixam claro que a memória de origem é transmitida às gerações futuras e, torna-se marca cultural do novo espaço, ficando claro que alguns rituais caboverdianos tendem a materializar na vida dos descendentes, à medida que os imigrantes

pioneiros morrem. Neste sentido, estamos falando de fronteiras culturais capazes de entrelaçar a identidade à linha de distinção entre imigrantes e brasileiros, a partir da descrição das diferenças entre eles e os nativos. Porém, a ancoragem da cultura no espaço, bem como as relações sociais tecidas no lugar é sempre marcada pela incerteza, à medida que nada garante que as novas gerações dêem continuidade às características iniciais, se tais características não forem apropriadas pela sociedade local. No entanto, não podemos ignorar que os laços identitários que se ancoram no Rio de Janeiro, podem ser estruturados em torno de uma memória transnacional territorializada no espaço de residência. Aqui, estamos falando de produtos culturais que estendem suas raízes para outros lugares, passando a compor mais um elemento étnico da sociedade brasileira. As confraternizações e encontros familiares garantem a reconstrução da memória e identidade, mantendo viva uma cultura, cujo universo simbólico possibilita o estreitamento de laços identitários. Este espaço está vinculado a um modelo dinâmico, tendo em conta as diversidades étnica e cultural no Rio de Janeiro, no qual os grupos lhe imprimem uma multiplicidade de significados simbólicos. Com efeito, a ancoragem da cultura caboverdiana aponta para a terra de origem.

3.4. O TRABALHO COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Em geral, o índice elevado de analfabetismo desses imigrantes, associado à carência de uma profissão definida, inicialmente, dificultou a integração no mercado de *trabalho formal*, a partir do estabelecimento de um contrato vinculado a um emprego subordinado ao direito trabalhista, firmado entre o empregador e o empregado, tendo em vista a produção de bens e serviços. Contudo, os filhos e os imigrantes que chegaram adolescentes não tiveram contato com o duro cotidiano brasileiro que circunscreve a vida de indivíduos sem uma qualificação profissional, já que foram absorvidos pelo sistema de ensino. Isso facilitou a inserção no trabalho formal, após o término dos ensinos médio, técnico e superior, através de concursos públicos ou pela seleção curricular.

Visando a compreensão da imagem de um imigrante trabalhador “bem-sucedido”, associada à questão do trabalho formal, informal ou por conta própria, achamos conveniente elaborar um breve pano de fundo sobre a evolução do trabalho no Brasil, no que diz respeito as vários momentos de sua evolução. Neste aspecto, Grinberg (1982) apresenta quatro fases, assim nomeadas: a primeira Pré-história (1500-1888), caracterizada pelo trabalho escravo em função de uma economia, basicamente, agrícola. A segunda Capitalista (1888-1930), iniciada

com a abolição completa do trabalho escravo, a promulgação da 1ª Carta da República e a publicação da Lei Elói Chaves que estipulou 15 dias de férias para empregados do comércio, indústria, bancos e empresas jornalísticas. Além disso, foram criados órgãos da justiça do trabalho, da proteção do trabalho infantil e da mulher, bem como do imigrante. A terceira Social Democrata, com início na elaboração da Constituição de 1934, faz referência a diretrizes econômicas, a institucionalização da Justiça do Trabalho, com base no salário mínimo e na limitação de lucros e de propriedade, visando a beneficiar o interesse social e as condições de estabelecimento no emprego. E, finalmente, a Corporativa, inaugurada com a Constituição de 1937, durante o período da ditadura. Nesta fase organizou-se o Sindicato Único, o Imposto Sindical e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através do Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ainda hoje em vigor.

Partindo da CLT, Salem (1988) afirma que o art. 443 estipulou que o contrato de trabalho pode ser acordado verbalmente ou por escrito, por meio de um prazo determinado ou indeterminado, ressaltando que o prazo determinado depende dos acordos prefixados ou da execução de serviços susceptíveis de previsão. Porém, o art. 445 estipula que o contrato de trabalho por prazo determinado não pode ultrapassar dois anos, podendo o jurista observar a norma do art. 451, em que passa a vigorar o prazo indeterminado quando o contrato de trabalho for prorrogado mais de uma vez. Quanto ao prazo indeterminado, o art 452 considera qualquer contrato de trabalho feito após seis meses a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração desde dependa da execução de serviços especializados. Outro aspecto evocado na CLL, diz respeito ao art. 456, segundo a qual, o contrato de trabalho deve ser registrado na carteira de trabalho e previdência social ou por instrumentos escritos e supridos por todos os meios permitidos em direito.

No conjunto dos direitos trabalhistas, materializados na CLT, os imigrantes caboverdianos não tendo o nível escolar exigido pelas empresas públicas e/ou privadas, responsáveis pela seleção de trabalhadores qualificados, deslocam-se para o *trabalho informal* como meio de suprir suas necessidades básicas. Sendo a maioria analfabeta e com uma história dramática de subemprego, oferecem a força de trabalho de acordo com os salários que lhes são oferecidos, e, conseqüentemente, vivem certa instabilidade social, assim como milhares de brasileiros provenientes de classe baixa e sem qualificação profissional.

Nesta direção, o Sr. Otávio Ramos, já citado, indica com bastante detalhe a sua trajetória profissional, em que figura a luta pela sobrevivência da classe operária, com os seguintes dizeres:

“Não tinha profissão quando cheguei no Rio de Janeiro; assim, comecei trabalhando numa obra, onde fiquei 6 meses, mas como não estava gostando, saí de lá, e fui para Sudantex, fábrica americana, onde trabalhei 14 anos; como a fábrica foi a falência, aí eu saí para outras coisas; fui para o comércio na venda de cigarros, depois o comércio foi a falência porque eu não tinha prática, passei a segurança de prédio, aí, depois fui levando a vida, trabalhando por conta própria, passando o INSS, hoje sou aposentado como comerciante” (entrevista de 2007).

O depoimento do Sr. José Apolinário, 70 anos, imigrante de 1960, também elucida com bastante detalhe os problemas de integração social, advindos da falta de uma atividade profissional, quando diz “no início, trabalhei na obra como ajudante de pedreiro; à medida que fui ganhando prática, comecei a pegar pequenas construções, e, comecei a arrumar pessoal para trabalhar comigo até me tornar Pedreiro e, de Pedreiro passei a Mestre de Obra; com o tempo passei a trabalhar por conta própria; hoje, eu e a minha mulher vivemos como aposentados” (entrevista de 2004). Na mesma direção, o Sr. João Rodrigues, 78 anos, imigrante de 1958, narra a dinâmica do processo de integração no mercado de trabalho, dizendo que, inicialmente, trabalhou oito meses numa oficina de mecânica, mas como pagavam um salário inferior ao estipulado em Lei, pediu demissão e foi trabalhar numa banca de jornal, onde permaneceu por dois anos. Posteriormente, trabalhou num bar até a inauguração de um estabelecimento de comércio a “seco e molhado”. Em seu depoimento diz que “eu falei que não ia trabalhar para os outros; montei uma venda de salgados e refrigerante em casa; depois que eu construí o primeiro andar, deixei a parte de baixo para loja; hoje, tenho minha casa, minha família e formei uma filha na UGF” (entrevista de 2003).

Notemos que a maioria se dedicou ao comércio, como bares e armazéns de “secos e molhados”, ainda hoje, muitos deles de propriedades desses imigrantes, sendo que alguns foram alugados a 2ª geração, como por exemplo, o bar do Sr. João, alugado a um patrício. Interessante observar que o Sr. Pedro dos Santos (foto 25), 50 anos, imigrante dos anos 70, por ter chegado adolescente, a trajetória de trabalho se distancia dos imigrantes em geral, devido às oportunidades que usufruiu da família, tendo se dedicando aos estudos. Neste ponto, ele narra que:

“De início, o Rio de Janeiro me proporcionou muitas surpresas sempre agradáveis na minha vida; tive alguns momentos de dificuldades, mas naquele período de introdução do nosso lado profissional e, isso com certeza até você se enquadrar dentro do sistema você encontra algumas dificuldades, mas graças a Deus, eu consegui depois da minha formação me inseri no mercado de trabalho e hoje me sinto uma pessoa altamente qualificada na função da qual eu exerço e com prestígio muito grande no Rio de Janeiro” (entrevista de 2008).



Foto 25 – Pedro António dos Santos, imigrante de 1970. Cônsul Honorário de Cabo Verde no Rio de Janeiro. Professor de Matemática no Colégio Militar.

Já o Sr. José Alberto conta que:

“Eu, primeiro, logo quando eu cheguei, meu irmão me arrumou um serviço de Porteiro de edifício, e, de lá, onde que eu acabei me naturalizando; do Exército eu acabei ingressando na Construção Naval, onde que eu tirei 24 anos, entrei sem profissão, fui para Serviços Gerais na vassoura varrer oficina, depois passei a Batedor de Ferrugem, depois eu fui à escolinha, fiz curso de Soldador e, de Soldador passei para Contramestre e, até me aposentar como Contramestre Naval da Praça Mauá, e, hoje, eu levo a minha vida como aposentado, tendo como se diz condições para se alimentar” (entrevista de 2007).

Com relação às mulheres, a maioria trabalhou como empregada doméstica, enquanto outras em fábricas de roupas como a americana Sudantex, tarefa exercida até as vésperas do casamento. Depois da união matrimonial e, sobretudo, com o nascimento dos filhos, passaram a donas do lar, tendo assumindo a função chave na transmissão da cultura de origem. O fato é que os depoimentos não relatam a trajetória profissional dessas imigrantes, mas deixam claro que deram prosseguimento ao pagamento da INSS até se aposentar. Outras, por exemplo, além de se dedicarem ao trabalho doméstico, ajudavam os maridos nos bares e nas lojas, trabalho esse que lhes rendeu uma aposentadoria por conta própria. Evidentemente, a integração no mercado de trabalho passa pela venda da força da mão-de-obra em atividades que impliquem ou não a qualificação profissional. Tal fato acarreta a aprendizagem de uma profissão e a adoção de um horário imprevisível que surge como alternativa da falta de um contrato de trabalho, como vimos nos primeiros parágrafos. De fato, trata-se de uma estratégia que visa o alcance de certa estabilidade econômica, implicando na aquisição de bens, valores, créditos, casa própria, poupança e educação para os filhos. Hoje, em média com, 70 a 80 anos,

esses imigrantes se consideram bem-sucedidos no Brasil, o que em geral atribuem ao fato de terem construído a vida no Brasil.

Um dado fundamental é que o ensino formal é bastante valorizado entre os imigrantes, assim como em Cabo Verde, mesmo que a maioria seja analfabeta ou tendo estudado no mínimo 2ª série. Assim, entre os descendentes da segunda geração, podemos encontrar professores, policiais, advogados e, alguns exercendo cargos na Marinha e no Exército, caso do filho do Sr. Otávio Ramos, que é Capitão da Polícia. É importante assinalar também que na busca da solidariedade, os imigrantes se reuniam nos finais de semana em casa de algum patrício para alguma confraternização. E daí, unir o trabalho formal e informal com o estreitamento dos laços de solidariedade, pode ser interpretado como a manifestação da necessidade de sobrevivência, isto é, de oferecer à família o melhor conforto. Isto proporcionou a transmissão de alguns valores associados ao mundo do trabalho caboverdiano – a de um homem batalhador, honesto e cumpridor do papel de dar a melhor educação aos filhos – valores esses ressaltados pelo presidente Pedro Pires, em 2006, na mensagem do ano novo dirigido à diáspora, recomendando aos imigrantes que mantenham a tradição de bons cidadãos e de bons trabalhadores, além de uma boa educação e a melhor qualificação para os filhos. De todo modo, esses laços contribuíram para que se juntassem as forças, frente aos baixos salários impostos pelas dificuldades em estabelecer um contato de trabalho formal, devido à carência de uma profissão definida.

Hoffmann (1980) constata que quando o trabalhador é incapaz de obter um trabalho formal determinado ou indeterminado, a maior parte do operário jovem encontra alguma forma de ganhar a vida nas diversas atividades de auto-emprego, sobretudo, no setor de serviços, que abrange o comércio ambulante ou das feiras; os rituais de magia e macumba; a prostituição; o transporte do carrinho de mão; o jogo; a cavadeira; o engraxante ou no contrabando. Grande parte dessas atividades é exercida em tempo parcial e, muitas vezes, se caracterizam por baixa produtividade e remuneração. Para ele, o trabalho informal cresce à medida que a força de trabalho existente excede o número de empregos oferecidos. Não existindo obrigações trabalhistas de ambas as partes, esta situação passa a ser caracterizada como uma forma de *desemprego disfarçado*, constituindo-se numa remuneração ao nível de subsistência, representada por aqueles que não ocupam uma posição definida no sistema de produção de bens. Neste setor, a mão-de-obra é intensa, a tecnologia é simples e a relação de trabalho está em função do que se vende e do que se consome. Esse sistema de emprego é instável, não contempla nem plano de carreira e nem salário digno.

Sob a ótica do trabalho, Hoffmann (1980) analisa o desemprego involuntário, em consequência do declínio econômico, e, portanto, de caráter cíclico. Assim, cabe distinguir um tipo de desemprego flutuante, que sempre se apresentaria em alguma quantidade, à medida que há trabalhadores que estão mudando de fábrica ou de ramo, e ficam algum tempo desocupados entre um emprego e outro. Neste caso, seria mais uma inconstância de emprego, sem maior gravidade, pois o desemprego é temporário e, naturalmente, reabsorvido pelo sistema capitalista. Portanto, esta variante não dá conta do fenômeno tal e qual se apresenta em países subdesenvolvidos, uma vez que se trata do desemprego que aumenta na fase depressiva do ciclo econômico. Sendo assim, na maioria dos países subdesenvolvidos, o fenômeno é mais crônico do que cíclico e, por isso, foi qualificado como desemprego estrutural, entendido como um componente do sistema, gerado pelo próprio modelo de desenvolvimento.

Com relação aos imigrantes caboverdianos, podemos dizer que a vida só deixou de ser dura quando puderam se estabelecer no mercado de trabalho por *conta própria*, através da construção civil, do estabelecimento comercial nas dependências das casas; exercendo a função de camelô e contrabandeando produtos do Paraguai, ou, ainda, na aprendizagem de um ofício e, conseqüentemente, na integração no serviço público, como é o caso do Sr José Oliveira, já citado, que se aposentou como Contra-Mestre do porto da Praça Mauá. Essas mudanças produziram efeitos na trajetória migratória, pois, se antes fazia parte de um projeto transitório, tornou-se definitivo, à medida que iam usufruindo de melhores condições de vida, que, posteriormente, minimizaram os efeitos de desemprego vivenciados antes da partida e durante os primeiros anos da chegada. Assim, trabalhando por conta própria, puderam investir na educação dos filhos que hoje se encontram inseridos no mercado de trabalho formal, exercendo diversas atividades profissionais, tais como Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Polícia, Professor, Cabeleireiro, Comerciante etc.

No que diz respeito ao trabalho por conta própria, Prandi (1978) entende que esta categoria está atrelada a várias denominações: trabalhador independente, trabalhador autônomo ou auto-empregador, tratando-se de um trabalho que não tem qualquer vínculo de estratificação por rendimento do trabalho-consumo das classes urbanas. Para o autor, como categoria, este tipo de trabalho reúne uma grande diversidade de trabalhadores, desde artesãos, pequenos vendedores, ambulantes, serviços de reparação, prestadores de serviços pessoais etc. No âmbito da divisão do trabalho, dependem, basicamente, do dispêndio da força própria, do uso de familiares e pouco investimento de capital. Destacamos que os dados do Censo Demográfico de 1970, última década da entrada de imigrantes caboverdianos no Rio de

Janeiro, apontam que os trabalhadores por conta própria representavam 20% da população de trabalhadores, totalizada em 3 milhões de pessoas, excluindo os cálculos de empregadores. Por outro lado, “trabalhando em condições de produção ou de prestação de serviços que não requerem capital, o trabalho por conta própria dispõe de baixo nível de qualificação para o trabalho e vive em condições materiais precárias” (Prandi, 1978: 25). O autor focaliza que existem trabalhadores por conta própria bem-sucedidos economicamente e que integram a classe média, constituída por profissionais liberais e técnicos não sujeitos ao assalariamento e, portanto, desfrutam de boas condições de vida. cremos que esse é o caso da maioria dos imigrantes caboverdianos, à medida que usufruem de um padrão de vida considerado superior a brasileiros e residentes em Cabo Verde que passaram pelas mesmas privações antes da chegada.

Esse processo foi defendido por Prandi como princípio de “diferenciação” entre o trabalhador por conta própria e o trabalhador assalariado. Para ele, o primeiro difere do assalariado pela posição que assume na estrutura produtiva, quando descrevemos o modo como estão submetidos ao capital. Trata-se de um trabalhador que está ao mesmo tempo contido e excluído de uma sociedade de classes, à medida que não se pode prescindir de um modelo capaz de “dar sentido ao trabalhador assalariado como agente direto de acumulação do capital realizada através da exploração do subtrabalho; contrapondo-o, no plano mesmo das formas de exploração, ao trabalhador por conta própria, para a qual a exploração não se pode realizar a não ser em circuito mais amplo da reprodução da sociedade” (Prandi, 1978: 27). Nesta direção, podemos dizer que o trabalho por conta própria exercido pela maioria dos imigrantes caboverdianos, os exclui da luta de classes, segundo Marx. Desse modo, as diferenças devem ser procuradas no modo como se integram no mercado de trabalho brasileiro e não nas relações históricas e políticas das “lutas do movimento operário brasileiro”, como vimos anteriormente. Pois, para se integrar no mercado de trabalho formal ou informal, o imigrante soube interpretar o cotidiano brasileiro, aprendeu a comunicar-se adequadamente em português, de modo a usufruir das melhores possibilidades oferecidas pelo mundo do trabalho. Assim, a fácil incorporação da língua portuguesa, associada ao desejo de ascender socialmente e economicamente facilitou a aprendizagem de um trabalho no setor urbano, tendo relegado para o esquecimento o setor primário a que estavam acostumados, como, por exemplo, a agricultura, a criação de gado, a pesca e o pequeno comércio. Neste caso, a inserção se deu, a partir da incorporação de um trabalho mais moderno, num contexto também “moderno”, conforme os escritos de Sevcenko (1998). Este autor aponta que em 1950, o Rio de Janeiro passou pelo processo de industrialização e de abertura ao mercado

capitalista. Neste momento, foi introduzida a televisão que veio a despertar novos desejos na sociedade brasileira, à medida que invadia todos os lares, impondo novos padrões e hábitos à população.

Frente às transformações, Fausto (1998) informa que o País se urbanizou e algumas conquistas sociais foram observadas, tais como, o crescimento da esperança média de vida, que passou de 45,9 anos em 1950 para 60 anos em 1980, indicando melhorias nas condições gerais de saúde e atendimento médico. Também as taxas de analfabetismo foram decrescendo constantemente, passando de 53,9% entre os homens, e 60,6% entre as mulheres em 1950, para 34,9% e 35,2%, respectivamente, em 1980. Ainda no contexto da industrialização, Pochmann (1998) afirma que de 1940 a 1980, observou-se um crescimento nas relações formais de trabalho no mercado brasileiro. Assim, o trabalhador assalariado com registro em carteira profissional cresceu de 12,1% para 49,2%, o que significa em termos absolutos, uma variação anual de 484,2 mil trabalhadores. Ainda segundo o autor, os dados do IBGE apontam que de cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro.

Com base na integração no mundo do trabalho, constatamos que o trabalho representa uma luta constante pela sobrevivência, o que implica aprender novas profissões e, em consequência, estabelecer novas formas de relações sociais. Assim sendo, a memória desses indivíduos vai se articular com a demanda migratória, construindo novos sentidos no espaço. Tais sentidos devem ser compreendidos em decorrência do significado social que expressam, tendo em atenção que a integração está vinculada ao conflito social, fator constitutivo do processo migratório, à medida que a condição de imigrante é determinada pelo tipo de trabalho que exerce. A dependência em relação ao trabalho ou a procura dele, define, em parte, o processo integrativo, podendo dizer que existe uma relação direta entre o lugar que se ocupa no setor de emprego, e a relação de trabalho, situação essa, que pode ser responsável pela percepção da competitividade laboral. Neste quadro, destacamos que, no início, os imigrantes caboverdianos aceitaram qualquer trabalho, pois a identidade agrária ficou em Cabo Verde, não se preocupando com o baixo reconhecimento social do seu trabalho. Porém, com a fixação de residência e nascimento dos filhos, as aspirações começaram a transformar-se até assemelhar-se aos brasileiros. Assim, ganham interesse pelos aspectos da vida do trabalho e em concorrência com outros trabalhadores se instalam no mercado de trabalho por conta própria, através da prestação de serviços nas lojas, nas obras, entre outras. A partir disso, passaram a usufruir de um padrão de consumo muito superior àquele que tinham em Cabo Verde, ainda que tenham investido na educação dos filhos, pagando colégio e até

faculdade. Não observamos um comportamento etnocêntrico dos imigrantes, mas uma vontade em parecer brasileiro, tendo se adaptado a um novo modo de vida, sobretudo, a partir das novas relações sociais do trabalho. Sendo assim, os valores do trabalho são reelaborados em função do modelo econômico, elevando a competitividade pautados em diferenças tecnológicas e de uma mão-de-obra qualificada. O conjunto das transformações adquire uma dimensão que acaba por atingir outros aspectos da vida social, contribuindo para a construção de uma nova realidade histórica.

De fato, observamos um número expressivo de imigrantes que detêm um saber prático com alguma especialização, por exemplo, mecânico, pedreiro, vendedor, comerciante. A integração do imigrante caboverdiano, ainda que sem a intervenção das instituições públicas, é determinada pela lei da sobrevivência imposta pelo novo espaço. Ao assumir paradigmas da economia capitalista, reconstroem uma identidade que vai ao encontro as relações coletivas do trabalho. Assim, trabalhar é necessário para o sustento da família e a educação dos filhos, e, estudar torna-se a alternativa real para ingressar no mercado de trabalho, de modo a projetar uma vida melhor, segundo a configuração empresarial. Os imigrantes puderam perceber as exigências do mercado, a partir de um profissional dinâmico, flexível e competitivo. Assim, com o passar dos anos, esses indivíduos procuraram cada vez mais a sua independência em diferentes atividades. A passagem de um sistema agrário para um sistema capitalista, veio a contribuir na escolha de um novo trabalho, diferente daquele aprendido em seu país de origem. A aprendizagem de uma profissão, além de contribuir para a integração social, facilitou o estreitamento dos laços com o Rio de Janeiro, começando pelo desenvolvimento de competências e vontade de mudar as atitudes. Sendo assim, o trabalho constitui uma referência de integração, sendo que a qualificação é o meio primordial para alcançar determinados objetivos. Então, os imigrantes caboverdianos constituem uma classe trabalhadora bem-sucedida no mercado de trabalho brasileiro, pois, mesmo tendo chegado analfabetos e carentes de uma profissão, puderam exercer uma atividade remunerada, trabalhar por conta própria e construir suas próprias casas e investindo na educação formal dos filhos. Nesta ótica, a imigração proporcionou o aumento do nível de vida desses imigrantes e, abriu para os processos de integração a partir de suas referências de origem.

4. INSTITUIÇÃO, REDES SOCIAIS E IDENTIDADE

Este capítulo se afirma nas reflexões sobre as identidades assumidas pelos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, associadas às redes de sociabilidades presentes na comunidade, tendo como base a materialização dos produtos culturais e simbólicos no espaço. Noutros palavras, para analisar os processos de reconstrução da memória e identidade presente no Rio de Janeiro é necessário levar em consideração as relações históricas e sociais entre as duas ex-colônias portuguesas. O estudo estimula diferentes aproximações da reconstrução da identidade mestiça dos caboverdianos a partir do local de acolhimento, revisitando para tal a compreensão da dinâmica do país de partida e o vasto território de acolhida.

4.1. A ASSOCIAÇÃO CABOVERDIANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A visível presença de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro e a fundação da Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro (foto 26), localizada na cidade de Mesquita desde a década de 1980, permite analisar esta associação como lugar de memória institucional, local de encontro desse grupo, construído em regime de mutirão pelos próprios imigrantes, alguns deles na época trabalhadores do setor de construção civil.



Foto 26 – Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ). Mesquita. Arquivo: Artur Bento, 2007.

Esta instituição, enquanto suporte de memória e identidade aparece como manifestação da cultura no espaço, dotado de representações simbólicas capazes de envolver os imigrantes através das lembranças. Com relativa importância social e histórica no contexto da imigração caboverdiana, encerra ao mesmo tempo um espaço de diversão, apreciado tanto

pelos imigrantes e seus descendentes como também pela população local. De maneira mais ampla, ao examinarmos as narrativas orais, percebemos que esta instituição não possui um arquivo histórico documental que guarde os 26 anos de inauguração, se levarmos em conta a oficialização em 1983. Nesta direção, um bom caminho para analisarmos as formas pelas quais a memória histórica é reconstruída por esses atores sociais, é estudar a trajetória desse grupo, através de seus depoimentos, tendo como material de análise as informações de imigrantes pioneiros. Dito isso, esclarecemos que a associação, enquanto espaço físico, foi construída numa área de 396 metros quadrados que inclui dois lotes de terreno, medindo 12 metros por 33. De cômodos, temos: um escritório, uma cozinha, uma sala de festas, um bar, três banheiros. Além disso, há uma pequena moradia do caseiro, dois cômodos inacabados e uma área externa usada como estacionamento. A foto 27 nos dá um quadro geral da ocupação do espaço, podendo ser observado a constituição da divisão interna: o primeiro andar reservado a música e, na parte de baixo se encontra o bar e seu respectivo espaço de lazer.



Foto 27 – festa de posse da Diretoria, no dia 6 de maio de 2007.

Arquivo: Ms. Olívia Hirsch, pesquisadora brasileira.

A importância da memória social converge no sentido de permitir que se trabalhe com a memória de grupos, as suas formas de representação e a maneira como se identificam socialmente, já que as experiências que vivemos e as informações que trocamos com outros indivíduos, permitem que a nossa visão sobre o passado seja reconstruída. Nesta reconstrução, carregamos diversas experiências, situações passadas, pessoas e objetos materiais e imateriais como festas, costumes, hábitos, culinárias, rituais, mitologias, crenças etc. Conforme Pomian (2000) apesar de toda memória ser, em primeiro lugar, uma faculdade de conservar vestígios de uma época passada, apenas nos homens a memória tem condições de ser reconstruída, a ponto de ser transmitida às gerações futuras. Essas reconstruções consistem naquilo que

chamamos de suportes da memória, sejam lugares, objetos ou a própria linguagem que permitam ao homem lembrar.

Nesta direção, podemos visualizar a Associação como suporte material da memória e da identidade, que envolve os indivíduos em suas representações simbólicas. A fim de entendermos a historicidade desta instituição e seus múltiplos sentidos, passamos à análise do processo de construção desse espaço. Primordialmente, a Associação teve início na década de 60, conforme as narrativas de alguns imigrantes fundadores, entre eles o Sr. Manuel Gote, 77 anos, imigrante de 1956, afirmando que:

Eu sou sócio fundador, porque cheguei no Rio de Janeiro em 1956, aí tinha uma turma da década de 60, e a gente costumava jogar sueca; então, o pai da Sônia, imigrante caboverdiana de anos anteriores disse: vamos fazer uma associação da ilha de São Nicolau, porque naquela época só tinha pessoal de São Nicolau; aí todo o mundo disse: vamos fazer uma casa, aí começou a Associação; o falecido João Vicente cobrava em Mesquita e eu cobrava aqui na cidade do Rio de Janeiro (entrevista de 2007).

Visando a institucionalização desse espaço, os imigrantes Manuel Gote e Sérgio convidaram o Sr. Dantas Pinto a fazer parte da germinação dessa instituição, intitulada de *Associação da ilha de São Nicolau*, tendo em conta a origem local da maioria desses indivíduos. Porém, na época, embora os imigrantes pagassem uma cota simbólica, nunca chegaram a constituir a sede oficial, pois o dinheiro era destinado a financiamento de bailes à moda caboverdiana. Aqui, ressaltamos que o trecho da transcrição da entrevista, cruzada com as observações de campo, confirma que desde os anos 60 os imigrantes vinham se reunindo na casa de outros caboverdianos para programar algumas festas de confraternização, trocar algumas informações, jogarem sueca etc. Todavia, esses indivíduos estavam se dispersando no Rio de Janeiro, pois estas reuniões não eram suficientes para manter a coesão do grupo, tendo em conta que careciam de um espaço físico e não tinham condições financeiras para arcar com as despesas de uma obra destinada a manter a memória viva no espaço. Por outro lado, carecia também de um líder que pudesse suscitar o espírito caboverdiano entre os imigrantes e seus descendentes, espírito esse, enfraquecido por falta de contatos com a terra de origem e, sobretudo, pela estagnação da entrada de novos imigrantes após a independência de Cabo Verde em 1975.

É neste sentido, que a demarcação do espaço aumenta sua importância no processo de institucionalização da memória nacional. Sendo assim, o espaço participa da dimensão simbólica, à medida que confirma a garantia da transmissão de algumas características culturais à descendência caboverdiana e, indiretamente, a população local que convive com esses imigrantes. Desse modo, a memória vem mantendo um nível estável quando se trata, de

fato, da reconstrução da cultura de origem, a partir da seleção de algumas referências familiares, sociais, históricos, políticos e culturais. Nesse ponto, Rouso (2002) reconhece claramente que um indivíduo quando fale espontaneamente das suas vivências ou as relata a um pesquisador, torna-se testemunha da história, falando com as palavras do presente, mas com a sensibilidade do passado que se pretende recuperar com sinceridade e veracidade.

Neste contexto, reconhecemos que os primeiros encontros de imigrantes caboverdianos guardam relações com a fundação da Associação localizada na cidade de Mesquita, Baixada Fluminense. Neste caso, o Sr. Joãozinho, 80 anos, imigrante de 1950, narra que até o final da década de 70, nunca chegaram a formar uma associação, pois se tratava de reuniões ocasionais feitas na casa de caboverdianos para organizar alguma festa, com base nas músicas tradicionais caboverdianas, além de comer a cachupa. Trata-se de um baile à moda caboverdiana, feito na casa de um caboverdiano, visando entrelaçar a memória individual e a memória coletiva. Esta foi uma das formas que os imigrantes encontravam para dar prosseguimento à cultura de origem, ameaçada de esquecimento devido ao distanciamento do arquipélago. Assim como faziam em Cabo Verde, dançavam a noite toda, a partir das 22 horas e com previsão de término para 5 horas do dia seguinte.

Analisando as transformações sociais que ocorreram na reconfiguração da Associação, percebemos que na década de 60, pensou-se em fundar uma associação, mas essa idéia teve vida efêmera devido às dificuldades na arrecadação de verbas e no conflito social em acertar um nome para a sede. Pois, inicialmente, este espaço foi chamado de Associação de São Nicolau, como já mencionado, com o objetivo de congregar imigrantes naturais daquela ilha, mas, com o tempo seus membros começaram a pensar um nome que pudesse representar o contexto social caboverdiano após a independência de Portugal, em 1975, tendo pensado na Associação Afro-Brasileira. Porém, com as divergências internas de seus sócios, atreladas à identidade portuguesa, essa idéia foi descartada. Após algumas reuniões, os imigrantes decidiram chamá-la de Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro, congregando caboverdianos e brasileiros, já que seus filhos são considerados brasileiros natos, conforme a Constituição do Brasil. Além disso, a escolha do nome deve-se também à permanência definitiva e à naturalização, que os enquadram na mesma categoria de cidadãos brasileiros, tendo guardado suas respectivas identidades portuguesas. No entanto, a Associação mantém boas relações com Cabo Verde, mas não depende do país de origem, é tanto que o estatuto da Associação não permite que o cargo de Presidente e sua Diretoria sejam ocupados por caboverdiano que não seja imigrante no Rio de Janeiro, excluindo, assim, os estudantes caboverdianos residentes neste Estado.

Nesse cenário institucional, o Sr. José Oliveira conta que na década de 70 procurou alguns imigrantes para persuadi-los da necessidade de comprar um terreno e dar início à construção de uma obra de grande porte, para que a cultura caboverdiana pudesse se perpetuar no Rio de Janeiro através da descendência caboverdiana. Temia o desaparecimento dos laços culturais devido ao enfraquecimento dos elos com Cabo Verde e da cessação da entrada de imigrantes caboverdianos no Brasil após a independência nacional. Frente às preocupações com a sobrevivência da cultura caboverdiana, ele descreve os caminhos percorridos para a fundação da Associação, da seguinte forma:

Para formar a Associação, eu me senti na obrigação, apesar de trabalhando, sair procurando caboverdianos e conscientizá-los que o homem é um ser gregário, a nossa obrigação era se agregar e formar a associação caboverdiana, e, graças à compreensão de todos, hoje, nós somos uma comunidade muito bem congregada (entrevista de 2007).

Nesta narrativa há que se considerar uma crescente sensibilidade para a construção de uma memória oficial sob a forma de uma reivindicação dos direitos da descendência em conhecer suas origens culturais, levando em conta os modelos de organização do sistema simbólico caboverdiano, passando à Associação a centro de referência da identidade. Como observa Pollak (1992), a memória opera no sentido de reforçar a coesão dos grupos, bem como definindo as fronteiras entre eles, à medida que tal coesão é produto de negociações, conflitos e disputas individuais e sociais. Basta lembrarmos como a preocupação com a memória oficial é fundamental para manter a unidade, a coesão e garantir os elementos necessários à afirmação da identidade. A este propósito, a memória é vista como suporte da identidade coletiva, podendo ser analisada como um sistema onde se cruza todo o tipo de estruturas sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas enquanto códigos de representação, que estabelecem o *elo* entre o passado, o presente e o futuro.

O foco dessas disputas e negociações foi observado no caráter dinâmico das falas dos entrevistados quando evocam lembranças da trajetória da construção da Associação desde os anos de 1950 a 1980. Assim, pelo cruzamento de informações, constatamos que entre os entrevistados, alguns falam da origem da Associação, enquanto outros da inauguração da desse espaço em Mesquita. Nesta direção, a Presidente Neusa de Oliveira, (foto 28), 44 anos, 2ª geração de uma imigrante com um brasileiro, conta que a Associação enquanto sede, foi fundada, em 1971 e, mais tarde, em 1978, alguns caboverdianos se reuniram e compraram o terreno onde é a sede atual. Assim, em 1983, inaugurou-se esta instituição, tendo recebido doações de imigrantes para a compra do terreno e a construção do prédio. Como esse grupo é formado por uma maioria de trabalhadores braçais, o edifício foi construído com as suas

próprias mãos, passando a representar o maior patrimônio material caboverdiano do Rio de Janeiro.



Foto 28 - Prof. Neusa de Oliveira, formada em Relações Internacionais. Nova Iguaçu. Arquivo: Artur Bento, 2007.

No campo da memória social, percebemos o processo que Pollak (1992) chama de enquadramento da memória. Trata-se da construção de uma memória oficial, que tende a enquadrar uma versão do passado, que beneficie o entrelaçamento da identidade brasileira com a caboverdiana. No entanto, esta prática realizada pelas lideranças pode sofrer alguns abalos no momento em que as memórias subterrâneas de imigrantes em geral ganham existência própria e resolvem entrar em disputa no campo social. Tais memórias podem aos poucos fazer valer suas características, transformando tradições e símbolos. É através da manifestação das diversas formas da memória social que analisamos as memórias da Associação, tendo em conta as possíveis tensões entre seus sócios e o embate pela memória com outros membros da comunidade. Halbwachs (1992) sinaliza que a adesão de um indivíduo não é necessariamente realizada em apenas um grupo, à medida que as pessoas possuem interesses diversos.

Interpretando Halbwachs, podemos dizer que um grupo está sempre dialogando com uma diversidade de grupos, mesmo que nada tenham em comum uns com os outros. Por outro lado, a adesão a um grupo não é definitiva, pois, com o tempo os interesses e as circunstâncias podem se modificar. Por esta razão, não podemos dizer que a memória trabalha com verdades, pois possui uma multiciplidade de características, que são reconstruídas sempre no presente, de acordo com as vivências passadas. Neste sentido, as recordações são essencialmente memórias de grupo e toda a memória se estrutura em identidades de grupos, através da

utilização dos quadros de referências coletivas. Esta concepção de memória coletiva é de fundamental importância para aqueles que trabalham com a identidade de grupos. No entanto, são insuficientes para problematizar algumas questões relacionadas à trajetória de vida de grupos de imigrantes. É neste sentido que pretendemos retomar dois autores, que dialogando com Halbwachs, ampliaram alguns aspectos referentes à memória coletiva.

Velho (2003) utiliza o conceito de *projeto*, bastante interessante para se pensar à reconstrução da memória e identidade desses imigrantes. Para ele, a memória é fragmentada, à medida que o significado da identidade depende, em grande parte, da organização desses “pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado é assim descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentidos e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações” (Velho, 2003: 103). Velho aponta que as pessoas assim como os grupos estão constantemente negociando a forma como querem ser representadas socialmente, e, para isso, necessitam atribuir sentido ao seu passado. Contudo, o projeto a que Velho se refere não é necessariamente algo planejado e conscientemente articulado por um indivíduo ou grupo, mas é o resultado de uma deliberação consciente a partir de circunstâncias, advindas do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. É neste campo de possibilidades de ação individual ou coletiva que podemos trilhar caminhos possíveis rumo ao entendimento da reconstrução da memória e identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro.

A análise que enfatiza a idéia de projeto e grupo social combina com os prazos determinados para o cargo de presidente da Associação Caboverdiana. Este cenário organizacional deixa claro que, no início, não havia prazo fixo para os cargos de chefia, tendo o Sr. José Oliveira ocupado o cargo de presidente por mais de 20 anos. Entretanto, devido ao cansaço e sua idade avançada, passou a diretoria para o Sr. Raimundo, 2ª geração de imigrantes caboverdianos, tendo elaborado o estatuto da associação, atribuindo ao presidente um mandato de dois anos, embora ele mesmo tenha permanecido na função por três anos. Tendo cumprido esse tempo, passou o cargo para o Sr. Pedro dos Santos. Para Raimundo, a Associação representa Cabo Verde colocado no Brasil, onde é possível vivenciar a cultura de origem em toda a sua dimensão. Em seu depoimento sobre a fundação da Associação, ele pontua que:

A Associação foi fundada através de esforços de muitos caboverdianos que deram a sua contribuição, porém o mais importante foi inculcar o espírito da caboverdianidade, envolvendo todos os seus membros e daí a Associação conseguiu reunir as pessoas no Rio de Janeiro, de tal modo que os melhores momentos da nossa comunidade acontecem na Associação (entrevista de 2008).

Em 2006, foi empossado presidente o Sr. César Pinto, 2^a geração de imigrantes caboverdianos, tendo procurado estreitar os laços culturais entre os imigrantes e os estudantes caboverdianos, a partir da convicção de que os imigrantes preservam uma idéia antiga de sua origem, o que os distancia ainda mais da possibilidade de retorno a Cabo Verde. Para ele, os estudantes por viverem num Cabo Verde moderno podem ter um papel de fundamental importância na dinamização da cultura caboverdiana no seio da comunidade, principalmente, entre os descendentes. Concluídos um ano, em 2007, os imigrantes elegeram como presidente, a Profa. Neusa de Oliveira, empossada no dia 06 de maio de 2007, conforme a foto 29.



Foto 29 – Cerimônia de posse da Presidente da ACERJ. Em pé, ela faz o discurso de posse.
Arquivo: Artur Bento e Ms. Olívia Hirsch, 2007.

Visando conhecer a organização interna da Associação, a Sra. Neusa explica que a eleição de presidente foi através do processo de aclamação que consistiu num pedido formulado pelos imigrantes para que ela aceitasse concorrer à presidência. A partir disso, ela conta que esses sujeitos solicitaram a interferência do conselho deliberativo para que abrisse um cronograma de eleição, tendo estipulado “um prazo para a inscrição de chapas a quem quisesse concorrer à diretoria, e, ao final desse prazo somente a minha chapa estava inscrita; assim, a comunidade que estava presente aplaudiu, apoiou a nossa chapa e fomos eleitos” (entrevista de 2007).

Constatamos que além do cargo de presidente, existem vários Conselhos, como, por exemplo: o Conselho Deliberativo, que é uma espécie de conselho fiscal, cuja função é eleger a diretoria, discutir e votar o relatório de contas, reformar o estatuto, julgar assuntos diversos de interesse dos sócios e dos imigrantes em geral. Este conselho é formado por quinze membros permanentes e cinco suplentes, eleitos pelos imigrantes após o término do mandato de dois anos numa assembléia por aclamação, ou seja, por concordância dos presentes,

independentemente do número de eleitores. Além desse conselho, a Associação é constituída por oito diretorias, que são escolhidas pelo candidato a presidência durante a inscrição das chapas. Neste sentido, podemos identificar as seguintes diretorias: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Social Cultural e o Diretor do Patrimônio. No que se refere à função das diretorias, cabe ao presidente organizar todos os eventos e manter a coesão do grupo. O Secretário deve redigir os eventos, dar falta do presidente, ter toda a contabilidade da associação em dia. Ao Diretor Social Cultural cabe entrar em contato com empresas e governos, visando os interesses da associação e dos imigrantes. E, finalmente, o Diretor do Patrimônio deverá zelar pela manutenção do prédio através da execução de reformas.

Considerando os imigrantes caboverdianos inseridos na Associação e, utilizando dos encontros para o restabelecimento dos elos com a cultura caboverdiana, percebemos que a lógica desse espaço funciona como eixo passível de entrelaçamento da memória e identidade desse grupo no Rio de Janeiro, a partir das referências iniciais. Neste caso, cremos que a Associação Caboverdiana não guarda nenhuma relação com a experiência da Associação Cultural do Negro Brasileiro (1954 a 1976), baseada na categoria identitária “cor”. Para Domingues (2007), inicialmente, esta instituição teve como finalidade defender o interesse dos grupos que viviam em situação de exclusão social, mas com o tempo esta associação procurou equacionar a instituição aos acontecimentos nacionais e internacionais a respeito dos problemas enfrentados pelos negros, através do enfrentamento das ideologias racistas nos EUA e na África do Sul. Neste quadro, tentou recuperar grandes figuras da história do movimento pela defesa dos negros em geral e do afro-brasileiro em particular, empenhando “por manter viva a memória de grandes personalidades negras, Luis Gama – o patrono da entidade – Cruz e Sousa, Teodoro Sampaio, André Rebouças os mais celebrados” (Domingues, 2007: 4).

Ocorre que, no jogo das tensões internas, associadas ao contexto político, econômico e social brasileiro, em 1976, a Associação Cultural do Negro encerrou suas atividades devido ao afastamento dos sócios das propostas de retorno às raízes culturais negras, certamente, incompatíveis com os processos de integração das raças na constituição da nação brasileira. Neste ponto, Domingues transcreve uma carta de seu presidente aos associados nos seguintes dizeres: “vimos pela presente, comunicar-lhe que não havendo mais condições para continuarmos os trabalhos na Associação Cultural do Negro, decidimos encerrar suas atividades em caráter definitivo e irrevogável. Lamentavelmente não vamos continuar porque

não contamos com elemento humano e nem temos recursos financeiros” (Domingues, 2007:5).

Observemos que esta associação buscou emplacar na sua trajetória a afirmação de uma identidade negra, o que resultou na própria morte, à medida que seus sócios se identificavam com as diversidades social e cultural presentes no espaço. É neste quadro multiétnico e multicultural que a maioria dos imigrantes caboverdianos concebe a Associação Caboverdiana como espaço aberto a caboverdianos e brasileiros, à medida que seus filhos são brasileiros natos. No entanto, a posição oficial de alguns descendentes que passaram pela presidência afirma que aquela posição deveria ser invertida à favor de um espaço de divulgação da cultura de origem, através de palestras, montagem de espetáculos e oficinas de dança, ao invés de ser destinado somente para festas ocasionais. Por outro lado, alguns vem apontando as possibilidades de estreitamento dos laços culturais com o município de Mesquita, visando transformar esta instituição num espaço da comunidade local, conforme Delmar Cavalcanti (foto 30), Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da cidade de Mesquita, em 2007, durante a posse da presidente Neusa de Oliveira.



Foto 30 – Em pé, palestrante Delmar Cavalcanti.
Mesquita, 2007. Arquivo: Artur Bento e Ms. Olívia Hirsch.

Conforme Delmar Cavalcanti, os imigrantes caboverdianos constituem um dos grupos de imigrantes mais antigos de Mesquita, mas vivem isolados em seu cotidiano, à medida que passaram a ser conhecidos, em 2007, no momento em que a atual presidente Neusa de Oliveira se dirigiu à Prefeitura para solicitar apoio para a comunidade em geral e, para a Associação em particular. O palestrante pontua que a Associação deveria se transformar num espaço aberto à população local, opinião compartilhada não só pela atual presidente, mas também por alguns imigrantes. Para tal, a presidente prevê a reestruturação do local através da

construção de salas de jogos, de exposições e de biblioteca. O entendimento dessa reestruturação passa pela materialização de valores culturais que raramente se faz através da persuasão, mas pela reconstrução da cultura de origem, na mistura com elementos culturais da sociedade do Rio de Janeiro. Destacamos, ainda, que a atual diretoria visa alterar a representação de que este espaço é apenas um local para baile, opinião tão arraigada entre os imigrantes pioneiros, para um espaço social capaz de entrelaçar a memória dos descendentes com a terra de origem, uma vez que a cultura caoverdiana tende a perder espaço em prol de uma maior abertura à sociedade brasileira. Além disso, os imigrantes contam com a emergência de novas formas de identificação, não mais se definindo em função da busca de raízes imemoriais, mas reconfigurando a memória em torno da identidade de brasileiro ou abasileirado.

Outro aspecto fundamental evidencia que esta instituição deverá cumprir a tarefa de integrar os imigrantes e seus descendentes em torno de um objetivo comum – a divulgação da cultura caboverdiana no espaço – visando a manter a cultura viva entre os imigrantes e a população local. Isso se deve em parte ao distanciamento da maioria dos imigrantes de uma cultura fortemente caboverdiana, visto entenderem que “devem se adaptar à terra onde os filhos nasceram”. Noutro sentido, os imigrantes afirmam que já cumpriram a tarefa de transmissão da cultura, deixando o cargo à descendência que tende a articular a identidade brasileira com a caboverdiana, embora se dizendo brasileiros. No entanto, a reconstrução de alguns valores e práticas culturais em sintonia com a cultura brasileira vem legitimando e reforçando a visibilidade pública desse espaço social. Aqui, a idéia da memória está atrelada à identidade, como vimos no valor simbólico das danças, dos rituais e da culinária *cachupa* caboverdiana. Sendo assim, a Associação cumpre as tarefas de centro de referência e de convergência social, tornando-se num lugar identitário, relacional e histórico, onde é possível vivenciar a cultura de maneira dinâmica. Nesse espaço uma nova comunidade está sendo refundada por seus agentes sociais, através dos mecanismos de integração do passado ao presente de forma permanente e flexível.

4.2. AS REDES DE SOCIABILIDADES E A RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Conforme Wassermann e Faust (1994), a análise de redes sociais tornou-se desde os anos 30 um foco de estudo científico. Nos anos 60 começa a ser aplicada na análise da teoria dos grafos e, a partir de 1970 é direcionada a diversas áreas de conhecimento, como, por exemplo, a sociologia, visando mapear as interações entre os indivíduos de um determinado contexto social.

A despeito das redes de sociabilidades, ao que parece, os “imigrantes pioneiros” podem ser considerados importantes referências no fluxo de informações no período de Cabo Verde Portuguesa, com início em 1460 e término em 1975, ano da proclamação da independência nacional. Considerando as redes sociais, Wassermann e Faust (1994) pontuam que os atores e suas ações são vistas como interdependentes embora cada ator se apresente como uma unidade autônoma. As relações entre atores são canais por onde transferem ou fluem recursos materiais e imateriais, podendo tais relações serem sociais, econômicos, políticos e afetivos.

No âmbito das redes de sociabilidades, podemos destacar que a informação é um conceito de relevância fundamental que perpassa os grupos migrantes, desde a decisão de emigrar até a escolha do local de fixação e, posteriormente, no gerenciamento das relações entre imigrantes, nativos e não imigrantes. Sendo assim, as redes sociais podem constituir um veículo de circulação de informações de cunho étnico, familiar, político, religioso e cultural, que influi na reconstrução dos laços de identidades. Esses laços formam verdadeiras redes, não apenas pelos elos utilizados para difundir informações, mas também pela identidade cultural que a maioria dos grupos reconstrói nos espaços para onde migra. Aqui, destacamos o caso dos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, onde esses indivíduos têm um papel chave na reconstrução da cultura de origem, a partir de um sentimento de solidariedade e coesão do grupo frente à sociedade do Rio de Janeiro.

Considerando o processo de integração à nova sociedade, atraídos pela possibilidade de ascensão no mercado de trabalho oferecido pelas facilidades provenientes do processo de industrialização, os imigrantes desembarcaram no Rio de Janeiro e, rapidamente, foram incorporados na comunidade de imigrantes, desde parentes, amigos e até conhecidos de origem caboverdiana.

É a partir desse quadro que buscamos a idéia de *redes* como sendo um conjunto de *nós* que mantêm conexões uns com os outros. Brandão et al (2007) apontam algumas modalidades

de redes, de acordo com: tamanho da rede (diameter), graus de centralidade (degree centrality), grau de intermediação (betweenness centrality), grau de proximidade (closeness centrality), grau de transitividade (clustering coefficient) e suas respectivas distribuições.

Sob esta ótica, podemos compreender a complexidade das redes de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, que não se restringem aos fatores econômicos, políticos e sociais, mas também aos veículos informacionais, onde fluem os laços que muitos mantêm, mesmo muitos anos depois do início do fluxo migratório. Nesta perspectiva, a análise das migrações pode evidenciar as estratégias que ocorrem no espaço, através do detalhamento das relações individuais, sem perder de vista as estruturas do grupo. Sendo assim, as diversas formas de interação permitem estabelecer algumas reflexões sobre as relações sociais, atreladas aos limites culturais que infiltram o cotidiano desses atores sociais. Para Haesbaert (1997) a rede está em função dos fluxos de informações entre pelo menos dois espaços. Isso permite refletir em que bases os *nodos* produzem identidades, à medida que a desterritorialização está profundamente ligada a um processo de desenraizamento dos indivíduos em relação ao seu território de origem, envolvendo-se em múltiplas redes sociais. Para ele, a desterritorialização fragmenta o indivíduo, pelo fato de desconectá-lo em relação ao espaço, alterando seus marcos culturais de identidade.

De forma a captar a dinâmica das redes sociais entre os imigrantes caboverdianos, utilizamos as idéias de Marteleto (2001) segundo as quais as redes, enquanto sistemas de significações podem ser fundamentais na análise das relações sociais, à medida que se trata de um “sistema de nodos e elos, uma estrutura sem fronteiras, uma comunidade não geográfica, um sistema de apoio ou um sistema físico que se parece com uma árvore” (Marteleto, 2001: 72). Para ela, nos espaços de informação, as redes têm origem na tomada de consciência das ligações entre seus membros, podendo se atrelar a questões de organização social, global, nacional, regional, estadual, local ou comunitário. Nesta direção, digamos que tais níveis de organização podem ser pensados como um fator promotor da oficialização da Associação Caboverdiana, após a independência em 1975, envolvendo conflitos relacionados com os novos rumos da política caboverdiana. Esses rumos se referem, principalmente, à questão do projeto político idealizado pelo Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que visava à criação de um estado binacional envolvendo os dois países, bem como o retorno às raízes africanas em detrimento das européias. Aqui, percebemos que a associação surge como uma forma de resistência à perda da identidade portuguesa e, consequentemente, independente do país de origem, conforme alguns depoimentos. Dessa forma, passa a título de espaço de convivência e unidade de caboverdianos que visavam, em parte, dar

prosseguimento à identidade de origem, através da permanência definitiva ou da conquista da naturalização brasileira, sem, contudo, desfazer das raízes portuguesas. Isso pode ser constatado no Registro Nacional de Estrangeiro para os imigrantes permanentes e, nos naturalizados, portando a Carteira de Identidade Brasileira. Na verdade, todos são caboverdianos de nacionalidade portuguesa, e de certo modo, enquadrados no grupo de imigrantes portugueses. Esta demanda aparece no depoimento do Sr. José Oliveira, 74 anos, imigrante de 1950, quando diz: “depois que Cabo Verde tornou independente, e sendo Cabo Verde independente, nós também teríamos que formar a nossa associação, e conseguimos com apoio de todos, fundar a Associação Caboverdiana” (entrevista 2007).

No que se refere ao aspecto dos padrões relacionais entre imigrantes caboverdianos de nacionalidade portuguesa e o novo governo caboverdiano formado pelo PAIGC, observamos o predomínio de certa desconfiança na vinculação de Cabo Verde à África, principalmente, nos aspectos político e cultural. Neste ponto, o Sr. José Oliveira observa que:

Quando eu criticava a independência é porque eu sentia que Cabo Verde independente devia passar a democracia; mas Cabo Verde independente entrou numa ditadura de partido único e eu acompanhava detalhes por detalhes e, eu reprovava constantemente quando recebia notícias de caboverdianos até agredindo o outro; eu lamentava a ponto de alguém mandar meu nome lá para Cabo Verde que eu era contra a independência, daí que eu fiquei 42 anos sem regressar a terra (entrevista de 2007).

Com efeito, a pesquisa mostra que os imigrantes caboverdianos delimitam espaços sociais e culturais, a partir desse jogo de identidades, entre ser ou não ser português, ser ou não ser caboverdiano, ser ou não ser brasileiro, ser ou não cabo-brasileiro em detrimento da possível representação do ser africano. Esse processo identitário é decisivo na formação da Associação Caboverdiana, como sendo um *pólo* de referência a todos os caboverdianos residentes no Rio de Janeiro, com base na independência e autonomia do novo direcionamento da política caboverdiana, como vimos anteriormente. Nesta ótica, a formação das redes de sociabilidades indica o papel dos imigrantes na dinamização da cultura caboverdiana no espaço, de acordo com os valores da sociedade de origem, na mistura com a cultura da sociedade do Rio de Janeiro, tendo em atenção as boas relações estabelecidas no âmbito da Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto das Comunidades com sede em Cabo Verde.

Marques (1999) analisou esse tipo de comportamento e sinalizou que o uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do conjunto e os padrões relacionais, tendo introduzido uma nova compreensão do grupo social. Essa posição clareia alguns dados da nossa pesquisa, ou seja,

que as redes sociais entre imigrantes e representantes do governo de Cabo Verde não são determinantes no sistema de organização do grupo local e nem no aceleração dos laços culturais. Ao contrário, os dados mostram que as referências culturais na segunda geração estão em jogo, devido à forte identificação com o Brasil, advindo do enfraquecimento das redes com as ilhas, fenômeno motivado, inicialmente, pelo distanciamento da maioria dos imigrantes pioneiros. Além disso, o fechamento das portas às entradas de imigrantes no Brasil na década de 70 enfraqueceu a renovação da cultura de origem por novos imigrantes, que segundo alguns depoimentos poderiam trazer a cultura em seu estado de origem e, em consequência, despertar a caboverdiandade não só nos descendentes, mas também nos imigrantes bastante abasileirados. Esta situação fica evidente na narrativa do Sr. José Oliveira quando afirma que a “nossa preocupação é porque não vem mais caboverdianos, de modo que essa é uma preocupação muito grande, muito grande, mas a nossa consciência a levamos tranquila, pois intuimos nossos filhos na cultura caboverdiana” (entrevista de 2007).

Marteletto (2001) analisa que independentemente das questões que se busca resolver, muitas vezes, a participação em redes sociais, envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomadas de decisões. A partir disso, verificamos o quanto a criação de redes no Rio de Janeiro são projetos coletivos que visam manter a cultura viva no novo espaço, ao mesmo tempo em que define a posição que cada membro desempenha na comunidade local. Sendo assim, no âmbito da análise de redes sociais, o imigrante se posiciona de acordo com a sua participação nos encontros comunitários, na tomada de decisões que visa o bem-estar do grupo e o estreitamento de possíveis conexões entre Cabo Verde e Rio de Janeiro. Neste sentido, o papel central é conferido aos líderes fundadores, aos presidentes da associação e aos imigrantes pioneiros. Neste caso, a idéia de redes aponta que os imigrantes mantêm conexões diretas com a Associação Caboverdiana através da Diretoria e, com o governo brasileiro, fazendo uso dos setores de atividade econômica, financeira – acesso a bancos, créditos e aposentadoria – e dos postos de saúde e centros de ensino. Por outro lado, os imigrantes mantêm laços com o governo caboverdiano, através do Consulado de Cabo Verde no Rio de Janeiro, chefiado por um imigrante naturalizado, ficando evidente que os imigrantes são os que mais se beneficiam dos *nós* de relações sociais.

Esses *nós* observados nas redes de sociabilidades sugerem características que apontam para regras de preferência, segundo os estudos de Barabási e Albert (1999), evidenciando que os *nós* com maior número de ligações têm maior probabilidade de receber novas ligações. No entanto, um número muito pequeno de *nós* poderá possuir muitas ligações (alto degree centrality) e, um grande número de *nós*, poucas ligações (baixo degree centrality). Esta

perspectiva de centralidade de um ator é constatada quanto à posição que um indivíduo ocupa em relação às trocas e à comunicação na rede, embora esta posição não seja fixa e hierarquicamente determinada. Sendo assim, “a centralidade em uma rede traz consigo a idéia de poder. Quanto mais central é um indivíduo mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta seu poder na rede” (Marteletto: 2001: 76). Nesta direção, parece razoável admitir que no grupo dos imigrantes, alguns são referências, cumprindo, assim, o papel central na comunidade de imigrantes. Este papel corresponde também à centralidade das tarefas e decisões úteis à comunidade local. Aqui, podemos identificar como centro de referência o Sr. José Oliveira quando afirma:

Eu sou um dos imigrantes mais antigos, pois eu tenho 51 anos do Brasil, eu fui fundador da Associação e presidente por 20 e poucos anos; para fundar a associação, eu senti na obrigação de incentivar caboverdianos, e hoje temos nossa sede no Rio de Janeiro, uma obra que merece o respeito, graças a minha iniciativa e a colaboração de todos (entrevista de 2007).

Neste ponto, verificamos através dos depoimentos orais que os imigrantes considerados “referências” são aqueles que se destacam como pioneiros ou como presidentes da Associação. A alta centralização de informações faz com que esses atores sociais cumpram o papel de referência dentro da comunidade de imigrantes e junto do governo de Cabo Verde, que vem procurando estreitar os laços com os imigrantes na diáspora, através de uma política direcionada à integração na terra de acolhimento e o estreitamento com a terra de origem. Esses laços formam verdadeiras redes de sociabilidades, não só pelos *elos* entre imigrantes e não imigrantes, mas também pela identidade cultural que se enraíza no local de acolhimento. Embora os imigrantes construam identidades múltiplas, essas identidades atuam no fortalecimento da solidariedade e coesão do grupo diante da sociedade brasileira. Assim como entende Marteletto (2001) a centralidade se define pela posição ocupada por um indivíduo em relação aos outros, tendo em atenção a quantidade de *elos* que se expressam entre eles. Entretanto, a autora evidencia que nem todos os indivíduos com maior número de contatos numa rede ocupam a posição central nas ligações sociais, devido ao enquadramento da chamada abertura estrutural. Assim, “um indivíduo com poucas relações diretas pode estar muito bem posicionado em uma rede por meio da utilização estratégica de suas aberturas estruturais” (Marteletto, 2001: 76). Buscando ampliar um pouco esta discussão, Emirbater e Goodwin (1994) denominam tais aberturas de *não contatos*, ou, pela ausência de relação entre atores em uma rede, elemento crucial da estrutura da rede.

Este conceito contribui para a valorização dos *elos* fracos na compreensão dos atores sociais que não são descritos em função de seus *elos* fortes. Diante disso, observemos que o

ator social com poucos *elos* nas redes de sociabilidades, neste caso, o Instituto das Comunidades, tem o poder de entrar os processos de guetização de imigrantes, já que se trata de um órgão do Estado Caboverdiano que atua de modo eficaz na integração desses sujeitos à sociedade brasileira, através da Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, a associação vem incentivando os imigrantes a obterem informações a respeito de Cabo Verde, no que se refere aos progressos alcançados desde a independência nacional, em oposição, ao estado de miséria a que viveram durante a colonização portuguesa (1400 a 1975). Por outro lado, esta associação tem incentivado o restabelecimento dos contatos com os familiares residentes nas ilhas por meio de cartas, bilhetes, telegramas, telefonemas e do uso da Internet.

Ainda no quadro das redes sociais, consideramos o entrosamento entre os imigrantes da segunda geração e os estudantes caboverdianos, supondo que estes últimos podem suscitar o interesse pela cultura caboverdiana, à medida que trazem a cultura caboverdiana em seu estado de origem, conforme a concordância de imigrantes e Associação. Entendemos que um indivíduo pode ampliar suas referências quando se abre a novas informações, isto é, quando se abre a outros grupos, aumenta seu leque de possibilidades. Quando analisamos as redes sociais entre imigrantes e a descendência, fica claro que os *elos* que pretendem constituir no Brasil, também valorizam a cultura brasileira como construtores do caboverdiano abasileirado. Esses elos são evidenciados nas narrativas de imigrantes quando afirmam que devem amar a terra onde os filhos nasceram porque, embora de origem caboverdiana, são brasileiros. Se a dinâmica da identidade indica constantes mobilizações sociais e políticas entre imigrantes e descendentes, as redes de sociabilidades nos dão uma idéia de como a imigração caboverdiana ocorre na sociedade do Rio de Janeiro.

Aí fica muito claro o seu caráter maleável, dinâmico, descontínuo, identitário e relacional, sintetizado nas redes, que se seguem:

1. Redes econômicas: envolvem o comércio de produtos legais nas mercearias e nos bares, na compra e venda no Paraguai, e, conseqüentemente, como camelô do Rio de Janeiro.
2. Ideológico-culturais: os vínculos de ordem cultural visam o estreitamento dos laços culturais enquanto grupo social com padrões não tradicionais, mas que mantêm laços com suas origens em Cabo Verde. A utilização da língua portuguesa em casa, na associação, na rua e na igreja representa a manutenção da nacionalidade portuguesa, bem como a assimilação da identidade brasileira, que desemboca na construção do caboverdiano abasileirado.
3. Parentesco: fortes laços afetivos entre imigrantes e descendentes residentes no Rio de Janeiro. Porém, desenvolvem laços amistosos com brasileiros através de casamentos

mistos verificados na primeira geração e, principalmente, na segunda com brasileiros (as), acelerando a brasileiridade.

4. Movimentos sociais: as redes são articuladas na Associação Caboverdiana, nas confraternizações familiares, na Secretaria de Cultura, Lazer e Esporte de Mesquita. Além disso, mantêm laços com os Assuntos Afro-Brasileiros do Governo do Estado do Rio, e com a Associação Luso-Brasileira, através da respectiva filiação.

5. Político-eleitoral: os imigrantes com nacionalidade portuguesa, mas que reconhecem o Setor Consular do Rio de Janeiro votam em Cabo Verde na escolha dos representantes da nação, embora todos votem no Brasil. Aqui, fica claro também o voto étnico em que os candidatos a deputados disputam os votos de imigrantes e, como forma de campanha, os cabos eleitorais das representações dos partidos políticos no Brasil, apelam para interesses de imigrantes.

6. Serviços: todos recorrem à saúde e à educação no Brasil, e não são beneficiados nas cotas de bolsas do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) que o Brasil oferece aos países em vias de desenvolvimentos, por exemplo, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e alguns países da América do Sul. No Brasil beneficiam do seguro-desemprego e das respectivas aposentadorias, bem como do cartão de créditos em bancos e empresas particulares brasileiras.

Apesar da complexidade com que se reproduzem as redes no Rio de Janeiro, podem ser caracterizadas como binacionais, envolvendo a Cabo Verde e Brasil. Para compreendermos esse caráter duplo que compõe o novo espaço, podemos retomar noções já discutidas no início do trabalho, como os de território e desterritorialização. Isso parece interessante porque as redes migratórias envolvem fluxos de informações (simbólicas) que conectam os imigrantes. Haesbaert aponta que embora este tipo de rede esteja ligado mais à desterritorialização, devido à assimilação de um elemento muito mais econômico-funcional do que o simbólico, “figura uma posição ambivalente, ou seja, pode gerar a coesão no interior de um território, alimentando uma desterritorialidade, e/ou promover o desenraizamento através da aceleração dos fluxos e da mobilidade exteriores a esse território (Haesbaert, 1997: 244). Continuando, o autor afirma que enquanto a desterritorialidade “pode se realizar no âmbito de uma racionalidade mais orgânica e solidária”, o desenraizamento “se verifica fundamentalmente através de uma razão instrumental onde o que importa é a funcionalidade, o caráter pragmático da rede” (idem).

Assim como Haesbaert, nossa pesquisa revela isso de forma clara, ou seja, não existem processos exclusivamente desterritorializantes ou territorializantes, mas sim o predomínio de

uma dessas dinâmicas em determinado momento, local e grupo e, de acordo com a dimensão social, econômica, política e cultural que estivermos enfatizando. Sendo assim, torna-se cada vez mais fácil a compreensão das redes locais estabelecidas entre os imigrantes, demonstrando que essas ligações contemplam as dimensões já referidas. Esse grupo pode convergir no sentido de promover, sobretudo, uma desterritorialização que se identifica com a rede político-econômica, voltada para a mais valia, praticamente não interessando o território onde se situa, o que coloca os imigrantes em situação de exclusão. Mas, talvez o mais provável seja a forte ligação com o novo território, embora se volte para a cultura de origem, o que se manifeste na forte exclusão do antigo espaço, mesmo se identificando com alguns produtos culturais originais. Esta situação implica na construção de múltiplas redes atreladas ao território. Neste sentido, como afirma Haesbaert:

Muitas vezes a distinção entre redes e territórios é uma simples questão de escala, pois ao mudarmos o foco de observação encontramos outras configurações, outros efeitos e outras combinações socioespaciais. O que se manifestava como rede em uma escala pode se manifestar como território em outra, este como elemento daquela, e vice-versa (Haesbaert, 1997: 247-249).

Nesta direção, digamos que as redes locais como as construídas pelos imigrantes caboverdianos, internas ao território do Rio de Janeiro, possam se transformar em elemento deste, assim como o espaço físico da associação e as casas desses imigrantes podem ser nós, ou seja, pontos de ligação com o território caboverdiano e, neste caso, representando as ilhas espalhadas no mundo assim como em pleno oceano atlântico. Trata-se de certa ambiguidade, à medida que os produtos culturais incluem forte identificação com o território de origem, alimentado pelas redes que os conecta. Ao contrário, observa-se que os conteúdos das redes locais incluem elementos culturais das sociedades de origem e de destino, enquanto a própria Associação se apresenta como parte do novo estado-nação, articulada à dimensão simbólica caboverdiana e brasileira. Assim, as redes passaram a *nós* de ligações no fluxo de informações, mercadorias e pessoal. Essas redes só podem ser entendidas no contexto da estrutura social e do processo das relações históricas de construção, de experiência e de poder. Para Castells (1991), produção é a ação humana sobre a matéria, com o objetivo de transformá-la em produto, através da apropriação, transformação ou consumo. Experiência é a ação do sujeito humano sobre si mesmo, a interação entre suas dimensões biológicas e culturais, buscando o preenchimento de seus desejos e necessidades. Poder é a relação de seres humanos, baseada na produção e experiência, impondo-se a vontade de alguns sujeitos sobre outros, através do emprego da persuasão, da violência real ou simbólica.

Com relação às relações sociais, Bourdieu (1997) diz que tais relações sociais estão estruturadas pelo capital social, cultural, político e simbólico que visam atingir interesses e posições hierárquicas a partir de situações de discussões, de confronto e de crítica. Portanto, as relações não têm uma natureza interativa, conforme comumente se pensa, mas uma natureza relacional, ou seja, as relações sociais se estruturam a partir de determinados interesses e das posições que os indivíduos assumem na defesa de seus interesses. Assim, o espaço social é o lugar de luta concorrencial entre os atores sociais, atrelando recursos potenciais a uma rede durável de relações individuais, coletivas e institucionais, construídas durante as trajetórias de vida do grupo. O que podemos abstrair dos estudos de Bourdieu é que a essa dinâmica relacional implicou na formação de laços entre imigrantes e descendentes e entre eles e os governos caboverdiano e brasileiro.

Neste caso, a migração não representa simplesmente, como é o mais comum, “o abandono não-desejado da rede tradicional de relações, longamente tecida através de gerações, ou a entrada, já como perdedor, em outra arena de competições, cujas regras ainda têm de aprender, numa dramática ruptura cultural” (Santos, 1986: 67). No caso de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, mesmo se tratando de indivíduos que se distanciaram do território de origem há quase 50 anos, não mais retornando para ver familiares e amigos, reconstroem a memória e identidade a partir de alguns elementos culturais de origem, além da incorporação de novos elementos brasileiros, como vimos. Este processo ajuda na compreensão do sentido da desterritorialização e reterritorialização quando procuram manter viva a cultura de origem entre a população nativa.

5. IMIGRANTES CABOVERDIANOS: NOVAS MEMÓRIAS, OUTRAS IDENTIDADES?

Neste capítulo procuramos compreender como determinados aspectos da cultura e da história caboverdiana constituem bases para a reconstrução da memória e identidade de imigrantes caboverdianos em vários países. Apresentaremos três momentos históricos sobre a formação da identidade nacional caboverdiana, que sofreu consideráveis alterações, de acordo com as posições assumidas pelas elites política e intelectual que estiveram à frente do país até a atualidade. Em seguida, focalizaremos alguns dados fundamentais sobre a questão da identidade que se apresenta para os caboverdianos na contemporaneidade, articulada à política de vizinhança com a União Européia, o que nos coloca no eterno vir-a-ser africano, europeu ou somente caboverdiano. Veremos que a identidade caboverdiana se apresenta como um dos principais desafios do presente, à medida que os novos rumos da política caboverdiana após as primeiras eleições pluripartidárias em 1991, reataram e fortaleceram os laços com a Europa, enfraquecidos durante o governo do partido único (Partido Africano), reabrindo espaço para uma análise sobre as perspectivas futuras da construção da identidade nacional caboverdiana.

5.1 A ANÁLISE DE PESQUISADORES SOBRE A IDENTIDADE CABOVERDIANA NA DIÁSPORA

Augusto Nascimento (2001) investigou as “*réplicas do estereótipo atribuído aos caboverdianos em Moçambique (1940-1950)*” referidos pelas *andanças*, ou seja, pela *vadiagem* (grifo nosso), pelos comportamentos *faquista*, *temperamental*, *irrefletido*, *irascível* e causadora de problemas sociais naquela ex-colônia portuguesa na África. Ele atribui esses estereótipos a uma característica *idiossincrática*, a partir dos seguintes dizeres: primeiramente, foram construídos ao longo dos tempos por agentes coloniais (empresas e governadores) a fim de não atender os pedidos de Lisboa, quando solicitados a recrutar caboverdianos para as fazendas agrícolas, à medida que esses indivíduos não aceitavam a condição de indígenas, atribuída aos moçambicanos. Além disso, esses mesmos sujeitos se identificavam com uma elite portuguesa à serviço do império na África. Em segundo lugar, tais estereótipos passaram a temas de discussões científicas, não mais se fixando a idéia negativa, mas na pouca *fiabilidade do mulato*, na constante mobilidade e na incapacidade de

se adaptar ao trabalho árduo das roças, devido à miscigenação que os diferenciava de seus troncos de origem. Desse modo, a conjuntura colonial tornou-se um não-lugar para sujeitos inconformados “que resistiam à indigenização, que não se confinavam às plantações e que, por fim, perseguiram, com base até na manipulação de motes ideológicas do colonialismo à miscigenação, a afirmação de uma identidade própria e a mobilização social” (Nascimento, 2001: 259).

No sentido político, Lisboa diferenciava os caboverdianos dos africanos, à medida que recomendava aos agentes coloniais um tratamento especial para aqueles sujeitos, pois se tratava de pessoas civilizadas, que haviam alcançado um patamar superior de civilização e, por isso, poderiam ser usadas na transmissão de valores ocidentais aos africanos. Além disso, os caboverdianos não estavam dispostos a abrir mão da condição jurídica de cidadãos portugueses, proposta por Lisboa em 1947, que chegou a decretar Cabo Verde, ilha adjacente. Neste caso, entendiam que tinham os mesmos direitos que os naturais de Portugal e das demais ilhas adjacentes Madeira e Açores. Assim, para os caboverdianos a cidadania não era uma questão abstrata, pois se vincula a um determinado tipo de relacionamento social e racial. Nesse caso, os caboverdianos viviam entre os súditos da Coroa e a exploração nas fazendas agrícolas, o que desembocava em conflitos com a autoridade, provenientes da manutenção de seu *status social* defendido por Lisboa e Cabo Verde. Assim, a suposta identificação entre os caboverdianos e os africanos só fazia sentido para os agentes coloniais.

O principal fator que determina os conflitos sociais é de ordem jurídica. Nela, esses atores sociais procuravam impôr seus direitos de cidadão portugueses, reclamando um tratamento diferenciado, que não lhes podia ser dispensado ao trabalharem juntamente com os nativos. Assim, ao fazerem uso da cidadania, passaram a questionar a autoridade colonial, além de servir como arma para justificar tais estereótipos, se dirigindo aos administradores das roças pela *cor* e não pela *raça*, dizendo-se que eram *pretos, mas não eram negros* e, portanto, mais próximos dos portugueses do que dos africanos devido à miscigenação. O fato é que os agentes coloniais desejosos de uma mão-de-obra barata e submissa, não podiam lidar com pessoas que já haviam incorporado noções de cidadania e, uma identidade própria que os diferenciava dos africanos, mas aproximava-os dos portugueses. Além disso, mesmo incitando desobediência nos africanos, dizendo-lhes que não deveriam se sujeitar ao homem branco porque eram todos iguais, se achavam superiores a eles.

Luz Mateo (2003), descendente de caboverdianos na Argentina, discutiu a imigração, partindo do objeto intitulado, “os *caçadores de heranças: uma aproximação aos descendentes caboverdianos na Argentina*”, analisando a integração de imigrantes no mercado de trabalho

em tarefas relacionadas ao mar. Para ela, as características insulares de Cabo Verde contribuíram para a inserção na *Marina Mercante*, nas Forças Armadas e na Indústria Pesqueira. Pela mesma razão, os caboverdianos escolheram morar perto das áreas portuárias como Ensenada e Dock Sul, onde podemos encontrar duas instituições que os agrupam: A Associação Caboverdiana de Ensenada, fundada em 1927 e a União Caboverdiana de Dock Sud, de 1932. Apesar da forte presença de imigrantes no território argentino, a autora observa certa *invisibilidade* social, devido à política de branqueamento seguida após a abolição da escravidão, em 1853. Para ela, nota-se forte tendência ao branqueamento, proveniente dos numerosos casamentos com pessoas de outras origens, principalmente com brancos. Isto pode ser um dos fatores que levaram os caboverdianos à não transmissão da língua crioula às gerações seguintes, além de deixar de lado costumes típicos como a culinária, as danças e outras manifestações culturais. No entanto, apresentam certa ambivalência em relação à Cabo Verde: de um lado a saudade das ilhas longínquas e, de outro, a necessidade de se adaptar com o menor conflito possível, incorporando os valores culturais da sociedade argentina. Um fato importante é que alguns caboverdianos que conquistaram posições mais altas na sociedade, não mantêm relações com os que permaneceram nos estratos baixos. Os que permanecem ligados às associações, procuraram adaptá-la à sociedade argentina, perdendo, assim, seus vínculos com o país de origem.

César Monteiro (1997) estudou imigrantes caboverdianos na Itália, a partir de uma visão sociológica, focalizando a questão da integração sociocultural do imigrante em Nápoles, a segunda cidade com maior número de caboverdianos, tendo em atenção a natureza fechada das suas relações sociais, seja com a sociedade de acolhimento, seja com o grupo de caboverdianos. Para ele, o que condiciona a inserção social é a estrutura desequilibrada da população imigrada que conta com 96,7% de mulheres, contra 3,3% de homens, acelerada pelo fato da maioria das mulheres se dedicar ao trabalho doméstico que se desenvolve em regime de tempo pleno ou parcial. Em face de sua marginalização no mercado de trabalho doméstico, e ciente da irreversibilidade do seu status considerado pouco dignificante, o imigrante reage à sua maneira, fechando-se e encolhendo-se no interior da sua comunidade originária, embora mantendo, esporadicamente, relações sociais com a sociedade italiana. Algumas possuem cidadania italiana, embora a maioria desejasse a nacionalidade italiana.

A integração da segunda geração é determinada pela condição de vida dos pais e, principalmente, pelo tipo de trabalho doméstico. Pois, o trabalho doméstico fixo não permite que a mãe tenha junto de si os filhos, coabitando com o patrão por 24 horas, a exceção de alguns casos raros. Assim, são comuns os filhos serem confiados a colégios privados onde são

educados num ambiente fechado, interiorizando-se valores culturais totalmente diferentes daqueles da mãe. Isso determina o não reconhecimento da cultura de origem e, conseqüentemente, a não participação das festas organizadas pela Associação. Em síntese, pontua que as crianças nascidas em Cabo Verde e que chegaram à Itália se dizem caboverdianos, diferente dos nascidos na Itália, produto de cruzamentos de caboverdianas/italianos, se identificam como italianos. As crianças de pais caboverdianos que não estejam registrados na Secção Consular de Cabo Verde, embora o estejam nas estruturas italianas, são consideradas apátridas de direito, já que, para optar pela nacionalidade italiana, deverão esperar os 18 anos de idade.

Manuel Silva (1988) analisou os imigrantes caboverdianos na França, a partir do objeto “*o grupo e suas imagens*”, ressaltando que o número de imigrantes é imprevisível porque a maioria não está inscrita no Consulado Caboverdiano, à medida que boa parte entrou na França proveniente de Portugal, solicitando a nacionalidade francesa, a partir da preservação da cidadania portuguesa, principalmente após a independência de Cabo Verde em 1975. O autor aponta que em junho de 1986, 4 mil caboverdianos se inscreveram no Consulado de Cabo Verde em Paris, com entrada após 1983. Entretanto, o Consulado de Portugal concedeu 4.284 passaportes a cidadãos caboverdianos e, deste número somente 2.150 se inscreveram no Consulado de Cabo Verde, sendo que 2.134 não procuraram o consulado de seu país de nascimento. A emissão dos passaportes deve-se ao acordo entre Cabo Verde e Portugal, segundo o qual onde não houver consulado de Cabo Verde, os imigrantes caboverdianos terão apoio legal de Lisboa. Baseando-se em dados fornecidos pelo Consulado Português referentes à questão da identidade, informa que 1.518 caboverdianos preservaram suas respectivas nacionalidades portuguesas e transitam com passaporte português. Assim, é quase impossível detectar o número exato de caboverdianos na França, pois 2.500 obtiveram a nacionalidade francesa. No entanto, resume a imigração em: “4.000 inscritos + 2.134 não inscritos + 1.518 de nacionalidade portuguesa + 2.500 de nacionalidade francesa, totalizando 10.152 pessoas (Silva, 1988: 46, tradução de Artur Bento). Neste universo, os caboverdianos foram agrupados em três grupos por nacionalidade, a saber: 25% de nacionalidade francesa, 15% de nacionalidade portuguesa e 60% de nacionalidade caboverdiana.

Enfatiza-se uma *imigração marcadamente clandestina*, a fim de compreender o processo de integração à nova sociedade. Além disso, acredita que a mestiçagem caboverdiana tenha contribuído também como fator de inserção social. Assim, a cultura de origem está de acordo com a cultura local e a sociedade caboverdiana é reinterpretada em

termos franceses, como por exemplo, é bom estar em Cabo Verde, mas lá não tem metrô. Portanto, a aculturação está presente desde a chegada desses imigrantes, podendo ser interpretada como estratégia para satisfazer as necessidades materiais, através das inúmeras oportunidades que a economia francesa oferece aos trabalhadores, desde os direitos trabalhistas, os melhores salários, a elevação do nível de vida pelo trabalho prestado, coisas que lhes foram negadas em Cabo Verde. Neste sentido, o autor agrupa os caboverdianos em dois grupos: os que deixaram a família em Cabo Verde e, aqueles que mandaram trazer a família. Neste, a aculturação é maior porque a vida se resume à sociedade francesa, não existindo um projeto de retorno, enquanto naqueles pode-se observar alguns laços com a cultura de origem.

Daniele Mourão (2006), pesquisadora brasileira, deslocou-se a Cabo Verde e Guiné em 2004, e entrevistou 27 profissionais de nível superior cursados no Brasil e, que atualmente, se encontram inseridos no mercado de trabalho em seus países de origem. Na realização da pesquisa tomou como objeto de análise “as *identidades e nacionalidades guineenses e caboverdianas*“, motivada por dois fatores: primeiramente, em 2001, constatou que os estudantes se autodenominavam uma comunidade africana em Fortaleza, tendo em conta 2 caboverdianos e 8 guineenses. Em segundo, a partir de 2005, com o aumento crescente de caboverdianos, eles passaram a estabelecer maiores distinções entre si, no sentido de marcarem mais suas identidades nacionais, em contraponto com a autodenominação genérica anterior, comunidade africana. Daí seu deslocamento aos dois países, a fim de tentar compreender a demarcação de fronteiras identitárias, tendo em conta que por algum tempo esses países tiveram um estado binacional. Enquanto os guineenses acusam os caboverdianos de não se identificarem como africanos, os caboverdianos procuram enfatizar símbolos identitários como construtores da caboverdianidade, privilegiando uma identidade mestiça, além de indicar razões históricas como fonte de distinção, dizendo que os portugueses estabeleceram muitas distinções entre guineenses “indígenas” e, caboverdianos “assimilados”, e, considerados pela Coroa como pretos de primeira ou brancos de segunda. No entanto, ora o caboverdiano nega a identidade africana, revelando forte influência portuguesa e européia; ora seria mais africano, abraçando alguns valores construídos durante a luta pela independência dos dois países, liderados pelo Partido Africano. Finalizando, ela observa que Cabo Verde é um país bastante ocidentalizado, não observando pessoas com trajes africanos como túnicas, panos nas cabeças, roupas coloridas, crianças sendo carregadas em panos amarrados aos corpos de suas mães, como presenciou na Guiné Bissau. Portanto, um país bastante diferente da Guiné-Bissau e também do Brasil. Um país que se mostra ter

ainda uma grande influência européia, especialmente portuguesa, embora os caboverdianos autodenominando-se mestiços, sendo nem europeus e nem africanos, mas sim, caboverdianos; enquanto os guineenses afirmam fortemente suas raízes africanas.

Outra pesquisadora brasileira Neusa Gusmão (2005) centralizou seus estudos na Quinta Grande, bairro periférico de Lisboa, habitado na sua maioria por imigrantes caboverdianos e portugueses pobres, além de angolanos e guineenses. A autora destaca que os caboverdianos fixaram residência em Lisboa na década de 1960, a fim de trabalhar na construção civil. Porém, após a independência de Cabo Verde em 1975, a maioria se viu excluído e marginalizado socialmente, passando a serem tratados como estrangeiros, tendo esta nova identidade se eternizado na vida dos filhos nascidos no território português. Inicialmente, a cor e a pobreza não foram problemas para a elite, pois eles vieram a serviço da Coroa e ao cessarem suas necessidades retornariam à terra de origem. Porém, nos anos 1990 surge à questão da etnicidade dos caboverdianos, decorrente da constituição de um grupo de caboverdianos portugueses de escolaridade de nível médio e superior, que passaram a se organizar politicamente na defesa da sua cidadania. Em oposição, a elite portuguesa passou a considerar o bairro como fonte de violência, enquanto para os portugueses pobres que vivem e padecem dos mesmos problemas cotidianos, o espaço da Quinta Grande é lugar de convivência e de trocas sociais, embora haja situações de conflitos, não pela *cor*, mas sim, pela disputa de trabalhos. Devido à situação de exclusão, os caboverdianos procuraram imprimir suas características culturais, que aos poucos foram incorporados pelos portugueses residentes no local, não mais se diferenciando dos imigrantes, situação essa que desagradou as autoridades, à medida criaram uma cultura própria e adotaram a mistura linguística dos imigrantes, em detrimento do português. A questão que se coloca é que os caboverdianos vivem numa encruzilhada entre ser e não ser português, ser ou não ser africano. Assim, enquanto alguns expressam uma identidade africana, outros a negam para afirmarem sua identidade portuguesa, ainda que os pais sejam caboverdianos. A identidade mestiça aparece quando a família é de origem portuguesa e caboverdiana.

Ainda no grupo de pesquisadores brasileiros, Olívia Hirsch (2007) tomou como objeto de análise os “*processos de reconstrução de identidades em um grupo de estudantes caboverdianos durante sua estada no Rio de Janeiro*”. Neste estudo, a autora constatou que esses estudantes evocam várias identidades e papéis sociais durante suas experiências cotidianas, ressaltando que as dimensões identitárias como negro, mulato e branco são enfatizadas ou subestimadas de acordo com o local ou com os sujeitos com os quais estão interagindo. Por exemplo, os que moram nas favelas costumam se identificar como negros

através da criação do cabelo, servindo-se como sinal diacrítico em relação aos demais negros e mulatos considerados pobres e bastante estigmatizados. Outro exemplo é a identificação como estrangeiros nos estabelecimentos comerciais, visando o melhor atendimento dispensado a esse grupo. Diante dessas representações identitárias, Hirsch partiu de carona à Cabo Verde em outubro de 2006, no avião da Força Aérea Brasileira que foi buscar militares caboverdianos para serem treinados no Brasil, tendo entrevistado alguns intelectuais caboverdianos, a fim de elucidar as relações raciais desses jovens imigrantes.

A grande descoberta como ficou evidente neste trabalho, diz respeito à construção da identidade nacional mestiça, a partir da teoria luso-tropicalista de Gilberto Freire. Interpretando Gilberto Freire, a autora afirma que, enquanto no Brasil a mestiçagem valorizou o mestiço como forma de contrapor à ideologia do branqueamento, em Cabo Verde a intelectualidade segue o caminho inverso, isto é, busca exaltar a mestiçagem como forma de demonstrar o grau de afastamento em relação à negritude e à África, e, conseqüentemente, procurou embranquecer os caboverdianos. Por esta razão, o discurso sobre a questão racial não faz parte dos debates nacionais, entendendo que entre os caboverdianos não há discriminação, como sugere Varela (2000) ao afirmar que diferentemente da sociedade de Cabo Verde, a discriminação racial é infelizmente uma mácula na sociedade brasileira. Embora a questão racial não seja assunto dos caboverdianos, Hirstch diz que os nativos com traços bastante africanizados são tidos como os responsáveis pela criminalidade, pelas drogas e pela violência. Para ela, é como se os preconceitos que recaem sobre os imigrantes caboverdianos na sociedade portuguesa, parecem ter sido incorporados pelos caboverdianos e transferido aos negros, grupo que talvez os caboverdianos preferissem que não fizesse parte de seu povo, o que explica a tendência à “negatividade dos traços que aproximam os caboverdianos dos africanos do continente, traços encontrados, predominantemente, na ilha de Santiago, como observou Lobo (2006: 226 apud Hirstch, 2007: 98). Aqui, trata-se de “seu outro rejeitado” (Guimarães, 2002), que recorda a presença física e cultural do africano na constituição da nação, uma presença que ao longo da história se tentou apagar. Enfim, o discurso das elites aparece na fala dos estudantes que tendem a prosseguir com “diferenciação social”, não se reconhecendo a identidade negra. Sendo assim, os estudantes passam a se esquivar das atribuições que a sociedade brasileira reserva aos negros e mulatos, acionando vários papéis e identidades, jamais assumidas no arquipélago. Desse modo, as identidades negra e estrangeira são estratégias de diferenciação social, pois ao se distanciar do grupo de brasileiros, estariam se considerando superiores a eles, assim como os “manjacos”, atribuição dada aos negros não caboverdianos, ou seja, africanos pobres residentes no arquipélago.

Artur Bento (2005), pesquisador caboverdiano, que se dedicou à discussão conceitual sobre a imigração caboverdiana no Rio de Janeiro, analisando o processo que ele denominou de “*memória, identidade e diferença*”. Para ele, existe razoável distanciamento da identidade africana, à medida que tal identidade estaria embutida na identidade nacional mestiça, englobando alguns elementos culturais tanto dos africanos quanto dos europeus que contribuíram na formação de uma identidade singular, embora os elementos portugueses predominem entre os caboverdianos. Visando trazer à luz o entendimento das diversas identidades e papéis sociais evocados pelos imigrantes, o autor desenvolveu o conceito intitulado *memória híbrida*, como um instrumento teórico para pensar a hibridez da cultura caboverdiana e as identidades assumidas pelos imigrantes e pelos caboverdianos em geral. Essa hibridez da memória nacional faz com que esses sujeitos se distanciem das questões raciais, passando a se identificar como produto de uma grande mistura, onde brancos, negros e mulatos se enquadram no mesmo pano de fundo “mulato”. Para ele, embora as grandes transformações da sociedade pós-moderna estejam alterando as identidades que por muito tempo foram consideradas estáveis, tornando-as fragmentadas e múltiplas; a memória híbrida já nasce mesclada, móvel e sempre disposta a travar relações através da aceitação das diferenças consentidas, sem perder os laços principais da identidade caboverdiana. Portanto, a memória híbrida está ancorada em estruturas sociais que funcionam como referências das identidades múltiplas. De certo modo, Bento pensa a memória híbrida como instrumento de trabalho que pode ser utilizado para estudar os grupos étnicos contemporâneos, bem como a superação de questões raciais em decorrência da percepção da perda de alguns valores étnicos. Nesse caso, crê que a evocação da raça estaria muito mais vinculada aos processos de domínio do que as de convivência harmoniosa entre os diversos grupos que ocupam o mesmo território. Pois, ao se referir a caboverdianidade como híbrida e múltipla, procura compreender a questão do retorno as raízes africanas em Cabo Verde como algo superado historicamente e, buscando uma nova explicação que a construção da identidade nacional mestiça.

5.2 A DIALÉTICA DA CONSTRUÇÃO DA CABOVERDIANIDADE NAS MEMÓRIAS DE IMIGRANTES

Memória e identidade constituem-se processos complementares de reconstrução do passado, a partir da evocação das lembranças vivenciadas no presente. Ampliando esse raciocínio, podemos dizer que quando os marcos históricos são reconstituídos, através da atribuição de significados, pode reforçar ou legitimar determinadas formas de identidades, a ponto de não percebermos claramente as alterações da memória. Assim, transformada em objeto de disputa social, a memória fornece características culturais à identidade, necessárias à delimitação do espaço simbólico de um grupo distinto. Basta lembrarmos como a organização da memória oficial é fundamental na manutenção de um domínio ou do controle político da nação. Temos assim, nos conceitos de memória e identidade, um processo efetivo de conflito, que reúne uma dimensão concreta, estruturada politicamente, e uma dimensão simbólica, vinculada ao grupo social a que estivermos nos referindo.

Podemos compreender melhor a questão da memória e identidade a partir da análise das histórias de vida de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro com a historiografia caboverdiana, acrescentando que mergulhamos num universo de informações que nos forneceram bases para compreender as identidades assumidas pelos caboverdianos no presente e pelos imigrantes em particular, ora rumando para a identidade portuguesa, ora para a brasileira, ora para o caboverdiano abasileirado, ora caboverdiana e, raramente para a africana. Partindo de um olhar abrangente sobre a identidade caboverdiana, analisamos a composição e a atuação das elites caboverdianas, a fim de melhor explorar a reconstrução das identidades atuais, cuja politização atingiu seu ápice, do ponto de vista da história, no período pós-independência com o Partido Africano (1975-1991), e o Movimento Para a Democracia (MPD) que o sucedeu (1991-2001). Nesta perspectiva, buscamos explicar como seus valores, seus interesses, suas estratégias e mecanismos de poder influenciam o processo de reconstrução da identidade caboverdiana. Esse fato se explica por se tratar de diversas mudanças políticas que o país vem passando, após as primeiras eleições pluripartidárias em 1991, o que obrigou as forças políticas e sociais a se exporem e a se comprometerem, não só, com projetos nacional, mas também, com projetos de cunho internacional.

É, assim, nesta dialética entre memória e identidade que situamos as identidades assumidas pelos imigrantes caboverdianos, associadas à formação da nação, cujas bases se estabeleceram, a nosso ver, em três momentos históricos, propondo o chamado “*Modelo Explicativo das Elites*”, estruturado em três momentos, a saber:

1. Cabo Verde Colônia Portuguesa, 1460 a 1975;
2. Reivindicação da Independência, 1956 a 1975;
3. Cabo Verde Independente, 1975 até o século XXI.

A constituição desses três momentos históricos está sempre em processo, provocando mudanças sensíveis nas relações entre caboverdianos. É evidente que forjaram historicamente as identidades assumidas pelos caboverdianos, a partir da disputa pela consolidação da memória oficial. Assim, os caboverdianos tendem a assumir várias posições identitárias, de acordo com a situação, posicionando-se ora como europeus, ora como africanos, e, na maioria das vezes, como atlânticos, afirmando a sua caboverdianidade, ou seja, a mistura desses elementos. Com a mesma frequência, esses três momentos perpassam as histórias de vida de imigrantes e, constituem relações objetivas de identificações comuns, contraditórias e até de disputas, o que não configuraria conflito de identidade, mas diferentes posições assumidas por esses sujeitos, de acordo com as situações presentes. Avançando em nossa observação de campo, passamos à articulação do referido modelo, a partir da descrição e análise dos três momentos históricos, tendo em atenção os depoimentos orais dos entrevistados.

No primeiro momento, *Cabo Verde Colônia Portuguesa (1460-1975)*, a elite caboverdiana reforça a autoridade central sobre a identidade da colônia, território inerente a Portugal por direito de achamento e povoamento, garantindo, assim, a legitimidade e o domínio do arquipélago. Inicialmente, se constrói a afirmação do princípio da identidade portuguesa, em oposição a outras formas de identidades, provenientes tanto da África como de outras partes da Europa. Assim, a identidade portuguesa passa a ser incorporada na memória dos residentes, dando origem ao caboverdiano português. Neste período, a bandeira de Cabo Verde assume proporções coloniais, como vemos na foto 31.



Foto 31 – Bandeira Colonial, até 1975. O arquipélago é chefiado por um governador.
Arquivo: Antonio Martins.

Mas, para que isso fosse viável, as instituições trabalham no sentido de controlar as identidades que não se enquadram nos parâmetros portugueses, controlando sistematicamente as memórias individual e coletiva. Tal controle fragmentou não só as raízes africanas, como

também, as raízes de europeus não portugueses. Uma vez rompidas as barreiras étnicas e raciais, a elite passou a exercer melhor controle sobre o princípio da *identidade portuguesa* que, paulatinamente, foi construindo uma identidade singular, modulada por valores europeus. Trata-se de um momento especial da história caboverdiana, à medida que os grupos foram se harmonizando em prol da unidade, da coerência e da continuidade da nação, contrária à busca de raízes étnicas e/ou raciais, tendo resultado no amplo reconhecimento do caboverdiano. Neste sentido, devemos compreender este momento da historiografia caboverdiana, que forjou nos caboverdianos estratégias de memória, necessárias à construção de uma cultura própria que nos remete a uma identificação coletiva, independentemente da tonalidade da pele dos sujeitos, diferentemente da reivindicação de raízes que vem estimulando a formação de grupos separatistas e o entrave da convivência de culturas diferentes.

Partimos do princípio que a cultura portuguesa retida na memória dos caboverdianos gerou uma cisão das raízes étnicas e, conseqüentemente, o distanciamento das tribos de origem africana. Tal distanciamento está embasado no processo de mestiçagem, representado pela reconfiguração das várias identidades, embora impulsionada pelos valores da cultura européia. Nesta direção, lembramos que a mestiçagem está associada à dimensão política que visava aumentar a população da Metrópole, através do cruzamento do branco com o negro, dando origem ao nascimento do mulato. Pois, na teoria da época, o mulato daria suporte à continuidade do projeto de civilização nas colônias portuguesas na África, a ponto de Lessa e Ruffiê (1960) afirmarem que a formação do mestiço foi o único projeto verdadeiramente novo que existe nas raças humanas contemporâneas e, foi de fundamental importância para a fixação da civilização européia fora do território português. Na mesma direção, Moreira (1962) se refere os caboverdianos como sendo a expressão mais perfeita do luso tropicalismo no mundo, ressaltando que o caboverdiano é uma criação subordinada ao princípio da síntese das etnias, tendo resultado no caboverdiano português. Com isso, os caboverdianos foram “desde sempre um excelente vínculo difusor da cultura nacional, e devemos-lhe serviços inestimáveis no aportuguesamento da Guiné, de Angola e de São Tomé” (Moreira, 1962:19). Para Moreira, o encontro do branco com o preto em Cabo Verde, ambos isolados de seus grupos de nascimento, deu origem a uma síntese sem traumatismos que ainda não se encontra nos países que alcançaram um alto patamar de riqueza e poderio, neste caso, os EUA (grifo nosso). Procurando, ao que parece, valorizar o mulato, o autor afirma que os caboverdianos portugueses se encaravam como a elite imperial, tendo desempenhado importantes funções nas instituições públicas do estado Português. Neste caso, cremos que é preciso ter

consciência da assimilação da identidade portuguesa pelos caboverdianos, e que tal identidade deve estar sempre orientando os direcionamentos das trajetórias de vida desses indivíduos.

No segundo momento *Reivindicação da Independência (1956-1975)*, uma parcela da elite caboverdiana, em oposição à portuguesa, se atrela ao projeto político revolucionário do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) fundado em 1959, por Amílcar Cabral¹⁵ (foto 32), Aristides Pereira¹⁶ (foto 33), Luis Cabral, entre outros.

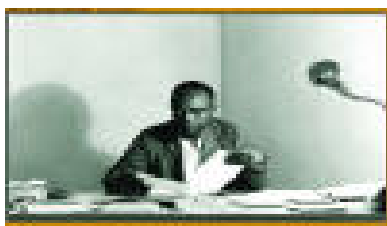


Foto 32 – Amílcar Cabral, líder do PAIGC entre 1959 a 1973, quando foi assassinado.
Fonte: Gru Free Documentation License



Foto 33 – No meio, Aristides Pereira, presidente entre 1975 a 1991, quando foi substituído na 1ª eleição democrática.
Fonte: Gru Free Documentation License.

Um marco importante de Amílcar Cabral que sempre destaca em sua filosofia é a crença na resistência contra o colonizador, a partir do conceito de liberdade do homem. Seu depoimento traz a seguinte convicção:

“Posso ter minha opinião sobre muitos temas, sobre a maneira de organizar a luta; de organizar um partido; uma opinião que se formou em mim, por exemplo, na Europa, na Ásia, ou ainda em outros países da África, a partir de livros, de documentos, de encontros que me influenciaram. Não posso porém pretender organizar um partido, organizar a luta, a partir de minhas idéias. Devo fazê-lo a partir da realidade concreta do país” (Freire, 1978)

No que diz respeito à independência das colônias portuguesas, Mendonça (2004) aponta para a importância da resistência, iniciada durante o processo de ocupação das terras, tendo ganhado força com a organização dos grupos nacionalistas, com o início da luta armada, o desgaste dos governos coloniais, bem como pelo processo de independência que vinha ganhando força no continente africano e que durou 33 anos. Nesse processo, Gana foi o primeiro país da África a se tornar independente em 1957, porém as ex-colônias portuguesas somente alcançaram a liberdade na década de 1970, advinda pela luta armada, que culminou com a Revolução dos Cravos em 1974. Conforme Mendonça, o que impulsionou o processo pela independência foi o sistema educacional implantado nas colônias pela Metrópole e, principalmente, o deslocamento de estudantes para estudar nas metrópoles, a fim de servir os

¹⁵ Nasceu na Guiné, em 12 de setembro de 1924, de mãe guineense e pai caboverdiano. Agrônomo, formado em Lisboa, em 1950, onde manteve contatos com vários estudantes africanos e, com eles articulou a luta pela libertação da África. O PAIGC manteve na clandestinidade de 1959 a 1963.

¹⁶ Nasceu no dia 17 de novembro de 1923, chefe de telecomunicações e político. Com a morte de Amílcar Cabral, assumiu o cargo de Secretário Geral do PAIGC, em 1973.

interesses dos colonizadores nas ex-colônias. Para Anderson (1989) a passagem do Estado Colonial para o Nacional se deve a esses deslocamentos e a tomada de consciência de outras realidades por parte de alguns nativos, considerados mais assimilados e qualificados a assumirem cargos administrativos em outras cidades ou colônias. Pois, ao vivenciarem outros produtos culturais, línguas, etnias e religiões, inicia-se o processo de construção da nacionalidade, que, segundo ele, vai dar legitimidade à vida política. Pois, a nacionalidade, assim como o nacionalismo são “artefatos” que uma vez criados, passaram a ser “modelos” para a construção da “nação” como uma comunidade política imaginada e soberana.

É neste contexto que Amílcar Cabral toma consciência da questão da nacionalidade, pois, nascido na Guiné, se deslocou a Cabo Verde para estudar e, de lá, parte para Lisboa, onde fez o curso superior em agronomia. O encontro com vários estudantes africanos o levou a articular a luta pela independência da África, tendo, posteriormente fundado o PAIGC. Além da resistência armada para alcançar a independência de Cabo Verde e Guiné, pregava o retorno às raízes africanas, o que consistia na africanização do arquipélago em todas as suas dimensões, começando pela criação de um estado binacional com a Guiné. Neste caso, o retorno às raízes pode pressupor o silenciamento e/ou esquecimento dos quadros de referências da identidade portuguesa, que se daria através da passagem da memória colonial à memória nacional, neste caso, a memória oficial. Embora não concordemos com a tese de Amílcar Cabral quando se trata do retorno às raízes, em detrimento do ocultamento das raízes portuguesas, é válido pensarmos que a fundação do PAIGC marcou o início de um movimento político sem igual para a história caboverdiana e para a África em geral. Esse movimento teve como representação a adesão de dezenas de caboverdianos a um projeto político, que, de certo modo, impulsionou o processo de independência de Cabo Verde, culminado em 1975.

A idéia de compreender a independência como um campo de interação entre as forças políticas nos possibilita entender a riqueza da dinâmica social na articulação das tensões e negociações presentes nas relações de poder. Pois, a consolidação da independência, ao contrário do discurso revolucionário, significou o alcance do ideário da reconstrução da nação, tendo, posteriormente, incluído Portugal e outros países na amenização da pobreza do arquipélago. Ao analisarmos o movimento pela independência dos anos 50, seus modos de circulação e reprodução na sociedade caboverdiana, é possível compreender como a elite intelectual reage à questão da identidade caboverdiana, período em que houve uma valorização do que entendiam ser a cultura africana. Assim, a geração de 50 busca na

maleabilidade da mestiçagem caboverdiana recuperar alguns elementos africanos, necessários ao atrelamento ao movimento pela independência, presente no continente africano.

Nesse cenário, a elite intelectual se reuniu em mesa redonda nas noites de 21 e 24 de julho de 1956, no Grêmio da cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, para buscar um entendimento viável sobre o perfil psicossocial do homem caboverdiano, tendo como parâmetro a posição do mulato em relação às raças consideradas inferiores no plano da antropologia. Esse grupo surge como força intermediária, pois, ao mesmo tempo que reconheceu as contribuições africanas na formação da nação, demonstraram a preferência de sangue português em nível genético e cultural, denominando os caboverdianos de “mestiços portugueses”, que segundo os escritos do Padre Labat, em 1730, são portugueses de três cores: “blancs, noirs e banzanés”, ou seja, branco, preto e moreno (Lessa e Ruffiê, 1960).

Esses intelectuais constataram que o caboverdiano apresenta em média 35% de sangue português e o restante de origem oeste-africana. Porém, Aníbal Lopes da Silva, chefe da missão seroantropológica, considerou que embora não se tenha constatado a predominância de sangue português, o caboverdiano é “um povo absolutamente integrado na civilização ocidental e é, e assim se considera absolutamente português pelo pensamento” (Silva, 1960: 95). Por outro lado, alguns debatedores ao focalizarem os estudos de Chevalier (1935), contrapuseram a predominância de sangue negro, afirmando que os caboverdianos têm na sua maioria sangue português, mas não pensam em português, à medida que são pouco empreendedores, se expatriam com facilidade e, mais facilmente regressam para Cabo Verde. Nesse ponto, é interessante focalizar a análise de Daniel Tavares (1960) quando afirma a questão da *aristocratização* na constituição da identidade do caboverdiano português. Para ele, o caboverdiano tem na sua identidade um elemento aristocrata na sua ascendência – o *português* – pois, orgulham-se de ser filhos ou netos de qualquer português, independente da sua origem, ou seja, “qualquer que seja a sua origem, é um aristocrata na família caboverdiana. Nós imitamos o europeu sob todos os pontos de vistas” (Tavares, 1960: 122). Para Tavares, ter um filho branco é a expressão máxima da aristocratização, pois é “a sua máxima aspiração, e esse desejo de ter um filho aristocrata pode enganar o indivíduo que cá aparece” (idem). Em síntese, a questão da africanização do arquipélago esbarra na mestiçagem, ou ainda, na reafirmação da identidade portuguesa em todas as suas dimensões, diferentemente da africanização do arquipélago em todas as suas dimensões, conforme o projeto do Partido Africano.

O terceiro momento *Cabo Verde Independente* (1975 até o século XXI) ocorre com a concretização da independência nacional, tendo ascendido ao poder o primeiro ministro Pedro

Pires e o presidente Aristides Pereira, ambos provenientes do PAIGC. Nesta fase, Cabo Verde e Guiné tiveram um estado binacional, o mesmo hino, o mesmo partido e uma bandeira quase em comum (fotos 34 e 35).



Foto 34 – Bandeira de Cabo Verde (1975-1991).
Cores vermelha, amarela e uma estrela negra,
Rodeada da coroa de milho do brasão
Arquivo: Jorge Candeia.



Foto 35 – Bandeira da Guiné (1975 até hoje).
Cores vermelha, amarela e uma estrela negra.
Arquivo: Jorge Candeia

Um dado importante é que durante o movimento pela independência, Cabo Verde recorre à Guiné para provar a legitimidade de suas raízes africanas, tendo exacerbado as semelhanças e um concomitante ocultamento das diferenças com o vizinho continente africano. No entanto, a análise da cena política mostra claramente que os governantes caboverdiano e guineense manipularam suas identidades nacionais durante o processo de independência, à medida que “lutavam contra um inimigo comum. No entanto a intensificação dos combates e a aproximação da vitória, em vez de reforçar os laços de solidariedade entre Guiné e Cabo Verde, geraram uma inflexão do projeto comum e da mobilização identitária” (Hirsch, 2007: 85). No entanto, as tomadas de posições divergentes ficaram mais tensas após o golpe de estado na Guiné em 1980, o que levou Cabo Verde a abandonar a unidade com a Guiné. Sendo assim, o PAIGC passou a se chamar Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV) em 1981. A partir daí, inicia-se a retomada dos discursos sobre a caboverdianidade que passaram a conviver com questões africanas. Ao que parece, o plano de unidade poderia desmoronar a qualquer momento, à medida que, enquanto Guiné mantinha fortes disputas internas, Cabo Verde, ao contrário, aproveitava das experiências históricas e políticas para trilhar sua própria estratégia no campo das relações internacionais, visando à superação da pobreza do arquipélago.

Com a primeira eleição pluripartidária em 1991, o PAICV sofreu a primeira derrota nas urnas, marcada pela vitória do opositorista Carlos Veiga do partido Movimento Para a Democracia (MPD). Nesse momento foi retomada a parceria estratégica com Portugal, através da reconstrução de um conjunto de laços sociais, culturais e, sobretudo, simbólicos. Assim,

foi substituído o hino nacional e a bandeira, símbolos esses considerados fortemente atrelados à filosofia do PAIGC, o que não ia de encontro à representação da memória e identidade nacional. Ao que parece, esta demanda política tentou resgatar a identidade do caboverdiano português, o que pressupomos certo desatrelamento de Cabo Verde da África, à medida que a bandeira de Cabo Verde (foto 36) assumiu novas proporções, somente comparada à da União Européia, conforme a foto 37.



Foto 36 – Atual bandeira de Cabo Verde (desde 13/01/1992). Cores azul, branca, vermelha e, 10 estrelas amarelas em forma de círculo. Arquivo: Antonio Martins.



Foto 37 – Bandeira da União Européia.

Com relação ao hino nacional (01), foi substituído por outro (02), em 1996, conforme as letras que se seguem:

Hino 01

Sol, suor e o verde e mar,
Séculos de dor e esperança!
Esta é a terra dos nossos avós!
Fruto das nossas mãos,
Da flôr do nosso sangue
Esta é a nossa pátria amada
Viva a pátria gloriosa!
Floriu nos céus a bandeira da luta.
Avante, contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir
Na pátria imortal
A paz e o progresso!
(repete as três linhas anteriores)
Paz e o progresso!
Ramos do mesmo tronco,
Olhos na mesma luz
Esta é a força da nossa união!
Cantem o mar e a terra
A madrugada e o sol
Que a nossa luta fecundou,

Hino 02

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.
Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverante
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cantico da liberdade
Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza

Neste contexto, podemos dizer que Cabo Verde rompeu definitivamente com a Guiné, pois o único detalhe que a difere da bandeira da União Europeia (UE) são duas listras brancas e uma vermelha, no sentido horizontal, insuficientes para ocultar a grande semelhança

que há entre elas. Além dos símbolos nacionais, outro reflexo dessa reaproximação com Portugal e a UE é o debate presente hoje no arquipélago sobre a integração de Cabo Verde à Europa, como sugere o artigo *Cabo Verde na Europa*? Essa adesão foi proposta pelo ex-presidente português Mário Soares, juntamente do ex-ministro do ultramar Adriano Moreira e despertou grande interesse no arquipélago, a ponto de alguns caboverdianos afirmarem que estaríamos dando prosseguimento ao nosso percurso geográfico, histórico e cultural, como veremos no próximo capítulo. No entanto, é possível afirmar que a memória do movimento pela independência permanece viva e é fortemente reconstruída pelos militantes que se organizam em várias partes do arquipélago, considerando-se cada militante um portador desse movimento. Assim, os novos elementos procuram se integrar nas releituras do partido africano ou nas lembranças dos militantes pioneiros, considerados os depositários da memória do grupo.

Barth (1978) aponta que a compreensão de um determinado grupo deve ser realizada a partir da atuação concreta dos indivíduos envolvidos na institucionalização da memória. Pois, dependendo da sociedade abordada, os atores sociais podem ser os grupos do processo, como também os indivíduos sem vínculos com a memória em disputa, nos quais seja possível perceber tomada de decisões, responsáveis por redesenhar um padrão de ações de organização social. Essa reflexão está direcionada para os processos decisórios, considerados momentos em que os indivíduos percebem conflitos por opções, ou seja, momentos em que são forçados a escolherem entre uma ou várias alternativas. A partir disso, é possível dizer que a escolha deve-se, em parte, a estímulos e constrangimentos a que os atores estão expostos e, dependendo da opção, não pode comprometer os direitos e deveres que constituem o status. Para Comissoli (2007) quando um ator se vê constrangido a fazer uma escolha, ele acaba por revelar status, direitos e deveres que formam seus vínculos com a sociedade, ao mesmo tempo em que procura resguardar seus interesses, maximizando seus valores. Para o autor, maximizar valores acarreta perpetuar esses valores, isto é, alcançar aquilo que o ator considera ganho e minimizar as perdas, ou as chances de perda. Portanto, em consequência de se exporem à necessidade de tomar decisões, os indivíduos procuram proteger seus interesses, minimizando perdas, maximizando ganhos, enfim, concretizando valores.

Cremos que é por meio desses recursos “perda”, “ganhos” e “status” que podemos reconstruir a trajetória da elite caboverdiana e, conseqüentemente, perceber a memória em disputa que envolve as opções políticas que perpassam a identidade nacional, ou ainda, as diversas identidades assumidas, não só pelos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro, mas também, pelos caboverdianos residentes no arquipélago. Desse modo, a memória e a

identidade se apresentam como espaço em disputa pelas forças políticas nas quais se articulam o poder, a cooperação e o atrito da reconfiguração social. Portanto, o desenrolar da historiografia caboverdiana vem demonstrando a afirmação de valores sociais e culturais que se apresentam de forma conflitante, impulsionados pelas várias fases da trajetória da história nacional. Neste processo está implicada a construção de uma nação de cunho mestiça, com forte capacidade de diálogo com o mundo, a partir de uma situação propícia a diálogos convergentes e de interdependência com outros estados. Os domínios dos discursos centrados no presente com dados do passado apontam para valores de caráter coletivo, assumidos por governantes e pelos imigrantes, bem como pela população em geral. O fato de podermos falar de uma pluralidade de identidades tais como caboverdiano, africano, português, brasileiro, cabo-brasileiro, ou, uma mistura desses elementos, tornou comum os imigrantes caboverdianos focalizarem nos seus relatos características nativas como símbolo da unidade nacional.

Em um Rio de Janeiro marcado pela diversidade sociocultural, essas características nativas são reconstruídas em conformidade com a sociedade de origem, cujas bases multifacetadas proporcionam certa estabilidade da identidade nacional. Neste sentido, o imigrante é aquele que melhor vivencia a possibilidade de ser ou não ser brasileiro; de ser ou não ser português; de ser ou não ser caboverdiano, de ser ou não ser africano. De fato, tais possibilidades adquirem variações no decorrer das narrativas orais quando procuramos elucidar o modo como esses indivíduos se identificam. O que primeiro se destaca nas falas é o trabalho de seleção das posições identitárias que agem em função das trajetórias históricas reconhecíveis no processo de institucionalização da memória coletiva. Neste caso, a Sra. Aida Gote (foto 38), 69 anos, imigrante de 1960, afirma que: “como caboverdiana e brasileira também, porque tenho mais tempo do Brasil do que de Cabo Verde, a saudade não muda, a gente chora muito, é muita saudade quando morre um caboverdiano, a gente chora igual à nossa terra também” (entrevista de 2007).



Foto 38 – Aida Gote, 48 anos no Rio de Janeiro. Retornou a Cabo Verde em 1997. Arquivo: Artur Bento.

O que procuramos destacar nesta entrevista são as relações entre os produtos culturais, associados ao projeto coletivo, e que merece atenção no âmbito da coesão, permanência e transmissão da memória “institucionalizada”, considerada por Costa (1997) como um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. Ela situa a instituição como marco histórico de criação social, cultural e de acontecimentos que marcam as relações entre os indivíduos, visto estar associada a agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais, que envolve uma construção social e histórica, preocupados em seu processo instituinte com o controle social, através do estabelecimento de “regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de manutenção dessa ordem” (Costa, 1997:82).

Como resultado da consciência da construção histórica das identidades, a Sra. Ana da Silva, (foto 39), 72 anos, imigrante desde 1960, ao ser perguntada como se identifica, afirma que: “eu identifico como uma brasileira porque sou naturalizada, e caboverdiana porque mesmo que eu não quero falar que sou caboverdiana, as pessoas conhecem pelo meu sotaque, então eu me identifico como caboverdiana também” (entrevista de 2007).



Foto 39 – Ana da Silva, 48 anos do Rio de Janeiro. Nunca retornou a Cabo Verde. Arquivo: Artur Bento.

Notemos que a identidade atual faz parte de uma nova forma de se perceber como caboverdiana, que se constitui por meio de dois elementos fundamentais – o cruzamento de elementos caboverdianos e brasileiros – que se passa pela absorção das experiências da vida cotidiana, constituídos pelo entrelaçamento das relações sociais potencializadas pela experiência migratória. Ainda com relação às identidades, o Sr. Manuel Gote, 76 anos,

imigrante de 1956, em seu depoimento a respeito da imagem de caboverdianos como portugueses pretos, ele conta que:

Porque naquela época, nós os caboverdianos éramos portugueses, a nossa carteira de identidade é português mesmo; meu cunhado que faleceu, ele era conhecido onde morou por português preto; ele era dono de uma mercearia lá em Santa Tereza; Porque naquela época não tinha Cabo Verde, mas sim Portugal, depois é que tornou Cabo Verde independente; ninguém sabia falar de Cabo Verde, que lugar é esse! Ninguém conhecia, agora Cabo Verde é conhecido no Brasil (entrevista de 2007).

Ao ser perguntado se reconsidera caboverdiano, africano, português ou brasileiro, o entrevistado aponta que:

Eu sou caboverdiano, Cabo Verde minha pátria, eu nunca esqueço da minha infância, não dá para esquecer não; agora, eu tenho mais tempo do Brasil que de Cabo Verde, eu cheguei aqui com 27 anos, estou com 76, aí, é isso aí, eu gosto do Brasil, assim como eu gosto de Cabo Verde também, Cabo Verde está aqui no coração, gosto de Cabo Verde assim como gosto do Brasil, agora não tenho como falar da África não (idem).

Com relação a África, a maioria dos entrevistados disseram não terem conhecimento de questões que dizem respeito aos africanos, à medida que saíram de Cabo Verde como caboverdianos portugueses. A um primeiro olhar, são esses elementos relacionados à identidade de um caboverdiano português, que são redefinidas quando se relacionam com a sociedade brasileira e suas instituições. Assim, não se observa dados sobre o cenário africano, pois, o que eles conhecem é o que a maioria das pessoas sabem: doenças, conflitos étnicos e religiosos, instabilidade política – tudo isso – surge em oposição à estabilidade política, social, cultural e religiosa do país de origem. De fato, esse processo prioriza a identidade mestiça nacional em sua busca por diferenciar-se das populações de países africanos. Assim, os imigrantes firmam nas lembranças uma identidade ligada ao período colonial e, posteriormente, à independência e a eminente separação de Cabo Verde da Guiné. Diante desta narrativa de silenciamento, Silva (2002) informa que o lembrar caminha lado a lado com o esquecer, ou seja, a memória tem como função lembrar e/ou esquecer. Porém, ressalta que algumas instituições procuram construir uma memória oficial que realiza um recorte social de acontecimentos a serem esquecidos, por serem identificados como marcos de um passado que compromete a memória nacional.

Considerando a teoria que norteia o lembrar e o esquecer, Pollak (1989) elucida que o silêncio tem, por vezes, razões muito complexas, e, algumas vezes, às causas políticas somam-se as causas pessoais e sociais. Daí a versão do lembrar e esquecer se fundamentar no caráter seletivo da memória. Portanto, nem tudo é lembrado, ou então, fica o que é significativo para o grupo social. Sendo assim, “em face de uma lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas

vítimas que compartilham essa mesma lembrança comprometedora, preferem, elas também, guardar silêncio” (Pollak, 1989: 6). Nesta direção, pressupomos que o silêncio elucidado nos relatos de caboverdianos pode significar uma estratégia de defesa para guardar a memória de um “branqueamento social” advindo com a instauração da República em 1910, através do ensino da língua portuguesa, percebida como positiva pelos caboverdianos, através de “um mínimo cultural compartilhado”, segundo Fernandes (2002). Este autor ressalta que esse mínimo cultural compartilhado poderia facilitar o branqueamento social e a mobilidade vertical. Pois, a ascensão na hierarquia social com base na consaguinidade européia cedeu espaço ao compartilhamento de uma cultura comum, moldada e disseminada pela educação. Assim, os caboverdianos tentaram detonar uma espécie de “malformação congênita” a herança negra. De fato, o negro passa a ser aquele que não logrou assimilar-se à cultura nacional” (Fernandes, 2002: 222). Noutras palavras, o branqueamento social estava associado à assimilação de valores portugueses, isto é, de uma conversão à civilização européia, através do afastamento de tudo que pudesse se remeter à África. Assim, o processo para se tornar “mestiço” ou “crioulo”, nos remete a deixar de ser “negro”. Neste âmbito, a elite intelectual caboverdiana se apresenta como mediadora junto às autoridades coloniais, em substituição aos morgados, tendo papel fundamental na disseminação da cultura portuguesa e na formatação da identidade nacional caboverdiana. Para Anjos (2002) esse grupo provem de duas estruturas sociais, a saber: não-brancos, que por meio da emigração e educação se encontravam em fase de ascensão, e, o proveniente de famílias brancas decadentes, que investiam na educação para tentar conquistar cargos no funcionalismo, seu último recurso. Fica claro, que ambos provieram de famílias pobres, que, de certa forma, vieram a moldar a sociedade caboverdiana, onde a raça não faz parte da *pauta governamental* ¹⁷, à medida que todos estão ancorados no mesmo fundo mestiço (branco, preto e mulato).

Digamos que a mestiçagem é percebida como positiva em Cabo Verde, o que significa para determinados autores que superamos a questão racial e, conseqüentemente, o trauma do período escravocrata. É interessante ressaltarmos que é comum famílias caboverdianas darem à luz filhos de cores branca, preta e mulata. Além disso, não esquecendo que à medida que o negro ascendia socialmente, ele passava à categoria de “branco”. Neste âmbito, considerando a memória e a identidade como um processo em disputa, envolvendo valores, sentimentos e

¹⁷ Olívia Hirsch, pesquisadora brasileira, relata que ao procurar dados sobre a composição racial em Cabo Verde, em 2007, junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE) se surpreendeu quando perguntou a uma funcionária sobre a composição étnica/racial, o que tornou motivo de debate na sala, até que retrucaram: “como composição racial se somos todos mestiços? Embora o censo de 1970, período colonial, tenha chegado a apontar tal fato. A surpresa se deve ao fato de ser uma pergunta comum que se faz no Brasil.

interesses, parece também que o silenciamento está relacionado à harmonia dos grupos em presença, dando origem a uma identidade própria, que os distanciam, em parte, de suas raízes etno-culturais. Por outro lado, o ocultamento e/ou a perda da identidade africana pode estar atrelado ao trabalho da elite caboverdiana nas ex-colônias ultramarinas na África, no sentido de vigiar, informar e punir os nativos, acirrando o distanciamento. Portanto, o não lembrar só interessa aos atores sociais envolvidos nestas referências identitárias.

Ao nos referirmos à identidade na segunda geração de imigrantes caboverdianos, a maioria se diz brasileiros com características culturais caboverdianas, elaboradas na convivência com os imigrantes pioneiros. Neste ponto, a Sra. Otávia Ramos, 43 anos aponta que: “sou brasileira nata porque nasci no Brasil, mas sou as duas coisas, mais brasileira, mas caboverdiana também; eu sempre falo isso, que eu tenho duas pátrias, Brasil e Cabo Verde; sou brasileira, mas carrego o sangue e os sentimentos caboverdianos” (entrevista de 2006). O depoimento do Sr. Carlos Alexandre circunscreve nos seguintes dizeres: “eu me considero brasileiro, mas no fundo eu tenho um pouquinho de caboverdiano; considero-me uma pessoa muito bem adaptada ao Rio de Janeiro, eu gosto muito daqui, sem falar de Cabo Verde também” (entrevista de 2006). Na mesma direção, a Sra. Neusa Oliveira, 44 anos, presidente da Associação também evoca essas duas pátrias que repete da seguinte forma: “eu me identifico como brasileira; eu nasci no Rio de Janeiro, minha mãe é caboverdiana e meu pai é brasileiro, mas eu me identifico também como caboverdiana, eu falo que Cabo Verde para mim é a minha segunda pátria; a minha base é brasileira, mas eu gosto dos hábitos de Cabo Verde (entrevista de 2007).

Na verdade, embora exista certa predominância de elementos brasileiros na configuração da identidade, os produtos culturais de origem caboverdiana também funcionam como fontes de referências. Assim, como os imigrantes, a descendência não faz referência a questões africanas. De qualquer forma, para captarmos a identidade de um grupo, devemos compreender o processo de produção das identidades, inseridas no contexto das relações sociais e das lutas sociais para impôr um determinado modelo. Sendo assim, acreditamos estar aí, nesse entendimento não-linear da caboverdianidade, relacionada aos elementos culturais que se territorializam no Rio de Janeiro. Trata-se da reconstrução da identidade nacional, abarcada por uma outra identidade nacional, ou por outras identidades culturais com as quais o grupo se identifica. Entretanto, não se observa a busca de traços estritamente caboverdianos e nem a reivindicação de uma memória histórica, mas a reconstrução da identidade, a partir dos laços com a cultura brasileira. Fica claro que as identidades assumidas pelos imigrantes caboverdianos: caboverdianos/brasileiros; portugueses pretos; caboverdianos/portugueses ou a

mistura de todos esses elementos, permite-nos visualizar os três momentos já descritos no “modelo explicativo das elites” na construção do nacional. Essa pluralidade identitária veiculada nas narrativas se conjuga com o processo de mestiçagem, e aos vários símbolos oficiais, neste caso, bandeiras e hinos nacionais, a que foram expostos ao longo das suas vivências, tendo assimilado os conteúdos como opcional e relativa.

De fato, entre os caboverdianos não se observam barreiras raciais, mas uma clara representação do africano, isto é, “nós” caboverdianos e “eles” africanos; ou ainda, “nós” isolados pelas ondas imensas do oceano e “eles” dentro do continente africano. Neste sentido, o que aparece com força nas narrativas orais, não é a questão étnico-racial, mas as referências culturais, ou seja, os valores, os hábitos, os costumes e os rituais, que retratam Cabo Verde como produto de uma grande mistura. Sendo assim, percebemos uma transição do caboverdiano português, cujo trânsito produz o caboverdiano brasileiro ou o caboverdiano. Nesta visão, Taylor (2000) focaliza que a identidade é sempre vista como uma compreensão de quem somos, a partir das características culturais, associadas à auto-percepção de um grupo, de sua história enraizada num certo contexto.

Retomando o momento de Cabo Verde Independente (1975 até o século XXI), salientamos que entre o caboverdiano português e o caboverdiano independente, interpõe a fundação de um novo Estado pelo Partido Africano, que delineou as bases da identidade oficial, impondo símbolos nacionais em substituição aos do estado português. Porém, com a independência, Cabo Verde já havia construído uma identidade singular, cujos valores nacionalistas estavam completamente solidificados, o que guarda relação com o fato de que em torno do projeto de unidade com a Guiné Bissau, foi tomada com certa cautela e desconfiança pela população em geral. Os mecanismos responsáveis pela desconfiança não excluem a África, porém, os caboverdianos têm consciência da predominância dos valores europeus em torno da coesão moral, social, cultural, política e cristã como raízes fundamentais da identidade caboverdiana. Ainda no sistema da produção da identidade caboverdiana é mais convincente pensarmos em alteridade, quando se trata desse fenômeno social. Com certeza durante o período Cabo Verde Colônia Portuguesa (1400 a 1975), o “outro” desse território insular era tudo o que fosse “estrangeiro”, inclusive os “africanos” que pertenciam a outras fronteiras territoriais. Assim, refutamos a teoria da imposição da identidade portuguesa e ao uso dos caboverdianos na propagação do império português nas demais colônias ultramarinas, idéias essas que carecem de um estudo mais aprofundado. Acreditamos que além dos portugueses pensarem a nação caboverdiana, coube aos

caboverdianos o discernimento e a demarcação de suas fronteiras, elementos que independem da posição das elites na construção do estado.

Tal modelo derruba o suposto *conflito de identidade*, subentendido nalguns trabalhos de pesquisadores estrangeiros, como, por exemplo, o de Mourão (2006) quando afirma que enquanto os guineenses afirmam sua identidade africana, os caboverdianos a negam, ressaltando a construção histórica com a Europa. Outro dado diz respeito à idéia de que os caboverdianos podem ser considerados indivíduos de “identidades ambíguas”, pois mesmo sendo africanos, afirmam uma identidade europeia” (Mourão, 2006: 71). Além disso, nos opomos a uma antiga visão do *caboverdiano racista*, que, supostamente estaria negando a *identidade africana*, quando admite a *identidade portuguesa, atlântica* ou plural, derivada do entrecruzamento de culturas diferentes, bem como do distanciamento geográfico dos continentes Africano e Europeu que lhes deram origem. Entretanto, nessa mesma visão não se percebe o quanto racista ela se constitui, quando pretende silenciar as *raízes portuguesas*, ou, melhor, de maioria europeia. De modo distinto, partimos do pressuposto que o campo onde a ação da memória é materializada constitui-se de uma dinâmica e existência própria que lhe é intrínseca, coexistindo o individual e o coletivo, a curta, a média e a longa duração, estabelecendo seus *elos* numa constante interconexão. Pois, apesar dessa multiplicidade de identidades, a disputa das elites pela memória oficial permanece como parâmetro para a reconstrução da nação, a partir das demandas do presente. Essa memória em disputa congrega os aspectos em conflitos da memória integralista que ora rumam à Europa, ora se declaram atlânticos e, em outras se dizem africanos. Enquanto essa demanda não for resolvida, a identidade plural mostram a sua força em torno de uma identidade de mestiçagem nacional.

5.3. INTELECTUAIS, PODER, IDENTIDADE E O DILEMA: EUROPA, ÁFRICA OU ATLÂNTICO

No artigo de opinião, “A integração de Cabo Verde na Europa”, Moreira (2005), ex-ministro do ultramar, destaca alguns aspectos necessários à abertura de um processo de adesão de Cabo Verde na União Européia, tais como: a construção da identidade cultural a partir de valores comuns aos europeus e a síntese mais bem sucedida das culturas tendo em conta o multiculturalismo derivado do cruzamento entre brancos e negros. Para o autor, no conjunto dos países que se tornaram independentes, Cabo Verde embora limitado de recursos é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor das obrigações internacionais, confiável se atendermos aos critérios que orientam a administração dos EUA. Além disso, no campo de uma política comum de segurança global, não é possível um modelo de organização dos Atlânticos Sul e Norte sem incluir Cabo Verde no processo, devido a sua posição geoestratégica entre os continentes Europeu, Africano e Americano, devendo Cabo Verde assumir um papel de relevância fundamental no diálogo com a África, o que representa uma mais valia para a União Européia.

Neste âmbito, em março de 2005, intelectuais portugueses, apoiados por Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, assinaram uma petição, reafirmando a proposta de adesão de Cabo Verde à União Européia, tendo aconselhado Adriano Moreira e o ex-presidente de Portugal Mário Soares a darem início às negociações com a União Européia em Bruxelas. Tal proposta foi bem recebida pelo Governo de Cabo Verde que se fez representar no Colóquio da Sociedade de Geografia de Portugal, pelo Embaixador Dr. Onésimo Silveira, além da presença de várias entidades portuguesas como Silvério Marques, ex-governador de Portugal em Cabo Verde. Assim sendo, Moreira e Soares passaram a se considerar os padrinhos da proposta de adesão, entendendo que Cabo Verde reúne condições políticas para ser uma ponte entre África e Europa. Conforme esses políticos, a distância não é um fator tão necessário nesse processo, à medida que o país tem se empenhado em dar prosseguimento aos valores europeus, além da busca pelo estreitamento dos laços históricos com a Europa, especificamente com Portugal.

Em meio às discussões sobre a proposta de adesão, os caboverdianos buscam empreender um discurso a “favor” ou “contra”. Os que se pronunciam a “favor” enxergam as possíveis vantagens provenientes do maior investimento externo e, conseqüentemente, o rápido desenvolvimento econômico do arquipélago, bem como a livre circulação de pessoas e bens na Europa. Os que teorizam “contra” afirmam que o processo ideológico que levou a

independência é incompatível com a possibilidade de regresso à Europa. Neste sentido, Almada (2006), ao analisar o depoimento a “favor”, afirma que esses indivíduos “viram na hipótese de adesão uma excelente oportunidade de, definitivamente, erradicar dos caboverdianos a mania (de alguns) de serem ou quererem ser africanos! E, por isso mesmo, quiseram agarrá-la com ambas as mãos” (Almada, 2006: 37). Para ele, parece que os caboverdianos pretendem se integrar definitivamente à Europa e desdenhar da África. Porém, a adesão à Europa implicaria dois processos: Cabo Verde abandona a União Africana e a União Europeia caso aceitasse Cabo Verde como Estado-Membro, implicaria na modificação dos Estatutos Europeus.

Ocorre que no jogo das tensões políticas, as autoridades caboverdiana e portuguesa tiveram que explicar à opinião pública que a proposta de adesão é inviável, à medida que Cabo Verde não faz parte das *Regiões Ultraperiféricas (RUP)*¹⁸ *Adjacentes da Europa* e, consequentemente, não é território europeu. A não ser que os caboverdianos quizessem abandonar a África! No entanto, em 2006, o Governo de Cabo Verde elaborou o “Projeto de Parceria Reforçada com a União Europeia”¹⁹, entendida como um complemento à cooperação existente no âmbito do Acordo de Cotonou ACP/EU, com base nos seguintes princípios: reconhecimento que a Europa sempre foi, historicamente, o principal parceiro econômico, comercial e financeiro de Cabo Verde; a Europa teve um papel determinante na constituição da sociedade caboverdiana, tendo em conta a prevalência de fortes laços humanos e culturais; a Europa reconhece a consolidação de um Estado de Direito democrático e os interesses e desafios comuns com a política de vizinhança geográfica quanto da múltipla proximidade acima referida; e, finalmente, a presença significativa no território da UE, de comunidade caboverdiana, ou de origem caboverdiana, cujo total se estima cerca de 45% da população residente nas ilhas. Nesse projeto, o Governo considerou como áreas prioritárias a serem negociadas com a União Europeia: segurança e luta contra o crime organizado; estreitamento das relações com as RUP entre outras. Ressaltamos que a cimeira das RUP no Funchal, em outubro de 2007, contou pela primeira vez com a presença de um chefe de governo caboverdiano, tendo salientado em sua declaração final que apoiam o aprofundamento das suas relações com Cabo Verde e que isso se inscreve no quadro da “política de grande vizinhança europeia, tendo este relacionamento por base os mecanismos de cooperação que a

¹⁸ Madeira e Açores (Portugal), Canárias (Espanha) situados na Costa Ocidental da África, assim como Cabo Verde, todos fazem parte da macaronésia, mas não aderiram à independência de seus territórios. Também fazem parte das RUP (Martinica, Guadalupe, Guiana e Reunião).

¹⁹ Projeto de Parceria Reforçada com a UE- Anexo ao PIN 10 FED (PE), 29-nov-2007; disponível no site do governo caboverdiano www.gov.cv

União coloca à disposição das RUP, nomeadamente o programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias, recentemente aprovada pela Comissão no período 2007-2013, avaliado em 20 milhões de euros” (Jornal Asemana, 2007: 4).

No dia 25 de outubro o chefe de governo José Maria Neves encontrou com os políticos portugueses, Durão Barroso, presidente da UE e, José Sócrates, chefe do governo, para tratarem da questão da parceria, tendo em atenção o apoio concedido pelas RUP. Além desses, Neves encontrou-se com “Mário Soares, Adriano Moreira, Freitas do Amaral e Silvério Marques, personagens do mundo político, acadêmico e empresarial que formam o lobby de Cabo Verde em Portugal, na busca de melhores relações com a Europa” (Jornal Asemana, *idem*). Enfim, o fato de Portugal presidir a UE, em 2007, foi um fator positivo para Cabo Verde, à medida que procuramos imprimir a nossa diplomacia em prol do desenvolvimento do arquipélago, tendo em conta os fortes laços entre os dois países.

Após uma série de trabalhos com a União Europeia, em 19 de novembro de 2007, o Conselho de Ministros de Assuntos Gerais e Relações Exteriores da União Europeia aprovou o documento intitulado “Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde”²⁰. Nesta comunicação, a União Europeia esclarece que se trata de um processo de inovação e renovação das relações entre Cabo Verde e a União Europeia, além da vontade política das ilhas em sair do paradigma de relação doador-beneficiário. Outros aspectos fundamentais associados à Parceria Reforçada consistem em: reforço do diálogo político entre Cabo Verde e a União Europeia, tendo em conta que a aproximação visa intensificar as relações e aumentar a integração entre as RUP e este arquipélago; promoção e defesa de um quadro de interesses comuns, nomeadamente no que diz respeito a segurança, a luta contra os tráficos ilegais (droga, imigração clandestina etc.), devendo Cabo Verde participar enquanto parceiro numa cooperação policial e judiciária reforçada com a Europa; integração de Cabo Verde na dupla perspectiva Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e das Regiões Ultraperiféricas (RUP) Adjacentes da Europa; implementação de normas, regras e práticas de convergência nos mais variados domínios da vida económica, administrativa e social; Cabo Verde pode vir a fazer parte de outras políticas e programas da União Europeia, nomeadamente nos domínios cobertos pelo Plano de Ação, como, por exemplo, a luta contra a pobreza; a modernização de Cabo Verde através da convergência técnica e normativa, além da transformação do país em sociedade do conhecimento.

²⁰ Intervenção do MNEC após aprovação da Comunicação-Parceria CV-UE pelo CAGRE, 29-nov-2007; [SEC (2007) 1415], disponível no site do governo caboverdiano www.gov.cv

Em 23 de maio de 2008, a União Européia e Cabo Verde celebraram em Bruxelas a primeira reunião ministerial, visando analisar a aplicação do plano de ação contemplado na parceria e, por outro lado, fazer uma espécie de “road map”, ou seja, roteiro do diálogo político. Além disso, em 05 de junho de 2008, representantes de Cabo Verde e da UE assinaram a “Declaração Conjunta sobre a Parceria para Mobilidade”, conforme o jornal de Notícias (2008). Neste acordo, foram estabelecidos os seguintes princípios: os caboverdianos que vivem na Europa podem se deslocar a Cabo Verde por algum tempo, sem receio de não poderem voltar, (pressupomos clandestinos); permissão de caboverdianos irem sazonalmente desempenhar tarefas em países europeus; integração dos emigrantes caboverdianos nos Estados-Membros; Cabo Verde se compromete a trabalhar para o reforço do controle dos *fluxos migratórios clandestinos*²¹ da África para a Europa; desenvolvimento de medidas operacionais que facilitarão o deslocamento de caboverdianos para Europa e vice-versa.

De fato, as relações entre Cabo Verde e a Europa estão fundamentadas na questão da identidade nacional mestiça, percebida como positiva, à medida que favorece a unidade da nação em torno de valores europeus. Essa visão valoriza uma história compartilhada entre os países, além dos interesses e desafios comuns no âmbito da segurança global. Fica claro também que o país desenvolveu sua trajetória política, trilhando projetos nacionais e internacionais que beneficiam o arquipélago. cremos que uma eventual adesão de Cabo Verde à Europa implicaria no remanejamento da nacionalidade, a partir de um novo olhar sobre a reconfiguração dos “estatutos europeus”, o que poderia implicar na aceitação de Cabo Verde como Estado-Membro e, não como país adjacente a Portugal como é o caso das RUP. Embora, atualmente, o exercício do poder dos estados no âmbito internacional seja limitado pelas superpotências e pelo multilateralismo em prol de uma defesa comum, isto indica que nenhum estado pode desenvolver sua política de segurança sem levar em conta as alianças militares de caráter supranacional como a NATO.

Cada vez mais atraído pela reconstrução da memória e identidade caboverdiana, verificamos o quanto a miscigenação produz a caboverdianidade em prol de um discurso nacional de distinção da África, com vistas a maior aproximação com a Europa, o que fez

²¹ Cabo Verde tenta combater a imigração clandestina de africanos vindos do Senegal, Guiné-Bissau e Gana, atraídos pelo bom desempenho da economia e a estabilidade política do país. Além disso, este país tem sido um dos pontos preferidos no transporte de pequenas quantidades de cocaína escondidas em solas de sapato, fundos de bolsa etc. Neste foco, o chefe do governo José Maria Neves lembra que o programa Frontex, criado em 2004 pela UE, tem permitido o controle de nossas águas e fronteiras marítimas. Contamos, também, com a colaboração dos EUA, que nos enviam barcos. Há pouco tempo, estive nas ilhas um submarino da Marinha americana. Portugal tem nos ajudado, enviando navios para patrulhar o arquipélago e, no momento, temos à nossa disposição um avião cedido pela Espanha. Cf. NEVES, Maria José. *Nossa segurança é a da Europa*. In: *Jornal O Globo. Tranpolim africano para a droga na Europa*. Brasil, 13 de janeiro de 2008, p. 39.

durante a maior parte da sua história. Trata-se justamente de um processo contínuo de aproximação, à medida que surgem novas gerações de caboverdianos que não suportam a fixação de uma identidade étnica, pois que esta não contempla em sua base os processos da mestiçagem. Assim, a identidade nacional mestiça é formada, entre outras coisas, pelos fatos que os indivíduos acreditam ter feito parte da sua memória histórica. Neste contexto, a “Parceria Reforçada” reconheceu o papel da multiplicidade de territórios que conformam a identidade caboverdiana.

Por outro lado, essa parceria resgata reflexões sobre o conceito de território desenvolvido por diversos autores. Cada autor, dependendo da abordagem teórico-metodológica, dá ênfase a alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto econômico, político e cultural, seja o entrelaçamento desses fatores para explicitar o conceito e a dinâmica do espaço social. Raffestin (1986) em seus estudos sobre território, analisa o caráter político e o conceito de espaço geográfico, entendido como substrato, um palco pré-existente ao território. Para ele, o território se forma a partir do espaço como “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um projeto) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstrato, o ator territorializa o espaço” (Raffestin, 1986:143). Sendo assim, a territorialização humana, isto é, os laços com o território podem ser definidos como um conjunto de relações desenvolvidas por um grupo social no espaço e a sua exterioridade e/ou alteridade por meio de mediadores.

Considerando as diversas abordagens sobre território, Haesbaert (1997) interpreta este conceito a partir de três vertentes: a) jurídico-política: o território consiste num espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente, de caráter estatal; b) cultural: priorizando as dimensões simbólica e subjetiva, o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social; c) econômica: destaca a perspectiva material e concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. Conforme explica o autor, no panorama atual da globalização, que tende a fragmentar as culturas e os estados nacionais, surge uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona; os territórios-rede; os aglomerados de exclusão. Nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. No entanto, esses três elementos não são excludentes, mas “integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções” (Haesbaert, 1997: 38).

De acordo com os conceitos expostos, observa-se um vetor político-administrativo sobre a questão do território, espaço físico onde se localiza uma nação, isto é, um espaço onde se limita uma ordem jurídica e política, medida pela projeção do trabalho humano. Um outro vetor focaliza a apropriação simbólica, marcada pelas relações de poder exercidas individual ou coletivamente. Poder e território, embora prevaleçam à autonomia conceitual, o poder é relacional, pois está inscrito em todas as relações sociais. Portanto, a territorialidade se refere às práticas sociais e simbólicas que garantem a apropriação do espaço físico. Assim, o território além de ser concebido como domínio físico, pode ser apropriado pelo imaginário social e, neste sentido, se torna relacional, identitário e afetivo. Nesta perspectiva, McGrew (1992a) informa que o Pós-Guerra Fria, entendido como declínio dos blocos militares construídos em torno das superpotências e, da percepção social do caráter global dos novos desafios impostos pelo aperfeiçoamento da tecnologia bélica, constitui um indicador da transformação das alianças militares, à medida que fortaleceu a NATO e envolveu a Rússia em operações conjuntas como na guerra dos Balcãs. Para Castells, tais alianças “já não são fundamentadas na hegemonia das superpotências, mas na vigilância conjunta de uma nova ordem mundial abalada, visando evitar potenciais ameaças, imprevistas ao sistema” (Castells, 2003: 317).

Para ele, a nova ordem de defesa e segurança está associada à proteção global sobre possíveis ataques, provenientes da banalização das tecnologias de guerra, fornecidas por várias redes de comércio mundial. Os estados se vêem envolvidos em negociações que assumem formas diferentes, à medida que a destruição em massa pode ser iniciada por mísseis e ataques aéreos à distância, desde que os obstáculos forem mapeados por satélites e apagados através de mecanismos eletrônicos. Castells aponta que se o estado estiver disposto a defender seu povo de um possível ataque externo, o armamento deverá ser constantemente atualizado, implicando custos elevadíssimos na compra e treinamento de profissionais especializados em guerra. Além disso, “a própria natureza da nova tecnologia militar requer a manutenção de um exército profissional, cujas unidades detenham conhecimentos avançados para manipular armas semi-automáticas e sistemas de comunicação” (Castells, 2003: 318).

Neste sentido, a grande missão que se aponta aos estados são as negociações multilaterais que visam contornar os eventuais problemas surgidos com a nova ordem internacional. Sobre o multilateralismo, Rowlands (1992) alerta que este fato enfraquece a capacidade de autonomia dos estados quando se trata da resolução de problemas que afetam o sistema global, colocando em xeque a legitimidade e o poder dos estados. Pois, a incapacidade dos estados lidarem com o crescimento do terrorismo, do comércio ilegal de

armas e novas tecnologias vai cedendo lugar à defesa de uma cidadania global que busca opinar sobre as grandes questões. Para Folk (1995), esta nova identidade vinculada à sociedade civil tem um papel importante no questionamento dos princípios lógicos que fundamentam a existência do estado-nação.

Segundo Castells, o que se observa não é a partilha da soberania na gestão das principais questões econômicas, ambientais e de segurança, mas o entrincheiramento dos estados-nação como resposta à complexidade das instituições políticas. Apoiado nesse ideal, o autor afirma que o resultado desse processo não é o fortalecimento dos estados-nação, mas sim a erosão sistêmica do seu poder em troca de sua permanência. Isso acontece porque os ininterruptos processos de conflitos, alianças e negociações vêm fragilizando as instituições internacionais, que se demonstram “cada vez mais ineficientes, de forma que grande parte da sua energia política é mais gasta no processo do que no produto. Isto reduz substancialmente a capacidade de intervenção dos estados, incapazes de agir por conta própria e paralisados nas tentativas de agir coletivamente” (Castells, 2003: 325).

O discurso que legitima a Parceria Reforçada entre Cabo Verde e a União Europeia se sustenta na visão global de segurança e de defesa de interesses comuns, visando uma mais valia para o arquipélago. Essa parceria pretende inserir o país nas grandes questões que afetam a humanidade, desde a proteção do meio ambiente; a não aquisição de programas para a fabricação de armas nucleares; a luta contra o crime organizado, o terrorismo, a imigração ilegal e o combate à pobreza. A definição da parceria passa por um conjunto de negociações de gestão nacional e global, elaborado a partir do consentimento das forças políticas que representam interesses e desafios comuns. Essa inserção global contempla as vantagens de Cabo Verde vir a ter acesso a novos espaços da União Europeia, inclusive às redes econômica, política, social, cultural e tecnológica. Quanto mais o país alargar os horizontes dentro do espaço europeu, maior será seu desenvolvimento, bem como a partilha de poder e soberania nacional. Além disso, traz à luz maior comprometimento com a África, principalmente, com o CEDEAO, como suporte de diálogo entre a África e a União Europeia em busca de melhores parcerias que beneficiam ambos os continentes. Isso nos chama a exercer o papel de mediadores entre os dois continentes, a partir do entendimento de que a mestiçagem, advinda do cruzamento do branco com o negro proporciona um diálogo mais aberto e democrático entre Cabo Verde e a África, e, conseqüentemente, maior entendimento entre a UE e a África.

Independentemente das posições contra e a favor, ficou claro que a Parceria Reforçada é a mais alta negociação de Cabo Verde no plano das relações internacionais, cuja

materialização se deu na demonstração do potencial estratégico do arquipélago na defesa de interesses comuns. Por isso, admitamos que ainda seja cedo para julgamentos das posições “contra” e a “favor”, mas se trata de uma boa oportunidade para reavaliarmos a trajetória histórica, visto que a parceria personifica a reconfiguração da identidade nacional. No entanto, digamos que os discursos a favor e contra podem estar relacionados à libertação das memórias soterradas pelos diversos discursos das elites, como também, podem significar um afloramento da memória coletiva, em oposição ao ocultamento do caboverdiano português. Neste sentido, precisamos manter certo distanciamento sobre a inserção de Cabo Verde em novos espaços, bem como dos processos identitários produzidos, induzidos e facilitados por caboverdianos e portugueses.

Trazendo essas demandas para a pesquisa, podemos dizer que os caboverdianos ao assumirem compromissos com a política de vizinhança junto a União Européia e, conseqüente integração na CEDEAO, constroem a nação, entendida como uma “sociedade material e moralmente integrada, com um poder central estabelecido, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes que acatam, consequentemente, o estado e suas leis” (Mauss, 1972: 286, trad. de Artur Bento). O que se pode deduzir desse conceito é que a nação moderna se fundamenta num “estado democrático”, considerando este o verdadeiro pilar da parceria, à medida que Cabo Verde passa a ser reconhecido pela EU como um Estado de Direito democrático cumpridor das suas obrigações internacionais, tais como, respeito escrupuloso dos direitos humanos, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente, resolução pacífica dos diferendos, isto é, diferenças (gripo nosso) e conflitos internacionais, promoção ativa da paz, do desarmamento e da segurança coletiva, segundo o chefe do governo José Maria Neves (2007).

Mauss demonstra que a sociedade atual deverá superar os regimes totalitários a qual definiu como *formas primitivas* de governo: domínios feudais, tribos, reinos e clãs, dando origem ao sentimento nacional com base na democracia e no espírito de igualdade perante a lei, que é estabelecido pelo estado. Esta definição não só relaciona a constituição da nação ao Estado, mas pretende a sua homogeneização, que, segundo Mauss, as segmentações devem acabar, ou ao menos serem atenuados. Nesta direção, Gellner (1993) nega o critério “língua” como fator essencial à construção da nação, à medida que focaliza o sentimento que une os habitantes de um determinado local a uma mesma cultura, com o reconhecimento mútuo de seus direitos e deveres. Porém, tanto o pertencimento como a vontade, neste caso, direitos e deveres, devem estar associados à idéia de que a nação se forma de rupturas sociais, desde a passagem da sociedade agrária para a industrial até a idéia da constituição da nação, baseada

em princípios democráticos. Sahlins (1990) diz que a história é culturalmente ordenada e vivida de maneira singular pelas diversas sociedades, pois os esquemas culturais são reavaliados de forma dinâmica ao longo das trajetórias e, como tal, podem sofrer sérias alterações de acordo com a situação e o momento histórico.

Retomando Mauss (1972), a unidade da nação está aliada à existência do Estado e suas leis, tendo com centro a formação da nação no Ocidente. Reforçando esta posição, apontamos os dizeres de Appiah:

“Devemos apoderar-nos das verdades de que precisamos (idéias e valores) onde quer que as encontremos. Mas, para que as verdades se transformem na base política nacional e, em termos mais amplos, da vida nacional, há que se acreditar nelas; e saber se as verdades que retemos do ocidente serão ou não dignas de crédito depende, em grande medida de como consigamos administrar as relações entre nossa herança conceitual e as idéias que correm a nosso encontro, vindas de outros mundos” (Appiah, 1997: 21).

Quanto ao prognóstico, somente uma análise e observação acurada poderão determinar o grau de estreitamento dos laços entre Cabo Verde e a União Européia e, os processos identitários que emergirão dessa relação, tendo em atenção o novo paradigma político. Contudo, ficou evidente que a política unilateral européia se transformou numa convergência e interdependência de interesses comuns partilhados entre os estados, visto que a parceria não evolui para o fechamento a outros espaços como o CEDEAO, mas a abertura a novos sistemas, como um nó de acesso a novas redes multilaterais, cruciais no desenvolvimento e na paz mundial. A relação de Cabo Verde com o mundo sempre foi flexível, adaptável e aberta ao longo da história. Esta constatação contrapõe-se, portanto, ao senso comum, que julga a proposta de adesão de Cabo Verde à União Européia, incompatível com o processo político que conduziu a independência da colônia. Ao contrário, o estreitamento dos laços com a Europa não coloca em jogo a independência, tema já consolidado, mas abre novas formas do ser caboverdiano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto nesta tese de doutorado apontou caminhos, reflexões e mudanças no direcionamento da pesquisa, cumprindo, pois, o papel de investigação da memória e da identidade de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro. Este estudo abarcou três espaços de tempo, em que procuramos identificar nas narrativas orais alguns aspectos da sociedade de origem e da sociedade de acolhimento que consideramos de fundamental importância na compreensão dos motivos da viagem e da permanência no Rio de Janeiro, necessários na reconstrução da memória e identidade dos imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973).

O período anterior à imigração é estruturado em torno da idealização da cidade-capital do Rio de Janeiro como sendo o melhor destino para se viver, cujas bases lançaram as primeiras sementes na decisão de emigrar. As lembranças desse período remetem à miséria, à pobreza, à falta de chuva e às dificuldades de emprego, tendo influenciado positivamente a busca de trabalho e moradia no Rio de Janeiro nas décadas de 50 a 70. As lembranças também evocam a cidade como espaço de muitas possibilidades, favoráveis a trabalhadores sem uma qualificação profissional. A imagem “paraíso” foi revivida também através dos elos fortes entre imigrantes pioneiros e os potenciais emigrantes, induzidos pela facilidade de trabalho no setor industrial, pelo acesso a créditos, a casa própria e a educação dos filhos. Portanto, a emigração foi fruto da tomada de consciência da falta de alternativas no arquipélago, tendo o Rio de Janeiro funcionado como elo intermediário entre a busca de objetivos individuais e coletivos, movidos, em parte, pelo crescimento econômico advindo do processo de industrialização dos anos de 1950.

Entretanto, ficou claro também o quanto a cidadania portuguesa facilitou a entrada no Brasil, ampliando, assim, o grupo dos imigrantes portugueses, tendo em conta que este grupo não era considerado estrangeiro, mesmo durante o período de restrição na entrada. Além disso, a mestiçagem foi um dos fatores que, associados à identidade portuguesa puderam ser percebidos como um grupo bastante assimilável. Na mestiçagem, podemos perceber grande influência das idéias de Gilberto Freyre, porém adaptadas segundo a leitura da elite intelectual caboverdiana, que passou a ascender socialmente pela educação, principalmente a partir da implantação da república em 1912. Dessa forma, a elite tentou contornar a questão racial em prol do branqueamento social da população através da incorporação de valores portugueses. Por esta via, tornar-se mestiço ou crioulo, além de remeter-se a características físicas, também significaria a partilha de fortes laços humanos e culturais com a Europa. Diferentemente do

Brasil que valorizou os não-brancos, sobretudo, o negro, após a abolição da escravidão; em Cabo Verde a elite procurou enaltecer o mestiço, a partir de valores portugueses em detrimento do afastamento da negritude e da África. Nisso, podemos dizer que, embora a mestiçagem fosse construída a partir das idéias de Freyre, os países seguiram rumos bem distintos. Pois, enquanto no Brasil a elite branca procurou incorporar as contribuições dos africanos ao Brasil, em Cabo Verde foi o próprio mestiço que valorizou as raízes européias em detrimento da erradicação da negritude e afastamento da África. Uma aproximação de Cabo Verde à África ocorreu durante o processo pela independência de Guiné e Cabo Verde, liderado pelo Partido Africano e, aprofundado com a independência, mas não suficiente para alterar a mestiçagem que havia se convertido como parte constitutiva da nação caboverdiana. Portanto, a mestiçagem está associada à representação sobre a mobilidade de caboverdianos no espaço, à medida que ao sair expande suas características mestiças.

Este momento nos permitiu repensar as implicações da memória caboverdiana, a partir de um processo de naturalização da pobreza, ancorada na herança escravocrata. Essa herança tem, por um lado, um pólo negativo que resulta na subordinação e na baixa auto-estima dos grupos dominados, enquanto no pólo positivo apresenta-se como estratégia de mobilização no espaço físico, social e cultural. Essa construção social, por secundarizar o elemento de subordinação, resulta na reelaboração do passado, a ponto do mestiço passar a ocupar o lugar que antes era atribuído ao português. Outro dado é que as condições insulares favoreceram o desenvolvimento do espírito de aventura nos seus moradores, a partir da dominação do mar através da pesca. Esta atividade, ainda hoje, representa um importante recurso econômico, além da agricultura de subsistência. Portanto, a pesca possibilitou condições de aproximação, de interação e de convivência social com o outro. Pode-se dizer que, na origem, os caboverdianos buscam soluções para os problemas das ilhas, tendo desenvolvido uma ligação afetiva com a terra, ligação essa que poderá explicar a manutenção da cultura caboverdiana no Rio de Janeiro.

O período imigratório (1950-1973) coincide com a imagem de um imigrante bem sucedido. Sendo assim, o que impera nas lembranças é a facilidade de emprego para uma mão-de-obra com pouca qualificação e semi-analfabeta e as inúmeras possibilidades do trabalho por conta própria. Assim, a imigração provocou uma ascensão do nível de vida desses imigrantes que chegaram com *uma mão à frente e a outra atrás*, e tendo investido no trabalho, puderam formar filhos que hoje se encontram inseridos em diversas atividades no setor de emprego brasileiro, desde advogados, psicólogos, assistentes sociais, professores, policiais, empregadas domésticas, cabeleireiros, pedreiros entre outras. Além disso, os

casamentos entre imigrantes e, entre eles e brasileiros, aparece nas narrativas como favoráveis à naturalização ou a permanência definitiva. Por outra parte, a incorporação da língua portuguesa no dia-a-dia desses imigrantes surtiu um efeito positivo na integração em todos os setores da atividade brasileira. Assim, deixar o arquipélago pode ser considerado um rito de passagem que também reconstrói a identidade, pois, a emigração é vista como uma das formas mais viáveis para ascensão social e, um elemento constitutivo da memória caboverdiana.

O momento atual (2009) ocorre com a certeza do dever cumprido, em 2009, materializado na transmissão da cultura caboverdiana, na fundação da Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro, bem como na reconstrução da memória e identidade, a partir do encontro com a cultura brasileira, tendo como referência o *dever de amar a terra onde os filhos nasceram*, o que nos remete à expansão da identidade nacional mestiça. Sendo assim, acreditamos ter produzido uma pesquisa que poderá contribuir para repensar o tipo de memória e a identidade que os imigrantes reconstroem na diáspora. Tal reconstrução é fundamental, pois, sem ela, a cultura de origem cairia no esquecimento por se tratar de imigrantes idosos. Além disso, a maioria desses imigrantes tende a se preocupar com problemas nacionais brasileiros, em detrimento de questões estritamente caboverdianas, dizendo-se brasileiros ou caboverdianos abasileirados. Nesta direção, desejar que o caboverdiano assuma a *identidade africana*, negando a européia, é, no mínimo, ridicularizar a construção da caboverdianidade, ou seja, a identidade nacional mestiça. Assim, parece que a opção mais razoável e conciliadora no entendimento da identidade nacional deve passar pelo crivo da mestiçagem, responsável pelo entrelaçamento entre europeus e africanos e pela dissolução das barreiras raciais que vieram a proporcionar a harmonia entre os grupos em presença. De fato, trata-se de questões que vão além dos posicionamentos assumidos pelas elites política e intelectual, mas ecoam como um desafio presente nos trabalhos de memória social que ora se apresentam ao público leitor. A partir disso, podemos compreender a história recente do país e perceber de que maneira a memória colonial e pós-colonial atua na reconstrução da identidade atual.

Considerando as possibilidades de retorno, este elemento foi uma condição na chegada, mas com o tempo desapareceu a partir da vinda dos filhos, da compra de imóveis e da fixação no mercado de trabalho. Mas, foi acelerado com o envelhecimento, a iminência da morte e a impossibilidade de adaptação à vida em Cabo Verde, o que poderia implicar no recomeço da trajetória de vida. Na verdade, o Rio de Janeiro é apropriado como lugar das vivências, isto é, lugar dotado de significados para o indivíduo que com ele se relaciona.

Nessa perspectiva, estamos falando de um espaço singular, de interações e idéias compartilhadas, mas também de um espaço de lutas, conflitos e negociações, conforme a idealização desses imigrantes. Trata-se de um espaço vivido, apreendido tal e qual se apresenta ao sujeito. Pois, o imigrante através da territorialização transporta algumas características fundamentais da sua cultura, mas apropria-se também de outras como suas.

Sendo assim, o lugar ocupado por um grupo pode determinar a evocação de lembranças de felicidade, de alegria e de identidade. Entretanto, é necessário tomar essas imagens enquanto objetos concretos que representam algo vivido individualmente ou pelo grupo. Um outro aspecto para repensarmos o espaço é a durabilidade das coisas, uma vez que o indivíduo não pode reviver as durações abolidas, pois a memória não registra o tempo cronológico, mas podemos pensá-lo pela via abstrata. Uma pessoa, ao se desterritorializar transporta hábitos, costumes e valores em sua memória, mesmo quando os acontecimentos não interessam ao futuro. A idéia aqui é pensar como as relações no país hospedeiro proporcionam o usufruto dos bens materiais ou imateriais, públicos ou privados. Assim, o Rio de Janeiro é apropriado como lugar de memória, o que nos sugere uma identificação local e nacional. É nas festividades que a culinária, as danças, as confraternizações e os casamentos trabalham na reconstrução da identidade.

Por fim, reforçamos a idéia desse estudo – a de que a viagem produz mudanças culturais, o que de fato é a manifestação da identidade –. E, nada mais oportuno que pensar os imigrantes caboverdianos como sendo atores da produção da memória, da identidade, da alteridade, da diferença e do exótico. A interação com brasileiros facilitou a integração social dos imigrantes que, pouco a pouco, foram assimilando a maneira da população brasileira.

Contribuímos na perspectiva da memória, ao propor uma reflexão das manifestações culturais como lugares de memória histórica na ótica do tempo presente. Este processo de reconstrução está inscrito na dialética da reelaboração de uma memória *saturada e oculta*, que, na maioria das vezes, entrava as narrativas, instituindo o *paraíso distante*, atrelado à nostalgia, que a nosso ver também integra as identidades. Essa investigação social não será produtiva apenas para a Ciência da Memória Social, mas também para os estudos sobre a compreensão da caboverdianidade, que se reconstrói nos locais onde existem caboverdianos. Podemos constatar que os imigrantes não mais se identificam como caboverdianos portugueses, mas como brasileiros ou ainda caboverdianos abasileirados. Entretanto, não basta explicar as identidades locais, é preciso refletir em que bases essas relações se estabelecem e o que fazem determinadas identidades dominarem outras, tornando-se hegemônicas.

Conforme o trabalho apresentado fica evidente que a trajetória de uma investigação é, neste caso, a articulação de teorias e narrativas orais sobre a migração de caboverdianos no Rio de Janeiro, ampliada através da análise das memórias por meio da adaptação de certos conceitos e sistemas classificatórios. Contudo, mesmo assim, a crítica só pode ser realizada do ponto de vista científico-acadêmico quando ela estiver associada a um conhecimento teórico apropriado. Este esforço ao nível intelectual nos apontou novos problemas e hipóteses de trabalho, tendo contribuído na reformulação dos esquemas e conceitos iniciais. E, no que diz respeito à nossa participação nas atividades de imigrantes por fazermos parte desta colônia, vale ressaltar que em nenhum momento o trabalho foi costurado a partir de uma visão amadora sem ter como meta a elucidação da reconstrução social da memória e da identidade desse atores sociais, como se observa em muitas obras publicadas por caboverdianos, carentes de uma análise rigorosamente científica.

Através de análises, ajustes e reajustes, correção de sistemas conceituais foi possível apresentar uma nova visão da memória e da identidade dos caboverdianos, com base numa outra história, ou então, no aprofundamento da historiografia caboverdiana. Assim, ao conjugarmos identidade e relação, esse espaço cria uma estabilidade que é sua característica histórica. Se nossa preocupação fundamental ao estudar um grupo for unicamente sua singularidade, talvez desejássemos que o grupo fosse uma ilha ligada a outras. No entanto, se os grupos fossem ilhas homogêneas em pouco tempo perderíamos o interesse por seu estudo, bastaria entrevistamos um de seus membros para termos sua história. O que aprendemos na prática é que essas ilhas não são homogêneas, à medida que são constituídas também pela sua diversidade, o que significa maneiras diferentes de reproduzir a cultura. Nesta perspectiva, é lógico pensarmos que o imigrante caboverdiano talvez seja o que melhor espelhe a situação que se supõe estar no processo migratório caboverdiano. Se por um lado, a situação no lugar de origem pouco tem se alterado, de maneira a permitir uma maior absorção desses imigrantes, por outro lado, no país de acolhimento, independente das situações de discriminação, esses imigrantes conseguiram ascender na economia nacional. De fato, a integração no trabalho formal e até informal, bem como a aquisição de moradias e serviços sociais básicos, como saúde e educação vão se tornando cada vez mais acessíveis a esse grupo.

Enfim, onde estariam as brechas para afirmarmos uma identidade singular? Cremos ser possível entender a identidade mestiça nacional como símbolo de coesão e unidade, a partir de valores comuns humanos e culturais partilhados pela maioria da população caboverdiana, independente da cor de sua pele. Agora, a busca de raízes étnicas e culturais só

faz sentido para aqueles inconformados com a prevalência de fortes laços históricos, culturais e humanos na constituição da memória e da identidade caboverdiana. Esta já é prática consolidada nacionalmente e visa maior integração com a UE, pois, a nosso ver o caboverdiano se considera português, sendo a cor morena o único entrave à manifestação de sua identidade recalcada. Porém, à medida que aceleramos o processo de branqueamento, as novas gerações de caboverdianos vão reassumindo tal identidade, não mais se diferenciando das Regiões Ultraperiféricas Adjacentes ao continente europeu.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC, 2002.
- ABREU, Margarida de Sousa. *A cidade e a paisagem*. In: MARTINS, Curador Geral Carlos. *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2006.
- ADAS, Melhem. *Programa geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos*. 2^a ed., rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1985.
- ALBUQUERQUE, Luis de. *As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*. Lisboa: Grandina, 1987.
- ALMADA, David Hopffer. *Pela cultura e pela identidade: em defesa da caboverdianidade*. Praia: IBNL, 2006.
- ALMEIDA, Pedro Ramos. *História do colonialismo português em África. Cronologia do século XX*. Lisboa: Estampa, 1979.
- ALVES, José Cláudio. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na baixada fluminense*. Duque de Caxias: APPH, 2003.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Elisa Silva. *As ilhas de Cabo Verde. Da descoberta à independência nacional (1460-1975)*. França: L'Harmattan, 1996. Tradução do francês por Amélia Sanchez Araújo.
- ANDRADE, José. *Migrações caboverdianas*. In: AHN. *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, poder e literatura em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS; Paria: INIPC, 2002.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AKESSON, Lisa. *Making a live: meanings of migration in Cape Vert*. (Tese de doutorado em Antropologia Social). Suécia: Goteborg University, 2004.
- AUGÊ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Papyrus, 2001.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república de 1889 a 1930*. 4^a ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1981.

- BALENO, Elídio. *História de Cabo Verde*. V.1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1932
- BARABÁSI, Albert-László; ALBERT, Réka. *Emergence of scaling in random networks science*, n° 286. Washington, 1999.
- BAREL, Y. *Le social et ses territoires*. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (Coord.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986.
- BARROS, Ney Alberto. *Baixada 500 anos*. In: *Memória. Órgão de divulgação sobre a história da baixada fluminense. Instituto de pesquisa e análises históricas e das ciências sociais da baixada fluminense*. Nova Iguaçu: UNI, ano II, n°6, 1996.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Porto da saudade: grandeza e decadência dos bairros portuários do Rio de Janeiro na memória de sobreviventes*. In: THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Vozes do porto: memória e história oral*. Rio de Janeiro, 2005.
- BARTH, Fredrik. *Introduction: scale and network in urban western society and conclusions*. In: *Scale and social organization*. Oslo: universitetforlaget, 1978.
- _____. *Process and form in social life. Selected essays of Fredrik Barth*. V.1. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teoria da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução do francês por Elcio Fernandes. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- BAUMAN, Z. *Globalização e conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEBIANO, Bacelar. *A geologia do arquipélago de Cabo Verde*. V.18. Lisboa: Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal
- BENTO, Artur Monteiro. *A comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro: memória híbrida, identidade e diferença*. (Dissertação de mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- BERTAUX, Daniel. *Les récit de vie*. Paris: NATHN/VUEF, 2001.
- BETHLEM, Hugo. *O vale Itajaí, jornada do civismo*. Rio de Janeiro: José Olympico, 1939.
- BONNEMAISON, J. *Voyage autour du territoire. L'espace géographique*. Paris: 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Russel, 1998.
- _____. (Cord.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. *Razones prácticas sobre la teoría de acción*. Barcelona: Letra, 1997.

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- BOYD, Monica. *Family and personal network in international migration: recent developments and new agenda*. In: *Internacional Migration Review* 23 (3), 1989.
- BRANDÃO, W. Cardoso, et. el. *edes em Ciências da informação: evidências comportamentais dos pesquisadores e tendências evolutivas de redes de co-autoria*. Londrina: Inf, 2007.
- BRITO, Eduino. *A população de Cabo Verde no século XX*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.
- CÂMARA, Cascudo Luís da. *História da alimentação no Brasil*. V. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- CAMARGO, A. *Os usos da historia oral e da historia de vida*. Rio do Janeiro: Campos, 1984.
- CARDOSO, Roberto de Oliveira. *Identidade, etnia, e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CARLING, Jorgem. *Aspiration and ability in international migration: cape verdean experiences of mobility and immobility*. (Tese doutorado em Geografia). University of Oslo, 2001.
- CARVALHO, Inácio. *Introdução a história de Cabo Verde*. In: AHN. *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998, p. 15-26.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*. 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- _____. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: ICL, 1983.
- _____. *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migração*. Lisboa: ICL, 1977.
- CASTELL, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O fim do milénio*. Volume 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- _____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. Volume 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- _____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Volume 1, 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *The informational city. Information, techonology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford: Blisherswell, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CHEVALIER, August. *Lês iles du Cap Vert*. In: *Rev. Botan. Appliquée*, 1935.

- CHIAVARI, Maria Pace. *Os ícones na paisagem do Rio de Janeiro: um reencontro com a própria identidade*. In: MARTINS, Carlos Curador Geral. *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000.
- CHISWICK, Barry. *The effect of americanization on the earnings of foreign born men*. In: *Journal of political Economy*. V. 86, n° 5, 1978.
- CLAVAL, Paul. *As abordagens da geografia cultural*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, José Lobato (org.). *Explorações geográficas. Percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. *A geografia cultural*. Florianópolis, UFSC, 2001.
- CLIFFORD, J. *Objects and selves and afterworld*. In: STOCKING, G. (org.). *Objects and others. Essays on museums and material culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.
- COLLAÇO, Janine Helfrt Leicht. *Restaurantes de comida rápida: os fast-foods em praças de alimentação de shopping centers, transformações no comer*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- COMISSOLI, Adriano. *A administração da América portuguesa sob o foco das redes de poder e domínio: o caso do Rio Grande do Sul XVIII-XIX*. In: XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH, 2007.
- CORREIA, Cláudia. *A sociedade caboverdiana: sua formação e evolução*. In: *Arquivo Histórico Nacional. Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- CANO, Wilson. *Raiz da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Quatro, 1981.
- CONDOMINAS, G. *Espaço social*. In: *Enciclopédia einaudi*. V. 38. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- COPANS, Jean. *L'enquête ethnologique de terrain*. Paris: Nathan Université, 1999.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Cidadania, ética e alteridade*. In: COSTA, Icléia & GONDAR, Jô. *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- Icléia Thiesen Magalhães. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológico*. (Tese doutorado). CNPQ/IBICT/UFRJ/ECO, 1997.
- COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional. O problema da emigração*. "Dissertação de concurso à cadeira de Economia Política da Escola Politécnica de Lisboa". Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- _____. *Você tem cultura?* In: *Explorações, ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

- _____. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: mito e realidade*. Rio de Janeiro: SENAC/DN/Dir. de Palnejamento/coord. de pesquisa, 1984.
- DIAS, Juliana Braz. *Mornas e coladeiras, versões musicais de uma nação*. Brasília, PPGAC, 2004.
- DIMITRI, Fazito. *O poder simbólico do retorno e o fenômeno migratório*. In: LIRIAM, Melchior. *Reflexões sobre migração e redes sociais*. São Paulo: UNESP, sd.
- DOMINGUES, Petrônio. *A associação cultural do negro (1954- 1976) um esboço hstórico*. In: *Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo : ANPUH, 2007
- ELLIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- EGLER, Tamara Tania Cohen. Espaço da coesão social na era informacional. In: GONDAR, Jô. & BARRENECHEA, Miguel Angel. (org.). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- EHRENBERG, Ronald C; SMITH, Robert S. *Mobilidade do trabalhador. Rotatividade, emigração e imigração*. In: *A moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- EMIRBATER, Mustafar & GOODWIN, Jeff. *Networ analysis, culture and the problem of an agency*. In: *American Journal of Sociology*. V. 99, nº 6, 1994.
- ÉVORA, Gabriela. *O meio-ambiente-Cabo Verde*. In: *Problemática do meio ambiente em alguns países africanos*. Seminário. Bissau: PNUMA, 1987.
- EYZAGUIRE, Pablo B. *Small farmers and estates in São Tomé, West África*. (Phd. Dissertation). Yale University, 1986.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Diefel, 1976.
- _____, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária da identidade caboverdiana no panorama político pós colonial*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- FERREIRA, Lúgia Évora. *A diáspora caboverdiana*. In: *Imigração e emigração nas ilhas*. Madeira: CEHA, 2001.
- FOLK, Richard. *On humane governance: towards a new global politics*. University Park, 1995.
- FONTOURA DA COSTA, A . *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506/1508*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1939.
- _____, A . *A marinha dos descobrimentos*. 2ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1939.

- FLORES, Moacyr. *Japoneses no Rio Grande do Sul*. RGS: PUC, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1973.
- _____, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GALANI-MOUTAFIN, V. *The self and the other*. Traveler, ethnographer, tourist. *Annals of Tourism Research*. V. 27, nº1, Pergamon Press, 2000.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Stampa, 1977.
- GELLDER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GÔNDAR, Jô e COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Filipe. *Kap verd band*. In: AHN. *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- GONÇALVES, M. *Conservação do solo e água em Cabo Verde*. In: *Desenvolvimento e pesquisas no longo prazo em Cabo Verde*. Mesa Redonda. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- GONÇALVES, José R. dos Santos. *A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica*. In: *Seminários, alimentações e cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2002.
- _____, J. R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- GRANOVETTER, Mark. *The strength of weak ties*. *American Journal Sociology*, v. 78, n. 6, maio, 1973.
- GRINBERG, Rossana. *O direito de trabalho nos ordenamentos liberais e nos socializados*. In: *Revista de direito do trabalho*, nº 33. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- GRUNEWALD, R. *Turismo e etnicidade*. *Horizontes antropológicos*. Turismo nº 20. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*. São Leopoldo, ANPUH, 2007.
- GUIMARÃES, António Santos Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34, 2002.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Os filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: Eduff, 1977.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARRIS, J. R. ; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development : a two sector analysis. IN : American Migration Review, vol. 60, n. 1, pg. 126-142, march, 1970.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- HIRSCH, Olívia Nogueira. *Hoje eu me sinto africana: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro*. (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PUC/PPG-CS, 2007.
- HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
- HOUAISS, António. *Enciclopédia mirador internacional*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: declínio e queda do império*. Vol. 4. São Paulo: Diefel, 1982.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. *Censo demográfico: dados gerais, migração, instrumentos, fecundidade, mortalidade*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- IZIDRO, Cláudia da Fonseca. *O mercado informal de trabalho*. (Dissertação de mestrado em Psicologia Social). Rio de Janeiro: UGF, 1985.
- JEUDY, H. P. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
- JORNAL ASEMANA. *Parceria com união européia – Neves e Barroso com encontro marcado*. In: *Jornal Atlântico*. Cabo Verde, Praia, 2007.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. *UE e Cabo Verde assinam acordo de parceria para mobilidade*. Lusa, 2 de junho de 2008.
- KOCHER, Bernardo. *A tentativa de democratização e a construção do corporativismo soviético 1945-1950*. In: LOBO, Eulália Lahmayer. *Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: ACESS, 1992.
- KOK, Glória. *O Rio de Janeiro na época da avenida central*. São Paulo: Bei Comunicações, 2005.
- KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro, 1957-1967*. São Paulo: Alfa – Omega, 1982.

- KRAEMER, Armando. *Noções de macroeconomia*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*. v. 335. São Paulo: Brasiliana, 1967.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)*. In FAUSTO, Boris. (org.). *Fazer a américa: a emigração em massa para a América Latina*. Rio de Janeiro: Edusp.
- LESSA, Almerindo; RUFFIÊ, Jacques. *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde. Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIMA, A . G. *O canto-dança landú*. Resumo extraído do livro intitulado *Boavista, ilha da morna e do landú*, dado estampa a 16 de novembro de 2002.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. V. 1. Rio de Janeiro: Ibneq, 1978.
- LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe tão perto: organização familiar e emigração feminina na ilha de Boavista, Cabo Verde*. (tese de doutorado, departamento de antropologia). Brasília: UNB: 2006
- LOPES FILHO, João. *A comunidade caboverdiana em Portugal, causas da emigração*. In Antologia. Ministério da Educação. Praia, Cabo Verde. Sd.
- LESQUD, Michel. *État et société aux îles du Cap Vert: alternative pour un petit état insulaire*. Paris: Karthala, 1995.
- LESSA, Almerindo; RUFFIÊ, Jacques. *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde. Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- MACHADO, L. R. S. *Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora*. In: *Educação e trabalho*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1992.
- MACIEL, Maria Eunice. *Uma cozinha à brasileira*. In: *Estudos históricos*, n. 33, jan-jul. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas*. In: *sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.
- MARTELETO, Maria Regina. *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação*. In: *Ciência da Informação*, v. 30, n° 1 jan/abril. 2001.
- MARQUES, Eduardo César. *Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade*. RBCS, V. 14, n° 41, outubro, 1999.

- MARTES, Ana Cristina Braga. *Imigrantes brasileiros em Massachusetts*. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 1998.
- MARTINE, George. *Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século*. Revista de Estudos Populacionais. Campinas, 1994.
- MASSEY, Douglas et al. *The social organization of migration*. In: *Return to aztlán the social process of international migration from western Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MATEO, Luz Marina. *Os caçadores de herança: uma aproximação aos descendentes caboverdianos na Argentina*. In: *Modos de vida das gerações de descendentes caboverdianos no exterior e Cabo Verde*. Cabo Verde, Praia: Ministério das Relações Exteriores, 2003.
- MAUSS, Marcel. *Sociedad y ciencias sociales*. Barcelona: Boral, 1972.
- MCGREW, Anthony G. *Global politics in a transnational era*. In MCGREW, Anthony G et al. *Global politics: globalization and the nation state*. Cambridge: Polity Press, 1992 a.
- MEIER, Gerald; BALDWIN, Robert E. *Desenvolvimento econômico*. Madri, 1964.
- MEIHY, Jose Carlos S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEINTEL, Deirde. *Race, culture, and portuguese colonialism in Cabo Verde*. Sy racuse University, 1984.
- MENDONÇA, Maria Gusmão. *Os impasses no processo de reconstrução dos modernos estados africanos*. In: *Revista de economia e relações internacionais*. São Paulo: FEC-FAAP, v. 2, nº 4, 2004, pp. 67-77.
- MENESES, Antônio Lacerda. *Baixada 500 anos. A aldeia de jacutinga*. In: *Memória*. Rio de Janeiro: Shaovan, ano II, nº.7, 2001.
- METON, Francisco; LIMA, Marques de. *Elementos de divisão do trabalho e processo trabalhista – texto de acordo com a nova constituição federal*. 4ª ed. São Paulo: Ltr, 1992.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa de estudantes-convênio de graduação-PEC/G*. MEC, Secretária de Educação Superior, 2000.
- MONTEIRO, César Augusto. *Recomposição do espaço social caboverdiano, ensaio*. Cabo Verde, Mindelo: Gráfica do Mindelo, 2001.
- MONTEIRO, C. A. *Comunidade imigrada: visão sociológica, o caso da Itália*. Cabo Verde, Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1997.
- MONTEIRO, Linderval. *A baixada fluminense: identidades e transformações. O estudo das relações políticas na baixada fluminenses*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- MORAES, Evaristo de. *A lei do ventre livre: ensaio de história parlamentar*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

- MOREIRA, Adriano. *A integração de Cabo Verde na Europa*. In: Diário de Notícias, 8 de fevereiro de 2005. Lisboa.
- _____. *Partido português*. Cabo Verde: Centro de Informação e Turismo, 1962.
- MOREIRA, A. & SOARES, Mário. *A integração de Cabo Verde na União Europeia é desígnio em Portugal*. In: jornal A Capital. Lisboa, 2006.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Vicente Pinzón e suas descobertas*. In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*, 166, n°. 428. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- MOURÃO, Danielle Elerry. *África na pasagem: identidades e nacionalidades guineenses e caboverdianas*. (Dissertação de mestrado em antropologia social). Ceará: UFC, 2006.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- NASCIMENTO, Augusto. *Replicas do estereotipo, caboverdianos em Moçambique nos anos 1940 e 1950*. In: *Imigração e emigração nas ilhas*. Madeira: CEHA, 2001, p. 249-286.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- NEIVA, A. Hehl. *O problema imigratório brasileiro*. In: *Revista de imigração e colonização*, ano 5, n° 3. Parte IV, 1944.
- NETO, Helion Pova. *A criminalização das migrações na ordem internacional*. In: NETO, Helion. P.; FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 297-311.
- NEVES, Margarida de Souza. *A cidade e a paisagem*. In: MARTINS, Carlos Curador Geral. *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000.
- NEVES, José Maria. *Projeto de parceria reforçada com a UE – Anexo ao PIN 10 FED (PE)*. Cabo Verde, Praia: 2007.
- NICOULIN, M. 1981. *La Genèse de Nova Friburgo*. 4ª ed. Friburgo, Éditions Univerisitaires. <http://www.comciencia.br> (atualizado em 10/12/2000 acessado em 15/09/05)
- NORA, Pierre. *Entre a memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto história, n° 10. Revista do programa de estudos pós-graduação em história e o departamento de história*. São Paulo: 1993.
- NOTÁRIO, Agostinho Pereira. *Periodicidade pluviométrica em Cabo Verde*. Cabo Verde, Praia: Divisão de Propaganda da Secção dos Serviços de Estatística da Colônia de Cabo Verde, 1945.

- NÓBREGA, Ricardo. *Migrações para o centro-sul e preconceitos: notas sobre o racismo anti-nordestino*. In: *Comunicação apresentada no grupo de trabalho migrações, identidades e conflitos da VII reunião de antropologia do mercosul*. Porto Alegre, 23 - 26 de julho de 2007.
- OLIVEIRA, Evandro Assis de. *Memórias pomeranas: a reconstrução da land*. (Dissertação de mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2004.
- OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de Grupos Urbanos*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- PAIGC. *Sobre a situação em Cabo Verde*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.
- PERES, Damião. *História dos descobrimentos portugueses*. Porto: Agência Geral das Colônias, 1945.
- PEREIRA, Daniel. *Cabo Verde no cruzamento das rotas do atlântico*. In: Ekhos do Paul, n°. 5/6, julho de 1994.
- _____, Daniel. *Estudos da história de Cabo Verde*, 2ª ed. Cabo Verde, Praia: Alfa-Comunicação, 2005.
- POCHMANN, M. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- POMIAN, Krzysztof. *Memória*. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 42. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: *Revista estudos históricos*, n° 10, 1992.
- _____. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: *Revista estudos históricos*, v. 2, n° 3, 1989.
- PORTES, Alejandro. *Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration*. In: KRITZ, M. et. al. *Global trends in migration*. New York: Center for Migration Studies, 1981.
- POUTIGNAT, Philippe & STREITT FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- QUEIROZ, M. I. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: Olga Von Simson (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália e Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RAFFESTIN, Claude. *Ecogénese territoire*. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. *Espaces jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986.
- _____. *Para uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Attica, 1993.

- RICHMOND, Anthony H. *Immigration and ethnic conflict*. London: MacMillan Press, 1988.
- _____. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Moacyr. *Carnaval-Mindelo de Cabo Verde*. Cabo Verde, Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1998.
- _____. *Mornas e coladeras de frank cavaquim*. Cabo Verde, Mindelo: Câmara Municipal de São Vicente, 1992 a.
- RODRIGUES, Juciano Martins; RIBEIRO, César de Queiroz. *Rio de Janeiro: exemplo de metrópole dualizada e fragmentada?* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, sd.
- ROWLANDS, Ian H. *Environ ment issues and world politics*. In: BAYLIS, John; RINGER, N.J (Coords). *Dilemmas of world politics. International issues in a changing world*. Oxford: Claredon Press, 1992.
- ROUSSO, Henry. *A Memória não é mais o que era*. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). *Experimentos com história de vida: Itália - Brasil*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.
- SAHLINS, Marshall. *Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”*. In: *Religião e sociedade*. V. 16, nº 1/2, Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SALEM, Luciano Rossignoli. *O novo contrato de trabalho temporário*. São Paulo: Direito, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Memória, cidade e cidadania*. In: THIESEN, Icléia & GONDAR, Jô. *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- _____, Marco Aurélio. *Homens partidos, comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.
- _____. *Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária*. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo: ABHO, nº 3, 2000.
- SANTOS, José António Medina dos. *Contribuição para o estudo das comunidades portuguesas no estrangeiro. A comunidade caboverdiana situada no estado de Massachussets na América do Norte*. Lisboa: Biblioteca Cota, outubro de 1964.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *O território e a constituição*. In: *Revista de administração pública*. Rio de Janeiro, v. 20, nº 4, p. 65-69, out./dez. 1986.

- SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *A emigração internacional no final do século*. In: *XII Encontro Nacional da ABEP*. Caxambu, 2000.
- SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SAVAGE, Mike. “*Classe e História do trabalho*”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.
- _____, Abdelmalek. *O retorno*. In: Revista Travessia, ed. Especial, jan. 2000.
- SEMEDO, J. M. *Um arquipélago do Sahel*. In: AHN. *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- SENNA BARCELLOS, christiniano José de. Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Apud Fontoura da Costa. Lisboa, 1899.
- SCHUMPETER, Joseph. *A história da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo Cultura, 1961.
- SEVCENKO, N. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- _____. 1990. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- _____. 1991. “*Os paradoxos da miscigenação*”. In: Estudos Afro-Asiáticos, 20.
- _____, G. *Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão*. In: *Brasil, migrações internacionais e identidade*. SBPC/Labjor, 2000. <http://www.comciencia.br> (acessado em 15/09/08).
- _____, G. “*A imigração alemã no Rio de Janeiro*”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro: 7 Letras*, 2000.
- _____, G. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Rio de Janeiro: MANA 3 (1), 1997.
- SILVA, Aníbal Lopes da. *O perfil psicossocial do homem caboverdiano*. In: LESSA, Almerindo; RUFFIÊ, Jacques. *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde. Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- SILVA, Fernando Emygdio. *Emigração portuguesa*. Lisboa, 1917.

- SILVA, Manuel do R. Pereira. *La communauté capverdienne en France: ses groupes et ses images*. (Tese de doutorado em Hautes Etudes en Pratique Sociales. Faculte des Ciencias et Pratiques Psychologiques et Sociales). França : University A. Et. L. Lumiere, 1988.
- SILVA, Tomé Varela da. *Crenças e religiões*. In: *Arquivo Histórico Nacional. Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- SILVEIRA, M . L . *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec,/Anpur, 1996.
- SILVA, Chaves Evelyn. *As marchas da família com deus pela liberdade: memória, imaginário social e esquecimento*. In: COSTA, Icléia Thiessen Magalhães; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. *Memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário*. In: LOBO, Eulália Maria Lahmayer (Coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Acess, 1992.
- TAVARES, Daniel. *O perfil psicossocial do homem caboverdiano*. In: LESSA, Almerindo; RUFFIÊ, Jacques. *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde. Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- TAYLOR, Charles. *A política do reconhecimento*. In: *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- TEIXEIRA, António José da Silva; BARBOSA, Luis Augusto Grandvaux. *A agricultura do arquipélago de Cabo Verde. Cartas agrícolas, problemas agrários. Memórias e trabalhos*, nº 26. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958.
- TINBERGEN, Jan. *Programação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.
- THIESEN, Icléia. *Memória Institucional e Representação: da Árvore ao Rizoma*. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e BARROS, José Flávio Pessoa de. *Memória, Representações e Relações Interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ 1998.
- THOMPSON, Paul. *A entrevista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
- _____. *História oral e contemporaneidade*. In: *Revista da associação brasileira de história oral*. São Paulo: ABHO, nº 5, julho, 2002.
- _____. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- TILLY, Charles. *Transplanted network*. In: YANS-Mc. Virginia, *immigration reconsidered*. New York: Oxford University Press, 1990.
- TORRES, A. Sousa; SOARES, J. M. Pires. *Formações sedimentares do arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1946.
- VALÊNCIA, José Francisco. *Representações sociais e memória social: vissitudes de um objeto em busca de uma teoria*. In: SÁ, Celso Pereira de (org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- VARELA, João Manuel. *Brazil and Cape Verde islands: some aspects of cultural influence*. Diogenes, v. 48/3 nº 191, 2000.
- VASCHETTO, Bernardo Pe. *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde*. Boston: Farol, 1987.
- VEIGA, Manuel. *O crioulo de Cabo Verde emergência e afirmação*. In: *Arquivo Histórico Nacional, Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Sépia Paris, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Estilo de vida e modernidade*. In: *Estudos Históricos*, nº8, julho-dezembro Rio de Janeiro, 1995.
- VIEIRA, Agostinho. *Ilhas de Cabo Verde: parcelas do império: impressão de viagem, notas históricas e apontamentos folclóricas*. Lisboa, 1940.
- WARDE, Alan. *Consumption, food and taste. Culinary antinomes and commodity culture*. London: Sage, 1997.
- WASSERMAN, S; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 1994.
- WORLD, Bank. *Cabo Verde. A poverty study*. August/september. Cabo Verde, Praia, 1993.
- WESS- *World Economic and Social Survey*. In: *United Nation Development policy and analysis division*, 2004.
- WEHLING, Arno. *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. In *Memória e História: fundamentos, convergências, conflitos*. 1997.

ANEXO I

(Roteiro de Entrevista de História Oral de 2005/2006)

BLOCO I (imigrantes)

1. Como era a sua vida em cabo Verde?
2. Porque escolheu o Rio de Janeiro?
3. Como foi a preparação para a viagem?
4. Qual o meio de transporte que usou e por quê?
5. Como foi a viagem?
6. Quais foram seus objetivos com a emigração? Esses objetivos foram atingidos?
7. Porque permaneceu no Brasil?
8. Você tem algum projeto de retorno?
9. Como foi sua adaptação no Rio de Janeiro?
10. Quando foi morar em Mesquita (razões, como era a cidade, comparando com o presente).
11. Fala sobre sua trajetória profissional no Brasil?
12. Você participa de algum evento cultural, religioso no Rio de Janeiro?
13. Como são as festas caboverdianas e quem pode participar?
14. A quem deu seus filhos como padrinhos?
15. Como é a transmissão da cultura (língua, culinária, hábitos) aos descendentes.
16. O que é ser caboverdiano no Rio de Janeiro.

BLOCO II (descendentes)

1. Filho de caboverdianos tem direito a cidadania caboverdiana. Você pretende se naturalizar? Por quê?
2. Como é sua vida no Rio de Janeiro?
3. Você se considera uma pessoa integrada no Brasil?
4. Você participa das festas caboverdianas? Por quê?
5. Como são seus hábitos (alimentação, culinária, religião, música, o crioulo, festas)?
6. O que é ser um descendente de caboverdiano no Rio de Janeiro?

ANEXO II
(Roteiro de entrevistas de História Oral/2007-2008)

BLOCO I (imigrantes da 1ª geração)

1. Como você se identifica?
2. Porque escolheu o Estado do Rio de Janeiro?
3. Há quanto tempo mora neste bairro?
4. Porque morou neste bairro da (o) Baixada Fluminense/ Rio de Janeiro?
5. Como era o bairro, comparado com o presente?
6. Fala da sua trajetória no mercado de trabalho brasileiro?
7. Seus objetivos foram atingidos? Como?
8. Como são conhecidos os caboverdianos pelos brasileiros?
9. Como são seus hábitos culturais?
10. Fala sobre a Associação Caboverdiana (fundação, objetivos, função, organização interna, eleição do presidente, cronograma de atividades, relação com o Consulado/Cabo Verde).

BLOCO II (imigrantes da 2ª geração)

1. Como você se identifica?
2. Como você fala de Cabo Verde? E do Brasil?
3. Como são seus hábitos culturais?
4. Como são as informações que os imigrantes da 1ª geração têm de Cabo Verde?
5. Como são os relacionamentos entre os imigrantes caboverdianos no Rio?
6. Quais as semelhanças e diferenças entre caboverdianos e cariocas?
7. Fala da sua integração no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro?